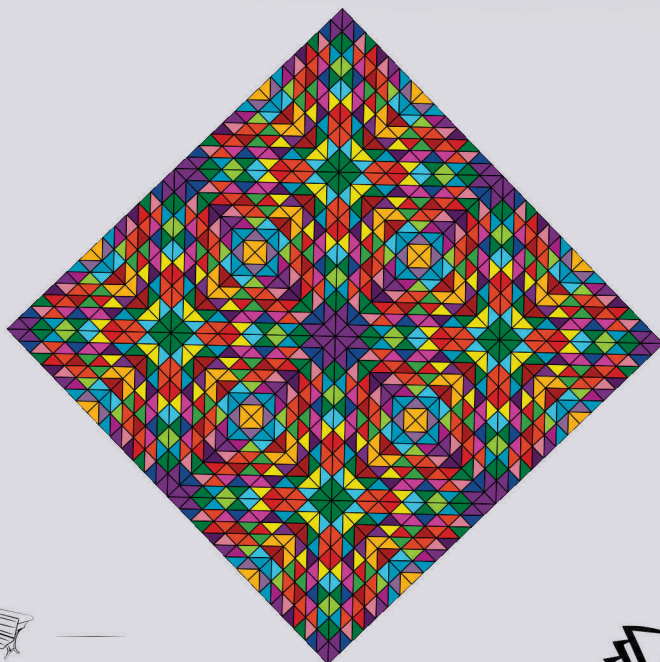




Cristian Giacconi  
Dilnei Abel Daros  
Gisele Belusso  
Mariana Parise Brandalise Dalsotto  
Organizadores

# Caleidoscópico da História da Educação: percursos teórico-metodológicos



**GRUPHEIM**  
Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória



# **Caleidoscópico da História da Educação:** percursos teórico-metodológicos

Cristian Giacconi

Dilnei Abel Daros

Gisele Belusso

Mariana Parise Brandalise Dalsotto

**ORGANIZADORES**

# **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

Presidente:  
José Quadros dos Santos

## **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

Reitor:  
Evaldo Antonio Kuiava  
Vice-Reitor:  
Odacir Deonísio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:  
Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:  
Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:  
Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:  
Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educus:  
Simone Côrte Real Barbieri

## **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCUS**

Adir Ubaldo Rech (UCS)  
Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente  
Cleide Calgaro (UCS)  
Gelson Leonardo Rech (UCS)  
Jayme Paviani (UCS)  
Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)  
Nilda Stecanela (UCS)  
Simone Côrte Real Barbieri (UCS)  
Terciane Ângela Luchese (UCS)  
Vania Elisabete Schneider (UCS)

# Caleidoscópico da História da Educação:

percursos teórico-metodológicos

Cristian Giacconi

Dilnei Abel Daros

Gisele Belusso

Mariana Parise Brandalise Dalsotto

**ORGANIZADORES**



© dos autores.

Revisão: Izabete Polidoro Lima.  
Formatação e paginação: Mateus Pasinato Scopel.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

C148 Caleidoscópio da história da educação [recurso eletrônico] : percursos teórico-metodológicos / organizadores Cristian Giacconi ... [et al.]. – Caxias do Sul, RS : Educus, 2020.  
Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5807-019-1  
Apresenta bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Educação - História. 2. Educação. 3. Memória coletiva. I. Giacconi, Cristian.

CDU 2. ed.: 37(091)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação - História	37(091)
2. Educação	37
3. Memória coletiva	316.454.3

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Michele Fernanda Silveira da Silveira – CRB 10/2334

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil  
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil  
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197  
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



*Esta obra é dedicada a todos aqueles que, assim como nós, escolheram a História da Educação como campo de pesquisa; àqueles que já caminham aqui há muito tempo; àqueles que aprendem no caminhar e àqueles que se juntarão a esta caminhada.*

*Às Profas. Eliana e Terciane e ao Prof. José Edimar que, atualmente, nos acompanham, incentivam, apoiam, acalentam e compartilham produções, orientações, interlocuções, aprendizagens e desafios, nos percursos apresentados nesta obra, e conduzem com compromisso e alegria os encontros do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória.*

*A cada um dos integrantes atuais ou egressos do Grupheim que fazem dele um espaço com forte sentido de pertença, um lugar de estudo, pesquisa, sugestões e compartilhamentos mediados em encontros que são, também, de afeto e de cuidado.*

*[...] e o que vivemos  
não é o que a vida nos dá  
nem o que dela colhemos  
mas o que semeamos em pleno deserto.*

**(Mia Couto, 2016)**

## **Agradecimentos**

À Universidade de Caxias do Sul por acolher, estimular e apoiar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, em sua realização e divulgação.

Ao Grupheim pelas oportunidades formativas promovidas e vivenciadas nos encontros de estudo, pela socialização de conhecimentos, partilha de percursos e pelo incentivo à participação em eventos e produções colaborativas.

Aos professores que promovem e conduzem os encontros do Grupheim: Terciane, Eliana e José Edimar por oportunizarem momentos de estudo e amizade.

À Capes por financiar diversas das pesquisas citadas neste *e-book* e configurar importante oportunidade e investimento na formação de novos pesquisadores em nível de pós-graduação.

Ao CNPq pelo apoio financeiro à publicação.

A cada autor, que neste momento delicado em que todo o Planeta está apreensivo e com medo, escolheu ser solidário e compartilhar suas experiências de pesquisa com pares de variadas Instituições de Ensino Superior, tornando possível que outros também possam ler os resultados dessa simbiose única entre a seriedade, dedicação e amorosidade pelo campo da História da Educação.



## Sumário

### **Prefácio: Estudos na e da contemporaneidade: percepções do mundo vivido..... 10**

*Maria Teresa Santos Cunha*

### **Apresentação .....13**

*Cristian Giacomon*

*Dilnei Abel Daros*

*Gisele Belusso*

*Mariana Parise Brandalise Dalsotto*

### **1. Trilhas da memória: por uma narrativa para a primeira escola de Kronenthal/Vale Real, RS (1933/1965) .....23**

*Mariane Fruet de Mello*

*Eliana Rela*

### **2. História, memória e história oral: apontamentos teórico-metodológicos para pesquisas em História da Educação.....39**

*Cristian Giacomon*

*Eduardo Cristiano Hass da Silva*

### **3. Protagonismo feminino: biografias produzidas em teses e dissertações (2002 a 2019)..... 63**

*Daiane Dala Zen*

*Juliana Goulart Machado*

### **4. Percursos metodológicos em pesquisas da História da Educação: jornais e revistas como fontes.....78**

*Cassiane Curtarelli Fernandes*

*Mariana Parise Brandalise Dalsotto*

*Tânia Nair Alvares Teixeira*

### **5. História da Educação: (im)possibilidades investigativas em arquivos e acervos municipais ..... 99**

*Manuela Ciconetto Bernardi*

*Roberta Ângela Tonietto*

*Rodrigo Luis dos Santos*

- 6. A produção de dados na pesquisa em História da Educação: o uso do software Microsoft Excel na análise documental ..... 120**  
*Elisângela Cândido da Silva Dewes*  
*Samanta Vanz*  
*José Edimar de Souza*
- 7. A presença da etnicidade na congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no RS .....144**  
*Marina Matiello*  
*Gustavo Gastardelli de Oliveira Fontes*
- 8. O município na educação, documentos municipais: percursos, possibilidades e desafios em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.....165**  
*Bruno Bernardes Carvalho*  
*Gisele Belusso*
- 9. Itinerários de pesquisas em política, identidade e educação a partir de fontes e acervos municipais em Caxias do Sul, RS... 196**  
*Fabrcio Romani Gomes*  
*Mônica de Souza Chissini*
- 10. Os elementos constituintes do contexto coletivo de São Francisco de Paula na década de 50: uma análise a partir do Registro Escolar Modelo I salvaguardado no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar .....219**  
*Dilnei Abel Daros*  
*Milene Moraes de Figueiredo*
- Posfácio: O métier e a obra ..... 240**  
*Eliana Relá*  
*José Edimar de Souza*  
*Terciane Ângela Luchese*

## Prefácio

# ESTUDOS NA E DA CONTEMPORANEIDADE: PERCEPÇÕES DO MUNDO VIVIDO

Ser contemporâneo é também [...] manter uma relação com uma atualidade, um presente sentido como “comum” [...] é participar da marcha do mundo, apesar das diferenças de idade, de lugar, de situação e de percepção do mundo vivido (ROUSSO, 2016, p. 238).<sup>1</sup>

O Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (Grupheim), ligado à Universidade de Caxias do Sul (UCS, RS), publica pela EDUCS, editora mantida pela própria Universidade, uma coletânea de artigos fruto de seus trabalhos de investigação na área. A produção, a leitura e o próprio sentido a serem construídos dos textos, aqui presentes, são apresentados em formato de *e-book*, e isso é bastante alvissareiro, pois tal iniciativa aponta para uma modificação dos hábitos de leitura, a partir das muitas possibilidades abertas pelas mídias virtuais e eletrônicas.

É inegável que este formato de apresentação propicia um ambiente de interação humana, rico e complexo, que vem sendo criado e estimulado pelas editoras universitárias e que modificam as bases de nossa experiência no mundo e os parâmetros nos quais nossa aprendizagem se forma. A voracidade das mudanças e o acesso ao conhecimento afetaram radicalmente os últimos anos e atçaram o desejo de conhecer histórias no presente, que ensejam pensar as percepções de como um modo de entender o passado é construído, pensado e integrado aos trabalhos. Este desejo permanece e nos inspira para leituras críticas da contemporaneidade e, nesta clave, este livro é dado a ler, ou seja, como um conjunto de textos que traz em tempos incertos e tão apoloéticos de fetichismos em que vivemos, uma possibilidade de leitores e

---

<sup>1</sup> ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

leitoras encontrarem, neste repertório, um caminho possível e bem arquitetado para leituras do acontecido.

A partir de quatro eixos, a saber: História da Educação e História Oral; História da Educação e Imprensa; História da Educação e Arquivos/Acervos Municipais, e História da Educação e Acervos de Instituições Escolares, a publicação reuniu 23 pesquisadores da área que, em 10 artigos, entrelaçam História da Educação, Imigração e Memória e, assim, compartilham estudos em um espaço aberto de conversação, em que se processa o encontro com a força de alteridade de um passado recente, que abrange recortes temporais no século XX e até do século XXI e, desta forma, realiza a operação historiográfica entre tempo e memória.

Ancorados em substancioso arsenal de fontes instaladas em variados suportes e municiados de procedimentos teórico-metodológicos advindos da História Cultural e, dentre outros, dos estudos sobre memória e imigração, o conjunto de artigos evidencia que o conhecimento histórico não prescinde de múltiplas escolhas e interpretações. Os pesquisadores aqui reunidos formulam perguntas, perscrutam mistérios, para construir narrativas que formam um tecido extenso e bem-tramado, no qual se exercitam novas perspectivas e variados raciocínios históricos que favorecem a compreensão e a imaginação.

Os trabalhos desenvolvem nos leitores e leitoras uma compreensão das questões que se entrelaçam e são mediados pela História da Educação e, com este fio condutor, tem-se uma obra que, certamente, não será ignorada por quem é ou pretende ser do ramo. Humanamente provocadores, os textos abarcam alentadas e competentes discussões sobre arquivos institucionais e escolares, imprensa, instituições escolares e religiosas, biografia e protagonismos de atores sociais, buscando visibilizar processos político-identitários operacionalizados em seus específicos contextos e recortes temporais, que deixam à mostra o reconhecimento ímpar das condições de produção desta geração contemporânea.

Ao investir na ampliação dos horizontes da pesquisa contemporânea na área, o grupo de pesquisadores e pesquisadoras aqui reunidos pereniza e nos lega, pelos atos da pesquisa e da escrita,

belos trabalhos que trazem importante e necessária contribuição. São trabalhos que apostam na dinâmica do conhecimento, como mobilizadores da relação entre história, educação e memória e, igualmente, atestam a existência de um passado/presente que, repetindo o autor da epígrafe confirmam que “não adianta o historiador deslocar-se para escapar da própria contemporaneidade, esta o pega sem que ele saiba exatamente onde e quando” (ROUSSO, 2016, p. 245).

Convido-os, entusiasticamente, à leitura, pois ela nos tornará, sem dúvida, pessoas mais ricas para (re)conhecer e não deixar escapar a contemporaneidade e a marcha do tempo no mundo vivido.

*Maria Teresa Santos Cunha/Udesc*  
Florianópolis, agosto de 2020.

## Apresentação

Este *e-book*, *Caleidoscópio da História da Educação: percursos teórico-metodológicos*, é uma iniciativa discente organizada por doutorandos vinculados ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (Grupheim). O grupo de pesquisa foi constituído no ano de 2008, com a intenção de congregar e fomentar pesquisas na área de História da Educação, buscando desta forma ampliar os estudos que têm sido feitos em nossa Instituição e que estejam relacionados ao tema. Para tanto, sempre procurou estabelecer vínculos com outras instituições e grupos de pesquisa, contribuindo para a renovação dos conhecimentos produzidos sobre a educação em perspectiva histórica. Desde então tem acolhido tanto pesquisadores iniciantes, quanto profissionais com muita experiência em pesquisas no campo da História da Educação, o que oportuniza um profícuo espaço de interlocução.

O Grupheim é um dos grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, onde são sediados os encontros presenciais. No entanto, o calendário destes encontros em 2020 não pôde ser realizado de maneira presencial, e a vida de todos nós pesquisadores foi tomada por demandas virtuais para nos adequarmos à necessidade de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. Este é um momento no qual os historiadores da Educação dão sequência às suas pesquisas e escritas, no mesmo tempo em que testemunham as instituições escolares educativas impedidas de receber seus alunos presencialmente. Sem dúvida, um período singular na vida de cada um e de todos nós.

Diante do novo contexto, que imprimiu no calendário o cancelamento de eventos, de encontros presenciais, até mesmo dos profícuos cafés no *campus*-sede da Universidade de Caxias do Sul, emergiu o desejo de compartilhar, por meio deste *e-book* os bastidores acadêmicos que se mantiveram ativos, apesar da pandemia. Assim, inspirados em Barros (2015), usamos palavras para compor nossos silêncios, pois os bastidores acadêmicos estavam repletos de escritas que seguiram acontecendo, que representavam as

relações estabelecidas com colegas pesquisadores, tanto da Universidade de Caxias do Sul quanto de outras instituições, e as ideias que continuaram surgindo, circulando e transbordando ao isolamento social. Isto foi ainda somado à vontade de deixar pequenas marcas de vários percursos de pesquisa, que podem sugerir, incentivar e, principalmente, acolher aqueles que chegam, ao mundo acadêmico daqui por diante.

Pretendemos que este seja o primeiro de uma série de volumes de escritos do Grupheim/UCS. A proposta que iniciamos neste ano é uma coletânea de publicações de autores vinculados ao Grupheim (inscritos ou egressos), a qual fazemos votos de que possa ocorrer periodicamente. Pensamos que a temática e a coordenação de cada edição podem ser itinerantes e um espaço formativo para os que produzem e para os que apreciam a obra.

Para este primeiro volume, o título escolhido foi *Caleidoscópico da História da Educação: percursos teórico-metodológicos*. O ato de dar nome, identificar algo, denominar, indicar como será conhecido, primeiramente nos remete a batismo, que tanto pela raiz latina, quanto pela grega nos reportará à “imersão” e, nesse sentido, combina com o trabalho que envolve os pesquisadores do campo da História da Educação. Com este *e-book* não foi diferente, pois os organizadores refletiram e discutiram sobre os elementos que o constituíram. O nome caleidoscópico foi escolhido por representar de maneira simbólica tudo o que permeia essa área de estudos tão valiosa. Essa mistura de possibilidades, ao mesmo tempo fragmentadas e unidas com seus microcampos, proporciona diferentes olhares, análises, reflexões, observações, abordagens, conceitos, metodologias e compreensões que colocam o caleidoscópico como um objeto que pode, de certa maneira, indicar tudo isso e, principalmente, assinalar este momento tão singular para a História da Educação em nosso País.

Compreendemos que o campo da História da Educação atualmente apresenta um percurso de investigações nacionais e internacionais, com a ampliação de objetos de pesquisa, metodologias e parcerias entre pesquisadores e grupos de pesquisa. Conta com um espaço consolidado em eventos e publicações de

cunho científico, com um número crescente de pesquisadores.

A manutenção deste espaço constituído depende, dentre outras questões, da qualidade vinculada às produções, o que só é possível diante de pesquisas que apresentem rigor teórico-metodológico interligado a uma boa argumentação. Diante disso, este *e-book* pretende socializar percursos metodológicos, possibilidades, caminhos e desafios percorridos pelos integrantes do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória e seus convidados em eixos específicos, a saber: História da Educação e História Oral; História da Educação e Imprensa; História da Educação e Arquivos e/ou Acervos Municipais e, por fim, História da Educação e os Acervos de Instituições Escolares.

O eixo *História da Educação e História Oral* tem como objetivo acolher escritas em relação à interpretação das memórias, experiências e biografias dos sujeitos, das mudanças ocorridas nas sociedades, das práticas e culturas escolares e sociais, das trajetórias de sujeitos e instituições, mediante o registro da oralidade. A História Oral utiliza as memórias que emergem das narrativas, para compreender, discutir e analisar diferentes questionamentos; busca entender o papel do pesquisador, da escolha dos sujeitos, do desenvolvimento da entrevista, dos instrumentos utilizados e das diferentes relações no uso da memória, como documento na História da Educação.

O eixo *História da Educação e Imprensa* tem como objetivo socializar o uso de impressos em pesquisas da História da Educação. Os impressos são utilizados como fonte, mas são também objetos de estudo. Sua análise pode contribuir para identificar algumas das visões sobre como diferentes temas perpassaram determinadas épocas e as diferentes formas com as quais foram apresentadas. Através deles é possível conhecer os acontecimentos que ganharam destaque e relacioná-los a aspectos do contexto histórico, econômico, político e cultural do período investigado.

O eixo *História da Educação e Arquivos/Acervos Municipais*, pretendeu colocar em pauta a História da Educação em municípios que têm ganhado espaço e visibilidade nesse campo. Assim os documentos provenientes da administração pública e sob sua



salvaguarda têm constituído possibilidade para análises sobre instituições escolares, oferta escolar, níveis de ensino, alfabetização, ações municipais, corpo docente, investimento em educação, dentre outras. Essas propostas de análises enfrentam desafios: acervos não catalogados e fontes documentais dispersas em vários fundos, caixas e setores das prefeituras. O que faz com que pesquisadores tenham que mobilizar uma variedade de fontes para compor a narrativa histórico-educacional dos municípios na educação. Diante disso, a proposta foi a de socializar possibilidades e impossibilidades, a partir dos arquivos/acervos municipais, as tipologias de documentos localizados e os percursos de análise e cruzamento a partir dos mesmos.

O eixo *História da Educação e Acervos de Instituições Escolares* acolhe escritas de pesquisas que envolvem o uso de materiais/fontes documentais provenientes desses ambientes, as formas de análise e o interesse que esses acervos possibilitam, bem como problematizações acerca dos cuidados, do armazenamento e da valorização desses acervos pelas próprias comunidades escolares, em virtude de seu valor como patrimônio histórico-cultural-material ultrapassar o espaço da própria instituição escolar e repercutir até as camadas sociais, em que onde está inserido. Os acervos de instituições escolares são espaços valiosos para as pesquisas que se desenvolvem no âmbito da História da Educação, desdobrando-se em vários campos de possibilidades e são evidenciados neste eixo, com a intenção de salientar a valorização e as amplas possibilidades de produção, oriundas de estudos que envolveram materiais desses ambientes, bem como sua preservação.

Lembramos que estes eixos, por vezes, se entrelaçam em um mesmo capítulo, em decorrência do cruzamento de diferentes tipologias de fontes. Esses encontros se realizam em função da busca por rigorosidade na construção da narrativa histórica e, neste *e-book*, além da complementação entre as fontes, são constituídos pelas parcerias efetivadas entre pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior, grupos de pesquisa e estudos que envolvem territórios e tempos distintos. Compreendemos que o cruzamento de fontes enriquece a narrativa histórica e, da mesma forma, os encontros e as trocas enriquecem o diálogo proposto em cada texto.

Hoje, mais do que nunca, o trabalho científico necessita de uma dimensão colectiva, colaborativa. Aqui fica o sexto conselho: Conhece em ligação com os outros. Perde tempo, conversa, partilha cada passo do teu trabalho. [...] A investigação faz-se com saltos e sobressaltos, mas exige uma continuidade de condições, de infra-estruturas e de grupos. É esse património que nos permite chegar onde nunca chegaríamos sozinhos (NÓVOA, 2015, p. 29).

Tendo este pensamento como pressuposto, buscamos tomar, como ponto de reflexão, questões teórico-metodológicas que perpassam pesquisas dos colegas integrantes do Grupheim, instigando-os a compartilharem suas redes de relações e articulações de pesquisa com pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior e Grupos de Pesquisa. Estas escritas colaborativas, neste *e-book*, permitiram a partilha de percursos metodológicos de diferentes pesquisas, engrandecendo a trajetória de cada autor e, ao mesmo tempo, podem tornar-se fontes de reflexão para contribuir na caminhada dos leitores.

Assim, consideramos esta obra representativa de várias formas: como espaço de divulgação, como instrumento de apoio para discentes que iniciam seus percursos de pesquisa em História da Educação e também como um lugar de memória, que cristaliza algumas das práticas de pesquisa e seus olhares teórico-metodológicos desenvolvidos em articulação com o Grupheim (NORA, 1993). Ao compartilhar os percursos de pesquisa, ensinamos inspirar reflexões sobre a diversidade de objetos de pesquisa e suas muitas “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2014) e frisar a importância da rigorosidade metodológica, na construção das narrativas históricas, para a manutenção de um reconhecido espaço ao campo da História da Educação, um compromisso que é coletivo e se fortalece com os pares.

O *e-book* foi, assim, produzido coletivamente desde seu início, a partir da partilha entre os organizadores e os professores da linha de História da Educação: Eliana Rela, José Edimar de Souza, Terciane Ângela Luchese. Conta com a ilustre colaboração de Maria Thereza Santos Cunha, na produção do prefácio. Além

de sua contribuição teórica para as pesquisas em História da Educação, outro motivo para o convite foi a presença da professora no PPGEduc/UCS em 2019, a qual oportunizou muitas outras reflexões, que foram lembradas, socializadas e ecoaram em vários outros momentos.

Considerando o papel dos orientadores da Linha de História de Educação do PPGEduc na organização do Grupheim e, em especial, nas pesquisas desenvolvidas por seus integrantes, contamos também com a produção de um posfácio de autoria de Eliana Relá, José Edimar de Souza e Terciane Ângela Luchese. O convite para esta escrita é, também, expressão de um grande carinho que os organizadores têm por estes professores, a partir do significado de sua presença em nosso percurso formativo.

Iniciando o *e-book*, temos o capítulo 1 *Trilhas da memória na busca de uma narrativa para a primeira escola de Kronenthal/Vale Real, RS*, de autoria de Mariane Fruet de Mello e Eliana Relá. O estudo trabalha com relatos sobre a primeira escola da comunidade denominada Kronenthal, hoje Município de Vale Real, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. A construção narrativa ocorre mediante memórias de ex-alunos e familiares de professores, e tem como objetivo apresentar as estratégias empregadas para viabilizar a coleta de dados utilizando a metodologia da História Oral e refletir sobre a autonomia do pesquisador, na criação de percursos que viabilizem algumas etapas do processo metodológico.

O capítulo 2, de autoria de Cristian Giacomoni e Eduardo Cristiano Hass da Silva, *História, memória e história oral: apontamentos teórico-metodológicos para pesquisas em História da Educação* discute o fenômeno da memória como objeto de estudo, pensado e discutido a partir de diferentes autores e vertentes epistemológicas, bem como utilizado por diferentes campos da História. Apresentam e discutem conceitos de *História* e *Memória*, a partir de alguns dos principais teóricos sobre o tema, como Paul Ricouer (2007), Michael Pollak (1992), Pierre Nora (1993) e Maurice Halbwachs (2006). Analisam a História Oral enquanto metodologia de pesquisa, que se utiliza da Memória para a construção da Narrativa Histórica e destacam as possibilidades de pesquisa e articulações com as Memórias, no campo da História da Educação.

*Protagonismo feminino: biografias produzidas em teses e dissertações no Brasil (2002 a 2019)*, de autoria de Daiane Dala Zen e Juliana Goulart Machado compõe o capítulo 3 e analisa o protagonismo feminino na escrita acadêmica sobre biografia de mulheres em uma tese e cinco dissertações produzidas entre os anos de 2008 a 2020. Este texto visa mostrar a importância de que toda a pesquisa acadêmica se inicie com o conhecimento do já produzido sobre tal temática, visando dar a conhecer quais são os estudos que podem mobilizar o pesquisador e ajudá-lo a compreender o avanço, o *status* do conhecimento acumulado sobre ela. São utilizados os pressupostos da História Cultural (BURKE, 2008), noção de micro-história (BARROS, 2013), biografia de Bourdieu (1986, 2018) e o conceito de intelectuais mediadores(as) (GOMES, 2016).

O capítulo 4, de autoria de Cassiane Curtarelli Fernandes, Mariana Parise Brandalise Dalsotto e Tânia Nair Alvares Teixeira, *Percursos metodológicos em pesquisas da História da Educação: jornais e revistas como fontes*, mostra algumas aproximações no percurso metodológico de três pesquisas realizadas à luz da História Cultural. A fonte de uma delas é a revista *O Cruzeiro*. *O Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias* são fontes da segunda pesquisa apresentada. A terceira vale-se dos jornais *Staffetta Riograndense* (posteriormente *Correio Riograndense*), *A Época* e *O Momento*. Para destacar os impressos como fontes, as autoras abordam referenciais teórico-metodológicos da pesquisa com impressos, exemplificando seu uso.

O capítulo 5, *História da Educação: (im)possibilidades investigativas em arquivos e acervos municipais*, de autoria de Manuela Ciconetto Bernardi, Roberta Ângela Tonietto e Rodrigo Luis dos Santos, incita refletir sobre as possibilidades e impossibilidades de investigação em arquivos e acervos, sob a salvaguarda da administração pública, que ainda correspondem à minoria das pesquisas, todavia, vêm ganhando espaço e se constituindo como um meio para a análise da temática.

José Edimar de Souza, Elisângela Cândido da Silva Dewes e Samanta Vanz apresentam o capítulo 6: *A produção de dados na pesquisa em História da Educação: o uso do software Microsoft Excel*

na *análise documental*, com o intuito de analisar a construção de procedimentos metodológicos de análise de diferentes documentos usados como fontes de pesquisa. Destacam as formas distintas de uso do *software* Microsoft Excel, como suporte para a organização e observação das informações obtidas, durante a investigação de dois estudos em torno da História da Educação, no Município de Caxias do Sul.

A seguir Marina Matiello, em parceria com Gustavo Gastardelli de Oliveira Fontes, compõem o capítulo 7: *A presença da etnicidade na Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas no RS*, em que analisam a presença da “eticidade” na Congregação dessas Irmãs de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, a partir de sua instalação no Estado do Rio Grande do Sul. Para tal, investigaram elementos relacionados à etnicidades presente em documentos, disponíveis em acervos municipais e periódicos.

Já o capítulo 8, *O município na educação, documentos municipais: percursos, possibilidades e desafios em Minas Gerais e Rio Grande do Sul*, de autoria de Bruno Bernardes Carvalho e Gisele Belusso, debruçou-se sobre dois percursos metodológicos na construção do *corpus* empírico que compuseram pesquisas históricas sobre o Município, na educação. Em Minas Gerais, o estudo sobre os Municípios de Uberaba-MG e Juiz de Fora-MG, aponta para fertilidade heurística dos arquivos municipais, na compreensão da realidade educacional, em especial das Atas das Câmaras Municipais e dos Relatórios de Inspeção de Ensino. No Rio Grande do Sul, a experiência de pesquisa, no Município de Farroupilha, RS, desencadeou a discussão sobre as condições em que trabalha o pesquisador da História da Educação e as possibilidades de análise para compor a narrativa sobre História da Educação municipal, a partir de correspondências, Leis de Orçamento e empenhos.

Mônica de Souza Chissini e Fabrício Romani Gomes produziram o capítulo 9, *Itinerários de pesquisas em política, identidade e educação a partir de fontes de acervos municipais em Caxias do Sul, RS*, como resultado de duas pesquisas. A primeira relaciona-se às *culturas de gestão democrática*, na Rede Municipal de Ensino de

Caxias do Sul, RS, entre os anos de 1983 e 1996. A segunda pesquisa, inscrita nos campos do associativismo negro e da identidade ética, refletiu sobre o caráter educativo do Clube Gaúcho na cidade de Caxias do Sul, RS, identificando suas práticas, para uma construção identitário-valorativa em relação aos seus membros, assim como o desenvolvimento humano dos mesmos. Assim, o texto busca sinalizar para a potencialidade de fontes construídas, considerando-se documentos da administração pública e outros acervos.

Em relação ao capítulo 10, *Os elementos constituintes do contexto coletivo de São Francisco de Paula na década de 50: uma análise a partir do Registro Escolar Modelo I do salvaguardado no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar*, os pesquisadores Dilnei Abel Daros e Milene Moraes de Figueiredo apontam sobre um componente valioso e imprescindível da pesquisa na área, que envolve instituições escolares e seus contextos. Remetem para dois movimentos dentro do campo da História da Educação, em relação aos arquivos escolares que são, ao mesmo tempo, sua preservação e possibilidades de estudos. Apresentam investigação realizada com um dos documentos encontrados no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar (Aiceja), no Município de São Francisco de Paula, RS. O objetivo do capítulo é discutir e problematizar a importância dos acervos escolares como espaços de pesquisa para a História da Educação.

Esse caleidoscópio da História da Educação foi construído a partir de pontos de vista dos autores, formando possibilidades para a abordagem e para a compreensão do passado que podem, ainda, ser reformuladas, a partir dos novos olhares de cada leitor. Desejamos uma boa leitura e que apreciem esse encontro de pesquisadores em tempos que nos exigiram reinventar para registrar nossos interesses comuns de pesquisa.

*Caxias do Sul, agosto de 2020.  
Cristian, Dilnei, Gisele e Mariana*

## Referências

- BARROS, Manoel de. **Meu Quintal é maior do que o mundo:** antologia. Rio de Janeiro: Editora Alfabeta, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NÓVOA, Antonio. Carta a um jovem historiador da educação. **Historia y Memoria de la Educación**, n. 1, 2015, p. 23-58. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/viewFile/14111/12822>. Acesso em: 20 jul. 2020.

## **TRILHAS DA MEMÓRIA: POR UMA NARRATIVA PARA A PRIMEIRA ESCOLA DE KRONENTHAL/VALE REAL, RS (1933/1965)**

*Mariane Fruet de Mello  
Eliana Rela*

### **Considerações iniciais**

Começamos este texto justificando a opção de escrita em primeira pessoa, esclarecendo esta escolha, na apresentação de um percurso científico e objetivo, pela impossibilidade de desvinculá-lo de uma trajetória pessoal das autoras, que foram mestrandas e orientadoras, e pela inevitabilidade das marcas de subjetividade que o perpassam. O presente artigo origina-se de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, intitulada “Memórias de escolarização na perspectiva da Escola Étnica Paroquial em Kronenthal/Vale Real, RS (1933-1965)”. Nela, busquei vestígios da história da primeira Escola de Kronenthal, atualmente Município de Vale Real, RS, em relatos de memória de quem atuou/participou das atividades desenvolvidas na instituição, durante o recorte temporal definido.

Essa busca, que nasceu da ideia geral de investigar a História da Educação da cidade, fez surgir questionamentos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, e também para limitá-la e especificar seus objetivos. Quando me propus esse caminho, não conhecia a maioria das dificuldades que se colocariam à frente, e tinha pouca clareza em relação às características da primeira escola de Kronenthal, que se tornou objeto do estudo, principalmente no que diz respeito à definição de sua natureza. Sua inserção em uma localidade de imigrantes alemães e seu duplo vínculo a essa etnicidade e à cultura local requereram esclarecer



nomenclaturas como escola comunitária, étnica e paroquial, de forma a poder pensar sua formação e atuação de modo apropriado.

Pesquisar sobre a história de uma escola antiga e não mais existente, ao mesmo tempo em que instauram obstáculos em nível de compreensão conceitual, também traduz possibilidades de narrativas sobre as ações efetivadas naquele espaço, que não poderiam ser globalmente recuperadas, sem a participação dos indivíduos que lhe conferem uma identidade e sem que se observe sua cultura com o distanciamento necessário. São esses, pois, os elementos capazes de revelar um “[...] sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20).

Nesse sentido, a metodologia torna-se também cerne da pesquisa, é o que permite a construção da nova narrativa histórica possível. Sendo assim, neste estudo, descrevo e pormenorizo os caminhos metodológicos trilhados durante o percurso de escrita da dissertação, de forma a revelar esse processo e, junto com ele, os resultados apontados. Ainda, foi a construção da metodologia de pesquisa que possibilitou e potencializou descobertas e estratégias que serviram para a constituição da pessoa/pesquisadora que me tornei, superando os enfrentamentos que se apresentaram, e que também quero focar aqui. Relato, portanto, uma trajetória de investigação na História da Educação, marcada pela busca de fontes e estratégias, defendendo a ampla possibilidade e autonomia do pesquisador, dentro da metodologia da História Oral, que guiou meu estudo.

Com efeito, durante o processo de escrita da dissertação, foi possível fazer diversas descobertas individuais de construção pessoal, como agente de investigação no desenvolvimento metodológico. Por isso, a metodologia de pesquisa está intimamente relacionada à minha constituição enquanto pesquisadora do campo da Educação; e ambos os processos tornam-se contínuos e unidos.

Em outras palavras, defendo que a minha constituição enquanto pesquisadora foi levando ao mesmo tempo à criação e à construção da metodologia de pesquisa da dissertação. Ao falar um pouco sobre essa trajetória, é necessário, então,

contextualizar em que campo de atuação profissional estou inserida. Como graduada em Ciências Contábeis e Auditora de Controles Internos, no Município de Vale Real, RS, trabalho na elaboração e instituição de normas internas e na realização de auditorias, visando, dentre tantas outras atribuições, a prevenção de fraudes, a transparência, a eficiência no serviço público e a boa aplicação dos recursos disponíveis. Minha rotina de trabalho está, assim, diretamente vinculada à análise de documentação.

Quando me propus a pesquisar sobre a História da Educação do Município de Vale Real (antes localidade de Kronenthal), que me acolheu por uma demanda profissional, comecei, então, uma busca por documentos oficiais que me conduziram a narrar a história da primeira escola ali constituída. Com poucas informações sobre o meu objeto de estudo, em abril de 2018, comecei uma pesquisa no museu e na Secretaria de Educação do Município de Vale Real, RS, buscando encontrar escritos, imagens e demais fontes, que me levassem a algum indício sobre a história da escola.

Para minha surpresa, minha primeira busca não resultou em qualquer registro documental da escola ou de professores que atuaram nela. Fui informada, porém, de que eu poderia ter acesso às informações de que necessitava por meio de Madalena Kuhn, uma professora que havia trabalhado em Vale Real, RS, e que à época estava residindo no Município de Picada Café, RS. Além de memórias da cidade, Madalena havia consigo um manuscrito da história de Vale Real, RS, escrito por ela em 2010, quando ainda trabalhava no município. Encontramo-nos em Picada Café em maio de 2018, e conversamos sobre a produção desse documento, que ela gentilmente me emprestou para coleta de informações sobre a escola paroquial, sobre a imigração e os imigrantes, e sobre a História de Kronenthal/Vale Real, RS. Madalena também me cedeu o diário de um dos professores que lecionou na escola, José Octavio de Gregory – e listou nomes de senhores que possivelmente teriam estudado na Instituição e que poderiam fazer parte dos entrevistados da pesquisa.

Seguindo na tentativa de encontrar fontes documentais, e considerando que Kronenthal pertenceu ao Município de São Sebastião do Caí, RS, pensei que a cidade pudesse abrigar

registros da localidade, que remontassem ao período estabelecido para a pesquisa. Na prefeitura do Município, fui informada de que todos os documentos que pertenciam aos territórios anexos haviam sido encaminhados para os municípios, conforme iam ocorrendo a emancipação. Assim, tão logo obtive essa informação, me desloquei até o Município de Feliz, RS, ao qual Vale Real passou a pertencer uma vez que Feliz foi emancipado.

Na Prefeitura Municipal, conversei com a secretária de Educação e Cultura e fui informada de que os documentos que a prefeitura de São Sebastião do Caí havia remetido poderiam, da mesma forma, terem sido enviados aos territórios que formaram municípios que, com o tempo, se emanciparam de Feliz. Ainda na Secretaria de Educação, fui orientada a procurar duas historiadoras, professoras aposentadas que estudaram a região de Feliz e Alto Feliz: Romana Selbach e Dulce Maria Ruschel.

No mesmo dia, fiz um primeiro contato com as duas professoras, que me indicaram outras fontes para pesquisa e entrevistas. Romana sugeriu que eu conversasse com José Finckler, que viveu na localidade durante o período pesquisado, e que poderia contribuir com a investigação. Ele é filho de um dos professores da escola paroquial e, posteriormente, se tornou meu primeiro entrevistado. Já Dulce tinha algumas fontes documentais, como livros, revistas e fotografias, que, de maneira geral, voltavam-se ao contexto do Município de Alto Feliz. Assim, na primeira visita realizada à sua residência, tive acesso a algumas edições da revista *Skt Paulusblatt*, que foi o periódico que circulou na localidade, entre outros tempos, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

Fiz uma pesquisa criteriosa nas edições a mim disponibilizadas e, com auxílio de uma escola de línguas de Feliz, pude decifrar os textos em alemão<sup>1</sup> elaborados pelo Prof. José Otávio de Gregory, que escrevia para a revista. Os textos tinham caráter histórico e informativo e eram relativamente curtos, mas traziam

---

<sup>1</sup> Quando me refiro à Língua Alemã no contexto da comunidade imigrante instaurada em Kronenthal, o faço por simplificação. Entenda-se a fala dos imigrantes no Brasil, marcada por fortes traços dialetais comumente pertencentes ao Hunsrückisch.

dados significativos sobre o contexto social, as pessoas e os fatos que ocorreram quando Kronenthal iniciava seu desenvolvimento enquanto povoado, mas que também acompanhou seu crescimento, passando a vilarejo e, mais tarde, a ser o Município de Vale Real.

Permanecia, porém, a preocupação de não ter ainda alcançado documentos suficientes; e a caminhada em busca de fontes históricas era uma inquietação constante. Pela falta de material nos arquivos pesquisados, por vezes a busca tornava-se árdua, e eu temia que, se a pesquisa não tivesse o amparo de documentos históricos tradicionais e oficiais, ela não seria viável, pelo menos nos termos em que eu pensava desenvolvê-la. Essa necessidade me levou, então, a uma visita ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e também à Cúria Metropolitana de Porto Alegre, em mais uma tentativa de recuperar arquivos. Dessa vez, convidei Dulce para me acompanhar, que prontamente se disponibilizou a ajudar. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontramos, enfim, documentos relacionados à educação pública dos Municípios de Feliz e de Vale Real no RS, mas ainda não tínhamos localizado documentos que fizessem referência à escola paroquial ou à Igreja de Kronenthal.

Na Cúria Metropolitana, pesquisei registros de cartas enviadas pelo bispo à Arquidiocese de São Sebastião do Caí; em um dos registros pesquisados, foi identificada a preocupação do bispo em relação às escolas para protestantes, tendo em vista que a Igreja católica tencionava manter-se forte nos ensinamentos da catequese, e preponderante. Também procurei documentos nas Cúrias de Montenegro, RS, Caxias do Sul, RS e Novo Hamburgo, RS, onde encontrei diversos materiais importantes para a história da região, mas, mais uma vez, nenhum que especificamente fundamentasse a minha pesquisa naquele momento.

Nesse mesmo período, transcorridos já seis meses do início da pesquisa, visitei a Casa Paroquial, da Igreja Santos Reis de Vale Real, e conversei com o Padre Luciano, que me permitiu acessar o livro de tomo da Igreja. Dele, consegui extrair algumas informações importantes em relação à escola, como, por exemplo, a forma como os pais mantinham financeiramente a Instituição, e informações

gerais sobre acontecimentos que envolviam os alunos e o professor, além de registros do fechamento da escola em 1965. Na oportunidade, o Padre Luciano comentou que eu poderia conversar com Gilberto Freiberger, um munícipe idoso de Vale Real, que foi sempre interessado pela história do município e que, portanto, detinha informações que poderiam ser úteis à pesquisa. Acolhi a sugestão e procurei por Gilberto. Na conversa, constatei que ele teria muito a contribuir também em uma narrativa sobre a escola, pois foi um dos alunos de catequese na primeira escola de Vale Real.

Já por indicação e sugestão de Gilberto Freiberger, visitei também Beatriz, filha do ex-Prof. José Otávio de Gregory, que me contou um pouco sobre a trajetória de seu pai na escola, e também na comunidade valerealense. Beatriz emprestou-me alguns documentos que pertenciam ao Prof. José Otávio de Gregory, dentre eles uma carteirinha profissional, um boletim do período em que estudou na Escola Normal Hamburgo Novo, e também um salvo-conduto utilizado pelo pai para se descolar de Vale Real para Porto Alegre. Mostrou-me, ainda, alguns objetos pessoais de José Otávio, dentre eles uma lupa, sua escrivaninha, roupas, e uma gravata que ele utilizava para lecionar e participar das atividades da Igreja.

Foi, assim, a conversa com Gilberto Freiberger e o encontro com Beatriz que me despertaram para a possibilidade de conduzir a pesquisa por meio de narrativas. Contudo, tendo inicialmente dificuldade de compreender que as fontes advindas das entrevistas constituíam fontes documentais para a história, procurei as professoras Eliana Relá e Terciane Luchese, da UCS, para entender melhor de que maneira a História Oral poderia ser trabalhada, e como seria possível realizar as entrevistas e criar esses documentos. Foram muitos os momentos em que busquei a ajuda e o conhecimento dessas professoras, amenizando minhas angústias com o tempo.

Dessa trajetória, construí conhecimentos sobre a metodologia da História Oral, que se vincularam fortemente à minha pesquisa e à minha formação enquanto pesquisadora na prática. Após a qualificação da dissertação, me vi, então, desafiada a mudar a minha estratégia e começar uma nova possibilidade de metodologia de pesquisa, desta vez ancorada na História Oral. É dessa transformação que falo neste trabalho, enfocando como a

História Oral contribuiu à minha investigação e à narrativa às quais me propus, a partir dos relatos obtidos, em um trabalho de resgate único e “irrepetível” de memórias.

### **Metodologia da História Oral: o processo**

A História Oral vem se afirmando com a potencialidade documental das narrativas, valendo-se do papel-chave que as memórias humanas têm para a História. Ela apoia-se nessas contribuições da memória, que se revelam em narrativas-documento a serem exploradas, apreciadas e formalizadas. O pesquisador que se dispõe a se utilizar da História Oral como metodologia deve ter, como compromisso fundamental, a consideração do outro e de sua narrativa. O entrevistado exterioriza sua vida, seus conhecimentos e sua experiência; o que torna a escuta, então, uma tarefa que presume imersão, entendimento do contexto de inserção de cada pessoa, além da empatia de examinar e constituir os dados (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 36-37).

No caso específico do meu trabalho, identificar possíveis depoentes; localizar seu endereço e, considerando a idade avançada da maioria, obter informações sobre o estado de saúde de cada um foi uma etapa muito importante de planejamento para a viabilização de um contato eficaz e seguro. À ocasião da visita à Secretaria Municipal de Saúde de Vale Real, as funcionárias que me ajudaram com o levantamento de possíveis entrevistados me apresentaram uma lista de 28 nomes de pessoas cujos anos de vida jovem e adulta coincidiam com o período de atuação da escola e de delimitação da pesquisa, que puderam me ajudar com um levantamento dos idosos, em uma primeira triagem de indivíduos. Para definir potenciais depoentes, e tendo as informações de endereço e número de telefone comigo, a estratégia foi agendar uma conversa introdutória com os idosos.

Conforme Toutier-Bonazzi (2005) é importante que o pesquisador realize, sempre que possível, um contato prévio com os indivíduos que serão entrevistados, com a finalidade de aproximação e para romper algum obstáculo comunicativo, estabelecendo

laços de confiança e permitindo que as narrativas aconteçam com a maior naturalidade possível. Para mim, esse contato primeiro serviu também para identificar os participantes que melhor comporiam meu quadro de entrevistados, levando em conta não apenas o período da pesquisa, mas também aspectos observáveis de sua saúde física, emocional e mental. Como eu não os conhecia, nem a família, contei com a ajuda das agentes de saúde que haviam me recebido e também de duas professoras de rede municipal de educação, para que a aproximação entre nós fosse adequada.

Nessas visitas prévias também pude me apresentar e explicar a pesquisa e seus objetivos, bem como questionar os idosos sobre a disponibilidade de responderem a uma entrevista para os fins estabelecidos. Pude observar que tal aproximação permitiu estabelecer um vínculo de confiança, ainda que inicial, e as barreiras esperáveis de um contato entre desconhecidos puderam ser amenizadas. Essa estratégia parece ter funcionado especialmente bem no meu caso, visto que eu era uma “estrangeira” em uma localidade em que há muita familiaridade entre os moradores, e onde as pessoas de idade avançada não costumam interagir com gente de fora.

Dos 28 idosos visitados, 17 aparentemente apresentavam boas condições de saúde para responder às perguntas que eu havia elaborado. Dos outros, cabe esclarecer que três foram excluídos por obstáculos linguísticos, visto que não falavam português com autonomia e, por isso, não se sentiriam à vontade para participar da pesquisa.

Sendo assim, em novembro de 2018, comecei a programar e agendar as entrevistas com os idosos selecionados. A primeira aconteceu em dezembro do mesmo ano, e a última, em janeiro do ano seguinte. Optei por utilizar os finais de semana para os encontros; isso porque, durante a semana, minha rotina de trabalho tornava inviável a aplicação das entrevistas. Assim, nos sábados e domingos, eu entrevistava quatro idosos, um por turno – manhã e tarde – do dia.

Conforme as informações acerca da minha pesquisa foram alcançando alguns colegas de trabalho e mesmo pessoas que eu nem conhecia, foi-se criando uma rede de contatos que fez surgir

indicações de outros possíveis participantes. Desses, incluíram-se dois, aos quais, porém, não foi feita visita prévia, porque um residia em São Leopoldo e o outro no Município de Portão, RS.

A primeira entrevista foi feita a José Finckler. Nascido em 1923 na localidade de Kronenthal, frequentou a Escola Paroquial desde os 7 anos de idade. Filho de Felipe Finckler, um dos primeiros professores em Kronenthal, estudou até os 12 anos na escola. O papel do professor e a relação do professor como representante da comunidade foram pauta importante da entrevista.

Outro dos entrevistados foi Aloysio Griebler que, à época da pesquisa, estava com 87 anos; nasceu em Kronenthal e viveu o suficiente para presenciar a mudança de vilarejo em cidade, vindo nascer Vale Real. Frequentou a Escola Paroquial durante o ano de 1936 e, posteriormente, por decisão de seus pais, foi estudar na escola municipal. Aloysio fez o estudo da catequese na Escola Paroquial. Depois de concluir seus anos de ensino primário, foi estudar em Porto Alegre. Em sua narrativa, aparece com frequência sua relação com a escola, o professor e a comunidade de Kronenthal.

Entrevistei Gilberto Freiburger, nascido em 1938, no vilarejo. Viveu com sua família (seus pais e seus onze irmãos) na localidade de Canto Krewer.<sup>2</sup> Estudou na Escola Paroquial apenas para fazer a catequese. Demonstrou, em sua narrativa, forte vinculação com a Igreja e com a sociedade de Kronenthal.

Outra entrevistada foi Gonzalina, nascida em 1946, no Município de Vale Real, e viveu a infância e parte da vida adulta na localidade do Canto Krewer. Gonzalina estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1952 a 1956. Sua narrativa reportou-se com frequência aos castigos escolares aplicados pelo professor.

Heiny Strocher, outro entrevistado, nascido em Kronenthal 1941, estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1948 a 1952. Na entrevista, contou que, naquele período, tinha muita dificuldade para se deslocar às aulas, em função de morar distante da região central do vilarejo, onde estava localizada a escola.

---

<sup>2</sup> Canto Krewer foi uma área de Kronenthal, que se desenvolveu um pouco afastada do centro da localidade, nos arredores de uma estrada secundária.



Em sua narrativa, demonstrava gratidão pelos ensinamentos deixados pelo Prof. Reynaldo Andrioli.

Outro entrevistado ainda foi José Félix Griebler, nascido em 1927, no Município de Montenegro. Com dois anos de idade, foi morar com a mãe e os irmãos em Kronenthal. Frequentou a Escola Paroquial em meados da década de 30, do século XX, Em sua narrativa, evidenciou com frequência o respeito e a consideração pelo professor e pela escola.

Lucila Nedel, nascida em Kronenthal, em 1929, contou-me que estudou na Escola Paroquial até os 12 anos de idade, quando terminou o ensino primário. Ela não tem muitas lembranças do tempo em que estudou na Escola Paroquial, mas recordou com ênfase dos castigos que sofria dos padres, quando frequentava a catequese.

Maria Amélia Bergmann também fez parte dos entrevistados. Nascida em 1922 em Kronenthal, estudou catequese na Escola Paroquial e fez o primário na escola municipal. A conversa com Maria Amélia precisou da intermediação da professora Jaqueline Stoffels Bettiatto, tradutora, tendo em vista que a entrevistada comunicava-se predominantemente no dialeto germânico falado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Sua narrativa ficou voltada às aulas da catequese e aos castigos que o professor aplicava nos alunos.

Outro entrevistado foi Miron Alexius Stoffels, padre jesuíta nascido em Kronenthal, que frequentou a Escola Paroquial entre os anos de 1941 e 1944. Demonstrou, em sua narrativa, consideração à escola paroquial como a que deu início ao seu processo de ensino, e também narrou mais de uma vez a prática dos castigos escolares e falou com afeto de sua ligação com a comunidade. Além de ter parentes que residem no município, é convidado anualmente para conduzir a missa de Natal da comunidade de Vale Real.

Entrevistei Omar Glaeser, nascido em 1939, em Kronenthal, e que viveu a infância junto de seus pais e irmãos na localidade do Canto Krewer. Na entrevista, evocou memórias da Escola Paroquial, contando-me que estudou na escola entre os anos de 1947 a 1950, e que teve como professor Luiz Reynaldo Andrioli. Lembrou, ainda, que as aulas aconteciam na maior parte do tempo em Língua Alemã, mas que o professor era obrigado a

ensinar também o português, sob pena de ser preso. Mencionou que o professor tinha a “flexibilidade” de ensinar tanto no alemão quanto no português, tendo em vista a dificuldade que os filhos dos imigrantes tinham em aprender a língua falada no Brasil. Pode-se observar na entrevista que Omar traz memórias ainda vivas das práticas escolares, como a rotina das aulas e a didática do professor, por exemplo.

O último entrevistado nessa lista de menções foi Silvério Stroher, que nasceu em Vale Real, em 1951 e estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1959 a 1962. Em sua fala, expressou gratidão ao professor que teve, e disse, ainda, que foi por causa do que aprendeu nas aulas da catequese que se tornou um homem vinculado à comunidade e à Igreja.

Conforme listado, das 17 pessoas para entrevistar, somente 11 realmente participaram da pesquisa. Isso se deve ao fato de que a relação de perguntas elaboradas inicialmente não foi incluída uma essencial, que questionasse a escola frequentada pelo entrevistado. Essa pergunta estava na posição oitava no questionário e, então, depois de duas entrevistas realizadas com outros senhores, percebi que teria que mudar a estratégia e colocar essa pergunta como uma das primeiras a ser feita. Dessa forma, nas próximas entrevistas eu já perguntava, no primeiro momento: “Em qual escola o(a) senhor(a) fez o ensino primário?” Essa autonomia que me permitiu mudar a estratégia<sup>3</sup> foi fundamental para as demais entrevistas, tendo em vista que, além desses dois, mais quatro pessoas não puderam fazer parte da pesquisa por não terem estudado na Escola Paroquial.

Foi a partir das narrativas dos entrevistados que as categorias de análise foram propostas para a pesquisa, sendo elas: A Escola Paroquial; a relação da Escola com a comunidade; as práticas escolares e, por fim, o professor é a Escola.

Optando pela História Oral como metodologia, fiz uso de

---

<sup>3</sup> Utilizo o termo estratégia como descrito por Certeau (1994, p. 99): “É o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.

um gravador de voz para registrar as entrevistas. Essa decisão foi fundamentada nas ideias de Antoniette Errante. Assim como a autora defende, tive o cuidado de que

[...] minha voz fosse minimamente ouvida durante o evento da história oral, e minha abordagem era fazer as mínimas perguntas possíveis que solicitassem a informação que eu estava procurando. Eu estava interessada em como os narradores organizavam suas experiências e, por isso, eu lhes permitia falar tanto quanto quisessem sobre algo que eles queriam lembrar, mesmo quando isso não parecia particularmente relevante para o meu estudo (ERRANTE, 2000, p. 149).

É de fundamental importância estar consciente de que, durante as entrevistas, poderão ocorrer imprevisibilidades, o que exige disposição e competência para escutar o entrevistado. Eventualmente, quando a resposta não condizia com a pergunta, após o respondente encerrar a sua fala, eu fazia um novo questionamento em outras palavras, tentando deixar mais claro para o entrevistado o intuito da pergunta. Além disso, é preciso considerar que a memória é seletiva, uma vez que são variados os entrevistados e que, possivelmente, durante a entrevista, eles irão responder àquilo que imaginam ter que responder a quem os está entrevistando.

No decorrer desse processo de coleta dos dados, senti a necessidade de voltar outras vezes para conversar com alguns dos entrevistados, visto que surgiram dúvidas minhas em relação à comunidade, ao papel da Igreja na localidade e à rotina na Escola, que não foram respondidas inicialmente. Nesse processo, percebi que as perguntas que preparei para as entrevistas foram em alguns casos muito fechadas, não possibilitando maiores explorações. À medida que essas situações foram aparecendo, senti a necessidade de abrir perguntas secundárias, seguindo a fala dos entrevistados, o que foi uma marca do papel e da necessidade da minha autonomia, durante o processo.

Prevendo esses casos, porém, já havia decidido realizar

entrevistas semiestruturadas, que seguiam um roteiro “predefinido” com perguntas abertas, permitindo aos entrevistados narrar com riqueza de detalhes suas memórias, trazendo à tona impressões e lembranças, e expressando a sua subjetividade. Manzini (2012) fala a propósito, afirmando que o pesquisador, em uma entrevista semiestruturada, deve dar atenção a algumas situações durante a realização das perguntas, para poder ajustar o roteiro dos questionamentos, caso novas perguntas pareçam necessárias ou caso perguntas previstas precisem ser reformuladas.

No período em que eu estava aplicando as últimas entrevistas, iniciei também as transcrições. Optei por transcrever todas as conversas na íntegra, a partir da fala dos entrevistados. É importante esclarecer que a função da transcrição é essencial, pois registra a narrativa de forma a permitir ao historiador rememorar ensejos da pesquisa; por conseguinte, é uma ferramenta que contribui na “organização e análise dos resultados” (ZAGO, 2003, p. 299). A fonte oral, após a transcrição, converte-se em um documento. A partir de então, o registro foi examinado com precisão, com vistas a responder ao problema proposto para a pesquisa (ALBERTI, 2005). Assim, fui fazendo o processo de decupagem de análise do conteúdo para a seleção das categorias.

Evidencio, assim, que a História Oral foi utilizada, na minha pesquisa, e como pode e deve ser também em outras, como fonte documental. Todas as buscas, tanto por fontes documentais e oficiais como para seleção dos entrevistados, foram um processo minucioso, o que se pode dizer igualmente das visitas prévias e das transcrições. Cada etapa da pesquisa demandou muito esforço e, em alguns momentos, mudança de estratégias, e possibilitaram-me alcançar maturidade enquanto pesquisadora, e renderam valiosos achados, apesar dos poucos documentos oficiais escritos que compuseram a investigação. Conhecer pessoas foi o que me permitiu saber mais sobre o espaço e o contexto da minha pesquisa.

## Considerações finais

Neste artigo, procurei mostrar a minha trajetória enquanto pesquisadora para a construção da metodologia da dissertação. Durante tal processo, a busca por fontes documentais escritas foi trabalhosa e resultou em pouco material. Isso não significa, porém, que as etapas de busca por documentos foram em vão, pois aprendi muito neste processo e montei arquivos para futuras pesquisas. Na pós-qualificação, consegui finalmente vislumbrar a possibilidade de trabalhar com fontes documentais narradas, solucionando o problema dos documentos – e tomei a decisão de aprofundar as leituras acerca da metodologia da História Oral, e iniciei o processo metodológico nessa nova perspectiva.

Quando um pesquisador reflete sobre o próprio trabalho, ele tem sim autonomia para criar estratégias. No meu caso, percebi pontos fortes de uma metodologia que desconsiderava no início da pesquisa. Ela me levou a possíveis entrevistados, mapeando a população por faixas etárias e pelo endereço, que foram fonte de valor inestimável para a construção da narrativa histórica a que me propus. Dessa abordagem nova, por outro lado, também pude perceber pontos frágeis, principalmente de atitude pesquisadora: por exemplo, tive que voltar ao encontro de alguns entrevistados em busca de informações importantes que não consegui coletar no momento reservado à reunião de dados. Talvez, se o pesquisador tiver mais segurança da sua metodologia – o que poderia ter acontecido no meu caso – não incorra em tantas idas e vindas ao percurso.

Outra observação, com base no que aconteceu durante minha pesquisa, é que, quando os participantes são pessoas idosas, o tempo é, também, fator fundamental. Praticamente, pode ser que a entrevista seja a última vez que o pesquisador tenha contato com aquele indivíduo ou, ainda, que o entrevistado esteja, de um momento a outro, não mais disposto a receber o pesquisador. Há, portanto, uma urgência e um cuidado especiais para que a pesquisa atinja seus objetivos, e para que a entrevista apresente tópicos claros e suficientemente abrangentes.

Vale afirmar que, até o último momento da pesquisa, a metodologia ainda estará sendo construída, refletida, pois é necessário um diálogo constante entre o pesquisador e os procedimentos escolhidos para construir o objetivo. Essa interação, por sua vez, responderá a uma questão formulada, certamente, a partir das experiências contextualizadas no cotidiano do pesquisador. No caso específico do estudo aqui apresentado, o ineditismo dessa relação pode ser atribuído à escassez de documentos escritos. Será esse o motivo pelo qual a Escola Paroquial de Kronenthal ficou silenciada por quase um século?

Estudar e apreender pressupostos da História Oral oportunizou construir uma narrativa das práticas escolares, num recorte de tempo possível, de uma escola que teve uma vida ativa por mais de 90 anos. A metodologia posta em movimento possibilitou a escrita de uma narrativa que possui o som polifônico de um coletivo de alunos: Aloysio Griebler; Gilberto Freiburger; Gonzalina; Heiny Stroehrer; José Finckler, José Félix Griebler; Lucila Nedel; Maria Amélia Bergmann; Miron Alexius Stoffels; Omar Glaeser; Silvério Stroehrer. Esse coletivo, ao partilhar generosamente suas memórias, o fazem da perspectiva do aluno. E quanto há para saber!

E da perspectiva do professor? Bem, esse é outro viés possível. No percurso de realização das entrevistas, alguns materiais que podem responder a essa pergunta foram localizados, e seu direcionamento necessitará de outro aporte metodológico pela tipologia documental. O importante é que não se percam memórias, para continuar a encontrar histórias prontas a serem contadas.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: I. Artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias

orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romanagem no tempo e recantos da memória**: reflexões metodológicas sobre história oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 233-245.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

## HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓ- GICOS PARA PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*Cristian Giacconi  
Eduardo Cristiano Hass da Silva*

*O historiador não tem o monopólio sobre a memória,  
mas ele detém os instrumentos para lidar com a  
pluralidade e a fragmentação da memória.  
(FERREIRA, 2019, p. 219)*

### **Considerações iniciais**

Ao olharmos as produções em História da Educação no Rio Grande do Sul, sobretudo na última década, é possível apontar o aumento significativo de pesquisas que se utilizam da metodologia de História Oral e das memórias de sujeitos como fontes históricas. Dentre as razões deste crescimento, é possível apontar o número de produções realizadas em grupos de pesquisa de diferentes instituições: “Ebramic – Educação no Brasil: Memória, Instituições e Cultura Escolar”, coordenado por Luciane Graziotin, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; “Grupheim/UCS – Grupo de Pesquisa História, Imigração e Memória”, coordenado por Terciane Ângela Luchese, da Universidade de Caxias do Sul; “Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação”, coordenado por Dóris Bittencourt Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentre outros.

Considerando este espaço fecundo para a reflexão e produção de conhecimento em História da Educação, como realizar uma pesquisa utilizando-se aportes de memórias? Como proceder com



a realização de entrevistas de História Oral? Quais os cuidados o pesquisador deve ter antes, durante e após as entrevistas? Quais tipos de entrevistas podem ser aplicados? Como proceder com a escolha dos sujeitos frente aos objetivos de pesquisa? Quais as maneiras de transcrever e validar as entrevistas? O presente texto se coloca como uma introdução à temática da história e da memória, introdução a ser utilizada por aqueles que ousam se aventurar por estes caminhos. Para atender a esta proposta, o texto encontra-se estruturado em três momentos.

Inicialmente, visando situar o leitor nas problemáticas da história e da memória, apresentamos discussões, a partir de alguns dos principais autores da temática. É importante destacar que existem diferentes abordagens e fundamentações teóricas em relação à memória, pois, como afirma Ferreira (2019) na epígrafe que abre este estudo, o historiador não é o detentor do monopólio da memória, mas aquele que detém os instrumentos para lidar com sua pluralidade e fragmentação. Desta forma, o uso e o cruzamento das ideias dos diferentes autores devem se dar de forma sempre cautelosa, respeitando o gradiente analítico de cada um deles. Mais do que propor relações, visamos apresentar diferentes perspectivas, às quais poderão ou não ser exploradas pelo leitor em suas investigações.

Na sequência, apresentamos e discutimos a História Oral enquanto metodologia de pesquisa que se utiliza da memória para a construção da narrativa histórica, recorrendo especialmente aos trabalhos de Alberti (2004, 2013, 2015) e Portelli (2016). É importante destacar que, assim como os usos da memória, a metodologia de História Oral também possui algumas particularidades, a partir dos autores que a utilizam. Além disso, reforçamos que a História Oral nem sempre será a metodologia que melhor se emprega em um trabalho de pesquisa, devendo ser considerada a problemática geral do pesquisador ou, como menciona Alberti (1996, p. 1), “[...] quando os resultados puderem efetivamente responder às nossas perguntas e quando não houver outro tipo de fonte disponível”.

Para finalizar a tessitura desta narrativa, mas sem a intenção de esgotar ou fechar este assunto, destacamos as possibilidades de pesquisa e articulações com as memórias no campo da História

da Educação, recorrendo aos estudos de Grazziotin e Almeida (2012), Souza (2011, 2015), bem como às pesquisas de Giacomoni (2018) e Silva (2017).

## **História e memória: apontamentos teórico-iniciais**

O fenômeno da memória tem sido objeto de investigações de diversos autores, pensado e discutido a partir de diferentes vertentes epistemológicas, bem como utilizado por diferentes campos da história. Considerando esta variedade de abordagens e o número significativo de escritos sobre o tema, seria possível ainda apresentar algo inédito? Por que escrever sobre o tema, se tantos autores já o fizeram?

Nós acreditamos que sim, que é possível pensar e discutir sobre a memória, sobretudo na História da Educação. No entanto, é importante lembrar que nem sempre a memória e a metodologia de História Oral serão a solução para determinada pesquisa, cabendo ao pesquisador saber identificar as potencialidades dessa abordagem, conforme sua realidade. Antes de se aventurar por este campo, é importante que o pesquisador tenha bem definidos o problema de pesquisa e os objetivos. Após sistematizar estas questões centrais da pesquisa, caso identifique a necessidade de recorrer à memória e à História Oral, é importante que o pesquisador procure conhecer os principais teóricos e as concepções a respeito da memória, tendo o cuidado de não propor aproximações forçadas ou inadequadas.

Se você já construiu seu problema de pesquisa, traçou seus objetivos e identificou a importância e/ou necessidade de trabalho com a memória, é importante se perguntar: O que se entende por memória? A partir de qual perspectiva irei trabalhar com este fenômeno? Quais instrumentos metodológicos empregar?

A resposta à pergunta: “O que é memória?” irá depender do referencial escolhido. De acordo com o filósofo Ricoeur (2007), antes de mais nada é importante lembrar que a *memória* não é a *história*, mas sim um fenômeno que, ao passar por um processo

analítico, pode ser utilizada para a escrita da história. Ao apresentar um esboço fenomenológico da memória, Ricoeur (2007) destaca que este fenômeno é composto por lembranças e esquecimentos. Nesta perspectiva, o ato de lembrar ocorre no presente, o que permite afirmar que a memória é deturpada pelo tempo, o que a converte em um fenômeno do presente. Quem lembra lembra do passado, mas no aqui e no agora.

Considerar a memória um fenômeno do aqui e do agora, equivale a dizer que, tanto memória quanto história estão relacionadas ao tempo e ao espaço, sendo o hábito de habitar a mais forte ligação humana entre data e lugar. No processo de lembrar, no qual lembranças e esquecimentos se encontram na construção da memória, o testemunho torna-se a estrutura fundamental da transição da memória para a história. Mas, como realizar esta transição?

Ricoeur (2007) toma o conceito de operação historiográfica, de Certeau,<sup>1</sup> para definir a passagem da memória para a história. O autor entende que esta passagem se dá a partir de três fases: fase documental, fase explicativo-compreensiva e fase representativa. É importante que o pesquisador entenda que estas fases não são distintas nem sucessivas, mas sim momentos metodológicos imbricados uns nos outros.

Dessa forma, a fase documental compreende a passagem do conteúdo da forma espaço/tempo histórico, da forma declarativa, para o da forma escrita, dando nascimento ao arquivo. A partir da declaração do testemunho, o pesquisador irá construir o arquivo, fenômeno entendido para o filósofo como “arquivamento da memória”.

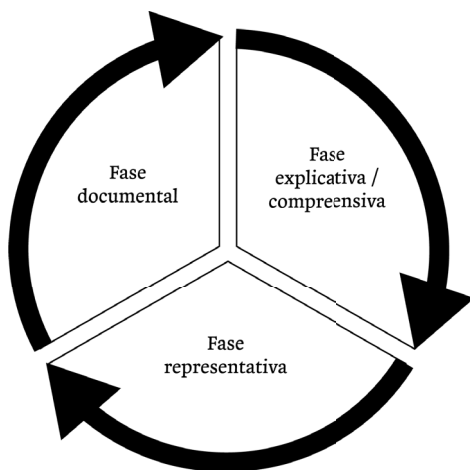
Fase explicativo-compreensiva procura analisar o arquivo produzido. Aquele que ouse se aventurar por estes caminhos,

---

<sup>1</sup> Michel Jean Emmanuel de La Barca de Certeau – Michel de Certeau – nasceu em 7 de maio de 1925, em Chambéry na França e morreu em 9 de janeiro de 1986. Formou-se em Filosofia, Letras Clássicas e Teologia nas Universidades de Grenoble, Lyon e Paris. Tornou-se um historiador conhecido e respeitado por sua produção científica sobre a mística e as correntes religiosas nos séculos XVI e XVIII. Os estudos de Certeau tiveram grande repercussão internacional no campo dos estudos culturais, especialmente os que se referiram ao cotidiano, à sociedade de consumo e aos usos midiático-culturais (SILVA; LYRIO; MARTINS, 2011, p. 63-64).

deverá prestar atenção em alguns elementos que marcam este processo, como os já citados: espaço habitado e tempo histórico, bem como o testemunho, o arquivado e a prova documental.<sup>2</sup> A terceira fase é a representativa, na qual o pesquisador colocará em forma literária ou escrita o discurso levado ao conhecimento dos leitores. De forma geral, a imagem a seguir apresenta de forma sistematizada estas três fases:

**Imagem 1 – Operação historiográfica para Ricoeur (2007)**



**Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ricoeur (2007).**

Conforme podemos observar na Imagem 1, as fases da operação historiográfica não se sucedem, estão imbricadas umas nas outras. Esta relação será observada na prática da pesquisa. Mesmo que o autor realize todas as entrevistas propostas e depois comece o processo de análise e escrita, irá observar em diferentes momentos a necessidade de retornar aos testemunhos

---

<sup>2</sup> Não é nossa intenção explorar cada um destes elementos, mas, sim, colocar o leitor em contato com estes teóricos. Desta forma, caso você tenha interesse em saber mais sobre os conceitos apresentados, recorra à leitura da obra de Paul Ricoeur, procurando estabelecer relações com seu tema de pesquisa, bem como seus objetivos e problema de investigação.

ouvidos e escritos. É neste movimento de “ir e vir”, ouvir, anotar, analisar, escrever, voltar a ouvir, analisar, escrever, etc., que se dá a construção de uma narrativa.

Enquanto Ricoeur (2007) propõe uma percepção filosófica da memória, Pollak (1992) apresenta algumas reflexões de cunho sociológico, relacionando Memória à Identidade Social e à História Oral. De acordo com o sociólogo, a memória é um fenômeno tanto individual quanto coletivo. Em relação ao caráter individual, está relacionado ao íntimo, o próprio de cada pessoa. Já a esfera coletiva se refere ao social, um fenômeno que é construído coletivamente, submetido a flutuações, transformações e mudanças.

Seja individual ou coletiva, a memória apresenta alguns elementos constitutivos que, para Pollak (1992), são basicamente três: acontecimentos, pessoas ou personagens e lugares. Em relação aos acontecimentos, eles podem ter sido pessoalmente vividos ou por tabela.<sup>3</sup> Assim como os acontecimentos, os personagens também podem ter sido encontrados ou conhecidos por tabela. É em especial sobre os lugares que a análise do autor se direciona. Para ele, os lugares podem ser lugares de memória tanto individuais quanto coletivos, podem ser locais de comemoração e lugares/monumentos.

Ao considerar os elementos que constituem a memória, o autor destaca que nem tudo fica registrado. Além disso, a memória é um fenômeno do presente, que se refere ao passado. Dessa forma, a memória é um processo seletivo sobre flutuações, constituída a partir do momento em que é acionada. É neste processo de seleção, organização e flutuações da memória que é possível identificar a construção das diferentes identidades. Nas palavras do autor:

[...] a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e

---

<sup>3</sup> Para o autor, os acontecimentos vividos por tabela são aqueles não vividos, diretamente, por quem os testemunha, mas que, devido a uma Memória herdada, os relata como parte da sua memória individual.

de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Conforme podemos observar, a memória é o elemento mobilizado na construção das identidades, sejam elas individuais ou coletivas. Desta forma, tanto estas memórias quanto estas identidades podem e devem ser utilizadas pelos historiadores da educação, na construção de suas pesquisas.

É importante destacar ainda que a memória coletiva não é a soma ou justaposição das memórias individuais, assim como as identidades coletivas não são a soma das identidades individuais. As relações entre memória individual e coletiva, entre identidade individual e coletiva são complexas, resultando de processos de seleção, organização, enquadramento, construção, entre outros.

Assim como para Pollak (1992), a problemática entre memória individual e coletiva também é estudada por Halbwachs. Para Halbwachs (2006), as lembranças são manifestações individuais dos sujeitos e se apresentam como fragmentos de fatos e/ou ações vivenciados de forma coletiva. Todavia, as memórias são coletivas e plurais, constituídas por muitas tramas de lembranças, seja por seus encadeamentos, seja por pontos de encontro das manifestações das lembranças, e também nas suas inter-relações, que são compartilhadas socialmente onde os sujeitos estão imbricados.

Deste modo, a memória individual (lembrança) sempre é um ponto de vista sobre a memória coletiva, construída socialmente, a partir das relações entre os sujeitos, dos grupos que pertencem, das instituições que frequentam, do contexto no qual se inserem, de forma representativa, repletas de (res)significação, de sentido e intencionalidade, pois como argumenta Halbwachs (2006, p. 49), “[...] os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos chegados a nós”.

A história difere da memória, pois a “versão e visão” de uma das possíveis histórias narradas são compostas pela seleção de acontecimentos que ocupam lugar de destaque na memória dos sujeitos. As memórias constituem-se pelas perspectivas

individuais dos sujeitos acerca dos fatos, e a história é composta pelo conjunto de memórias que são homogêneas entre os sujeitos de um mesmo grupo social. Além disso, as memórias estão atreladas ao convívio social, cuja “construção” acontece mediante as relações entre os sujeitos ou entre os grupos dos quais fazem parte, e que podem ser resultados das influências, que estão submetidas, como, por exemplo, a família, a escola, o trabalho ou o grupo social (HALBWACHS, 2006).

As memórias coletivas estão ancoradas na história individual de cada membro de um grupo, e emergem enquanto são realizados encadeamentos, intersecções e relações entre as diversas manifestações das lembranças desses sujeitos. Nesse sentido, consideramos os aportes das memórias como possíveis caminhos pelos quais fatos ou acontecimentos regressam ao presente, de forma representativa, e são capazes de esculpir uma possível narrativa histórica. Assim, os sujeitos podem criar representações do passado assentadas nas suas próprias percepções, mas também nas percepções de outros sujeitos ou, ainda, na internalização de representações de memórias históricas.

Outro autor que se interessa pelas problemáticas entre a memória e a história é Nora (1993). De acordo com o historiador francês, vivemos um processo de aceleração da História, marcado pela ruptura de equilíbrio e pelo arrancar do que sobrou da tradição. Observa-se o fim das sociedades-memória que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, como a Igreja, a família, a escola, o Estado, etc.

Dentro destes processos, Nora (1993) apresenta uma sistematização da sua compreensão dos conceitos de memória e de história. A memória é a vida em permanente mudança, marcada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Desta forma, é um fenômeno atual, vivido no presente e que enraíza no concreto, como no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A memória é matéria-prima, é documento para o historiador.

A história, para o autor, é entendida como reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. É uma representação do passado que demanda análise e discurso crítico, a

qual se liga às continuidades temporais, evoluções e relações das coisas. A história suspeita da memória, toma-a como documento, a analisa e interpreta.

Considerando as colocações apresentadas até este momento, salientamos que compreendemos a memória como um fenômeno, individual e/ou coletivo, que pode ser analisado, a partir de diferentes perspectivas epistemológicas. A partir do testemunho e da realização da operação historiográfica, a memória pode ser utilizada como fonte pelos historiadores e historiadoras, servindo como matéria-prima para a construção da história. Esses são apenas alguns dos principais teóricos sobre o tema. Sugerimos uma leitura aprofundada de cada um e, a partir das suas concepções, identificar aquele ou aqueles que melhor contribuem para a construção do quadro teórico da sua pesquisa.

## **História oral: métodos e procedimentos**

Após transitarmos brevemente sobre as discussões a respeito da memória, se o pesquisador decidir trilhar este percurso investigativo deve-se questionar qual a melhor metodologia a ser empregada. Uma possibilidade potente para as investigações que se utilizam das memórias é a metodologia da História Oral. É importante que o pesquisador tenha em mente que, conforme destaca Alberti (2004), a História Oral não é solução para tudo, cabendo ter consciência de onde ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar.

De acordo com a pesquisadora, são diversos os campos de pesquisa em que a História Oral pode ser útil, como a história do cotidiano, história política, padrões de socialização e trajetórias, história de comunidades, história de instituições, biografias, história de experiências, registro de tradições culturais e história de memórias (ALBERTI, 2004). Acrescentamos a este rol de campos a História da Educação que, conforme demonstraremos na sequência, também se converte em um espaço profícuo para as pesquisas com memória e História Oral. Mas em que consiste a História Oral? Nas palavras da autora:



O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a narrativa. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado (ALBERTI, 2004, p. 77).

Conforme podemos observar, o trabalho com História Oral mobiliza os pesquisadores na produção de entrevistas que serão gravadas, transcritas, categorizadas, analisadas e, posteriormente, articuladas na escrita da história. Em suma, a metodologia da História Oral utiliza os aportes das memórias que emergem de narrativas que se tornam viáveis, a partir de entrevistas gravadas e transcritas, sendo então passíveis de análises.

Segundo Portelli (2016), a História Oral é uma metodologia consolidada, e balizada, sobretudo, na arte da escuta, pois os documentos oriundos das oralidades são cocriações produzidas nas inter-relações e diálogos entre o pesquisador e o entrevistado; fundamenta-se sobre quatro princípios:

1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo);
2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória);
3. A relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e as histórias;
4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (PORTELLI, 2016, p. 12).

Nesse sentido, escritas que se utilizam da História Oral sempre possuem dois autores: (a) pesquisador e entrevistado(a). Todavia, para Souza (2019), a metodologia da História Oral vai além da entrevista, pois pressupõe o desafio de capturar sentidos, significados, impressões atribuídas às memorações

das vivências e experiências dos sujeitos, e que esta também é uma das possibilidades explicativas para a conjuntura histórica pesquisada. Desta forma, para além das memórias narradas, é importante que o historiador atente para o momento da entrevista, tomando nota de cada detalhe em relação ao seu entrevistado.

A entrevista, um dos instrumentos da História Oral, possui sentido e significado apenas quando articulada com a problemática de estudo e envolve essencialmente cinco elementos: o(s) sujeito(s), o local, o dispositivo para gravação, o roteiro da entrevista e a transcrição da entrevista.

Compreendemos que o critério para escolha do entrevistado deve, num primeiro momento, ser orientado pelos objetivos/problemas da pesquisa, não deve se deter em relação ao tamanho da amostra, mas em relação à importância e relevância deste(s) sujeito(s) na conjuntura histórica pesquisada. Nesse sentido, é relevante procurar pelos sujeitos “[...] que participaram, viveram, presenciaram, ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos” (ALBERTI, 2013, p. 40).

Em relação ao local, as pesquisas de Souza (2011, 2015) e de Giacomoni (2018) apontam que as entrevistas realizadas na residência dos entrevistados possibilitam maiores aberturas e envolvimento. É importante mencionar que, ao determinar um local para entrevista, algumas precauções e orientações são necessárias, como: a procura por um cômodo da residência que seja silencioso e tranquilo, que possua um móvel (sofá, cadeira, banco) confortável, o fechamento de janelas e portas para não haver interferência de estímulos externos, o posicionamento adequado do gravador, e, se possível, fazer o agendamento em datas que nas quais o entrevistado disponha de tempo livre e não tenha compromissos.

As contribuições dos autores estão em consonância com os teóricos da memória anteriormente apresentados. Conforme evidenciamos, embora com abordagens diferentes, Ricoeur (2007), Pollak (1992), Halbwachs (2006) e Nora (1993) destacam a importância que o lugar exerce sobre a memória, constituindo-se elemento fundamental para as operações de lembrar e esquecer.

Ainda com base nas experiências de Souza (2011, 2015) e Giacomoni (2018) as entrevistas que renderam maiores detalhes e experiências foram aquelas nas quais os pesquisadores estabeleceram uma relação de confiança com o entrevistado. Esse elemento pode ser “conquistado” com uma visita prévia, um breve café, uma conversa informal, com o intuito de quebrar impactos negativos e, dessa forma, obter uma aproximação e confiabilidade do sujeito. Nessa fase, também entendida como uma pré-entrevista, é importante explicar quais temas serão abordados na entrevista, com o intuito de suscitar possíveis memórias, orientando-os a anotarem qualquer informação considerada relevante, e destacar que, a partir disso também podem emergir outras fontes documentais, como fotografias, cadernos, diários, boletins, que auxiliam o pesquisador em seus questionamentos de pesquisa.

O dispositivo para gravação da entrevista pode variar conforme a familiaridade do pesquisador com o instrumento e o aceite do entrevistado. Utilizam-se gravadores de áudio ou vídeo, analógicos ou digitais, porém, na atualidade, o uso dos *smartphones* tem ganhado muito espaço para quem desenvolve pesquisas com esta metodologia, pois combinam alta qualidade de som e imagem num único aparelho. Além disso, o formato do arquivo gerado pelo dispositivo permite o manuseio em computadores e *softwares* de transcrição do oral para o escrito. É importante que, após a realização da entrevista, o pesquisador procure salvar o arquivo em diferentes mídias, evitando que qualquer acidente técnico possa comprometer seu documento.

A estrutura da entrevista pode variar conforme o objeto, objetivo ou problema de pesquisa, ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada,<sup>4</sup> todavia, para Alberti (2013), pode ser caracterizada por duas tipologias: entrevistas temáticas e entrevistas de história de vida. Basicamente, as entrevistas temáticas versam sobre o envolvimento do entrevistado em determinado acontecimento e/ou contexto de interesse do

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que outras formas de estruturar uma entrevista podem ser encontradas na literatura, porém neste estudo limitamo-nos a abordar apenas as citadas.

pesquisador, e as entrevistas de história de vida possuem o próprio sujeito como objeto de interesse, “pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados” (ALBERTI, 2013, p. 48).

As entrevistas estruturadas seguem um roteiro fixo de perguntas que serão aplicadas a um sujeito ou a um grupo. As vantagens da abordagem ocorrem no momento das análises, pois todos os sujeitos responderam às mesmas questões, o que pode facilitar as categorizações e análises em unidades. Todavia, esta estrutura de entrevista se assemelha a um questionário fechado, limitando o pesquisador a fazer as mesmas perguntas, na mesma ordem a todos os sujeitos, sem a possibilidade de intervir, quando surgirem dúvidas sobre determinados acontecimentos narrados.

As entrevistas semiestruturadas tem a potencialidade de viabilizar e combinar, no roteiro, perguntas abertas e fechadas, pois se utilizam de questões previamente determinadas, mas não descartam alterações no decorrer da entrevista ou o acréscimo de outras questões, conforme os critérios do entrevistador. Normalmente, estão direcionadas sobre um determinado tema, a partir do qual é constituído um roteiro com algumas perguntas principais abrangentes, que são complementadas conforme emergem dúvidas inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista (MANZINI, 2012).

O modelo de entrevista não estruturado geralmente pode ser utilizado quando o pesquisador não possui clareza acerca do objeto de estudo, ou da potencialidade narrativa do sujeito para sua pesquisa. Desse modo, o pesquisador, ao fazer uso desse modelo, pode obter maior detalhamento de informações sobre um acontecimento, ou sobre a visão do próprio entrevistado sobre o tema. Neste formato, o entrevistador introduz um tema e permite que o entrevistado discorra sobre, interferindo o mínimo possível; assim, a entrevista assume um tom de conversação informal, e o pesquisador, a postura de ouvinte. Todavia, este

tipo de entrevista pode fazer com que o sujeito “fuja” da temática que interessa ao pesquisador, e passe a narrar aspectos que considera significativos, de acordo com seus próprios critérios.

Vamos além de estruturas e procedimentos. Entendemos que trabalhar com História Oral é firmar um compromisso ético com a proteção da imagem e a não estigmatização do participante da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, da instituição ou da comunidade, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos sociais, culturais, econômicos, bem como de suas escolhas políticas e religiosas. Desta forma, os depoimentos, quando forem citados de forma direta ou indireta, em trabalhos e eventos científicos, não podem ser descontextualizados ou distorcidos do sentido e significado atribuído pelo entrevistado, nem devem apresentar juízos de valor por parte do pesquisador. Portanto, entendemos necessário firmar o compromisso da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, em alguns casos, a submissão do estudo a Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação.

As formas de realizar a transcrição da entrevista podem variar. No entanto, alguns elementos são comuns, pois, como destaca Alberti (2015, p. 181), “as tarefas envolvidas nessa passagem da entrevista para a forma escrita são penosas e requerem dedicação, paciência e sensibilidade”. O pesquisador pode optar por realizar a transcrição de forma manual, ou a partir de *softwares* para computador. Apesar da importância e da facilidade de uso da tecnologia, acreditamos que, ao realizar a transcrição, ouvindo, pausando e ouvindo novamente a fala do entrevistado, o pesquisador tem maior contato com o documento produzido, realizando algumas relações possíveis para seu estudo.

Em relação ao processo de transcrição, não existe uma receita ou modelo único a ser seguido. Alguns autores, como Alberti (2015), sugerem a correção dos erros de português, como concordância, regência verbal ou acentuação. No entanto, esta não é uma unanimidade entre os pesquisadores, uma vez que, em determinados estudos, estas marcas de linguagem têm significativa importância para as análises realizadas. Em caso de entrevistas

realizadas com descendentes de algum grupo de imigrantes, por exemplo, as acentuações e regências tidas como “erradas” podem dizer muito sobre o local de nascimento destes sujeitos, sua cultura local, sua relação com o país dos antepassados, etc.

Após a transcrição é importante realizar a “validação” da entrevista. Para isso é necessário entregar ao entrevistado uma via impressa de sua entrevista, com o intuito de oportunizar a leitura na íntegra e suprimir, alterar e/ou acrescentar as informações que julgar necessárias e importantes ao seu depoimento. Estes procedimentos são relevantes na pesquisa, para esclarecer acontecimentos, palavras inteligíveis ao entrevistador, conferir nomes de pessoas e locais, verificar o que estava transcrito com o que foi gravado e, conseqüentemente, atribuir o sentido e significado dados pelo entrevistado à narrativa (ALBERTI, 2013).

Sobre o processo de análise das entrevistas, é importante que o pesquisador tome-as como documentos e, desta forma, deve ser capaz de “desmontá-las”, analisá-las, organizá-las em categorias ou palavras-chave, estabelecer relações entre as diferentes narrativas produzidas, apontar aproximações, diferenças, etc. As entrevistas, por si sós, não são a história, mas poderão tornar-se história, após a realização destes procedimentos analíticos e das relações com o campo teórico (ALBERTI, 2015).

Após estes procedimentos analíticos, munido do seu aparato teórico e, direcionado pelos seus objetivos e pelo tema de investigação, cabe ao pesquisador a construção da narrativa histórica, entendida não como “a” história, mas como uma narrativa possível, a partir dos elementos mobilizados em sua construção.

De forma geral, não tivemos a intenção de apresentar uma fórmula acabada para a realização, transcrição, validação e análise das entrevistas. Antes disso, propomos alguns apontamentos que poderão ser úteis para quem deseja pesquisar, a partir das narrativas de memória produzidas com a metodologia de História Oral. Na sequência, analisaremos alguns estudos realizados no campo da História da Educação, que utilizaram de discussões sobre a memória e da metodologia de História Oral.

## **História Oral e História da Educação: um olhar para pesquisas locais e regionais**

Conforme destacamos anteriormente, é visível o aumento do número de investigações em História da Educação, que têm se utilizado de memórias como fontes e da História Oral como metodologia de pesquisa. Dessa forma, ao selecionar alguns trabalhos sobre o tema, estamos cientes de que muitos outros não foram contemplados. Considerando que as escolhas de uma pesquisa não são arbitrárias, optamos por selecionar trabalhos produzidos no âmbito dos três grupos de pesquisa já mencionados, sendo eles o “Ebramic – Educação no Brasil: Memória, Instituições e Cultura Escolar”, o “Grupheim/UCS – Grupo de Pesquisa História, Imigração e Memória” e “Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação”.

As pesquisas selecionadas permitiram a articulação entre memória, História Oral e diferentes problematizações relacionadas à História da Educação, tais como: história da educação escolar em um município (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012), história de uma instituição educativa (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012), história das modalidades de ensino (SILVA, 2017), histórias do ensino rural e dos processos de institucionalização das Escolas Isoladas (SOUZA, 2011; 2015), e história do ensino de Educação Física, em uma escola municipal da Serra gaúcha (GIACOMONI, 2018).

No livro *Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral*, as autoras Luciane Grazziotin e Dóris Almeida (2012) propõem-se a traçar problematizações em seus caminhos de pesquisa, as quais estão “inscritas no campo da História da Educação, tendo a História Cultural como vertente teórica e a História Oral como suporte metodológico” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 12). Ao apresentarem algumas das reflexões que emergiram das suas teses de doutorado, as autoras concentram-se nas memórias de sujeitos que não deixaram sua marca na história oficial. Para elas, “a valorização das memórias orais de sujeitos desconhecidos rompem com os paradigmas instituídos na Modernidade, que privilegiava as grandes narrativas como ícones do passado” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 17).

A partir das reflexões das autoras, identificamos elementos que apontam a importância da História Oral nas pesquisas histórico-educativas, uma vez que contribuem para a tessitura de uma história, a partir das contribuições de sujeitos que, de forma geral, não são contemplados pelas grandes narrativas. Sendo assim, professores, alunos, gestores e diferentes sujeitos que compõem o universo escolar passam a ser contemplados nas pesquisas históricas. Para Chartier (1988) a História Cultural ampliou e diversificou as fontes para pesquisa, as possibilidades de abordagens e as formas de investigar as práticas cotidianas dos indivíduos que são complexas, múltiplas e diferenciadas, das inter-relações entre os sujeitos, os grupos e as instituições com as quais convivem ou delas façam parte, e também pela possibilidade de constituir uma narrativa a partir das múltiplas vozes de uma perspectiva não oficial.

No caso da tese de Luciane Grazziotin, a autora destaca que sua investigação centrou-se no estudo da História da Educação escolar, no Município de Bom Jesus, RS, que “está localizado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, e faz fronteira com o Estado de Santa Catarina e com mais seis municípios. Compõe os chamados Campos de Cima da Serra, espaço essencialmente rural até os dias de hoje” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 51).

Em sua pesquisa, Luciane utilizou-se de um conjunto de entrevistas de História Oral salvaguardados no Acervo de História Oral de Bom Jesus, material produzido e preservado a partir da atuação da Professora/pesquisadora Lucila Maria Sgarbi Santos, nos anos 1990. A partir de suas análises, a autora identificou a emergência de categorias relacionadas à História da Educação, como família, trabalho, educação/estudo, política, religião e gênero. Ao analisar estas categorias, a autora propõe algumas aproximações com a metodologia da prosopografia.<sup>5</sup>

Enquanto a tese de Luciane Grazziotin permite algumas

---

<sup>5</sup> De acordo com Stone (2011), a prosopografia, também chamada de biografia coletiva ou de análise de carreiras, consiste em uma metodologia de pesquisa que visa investigar as características comuns de um grupo de sujeitos na história, a partir do estudo coletivo de suas vidas. Após estabelecer um universo a ser estudado, o pesquisador investiga um conjunto de questões uniformes.



reflexões entre a História da Educação e a História do Município de Bom Jesus, RS, a tese da professora/pesquisadora Dóris Almeida centra-se sobre as memórias “de um tempo de uma Escola Normal Rural em que rapazes e moças, vindos de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, buscavam sua inserção no mundo, preparavam-se para serem professores rurais” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p.73). De acordo com as autoras, foram sujeitos da pesquisa alguns indivíduos que tiveram seus percursos educativos e profissionais esquecidos, como parte do projeto de um país que construiu um modelo de desenvolvimento econômico e político, a partir de referenciais urbanos.

Dóris Almeida selecionou um total de 20 sujeitos relacionados à Escola Normal Rural, sendo nove alunos, 10 professores e um funcionário, a partir dos quais foram realizadas 31 entrevistas. A partir das palavras dos sujeitos da pesquisa, a autora elaborou e analisou um conjunto de categorias, sendo elas “um mundo à parte”, “formam-se líderes”, “liberdade e solidão”, “o desejo de legitimar-se” e “cumplicidades em uma irmandade” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012).

De forma geral, as pesquisas das autoras apresentam duas formas de trabalho com a História Oral, sendo a primeira delas o uso de acervos já existentes, produzidos por outros pesquisadores, e a segunda, o uso de entrevistas produzidas pela própria pesquisadora. Estas formas não se hierarquizam nem se contra-põem, podendo ainda ser utilizadas na mesma pesquisa, desde que explicitadas pelo pesquisador.

Outra pesquisa que destacamos é a dissertação de mestrado de Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017), intitulada “A gênese de um espaço profissional: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre, RS (1950-1983)”. Embora o autor também apresente algumas relações com a cidade de Porto Alegre e a instituição analisada, sua preocupação está sobre a modalidade de ensino intitulada Ensino Comercial.

Comparado com as pesquisas já apresentadas, o número de entrevistas realizadas pelo autor é relativamente menor: quatro. No entanto, a investigação não se centra exclusivamente nas memórias

produzidas a partir de entrevistas de História Oral, recorrendo ao cruzamento de fontes diversas. Ao articular as memórias produzidas com os outros documentos, o autor não tem a intenção de hierarquizar as fontes, mas sim utilizá-las na construção de seu quadro analítico, também se utilizando da prosopografia.

Na pesquisa de mestrado de José Edimar de Souza (2011), intitulada “Trajetórias de professores de classes multisseriadas: memórias do ensino rural em Novo Hamburgo, RS (1940 a 2009)”, foram entrevistados dez sujeitos, sendo oito professoras e dois professores que atuaram em classes multisseriadas da região rural de Lomba Grande. O autor utilizou a metodologia da História Oral, valendo-se de entrevistas semiestruturadas, e de análise documental. Compreende que as memórias desses professores, quando narradas “se corporificam, recriaram cenários e telas como se o tempo parasse e fosse possível viver de novo o acontecimento vivido” (SOUZA, 2011, p. 21). A partir da empiria mobilizada, o autor estabeleceu duas grandes categorias de análise: “as ‘memórias da formação docente’ como aspecto que contribuiu para a configuração de uma prática docente, e ‘as memórias da prática docente’ como forma de recompor a trajetória do ensino rural em classes multisseriadas” (SOUZA, 2011, p. 23).

Na sua tese intitulada “As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande, RS (1940-1952)”, Souza (2015) buscou compreender as relações no modo como se imbricaram as práticas e as representações sobre uma educação na estrutura de ensino das Escolas Isoladas de Lomba Grande. Utilizou a metodologia de História Oral mediante entrevistas com dez sujeitos, professores e alunos, de duas escolas daquela localidade. Além disso, Souza (2015) faz uso da abordagem de *snowball* ou amostragem por bola de neve,<sup>6</sup> para a constituição

---

<sup>6</sup> Considerada uma forma de amostra não probabilística, faz uso de cadeias de indicações de sujeitos, assim “[...] não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos [...]” (VINUTO, 2014, p. 203). Essa abordagem torna-se útil no momento em que permite a seleção de pessoas de diferentes contextos, porém, “[...] dentro de uma base comum, garante a possibilidade de analisar, de forma ampla, os diferentes aspectos a serem estudados” (SOUZA, 2015, p. 38).

do grupo de sujeitos entrevistados. A pesquisa possibilitou a identificação de diferentes aspectos de uma cultura escolar dinâmica, híbrida e singular na comunidade rural, os modos como a escolarização coexistiu entre iniciativas públicas e privadas, e as influências que a comunidade exerceu para ampliação das escolas públicas no interior.

Evidencia em sua tese como representações sobre Escolas Isoladas manifestaram formas de traduzir saberes, normas, valores, técnicas e atitudes que privilegiaram as relações estabelecidas pelos grupos sociais; o quanto a cultura institucional destacou a capacidade de adaptação dos espaços para funcionar a escola; como as culturas profissionais se evidenciaram na formação e nos saberes de outros tempos; os modos inventados para condução das aulas, e as formas como professores e alunos se apropriaram e significaram artefatos de uma cultura material para ensinar e aprender, entre outros elementos.

Em ambas as pesquisadas realizadas por Souza, ele utiliza o conceito de “tempo social” de Halbwachs (2006), ou seja, as relações formais ou informais estabelecidas entre a convivência social e em grupo, como definidoras de uma representação coletiva sobre o tempo, assim como as diversas mediações culturais que compõem os quadros sociais das memórias. Ressalta, ainda, que o tempo social é aquele construído pelos sujeitos da pesquisa ao revisitarem suas memórias.

Cristian Giacomoni (2018), em sua dissertação de mestrado intitulada “A Educação Física no ensino primário: memórias de professoras e alunos da Escola Giuseppe Garibaldi – Caxias do Sul, RS (1974-1989)”, utilizou as narrativas de duas professoras, três alunos e um membro da comunidade que fizeram parte do contexto investigado. Mediante as narrativas orais e outros documentos analisados, foi possível construir uma história das aulas de Educação Física no ensino primário dessa escola e compreender como o ensino era organizado, planejado e desenvolvido a partir das experiências de cada docente. Nesse sentido, destaca-se a relação entre a formação docente nas memórias de professores, pela forma como abordavam a competitividade,

tendência de uma época, bem como a ênfase dada à ludicidade, em um momento de reestruturação das concepções pedagógicas para o ensino de Educação Física. A pesquisa, ao utilizar as narrativas que emergiram das memórias desses sujeitos, possibilitou evidenciar um contexto de ensino diferenciado, o qual se encontra na literatura sobre o período da ditadura civil-militar.

Ressaltamos que esta escrita também buscou suscitar o interesse do leitor pelas diferentes formas de conduzir a metodologia de História Oral, pelas diferentes abordagens utilizadas em cada estudo exposto, além de demonstrar as formas como as memórias podem ser mobilizadas para compor uma narrativa histórica, sobretudo em História da Educação. Este breve sobrevoo sobre as pesquisas mencionadas visa criar horizontes para que novos e outros pesquisadores ousem se aventurar pelas trilhas da memória, e pelas possibilidades de conceber uma narrativa história sob outros pontos de vista, e a partir de sujeitos que até então eram excluídos da história oficial.

### **Alguns apontamentos...**

Conforme destacamos no início deste texto, nossa intenção foi a de apresentar uma introdução à temática da história e da memória, pensando no seu uso por aqueles que desejam se aventurar por estes caminhos, aproximando-se dos estudos em História da Educação. Sem visar apresentar um manual ou uma receita pronta, buscamos apresentar algumas discussões centrais no trabalho com História Oral. Mediante as pesquisas mobilizadas, buscamos expor algumas formas de desenvolver estudos com a metodologia de História Oral, as diferentes abordagens utilizadas por cada autor, o modo de operacionalizar o conceito de *história e memória*, bem como as potencialidades e limitações da metodologia.

Dessa forma, esperamos que o leitor tenha compreendido a complexidade dos estudos que se utilizam da memória, bem como compreenda a diversidade de abordagens teóricas que fundamentam este fenômeno. Isso diz respeito às escolhas

teórico-metodológicas que irão sustentar as análises posteriores, a estruturação e modelo de entrevista adotado, a escolha e delimitação dos sujeitos, bem como o local para efetivar a entrevista, o dispositivo utilizado para gravação, os modos e cuidados com a transcrição e validação, e as diferentes formas de analisar e categorizar as narrativas de História Oral.

Mais do que esgotar uma análise possível, esperamos ter despertado o interesse pela leitura dos autores aqui apresentados, sempre pensando em articulações possíveis com suas pesquisas. Assim, compreendemos que desenvolver pesquisas com História Oral é ir além de gravar sujeitos que narram sobre coisas, é buscar, nas reminiscências das memórias mais brandas ou profundas, fatos ainda não explorados ou não revelados, é sentir e dar significado às vivências e experiências do outro, mas, além disso, fazer História Oral no campo da História da Educação é sinônimo de produzir ciência e conhecimento.

## Referências

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Mesa- Redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral.” In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL. Grupo de História Oral, Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2., 1996, Belo Horizonte. **Anais** [...], Belo Horizonte, 1996.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155-202.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Testemunhos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (org.) **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GIACOMONI, Cristian. **A educação física no ensino primário:** memórias de professoras e alunos da Escola Giuseppe Garibaldi – Caxias do Sul, RS (1974-1989). 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A gênese de um espaço profissional:** a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farrou-pilha de Porto Alegre, RS (1950-1983). Porto Alegre, 2017. 289f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2017.

SILVA, Kátia Feijó da; LYRIO, Kelen Antunes; MARTINS, Nicéa de Souza. Michel de Certeau e a educação. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 17, n. 2, p. 63-74, jul./dez. 2011.

SOUZA, José Edimar de. **Trajatória de professores de classes**

**multisseriadas:** memórias do ensino rural em Novo Hamburgo, RS (1940 a 2009). 2011. 346f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2011.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas:** práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940 a 1952). 2015. 295f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2015.

SOUZA, José Edimar de. Memória e História Oral: encontros de uma trajetória de pesquisa na pós-graduação. *In:* GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; DAL'IGNA, Maria Cláudia; ADAMS, Telmo (org.). **Os 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos:** trajetórias e perspectivas. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 109-123.

STONE, Laurence. Prosopografia. Trad. de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VINUTO, Juliana. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

## PROTAGONISMO FEMININO: BIOGRAFIAS PRODUZIDAS EM TESES E DISSERTAÇÕES (2002 A 2019)

*Daiane Dala Zen*

*Juliana Goulart Machado*

### 1 Introdução

O presente artigo analisa o espaço de disputa do protagonismo feminino na escrita de história. Para isso, utilizaremos as noções de micro-história e de biografia e o conceito de intelectuais mediadores(as). Nosso objetivo é assinalar a presença de mulheres intelectuais que registraram seu protagonismo na escrita de história e que, por intermédio de suas lutas, reivindicam espaço e reconhecimento em uma seara que, durante muito tempo, foi majoritariamente masculina.

A história cultural tem aberto as possibilidades para o reconhecimento do protagonismo de mulheres. Burke (2008, p. 65) chama de “outra luta pela independência, o feminismo, que implicou seriamente a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura [...]”. Esse reconhecimento e destaque são uma dívida histórica de milênios de esquecimento e até mesmo de violência.

A escrita de história de mulheres é recente nos livros didáticos, por exemplo (ZEN, 2019), e sua representação ainda é inexpressiva, mas sabemos que elas estiveram lá. Segundo Colling (2015), esse esquecimento só foi rompido na década de 70, do século XX, pois a história passou a ser cortada em migalhas que originaram novos objetos que, com outras áreas do conhecimento, buscaram criar possíveis narrativas das mulheres e sobre as mulheres. Isso “acompanha o movimento democrático de que a história é feita



por homens e mulheres, de que elas nunca estiveram ausentes, mas foram silenciadas pela historiografia, pelas relações de poder que anunciam, registram, mas também silenciam sujeitos e fatos” (COLLING, 2015, p. 297).

As fontes para análise do protagonismo feminino na escrita e no fazer historiográfico são uma tese de doutorado e cinco dissertações que trazem, em suas palavras-chave, os descritores: *mulheres*, *biografia*, *intelectuais* e *história das mulheres*. Dos trabalhos selecionados para esta análise, em sua totalidade foram escritos por mulheres, no âmbito de diversos cursos de pós-graduação de universidades brasileiras, entre os anos de 2002 e 2019. Com este estudo, mostramos como as autoras apresentam essas mulheres, suas histórias de vida, suas trajetórias intelectuais e sua importância para a história e para a educação.

Como metodologia para a análise das fontes, utilizaremos as abordagens da micro-história e da noção de biografia. Por intermédio da escala reduzida de observação da micro-história, podemos realizar um trabalho mais detalhado, o que corrobora a percepção de aspectos e especificidades que, de outro modo, passariam despercebidos. Nesse viés, segundo Barros,

o objeto de estudo de um micro-historiador não precisa ser desta forma o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais e culturais que se dispôs a examinar (BARROS, 2013, p. 153).

Representadas e construídas como seres sensíveis e frágeis, as mulheres foram inspiração para poemas e livros, intituladas rainha do lar, etc. Histórias muitas vezes pautadas na submissão e na dependência de pais, de irmãos e de maridos, sendo essa sujeição por muito tempo aceita como “natural” e inquestionável.

Pretendemos demonstrar que a mulher, mesmo subjugada,

foi protagonista da história: sua vida, suas lutas e suas conquistas importam e precisam ser conhecidas, estudadas e problematizadas. Desse modo, para Pinto e Alvarez:

as mulheres ainda não fazem parte do sujeito histórico, tal como sucede com os homens, mantendo-se frequentemente nas margens da História que se ensina e, pela forma como surgem documentadas nos manuais escolares, exteriores à narrativa histórica. As referências às mulheres, ainda que mais frequentes, mantêm um carácter pontual, descontextualizado e pouco inteligível, tornando-se historicamente irrelevantes nos fenómenos considerados mais marcantes na História da Humanidade e que continuam a ser os de cariz político e militar (PINTO; ALVAREZ, 2014, p. 17).

Para escrever uma nova história das mulheres, de seus protagonismos e de suas conquistas, precisamos entender que o conceito de *biografia* pode ser compreendido como a história de vida. Pode parecer inicialmente que está na contramão do universo científico, mas Bourdieu (1986, p. 184) nos orienta que a história de vida é entender que a vida é uma história formada por um conjunto de acontecimentos de um sujeito, a biografia é o relato desta história. Nas palavras do autor: “Em suma, numa teoria do relato, relato do historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto notadamente biografia ou autobiografia”.

O conceito de *intelectual mediador* é importantíssimo, para entendermos a atuação dessas mulheres como sujeitos produtores de conhecimento, difusoras de ideias e de pensamentos, contribuindo, assim, para uma transformação sociocultural e política da sociedade em que viviam. Nesse sentido, segundo Gomes:

Intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Desta forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica,

profissional, por exemplo; ou um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. [...] O que se quer sublinhar com tais exemplos é que um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual que dialoga (GOMES, 2016, p. 21-22).

A biografia como fundamentação teórica possibilita buscar nas histórias de vida de mulheres biografadas registros de vivências na militância e na mediação cultural, desempenhando seu protagonismo e a importância como sujeitos que buscaram, por meio de experiências de vida e compartilhamento com outros(as), possibilidades de uma sociedade mais humana, justa e igualitária para ambos os sexos.

## **2 Dissertações e teses de biografias femininas**

As autoras das dissertações e das teses<sup>1</sup> escolhidas para esta análise e a produção científica referente à mulher, como sujeito histórico, nos remetem à produção intelectual-científica sobre a história de mulheres. Nossa intenção é buscar essas histórias esquecidas e torná-las visíveis, reconhecendo o protagonismo feminino em vastos campos do saber, como intelectuais e militantes na luta por igualdade. A seguir apresentaremos o que destacamos sobre as mulheres biografadas nas teses e nas dissertações selecionadas.

---

<sup>1</sup> A escolha das dissertações e teses analisadas neste artigo foram pesquisadas pelas autoras, quando da escrita de suas dissertações de mestrado e projeto de doutorado. As buscas foram feitas em repositórios de universidades e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Nas pesquisas utilizaram como descritores as seguintes palavras: Mulheres, Biografia, Feminismo, Intelectual e História das Mulheres.

## 2.1 Joana Lopes por Karen Silvia Debertólis

A primeira dissertação escolhida para esta análise é de Karen Silvia Debertólis, de 2002, intitulada *Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*, da UFRGS do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Debertólis (2002) apresenta a história de vida e a militância da jornalista e professora de teatro Joana Lopes, que entrelaçou sua vida no contexto do pensamento feminista, na sua atividade de jornalista no jornal *Brasil Mulher*.

A autora assinala o contexto histórico dos anos 60 e 70, do século XX, a efervescência cultural e política de um país emergido na ditadura, momento em que eclode o Movimento Feminista, e suas ressonâncias foram significativas para mudanças e reflexões. Nessa perspectiva, situamos a importância da professora, jornalista e militante política Joana Lopes para o feminismo brasileiro. Debertólis apresenta a Joana Lopes como fundadora do jornal *Brasil Mulher* em Londrina no Paraná, de 1975 a 1980. Destaca também suas diversas frentes na causa feminista, no teatro, na universidade e na mídia alternativa da época, revelando que Joana Lopes foi uma intelectual engajada e militante contra o Regime Militar em defesa das mulheres.

Situa a intelectual Joana Lopes e sua formação acadêmica, no mesmo tempo em que revela traços culturais de sua criação. Relata que para Joana Lopes o teatro era um importante meio cultural e de inserção social. E, ainda, apresenta que a biografada coordenou várias frentes em defesa do teatro, alfabetizou com o método de Paulo Freire e foi muito perseguida pelos militares, durante o Regime Militar.

Segundo Debertólis, Joana Lopes era espionada pela polícia, e seus escritos questionados; precisou explicar-se algumas vezes na frente de policiais, fatos que ela descreve como terríveis. O motivo de ser espionada vinha de sua participação em questões envolvendo o Movimento Feminista, como o Movimento Feminino pela Anistia e outras frentes ligadas à arte, à dança e ao teatro.

## **2.2 Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti por Natália Pietra Méndez**

O segundo trabalho é a tese de doutoramento de Natália Pietra Méndez, intitulada *Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 60*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 2008.

Méndez (2008) propõe um estudo sobre o percurso do pensamento feminista no Brasil contemporâneo. Para desenvolvê-lo, escolheu três autoras que desempenharam importante papel para o feminismo, ao introduzirem a temática no campo intelectual brasileiro. São elas: a jornalista Carmen da Silva, a escritora Rose Marie Muraro e a socióloga e escritora Heleieth Saffioti. Desse modo, conforme Méndez (2008, p. 8), “a análise da intelectualidade e de seu papel como um dos agentes de mudanças sociais e culturais, é um tema que vem galgando espaços significativos na produção historiográfica”.

No trabalho de Méndez, as três protagonistas são identificadas nas suas redes de atuação. A primeira, Rose Marie Muraro, foi escritora, editora e ativista leiga. Conhecida como patrona do Feminismo Brasileiro, por meio da Teologia Feminista, a autora defendia a libertação sexual das mulheres. Das suas obras destacam-se: *A mulher na construção de mundo futuro* (1966), *Memórias de uma mulher impossível* (2004), *Sexualidade da mulher brasileira: corpo da classe social no Brasil* (1983) e *Sexualidade, libertação e fé: por uma erótica cristã: primeiras indagações* (1985). Assim, as obras contribuíram para o redirecionamento da questão feminina na sociedade.

Heleieth Saffioti, a segunda pesquisada por Méndez, foi pioneira na produção acadêmica sobre a mulher e também em problematizar relações entre os sexos. Suas pesquisas pontuam o capitalismo como meio de expropriação e de hierarquia entre os sexos, envolvendo as relações entre mulher e trabalho. Segundo Méndez, Saffioti inaugura os estudos de gênero, tornando-se uma referência do feminismo na década de 70, do século XX. A

autora analisou as seguintes obras de Saffioti: *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias* (1969), *Emprego doméstico e o capitalismo* (1978) e *Do artesanal ao industrial: exploração da mulher* (1981).

A terceira protagonista, cuja obra e militância foi analisada por Méndez, é Carmen da Silva, jornalista e escritora gaúcha de 1963 a 1985, que teve como referencial teórico os escritos da filósofa Simone de Beauvoir. Compôs a coluna semanal da revista *Cláudia: a arte de ser mulher* e, dessa forma, tornou-se a principal divulgadora de ideias feministas, sendo considerada uma referência do feminismo nos anos 70 e 80, do século XX, responsável pelo exercício de pensar a realidade da mulher brasileira. Entre suas obras, Méndez destaca: *Septembre* (1957), *A arte de ser mulher: um guia moderno para seu comportamento* (1965), *O homem e a mulher no mundo moderno* (1969) e *Histórias híbridas de uma senhora de respeito* (1984), que é um trabalho autobiográfico.

### **2.3 Eunice Caldas por Melissa Mendes Serrão Caputo**

Destacamos também a dissertação de Melissa Mendes Serrão Caputo, *Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história* (1879-1967), apresentada em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos (Unisantos). Melissa destaca o pioneirismo da educadora Eunice Caldas em sua atuação no magistério, o que se refletiu na literatura, por intermédio de várias obras publicada por Caldas (peças teatrais, poesias, obras de cunho didático, etc.).

A autora investigou a articulação de Eunice Caldas nos círculos femininos literários frequentados e, por meio das análises das obras literárias, procurou entender quais foram as ideias sobre educação e as concepções de mulher desenvolvidas por Caldas, com especial ênfase nas obras *Scenas domésticas* (1907) e *Inezilha Braz* (1914).

Ao traçar a biografia de Eunice Caldas, Caputo relata dificuldades para ter acesso às fontes. Seus documentos e arquivos foram dispersos, “silenciados”, o que exigiu um verdadeiro

trabalho de garimpagem. Apesar da valiosa e significativa contribuição para a História da Educação brasileira e da literatura, Eunice Caldas é uma intelectual com pouca visibilidade no Brasil. A esse respeito nos falta, de acordo com Perrot,

Organizar arquivos, conservá-los guardá-los, tudo isso supõe uma certa relação consigo mesma, com sua própria vida, com sua memória. A perda, a destruição, a autodestruição são muito frequentes. Os descendentes se interessam com mais frequência pelos homens importantes da família (PERROT, 2008, p. 30).

Eunice nasceu em 15 de novembro de 1879 na cidade de Caldas-MG, era a irmã caçula do renomado cientista brasileiro Vital Brasil. Muito cedo se inclinou pelas letras e, em 1899, com 20 anos, se formou na Escola Normal em São Paulo. Em 1902 assumiu como diretora substituta de importante grupo escolar, o que para época foi um avanço, pois os cargos administrativos eram destinados ao sexo masculino – fato que certamente contribuiu para abrir maiores oportunidades a outras mulheres. Além disso, participou também de fundações beneficentes em prol da educação de crianças e mulheres.

Como intelectual mediadora, Eunice Caldas empenhou-se na formação de professoras para atendimentos das camadas menos favorecidas, fazendo da educação seu grande projeto de vida, escrevendo obras pedagógicas e fundando escolas. Não foi uma feminista, tão pouco participou de movimentos feministas, mas defendeu a educação como uma das formas de elevação e de reconhecimento do sexo feminino.

Eunice Caldas, mulher letrada, professora e escritora prestigiada por seus contemporâneos, sofreu de transtornos psíquicos, sendo internada diversas vezes em sanatórios. Sua vida afetiva não “convencional” talvez seja um dos motivos de seus longos períodos de reclusão em nosocômios. Sobre isso, Perrot afirma:

A sexualidade das mulheres: um mistério, e considerado como tal. Misteriosa a sexualidade feminina atemoriza. [...]

A sexualidade consentida, e mesmo exigida, é a conjugal. [...] Fala-se ainda menos da homosssexualidade feminina, em razão dos tabus que a dissimulam (PERROT, 2008, p. 65-67).

Os longos períodos de internação e, conseqüentemente, de isolamento social, podem ter contribuído para a invisibilidade de Caldas como intelectual e escritora. A professora e escritora, autora de livros de peças teatrais Eunice Caldas, é uma intelectual não somente no campo da educação, atuando também na área cultural.

## **2.4 Leonor Castellano por Lorena Zomer**

Outro trabalho analisado é a dissertação de Lorena Zomer *História de uma “boa feminista”: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967*, apresentada em 2011 ao curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A autora traz como destaque a trajetória intelectual da escritora Leonor Castellano e os espaços de atuação das intelectuais femininas na cidade de Curitiba-PR, nas décadas de 20 a 60, do século XX.

Zomer apresenta Leonor Castellano como uma intelectual cujas redes de sociabilidade se davam em um meio político e social abastado. Ainda, informa que ela, assim como outras mulheres, serviu de instrumento à política autoritária do governo Vargas, porém souberam “tirar proveito” das oportunidades oferecidas, como empregos e funções em espaços públicos (bancos, escritórios, repartições públicas, etc.), adentrando o espaço público que sempre foi tido como lugar para homens.

Desde os anos de 20, Leonor Castellano já participava de reuniões para discussão de assuntos relativos ao feminismo e à intelectualidade. As fontes sobre sua vida pública são bem mais abundantes, em relação à vida pessoal. Feminista, escritora e funcionária pública residia sozinha no centro de Curitiba, não se casou e não teve filhos. Em 1924, Leonor tornou-se funcionária da Procuradoria Geral e Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, atuando até 1960, quando então se aposentou.



Como intelectual e feminista defende o total acesso das mulheres à educação e ao trabalho. Desempenhando qualquer função na sociedade, as mulheres certamente poderiam ter independência intelectual e financeira. Segundo Zomer, em suas ideias Leonor Castellano argumentava:

As mulheres poderiam ter uma independência financeira, uma profissão e a emancipação intelectual, mas continuariam a perpetuar os “privilégios” de serem mães e donas de casa. Para Castellano, a Pátria dependia de mulheres bem informadas e educadas para melhor educar os filhos, ao mesmo tempo, em que a própria Pátria e seu discurso abriam o leque de oportunidades para as gerações posteriores. Acreditamos, ao fim dessa etapa, que a pesquisa sobre Leonor Castellano acrescenta à História das Mulheres mais uma mulher, que ao seu modo, contribuiu para que os lugares públicos fossem reconhecidos como pertencentes também às mulheres (ZOMER, 2011, p. 152).

O feminismo de Leonor Castellano reflete o contexto histórico de sua época: a mulher podia estudar, trabalhar, ocupar cargos, mas seu principal “atributo” ainda era ser mãe e esposa. No entanto, ao adentrar em espaços públicos considerados masculinos, Leonor Castellano contribuiu para a inserção de outras mulheres.

## **2.5 Hermínia Torquato da Silva por Nilma de Cunha Godoi**

A dissertação de Nilma da Cunha Godoi, *Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918/1956)*, foi defendida em 2015, na Universidade Federal do Mato Grosso, no Programa de Pós-graduação em Educação. Essa pesquisa é de caráter biográfico, pois trata da reconstituição da trajetória de vida da Profa. Hermínia Torquato da Silva. Utilizou-se a biografia como método de investigação, na perspectiva de captar a história de vida dessa professora. Neste estudo, ficou evidente que as questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da referida professora.

A professora Hermínia Torquato da Silva segundo Godoi (2015) foi moldada pela Escola Normal, ou seja, aquela que espelharia disciplina e civilidade, educando e formando o futuro cidadão. Sua história de vida se destaca pelo embate que se desencadeou diante dos entraves enfrentados por ela, no exercício do magistério e nos espaços de questionamentos de protestos que ocupou.

Godoi (2015) apresenta o recorte temporal da pesquisa que coincide com os anos de docência da professora Hermínia, 1918 a 1956; nasceu em 20 de abril de 1890 (e faleceu no ano de 1990) e era a primogênita do primeiro casamento do pai, sua mãe faleceu no parto. A autora chama a atenção para o fato de que, apesar de ser uma mulher negra, no seu registro não há menção da cor. Ademais, considera também que era uma “mulher educada”.

Godoi, ao agrupar documentos para investigar a trajetória de vida e profissional de Hermínia Torquato da Silva, constata que ela acessou a escola de primeiras letras e formou-se na Escola Normal. E, então, faz uma reflexão profunda sobre o acesso das mulheres e a opção pelo magistério.

A autora informa que os documentos acessados, para construir a história de Hermínia Torquato da Silva, foram quatro fotos, entrevistas com parentes e amigos de infância e documentos oficiais referentes ao seu ingresso na carreira do magistério. Godoi conclui assinalando que a professora pesquisada teve uma história de vida incomum no âmbito profissional, pois apresentou atitudes “não cordatas” e assim não pôde, apesar do mérito de ter sido aprovada, ser professora efetiva.

## **2.6 Marlene Soccas por Rose Méri Nietto**

A dissertação de Rose Méri Nietto foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesc em 2019, com o título *Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil (1960-1970)*. A autora reconstrói a história de vida de Marlene Soccas: fragmentos autobiográficos da infância

e da juventude permeada pela formação política e militância de esquerda. Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil (1960 -1970).

Marlene de Souza Soccas Sazan foi testemunha viva das atrocidades do período da Ditadura no Brasil. Formada em Odontologia em Florianópolis, SC, desde muito cedo dedicou-se à militância política, bastante marcada no texto da autora, característica da biografada, que tinha coerência política, inteligência e perspicácia.

A autora discute conceitos importantes emergidos da história das mulheres, como *intelectuais*, *biografia* e *trajetória de vida*, ao mesmo tempo em que destaca a autobiografia na militância política. Nesse viés, cita e discute uma variedade de pesquisadoras feministas brasileiras.

Nietto (2019) considera que Marlene de Souza Soccas destaca-se pela luta aos Direitos Humanos, direitos dos trabalhadores, dos estudantes e da democracia. Percebe também que escapou dos padrões de representação da mulher como mãe, esposa e cuidadora do lar.

### **3 Conclusões preliminares**

Das teses e dissertações elencadas para análise deste artigo, podemos concluir que as autoras apresentaram suas biografadas como intelectuais que desempenharam papéis na área da educação como professoras e, na esfera cultural, como escritoras, diretoras de teatro e militantes políticas. Também podem ser consideradas intelectuais mediadoras, pois, por intermédio de suas obras e ações, mediaram o conhecimento em prol de outras pessoas.

Nas teses e nas dissertações escolhidas, apreciamos o rigor teórico e metodológico para construir a biografia de mulheres protagonistas brasileiras. Por meio da escrita da história das mulheres, podemos problematizar os papéis sociais que a sociedade patriarcal e branca impõe. As biografias são de mulheres como: Joana Lopes, professora e jornalista; Eunice Caldas,

professora e escritora; Heleieth Saffiotti, professora e pioneira da produção acadêmica sobre a mulher; Hermínia Torquato da Silva, professora; Carmen da Silva, jornalista e escritora; Rose Marie Muraro, escritora, editora e ativista leiga na causa feminina; Eleonor Castellano: escritora feminista e funcionária pública; e Marlene de Souza Soccas, odontóloga e ativista política. Portanto, as biografadas são algumas das muitas mulheres que resistiram, que não se renderam, que se afirmaram e que protagonizaram papéis sociais relevantes em diferentes contextos, rompendo padrões predeterminados para o sexo feminino.

Dessa forma, consideramos que essas mulheres podem ser reconhecidas como protagonistas e divulgadoras de várias tendências do feminismo no Brasil, em diferentes épocas. Construir marcadores na história das mulheres do Brasil, por meio de biografias de mulheres, é atribuir sentido às suas trajetórias de vida e à experiência intencional das relações com outras pessoas do seu tempo. Assim, por meio da biografia como ferramenta de pesquisa para a história das mulheres, tornarmos visível o que é “historicamente constituído e, portanto, historicamente situado [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 186), assomando o reconhecimento do protagonismo e da mediação cultural de mulheres por muitos anos silenciadas pela história oficial e pela desigualdade de gênero.

Mediante as histórias de vida dessas protagonistas, podemos desnudar as diferentes características culturais, as relações de gênero, as relações envolvendo raça e geração que se constituíram por intermédio da micro-história, tornando-se importante material científico sobre a história das mulheres. As biografadas Joana, Eunice, Heleieth, Hermínia, Carmen, Rose Marie, Eleonor e Marlene marcaram suas histórias de vida com sucessões de vivências ordenadas por relações inteligíveis e todas questionaram os padrões e os papéis destinados e impostos às mulheres. Resistiram apesar das muitas dificuldades que o sexo biológico impôs para as mulheres na sociedade patriarcal. Seus protagonismos inspiraram e serviram de fonte para outras mulheres intelectuais e, também, para as autoras/biógrafas, que, por sua vez, contribuíram para uma nova história das mulheres.

## Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. **Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história (1879-1967)**. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos. Santos, 2008.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. O ensino da História e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História em Perspectiva**, Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.

DEBERTÓLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GODOI, Nilma da Cunha. **Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918/1956)**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2015.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores, práticas culturais e ação prática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 60**. 2008. 190 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NIETTO, Rose Méri. **Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas**: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil (1960 -1970). 2019. 327 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução. História, história das mulheres, história do gênero. Produção e transmissão do conhecimento histórico. **Revista ex aquo**: Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres, Portugal, n. 30, p. 9-21, 2014.

ZEN, Daiane Dala. **Mulheres sem rosto**: imagens do feminino nos livros didáticos de História do ensino fundamental (2004-2012). 2029. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

ZOMER, Lorena. **História de uma boa feminista**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba (1924-1967). 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

# PERCURSOS METODOLÓGICOS EM PESQUISAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: JORNAIS E REVISTAS COMO FONTES

*Cassiane Curtarelli Fernandes*

*Mariana Parise Brandalise Dalsotto*

*Tânia Nair Alvares Teixeira*

## 1 Introdução

*A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.*

(CHARTIER, 2002, p. 16-17).

O presente texto destaca os impressos como fontes para pesquisas em História da Educação. Este foi escrito tendo como base três pesquisas de doutorado em desenvolvimento, que fazem uso de impressos como fontes, à luz da História Cultural. A partir delas, temos a intenção de conhecer as semelhanças e aproximações entre os três percursos metodológicos, indicando as referências comuns que delinearão as pesquisas. Assim, enquanto abordamos referenciais teórico-metodológicos para estudos da História da Educação, que utilizam impressos como fontes, exemplificamos seu uso, a partir das pesquisas em andamento.

Uma das pesquisas desenvolve-se a partir da revista *O Cruzeiro* das décadas de 1950-1960. Outra utiliza o *Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias*, nas mesmas décadas como fontes. Uma terceira pesquisa vale-se dos jornais *Staffetta Riograndense* (posterior *Correio*

*Riograndense*), *A Época* e *O Momento*, entre os anos de 1926 a 1949.

Uma primeira aproximação entre as três pesquisas é que todas utilizaram o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>1</sup> para encontrar suas fontes. Uma segunda similaridade é a utilização de fontes históricas complementares aos periódicos, como fontes orais e/ou outras fontes documentais. Outra aproximação é no aporte teórico utilizado. Valemo-nos de autores do campo da História da Educação, a partir da perspectiva teórica da História Cultural, em especial, Chartier (2014, 2002, 2010) e Del Priore (2011). A História Cultural é tomada como aporte teórico de nossas pesquisas, pois tem por interesse os sentidos e as formas de apreensão da realidade. Seu objetivo é “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16). Assim, este referencial fundamenta a construção das pesquisas que aqui serão mencionadas.

A partir dos pressupostos da História Cultural, entendemos que, ao realizar uma pesquisa em História da Educação, apresentamos uma possível compreensão do passado (não uma verdade, ou um relato completo), a partir do olhar no presente. Apesar desse entendimento, é necessário que a busca e problematização dessas fontes, que contam com publicações de acontecimentos e dados veiculados na imprensa periódica tenha uma rigorosidade metodológica e seja realizada com cuidado e comprometimento, permitindo a construção de uma narrativa histórico-coerente. Por isto, é importante a discussão do referencial teórico-metodológico com uso dos impressos para nossos estudos.

A partir deste entendimento, o objetivo deste capítulo está em esclarecer o papel do referencial teórico-metodológico nas pesquisas em História da Educação, que usam impressos como fontes, trazendo como exemplo percursos metodológicos de três pesquisas. Para tanto, o capítulo está dividido em quatro seções, a partir desta introdução. A segunda seção é reservada para a contextualização histórica dos impressos utilizados como fontes. A terceira seção apresenta um levantamento dos referenciais

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



teórico-metodológicos utilizados, tomando a História Cultural como fundamento. A quarta seção traz os percursos metodológicos de cada uma das pesquisas mencionadas, relacionado com referenciais teóricos que os orientam.

## **2 Contextualização dos periódicos**

*É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.*  
(LUCA, 2006, p. 132).

Entendemos que os periódicos são objetos de investigação ao mesmo tempo em que são documentos-fonte para pesquisas em História da Educação, tendo em vista que, para que um impresso seja utilizado como fonte, é preciso pensar em sua historicidade, sua produção, as possíveis intenções da escrita, a linha editorial, etc. Segundo Luca (2005), especificamente no que se refere ao uso de periódicos, é importante observar a materialidade, as funções sociais, a sua distribuição (público referenciado); analisar o discurso quanto à formatação e à linguagem (tendo em vista que o que está escrito é um comentário sobre um fato, que se difere do fato em si). Em resumo, é necessário “historicizar a fonte” (LUCA, 2006, p. 132).

Tomando isso como pressuposto, reservamos esta seção para contextualizar, ou historicizar brevemente os impressos que são tomados como fontes nas pesquisas das autoras, para, a partir disso, abordar os referenciais teóricos e os percursos teórico-metodológicos nas próximas seções.

O lócus de uma das pesquisas é a revista *O Cruzeiro*, que nasceu de um projeto do jornalista português Carlos Malheiro Dias, que não teve como levar o projeto adiante, passando, então, ao

empresário e jornalista Assis Chateaubriand, surgindo a Empresa Gráfica Cruzeiro S.A., na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou a circular em 10 de novembro de 1928 como uma revista semanal ilustrada.

Considerada um marco na história do jornalismo brasileiro, adotava uma linha editorial de influência norte-americana, sendo vendida nas capitais brasileiras e também em algumas importantes cidades. Continha diversas fotografias, um papel com ótima qualidade, excelentes jornalistas nacionais e internacionais, e uma tiragem de aproximadamente 50 mil exemplares. Suas capas eram estampadas com mulheres e continham as cinco estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul (VELASQUEZ, 2019).

### Imagem 1 – Capa da revista O Cruzeiro



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O periódico manteve contato com as maiores agências do País, assim como com alguns correspondentes internacionais em Paris,

Roma, Madri, Londres, Berlim, Lisboa e Nova Iorque. Era uma revista de variedades, com uma série de anúncios, porém, continha um enfoque importante para as mulheres, como na seção “Para a mulher” e “Garotas”. A escolha da cidade de Pelotas nesta pesquisa justifica-se pelo fato de observarmos que algumas mulheres da cidade daquele período, eram leitoras desta revista e talvez seguissem suas instruções, no que se referia aos cuidados com o corpo.

Outra das pesquisas que aqui apresentamos tem como objetivo analisar o contexto histórico e a constituição dos Círculos de Cultura (prática freireana para a alfabetização de adultos), mediados pela presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul e, a partir dela, entre 1963 e 1964. Os periódicos, neste caso, são fontes de conhecimento sobre a realização dos Círculos de Cultura no Estado e informam sobre a mobilização em prol de sua realização, indicando cursos de formação para quem iria trabalhar com os círculos de cultura, bem como a concepção de educação a partir deles apresentada, e alguns aspectos metodológicos de sua realização.

Os periódicos pesquisados foram o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Dia*, localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O *Diário de Notícias* foi um jornal produzido de 1925 a 1979, em Porto Alegre. Este foi um dos principais jornais do estado no século XX, segundo De Grandi (2005). Algo que marcou o posicionamento de tal periódico foi que, fazendo parte dos Diários Associados, em 1945 não concedeu apoio (considerado decisivo) a Getúlio Vargas nas eleições. Em função disso, quando do suicídio do candidato, o jornal sofreu com os protestos de seus apoiadores que saíram às ruas “[...] para destruir tudo o que significasse ‘antigetulismo’ ou ‘reação contra os seus propósitos de bem governar a nação’” (SILVEIRA, 1994, p. 393). Ainda segundo Silveira (1994) e De Grandi (2005), o *Diário de Notícias* era o jornal que mais se aproximava do *Correio do Povo* (considerado conservador e apoiador do movimento militar), na década de 50, sendo seu maior concorrente.

Já o *Jornal do Dia* teve sua publicação entre os anos de 1947 e 1966, também em Porto Alegre. Em seu primeiro editorial,

expõe a intenção que seria contrária à de muitos jornais que visavam lucros e a satisfação do consumidor, sem ter intenções comerciais. Fundamentava sua posição em relação à verdade, a partir de sua vinculação à religião:

Um jornal inspirado na sabedoria do Verbo não será, pois, simples coletor de correntes de opinião; ele criará opinião, ensinando, discernindo o bem do mal, o justo do injusto, a verdade do êrro [sic]. E seus critérios de discernimento dêsses [sic] valores radicam na sabedoria incriada [sic], emergem da eternidade, expressam o ponto de vista de Deus (JORNAL DO DIA, 26/1/1947, p. 4).

Imagem 2 – Capas do *Jornal do Dia* e do *Diário de Notícias*





Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Por fim, o terceiro estudo elenca como objeto histórico os grupos escolares constituídos e organizados no Rio Grande do Sul, atentando em especial para aqueles localizados nos Municípios de Garibaldi e Farroupilha, entre os anos 1926 a 1949. Sendo assim, os jornais *Staffetta Riograndense*, *A Época* e *O Momento* compõem uma parte importante do *corpus* documental utilizado na pesquisa.

O *Jornal Staffetta Riograndense* teve início com a instalação do impresso *Il Colono Italiano* no município de Garibaldi, em 1910. Inicialmente, pertencia ao Padre Giovanni Fronchetti e aos sócios Adolfo Morreau e João Carlotto. Perdurou com essa nomenclatura até 1917, quando passou a se identificar como *Staffetta Riograndense*, tendo como sócios os Padres Capuchinhos. Em 1921, o Padre Giovanni Fronchetti vendeu sua parte do jornal para os Capuchinhos, que se tornaram os proprietários do *Staffetta*. O impresso, de viés religioso, foi publicado aproximadamente até o início da década de 30, do século XX, em língua italiana. Nesse mesmo

período, passou a *Correio Riograndense*<sup>2</sup> e a ser editado em português.

Diferentemente de Garibaldi, o Município de Farroupilha não mantinha um jornal local no período desta pesquisa, sendo assim, as informações referentes à cidade eram noticiadas nos jornais *O Momento* e *A Época*, ambos de Caxias do Sul.

Estes jornais foram fundados entre os anos 1933 e 1938, tendo no período do Estado Novo (1937-1945) forte engajamento político. Conforme assinala Valduga (2007), estes impressos apoiaram o projeto de nacionalização empreendido pelo governo de Getúlio Vargas. Nas palavras do autor, *O Momento* “da mesma forma que *A Época* a partir de 1938 trata de atacar as cédulas alienígenas da região e coordenar a campanha de naturalização da população local” (VALDUGA, 2007, p. 175).

### Imagem 3 – Capas dos jornais *Staffetta Riograndense*, *O Momento* e *A Época*



<sup>2</sup> Acerca do período em que o jornal passou a se chamar *Correio Riograndense*, sugiro o estudo de Valduga (2007).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Após esta contextualização acerca dos periódicos utilizados em nossos estudos, tecemos um diálogo entre os referenciais teórico-metodológicos utilizados, nas pesquisas mencionadas, relacionando-os com os percursos metodológicos de cada uma delas.

### **3 A História Cultural como referencial teórico**

*O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.*  
(LE GOFF, 1996, p. 545).

O primeiro esclarecimento sobre o referencial teórico utilizado nas pesquisas apresentadas neste capítulo é que, com o advento da História Cultural, abriram-se caminhos para a escrita de muitas histórias que, anteriormente não tinham espaço, pois não eram histórias “oficiais”, ou escritas em fontes antes consideradas “oficiais”. Houve uma ampliação da noção de documento (LE GOFF, 1996), que permitiu a pesquisas utilizarem impressos como fontes históricas.

Houve também o entendimento de que o historiador não conta uma verdade porque interpreta as fontes para escrever uma possível narrativa, a partir dos limites que os documentos apresentam e de suas representações. Isso, porém, não quer dizer, “de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro”, como destaca Chartier (2009, p. 13) ao citar Ginzburg (1999), mas é um conhecimento ou uma verdade diante da possibilidade de indícios, de olhares e de representações daquele que se propõe a narrar uma determinada história.

A representação é o conjunto de significações elaboradas pelos sujeitos que produzem e reproduzem a sociedade,



descrevendo-a da forma como a percebem ou da forma como gostariam que ela fosse, recorda Chartier (2002, 2010). Por isso, não é possível alcançar o que ocorreu, mas sim uma representação do que ocorreu. Le Goff também pontua que,

[...] de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (1996, p. 535).

O historiador, então, não faz um relato da verdade, em função dos limites das fontes (que são uma representação do passado, não o passado) e, também, em função de suas próprias escolhas, apropriações e análises, pois uma mesma fonte pode ser lida de formas diferentes. Utilizando as lentes da História Cultural, questionamos “as verdades” contidas nos fatos históricos, nos documentos, nas memórias, sem desrespeitá-las, mas tendo a consciência de que são versões diferentes e, muitas vezes, transitórias. Assim, as produções textuais localizadas nos impressos, utilizadas como fontes em nossas pesquisas, não são reflexo da realidade, mas uma apropriação, uma construção permeada pelas percepções de seus produtores, que são agora apropriadas por nós para a construção da narrativa histórica que objetivamos.

A apropriação dos discursos é “[...] a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 2002, p. 24). O sentido do texto ou do documento não está somente nele, mas é também criado no momento em que é lido. Sobre isso, Chartier indica que é necessário estudar a maneira com a qual os textos foram organizados e

[...] reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências,

glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão. Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se inversamente nos seus leitores (2002, p.124).

Em função disso, precisamos estar atentos a nossas escolhas, sabendo que elas trilharam os caminhos de nossa pesquisa, o nosso percurso metodológico, que permite a construção da narrativa. O papel do historiador é fundamental para a construção da narrativa histórica, pois esta se compõe de suas escolhas e análises. As perguntas que o historiador faz aos documentos são o que permitirão sua interpretação, por isso são de fundamental importância no momento da análise. Le Goff (1996, p. 545) explica que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, em pleno conhecimento de causa”.

Assim, entendemos que o documento torna-se relevante, a partir da análise que o historiador faz dele. Para tal análise, como já mencionado, é necessário saber a origem do documento, quem o produziu, por que, para quem, com que intento, cruzar as fontes e relacionar texto e contexto, apropriando-se dos escritos e dando sentido ao documento. Tendo essa concepção como referencial teórico, organizamos e apresentamos (a seguir) os percursos metodológicos de nossas pesquisas.

#### **4 Percursos metodológicos das pesquisas**

*[...] Os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação.*  
(BURKE, 2008, p. 33).

Estando Atentas a estas questões, então, o primeiro passo na condução metodológica das pesquisas diz respeito à localização, identificação, seleção e ao ordenamento dos critérios de análise das fontes. Segundo Bacellar (2005, p. 51), “o iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”. As pesquisas mencionadas neste capítulo tiveram sua localização de fontes, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No *site* da Hemeroteca Digital foi possível encontrar periódicos com os quais estamos trabalhando e, ainda, fazer buscas por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos.

Em uma das pesquisas, foi realizado, até o momento, um prévio levantamento para saber o número de edições publicadas e disponíveis da revista *O Cruzeiro*. No arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira constatamos a existência de 888 exemplares, no período de 1950 a 1969, realizando também a identificação das edições da revista e do conteúdo, de acordo com as primeiras categorias de análise: regimes alimentares, prescrições de atividades físicas ideais, ordenamentos de cuidados higiênicos, regulações de comportamentos que remetem à sexualidade, idealizações de norma estética e recomendações de hábitos saudáveis.

#### Quadro 1 – Relação da revista *O Cruzeiro* no arquivo digital

Ano	Número de edições
1950-1951	52-52
1952-1953	43-51
1954-1955	52-53
1956-1957	52-52
1958-1959	52-52
1960-1961	53-51
1962-1963	53-53
1964-1965	31-00
1966-1967	51-42
1968-1969	42-01

**Fonte:** Elaboração das autoras.

Cabe destacar que a escolha da revista *O Cruzeiro*, como principal fonte de pesquisa, em um dos casos apresentados neste capítulo, deve-se a vários fatores: construiu vários discursos relativos ao regulamento do corpo feminino, apesar de não estar voltada exclusivamente a esse universo. Outra justificativa relevante deve-se ao fato de a facilidade de localização de praticamente todo o acervo das décadas de 50 a 60, do século XX, no referido arquivo *on-line*. Ainda vale mencionar que localizamos, em Pelotas, RS, sujeitos femininos que eram ativas leitoras desta revista. Assim, o periódico contempla inquietações e questionamentos de pesquisa que, por ora, nos levam a construir o estudo.

No que se refere à pesquisa no *Jornal do Dia* e no *Diário de Notícias*, as reportagens de jornais divulgam a realização dos Círculos de Cultura, a presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul, bem como a organização de cursos de formação para os animadores culturais e coordenadores, que mediariam os esses círculos no estado. Inicialmente, a delimitação temporal da pesquisa estava aberta no período de 1950 a 1964, porém, os achados na Hemeroteca Digital direcionaram para a existência de ocorrências de reportagens sobre a temática pesquisada somente nos anos de 1963 e 1964. No *Jornal do Dia*, foram encontradas 28 recorrências de reportagens sobre os Círculos de Cultura no Rio Grande do Sul ou com a temática da alfabetização de adultos (que era o objetivo desses círculos), já no *Diário de Notícias* havia somente 10 reportagens sobre estas temáticas.

Nas páginas do *Staffetta Riograndense*, *A Época* e *O Momento* localizamos vestígios acerca da história dos Municípios de Garibaldi e Farroupilha, em especial, no que se refere à educação, com destaque para as publicações em torno da abertura/inauguração de escolas e demais festividades escolares. Foram muitas as recorrências em torno dos oito grupos escolares investigados na pesquisa. Sendo assim, a partir das publicações dos jornais, identificamos sujeitos escolares, bem como encontramos indícios que auxiliaram na compreensão dos tempos, espaços e das práticas escolares.

Após localizarmos e identificarmos as fontes, é necessário realizar a análise, contextualizando a história dos objetos de

pesquisa e, ao mesmo tempo, das fontes (os periódicos). Luchese (2014, p. 148) indica que “a qualidade da análise e da interpretação histórica depende das problematizações propostas pelo historiador da educação [...]”. É preciso refletir criticamente sobre o documento, contextualizando-o conforme a temporalidade em que foi escrito.

Em nossos estudos, a análise dos periódicos está levando em conta as permanências discursivas e as recorrências (quando houver), mas, principalmente, as seguintes: (i) as mudanças e rupturas em relação aos discursos sobre a educação do corpo feminino; (ii) as informações acerca de movimentos pelo Estado em prol da realização de formações para o trabalho com os círculos de cultura; e (iii) os vestígios acerca da emergência dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha, bem como as práticas escolares por eles produzidas.

Também estão sendo considerados aspectos da materialidade do impresso como, por exemplo, o formato da revista e dos jornais, a recorrência de imagens, a disposição gráfica, os recursos e as estratégias jornalísticas (configuração da capa e dos títulos das reportagens). Nesse sentido, vale ressaltar que, conforme Cellard (2010), a análise documental considera o contexto, a autoria, a autenticidade, a confiabilidade, a natureza e os conceitos do texto-fonte.

No estudo dos periódicos, estamos atentas à intencionalidade da produção dos discursos e também, sempre que possível, à identificação da tiragem, à distribuição por estado, à estimativa de venda, ao número de assinantes e aos espaços de circulação. Essa análise metodológica é importante, uma vez que significa a exploração do documento do ponto de vista histórico, ou seja, considerando o contexto de produção, circulação e apropriação.

Ao tomar o documento como produção humana e social, repleta dos significados impressos pelo autor, é necessário pensar sobre sua produção, questionando, por exemplo: Qual sua intenção, quem é o autor, qual seu contexto, etc. “[...] os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (BURKE, 2008, p. 33).

Sabendo que, segundo Le Goff (1996), o documento é um produto da sociedade, fabricado a partir das relações de poder, a análise das fontes escritas deve considerar o contexto no qual estas foram produzidas, com a intenção de refletir criticamente sobre quem escreveu e em que condições, bem como sobre o veículo de divulgação e o propósito (BACELLAR, 2005).

Estes periódicos são publicados a partir de um lugar social, cultural e econômico e são divulgados visando a determinado público que também ocupa um lugar social específico. No primeiro estudo em caso, o público visado para a leitura da Revista *O Cruzeiro* seriam as mulheres pelotenses e suas apropriações, ao adquirirem e lerem esse periódico. No segundo caso, de forma mais ampla, os *Jornais do Dia* e *Diário de Notícias* tinham um público mais variado, tendo em vista que seus assuntos e colunas eram diversificados e que as notícias sobre o tema da pesquisa eram buscadas, não faziam parte apenas de uma coluna específica, mas apareceram nos jornais de formas variadas. Na terceira pesquisa em questão, pode-se dizer que os jornais consultados tinham circulação, sobretudo nos municípios pertencentes à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul;<sup>3</sup> sendo assim, eram direcionados para essa população local. No entanto, cabe destacar que o público-alvo do *Staffetta Riograndense*, ao menos até 1942, era o católico descendente de imigrantes, enquanto que os jornais *A Época* e *O Momento* atraíam a atenção dos leitores que compactuavam com as ideias nacionalistas (VALDUGA, 2007).

Além disso, é preciso analisar os documentos a partir de sua produção, em virtude de que, segundo Chartier (2010), o sentido do texto depende das formas que o oferecem para a leitura, da materialidade e escrita das fontes. É necessário compreender os escritos a partir da estrutura do texto, associando “os papéis atribuídos ao escrito, as formas e suportes da escrita, e as maneiras de ler” (CHARTIER, 2010, p. 8).

Tendo em vista a importância da análise, com as fontes em mãos, foi preciso selecionar e organizar categorias para a análise,

---

<sup>3</sup> Como exemplo, citamos os Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, RS, entre outros.

para que a história pudesse ser narrada. Na análise da revista *O Cruzeiro*, está sendo feito um fichamento em que selecionamos, dentre as partes do periódico, aquelas que mostram mais as categorias já explicitadas acima, referentes à construção e educação de um corpo feminino. Estamos elegendo, no primeiro momento, uma revista por mês, começando pelo mês de janeiro até dezembro, para podermos ter uma ideia das mudanças ocorridas mensalmente.

Na pesquisa envolvendo o *Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias*, foi feito um fichamento do material encontrado, confeccionando um quadro com as categorias emergentes e indicando o local no qual elas aparecem (transcrição da reportagem do dia A, no jornal B, página C, etc.). Na tabela, as informações obtidas com os periódicos passaram a ser comparadas e agrupadas. Assim, foi possível perceber quais categorias mais emergiram para tecer a análise. Já na pesquisa que utiliza os jornais *Staffetta Riograndense*, *A Época* e *O Momento*, os impressos foram organizados em pastas digitais, separadas por municípios. Dentro destas duas primeiras pastas, os documentos foram selecionados e novamente separados em categorias: educação, política, cultura, religiosidade e economia. É válido pontuar que cada impresso foi salvo nestas pastas, contendo o tema da notícia, a data e as informações acerca de sua tiragem, pois, como bem mencionou Bacellar (2005, p. 62) “a boa referenciação é essencial”.

Desse modo, as fontes foram sendo entrelaçadas para que o texto pudesse ser escrito e organizado, inclusive com maior rigurosidade. Esta descrição, por sua vez, resultou em novos achados para as pesquisas, que viabilizaram a escrita e, ao mesmo tempo, a busca de outras fontes. Ao ler e interpretar as fontes, compreendemos os significados do que foi exposto: as intenções, o lugar que ocupa quem narra ou quem escreve a reportagem, possíveis medos da atualidade (no caso específico das entrevistas), como uma reportagem desejava atingir os leitores, quem a escreveu, quais foram as razões e os efeitos, etc.

Por fim, para enriquecer a análise, cruzamos os impressos com outros documentos históricos: fotografias, entrevistas, atas escolares e demais documentos escritos. A partir dessa tessitura,

estabelecemos questionamentos e dialogamos com o referencial teórico-metodológico da História Cultural, conferindo sentido às nossas pesquisas.

## **5 Considerações finais**

*O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.*

(LE GOFF, 1996, p. 54)

Ao produzir esse texto, procuramos conhecer as semelhanças e aproximações entre os percursos metodológicos de nossas pesquisas. Dessa forma, destacamos a importância do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pois, foi através dele que localizamos os impressos utilizados em nossos estudos. Sem dúvida, ele tem contribuído para os avanços de diferentes pesquisas, em especial, na área da História da Educação.

Como uma segunda similaridade, identificamos o uso de fontes históricas complementares aos periódicos, como entrevistas, fotografias e demais documentos escritos. Ainda, apontamos a utilização de aporte teórico-metodológico da História Cultural e da História da Educação, dadas pelas particularidades de cada estudo.

Diante disso, compreendemos que os impressos são produções humanas e foram fabricados em diferentes tempos e espaços por sujeitos dotados de opiniões e representações. Além disso, não consideramos que a preservação destes documentos tenha ocorrido de maneira natural, uma vez que foram conservados por



alguém e com alguma finalidade. Assim sendo, entendemos que a análise documental e histórica dos impressos exige a desmontagem dos documentos-monumentos, ou seja, é preciso dar atenção para as condições de produção, circulação e preservação dos vestígios encontrados, bem como a formulação de perguntas por parte do historiador, já que as fontes não falam por si sós.

É preciso questionar, refletir, pensar... A tessitura da narrativa exige paciência e “somente com perguntas é que podemos avançar na produção do conhecimento histórico”, como menciona Luchese (2014, p. 148). Por fim, destacamos a relevância dos impressos para as pesquisas em História da Educação, a partir de diferentes olhares, objetos e recortes temporais.

## Referências

### I. Obras Consultadas

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. de Sergio Goes de Paula. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, jan. 2010. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**: um romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago. 2014.

SILVEIRA, Wálter Galvani da. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus**: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945). 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2007.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves Muza. **O Cruzeiro**. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 25 jun. 2019

## II. Fontes

**O CRUZEIRO**. Rio de Janeiro. 1950-1969. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Porto Alegre. 1963-1964. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

**JORNAL DO DIA**. Porto Alegre, 1963-1964. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

**A ÉPOCA**. Caxias, 1938-1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

**CORREIO RIOGRANDENSE.** Garibaldi, 1942-1949. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

**O MOMENTO.** Caxias do Sul, 1933-1936. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

**STAFFETTA RIOGRANDENSE.** Garibaldi, 1917-1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: (IM)POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS EM ARQUIVOS E ACERVOS MUNICIPAIS

*Manuela Ciconetto Bernardi*

*Roberta Ângela Tonietto*

*Rodrigo Luis dos Santos*

Este trabalho situa-se no campo da História da Educação, especificamente, ancorado na perspectiva teórica da História Cultural e buscou refletir as possibilidades e impossibilidades de investigação em arquivos e acervos, sob a salvaguarda da administração pública. Neste sentido, inicialmente pontuamos que o campo da História da Educação mostrou-se crescente nas últimas décadas, principalmente em investigações ligadas aos Programas de Pós-Graduação, as possibilidades e o diálogo multidisciplinar corroboraram esta expansão. Em se tratando da História Cultural, o século XX apresentou-se como uma mudança na produção destes estudos, o movimento *Annales*, estabelecimento de novos debates e o abandono de antigas concepções (LE GOFF, 1990, p. 28) possibilitaram a emergência, assim como a História da Educação, de possibilidades e diálogos investigativos, antes não realizados ou que agora são feitos sob outra ótica.

Quanto à discussão sobre arquivos e acervos, na nossa compreensão, ela deve ser precedida de reflexões sobre o conceito de documento e, para isso, Cellard (2008, p. 296) explica que conceituar “documento” é um desafio, mas de forma globalizante o compreendemos como um *corpus* – fonte que possua informações. Todavia, a noção do que é um documento apresenta divergências a depender da área, destas pontuamos que a Ciência da Informação, Documentação, Arquivologia e Biblioteconomia se debruçam à sua compreensão.

A convergência conceitual do termo “documento”, apontada por Rondinelli (2011, p. 56-57), é situada na Ciência da Informação e Arquivologia, por meio da sua materialidade (registrada em suportes) e funcionalidade (para ensino, aprendizagem, testemunho, registros de informação). No que se refere à conceitualização, especificamente na expansão do termo “documento”, rememoramos que os debates emergiram com Paul Otlet e Henri La Fontaine<sup>1</sup> nas primeiras décadas do século XX, caracterizado pela emergência do documento, além de um simples registro, mas como qualquer material que represente algo (OTLET, 2018, p. 14).

Rondinelli (2011, p. 256) foi enfática na compreensão que atualmente a sua conceitualização é a de um produto social, derivado de uma atividade humana, mas convém pontuar que, apesar disso, a discussão permanece nas diferentes áreas. Para História Cultural, as mudanças ocorridas possibilitaram a análise dos documentos sob sobre diferentes perspectivas, além de, em sua materialidade, utilizar-se de “escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.” (LE GOFF, 1990, p. 28).

Nesta discussão, assumimos que arquivos são um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada [...] independente da natureza dos suportes” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) e acervos são “documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19) e ligando-os a nossa proposta, Ragazzini pontua:

A história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do

---

<sup>1</sup> Precusores do estudo da Documentação e da Ciência da Informação, Paul Otlet é considerado o “pai da documentação” (OTLET, 2018).

Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação (2001, p. 19).

Ficam evidentes as possibilidades que o autor vê nas fontes de pesquisas “não usuais” e ligadas a arquivos e acervos públicos, adicionamos que eles se encontram tanto nos documentos produzidos pela entidade pública como mantido pelas mesmas (incluindo também os documentos oriundos da própria história da escola). Evidentemente, quando o autor explicita “muito mais da história legislativa, do direito [...] que da história da escola...” (RAGAZZINI, 2001, p. 19) ele nos instiga a uma investigação que dê ênfase aos documentos da/e produzidos pela entidade pública, todavia pela linha que tomamos acreditamos que tanto os documentos do Poder Público quanto os mantidos pelo mesmo (sendo ou não diretamente da história da escola e educação) devem ser trabalhados, já que a questão que se põe nesta discussão é instigar os pesquisadores a utilizá-los; cabe destacar que “as instituições portadoras de acervos (arquivos, bibliotecas, centros de documentação) estão no centro mesmo da constituição e redefinição do campo da história da educação” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 30). Assim, nota-se que da importância desta discussão emergem perguntas sobre os acervos e arquivos municipais. No que efetivamente eles podem contribuir para contar uma História da Educação? E, no caso de documentos públicos que não foram produzidos pela escola, eles substituiriam as fontes produzidas diretamente pela escola?

Apesar de discutirmos sobre arquivos e acervos municipais, que predominantemente possuirão a tipologia usual e inicial da conceituação de documento como um registro fixo em papel, assumindo as abordagens da História Cultural e a História da Educação, é possível pontuar especificidades, mesmo que advindas de arquivos e acervos públicos – os quais historicamente também se caracterizavam como fontes “únicas” para consultas e investigações. É consenso que os documentos são fontes de informação histórica e, através deles, é possível extrair os dados sobre fatos e acontecimentos relacionados ao cotidiano dos sujeitos, grupos sociais, identidades culturais e ideológicas,

portanto a conservação destes documentos garante memórias para as gerações futuras.

Os documentos enquanto bens de memória coletiva podem ser “arquivísticos [uma carta/*e-mail*]; museológicos [objetos] ou edificadas [construções como prédios]” (BRASIL, 2016, p. 7-8) e também podem apresentar-se de várias formas como “textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros, orais, micrográficos, filmográficos, digitais, entre outros” (BRASIL, 2016, p. 10-13). Por muitos anos pensava-se e atribuía-se aos arquivos a função de depósito de documentos, não se dava a devida importância aos seus fragmentos para recompor a história. Hoje em dia, cada vez mais, pesquisadores valorizam os documentos de acervos, pois, como afirma Jardim (1998, p. 3), estas instituições arquivísticas atuam como lugar de memória:

A memória no espaço arquivístico só é ativada [...] se tais lugares de memória forem gerenciados também como lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. É enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional – que os arquivos (em qualquer uma das fases do ciclo vital) redefinem sua dimensão político-social (1998, p. 3).

Existem especificidades em cada acervo pesquisado, alguns deles contam com o emprego de técnicas arquivísticas, outros, por sua vez, carecem de profissionais e meios, que vão desde a aquisição, organização e recuperação das informações. Costa (2011, p. 27) descreve algumas dificuldades em acessar arquivos públicos:

A necessidade de conservar em bom estado o documento de arquivo; A limitação de fornecimento de cópias a fim de proteger esse material; A dificuldade de se elaborar instrumentos de pesquisa suficientemente pormenorizados para que todos possam tomar conhecimento da existência do arquivo e de seu conteúdo; A limitação de dias e horários para funcionamento das salas de consulta

e número insuficiente de empregados destinados ao atendimento do usuário; O difícil manejo de equipamentos necessários para consultas à documentação especial, como, por exemplo, leitoras de microfimes (2011, p. 27).

O tratamento técnico dado às fontes documentais e arquivísticas, quando direcionadas às necessidades dos usuários, identificando séries e espécies documentais produzidas, preservando adequadamente e que permita a manipulação destes documentos de forma a garantir a integridade do mesmo, é de suma importância para que outros possam, no futuro, continuar as investigações. Portanto, é crucial para o desenvolvimento de uma pesquisa, pois, como afirmado por Paes (2004, p. 20), a função básica do arquivo é “tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda” e tem por finalidade “a base do conhecimento da história”. Todavia, a realidade é que grande parte dos acervos ainda permanece relegada às condições adversas, espremida em sótãos, em espaços que contribuem para sua degradação, por vezes condicionados às intempéries, sem aporte de um profissional capacitado que realize o tratamento documental e auxilie na pesquisa. Desta forma, o pesquisador pode encontrar o acervo e seus arquivos de diversas formas, dependendo de onde pesquisa.

O acesso à informação, devido aos horários de atendimentos destas instituições, também se tornam um obstáculo, pois dificultam que pesquisadores, que não podem realizar suas pesquisas em horário comercial, utilizem este campo investigativo. Essas dificuldades fazem parte do cotidiano de pesquisadores, e seu grau de dificuldade vai depender da realidade local, podendo possibilitar ou impossibilitar pesquisas no campo da História da Educação. Entendemos que as fontes públicas contribuem para a investigação, e que a sua efetividade em responder às questões depende do objeto de investigação e ao que o pesquisador se propõe, já que o documento responderá às inquietações e problematizações realizadas.

Investigar o “desconhecido” requer do pesquisador preparo e ciência de elementos para realizar a investigação, entre tantos



que podem ser aprofundados, citamos alguns como: se a unidade mantenedora possui um profissional, previamente conhecer as normas que permitam a investigação – que dias, de que forma acessar, como manejar os equipamentos, pontos destacados por Costa (2011, p. 27) como dificuldades, mas que compreendemos como normativas que auxiliam na conservação do mesmo e que, por vezes, se tornam obstáculos para um rápido e fácil acesso. Caso o acervo não possua profissionais diretamente vinculados, verificar a autorização para o acesso, o estado do acervo e, diante dessa situação, o pesquisador deve prezar principalmente pela integridade do mesmo, não colocando em risco as fontes que necessita investigar.

Quanto à substituição de fontes produzidas pela própria escola ou instituição, entendemos que existem limitações vinculadas ao problema de pesquisa e período temporal investigado. Porém, no caso de fontes públicas, se elas não trazem vestígios, como exemplo de frequência ou informações diretamente da escola, por outro lado é possível assumir outro viés e verificar a escolarização pública, como o estabelecimento da escola investigada, contratação de professores, questão salarial, entre outras informações, que podem não corresponder às fontes produzidas pela escola, mas que trará indiretamente informações sobre a mesma.

Neste sentido, cabe o destaque de que, por vezes, os acervos e arquivos públicos se tornam locais remanescentes que trazem informações por vezes inéditas para a investigação histórica (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 26) e “[...] não é raro que ele [documento] represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (CELLARD, 2008, p. 295) e que, neste caso, foi salvaguardado graças à instituição pública mantenedora. Ademais, assumindo uma investigação na História da Educação, é necessária uma reflexão sobre as fontes que “[...] é ao mesmo tempo uma reflexão sobre os limites não só das práticas institucionais, no que diz respeito à localização, conservação e divulgação de acervos, mas também das práticas discursivas, no âmbito da história” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 23). Assim o pesquisador precisa se distanciar, questionar e problematizá-las.

Como anteriormente mencionado, as realidades que envolvem os arquivos e acervos municipais – quando existem

– são multifacetadas. De modo geral, grande parte dos arquivos não tem uma organização efetivamente adequada, tanto no que compete ao condicionamento da documentação salvaguardada quanto ao processo de catalogação e disponibilização destes materiais ao público. Diante desta realidade, mais difícil ainda é encontrarmos acervos digitalizados e acessíveis por meio de *sites* na internet. Assim como afirmado por Paes (2004, p. 158), os arquivos e arquivistas – e podemos acrescentar os demais agentes envolvidos – devem estar preparados profissionalmente para os avanços tecnológicos da informação e deveriam “utilizar todos os meios disponíveis para se obter, rapidamente, informações confiáveis, precisas e completas”.

Essa questão vem sendo lentamente modificada, e é possível ver, nas últimas décadas, avanços neste sentido, porém ela ocorre a passos lentos, já que depende de investimentos e recursos por parte da entidade mantenedora, acrescenta-se a desconstrução paulatina da visão dos acervos de um espaço de “documentos velhos” para locais que guardam informações históricas, com valor e importância, corroborando a manutenção da memória, cultura e identidade da sociedade. Este último se torna um grande obstáculo, pois é necessário haver desconstrução e conscientização de toda a comunidade para então possibilitar investimentos e ações, o que também ainda se encontra longe do ideal a ser atingido, como os meios citados por Paes (2004); então, na maioria das vezes, nos localizamos ainda com acervos e arquivos passando da primeira etapa deste processo, o que explica os obstáculos localizados.

Ademais, outra conjuntura que merece destaque é o fato de que, por conta de diferentes circunstâncias, acervos públicos, ligados à administração pública municipal – poderes Executivo e/ou Legislativo – estão sob a custódia de entidades privadas ou comunitárias, como museus, universidades ou associações de pesquisa histórica e cultural. Para exemplificar, trazemos alguns casos vinculados com cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, mais precisamente no chamado Vale do Rio dos Sinos, assim como da Serra gaúcha. Nos Referimo-nos aos Municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom,

Antônio Prado e Caxias do Sul, cada um com especificidades relacionadas com a preservação de sua memória pública materializada na documentação.

Em São Leopoldo, não há arquivo público mantido pelo governo local. Mas existe um vasto e importante conjunto arquivístico, datado desde o princípio da colonização alemã naquela região, em 1824, passando pela fase imperial da administração até momentos mais recentes da vida republicana, na década de 80. Este acervo está alocado junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, entidade privada fundada em 1959. Durante muitos anos, houve o repasse de auxílio financeiro por parte da prefeitura leopoldense para a instituição, como forma de contrapartida pelo trabalho prestado. Entretanto, desde 2018 esta verba não vem sendo fornecida. Com isso, embora haja um trabalho mínimo de organização por parte da equipe de voluntários do museu, o acesso de pesquisadores ao acervo da Prefeitura e Câmara de Vereadores de São Leopoldo é bastante limitado.

Paes (2004, p. 42) destaca a importância dos recursos financeiros disponíveis e a capacitação dos recursos humanos para manter a fonte e base de informações, simplificando e racionalizando o trabalho de arquivamento, e que, quando não existente fazem emergir “[...] dificuldades na organização de papéis”. Também cabe destacar que não há um corpo técnico dedicado ao amparo da documentação existente – não apenas a pública, mas um acervo histórico de variada origem, como registros familiares, de instituições sociais e culturais, escolas e Igrejas, entre outros. Na instituição não há a presença de bibliotecários – tendo em vista a existência de uma biblioteca com mais de 27 mil obras –, museólogos, arquivistas ou historiadores profissionais. No que remete mais estritamente ao âmbito da História da Educação, essa acessibilidade reduzida ao escopo documental público dificulta pesquisas mais pormenorizadas – como sobre as formas de organização da estrutura escolar em diferentes períodos, a contratação e subvenção de escolas e professores(as), o cotidiano educacional, entre outros temas possíveis.

Novo Hamburgo se enquadra na possibilidade de que, inclusive do ponto de vista legal, se espera de um município a existência

de um arquivo público. Recentemente, houve uma transferência de local, saindo de uma sala junto ao Centro Municipal de Cultura para um prédio anexo à Biblioteca Pública hamburguesa. O volume documental relativo aos poderes Executivo e Legislativo de Novo Hamburgo, desde sua emancipação política de São Leopoldo, em 1927, é menor que aquele encontrado no museu leopoldense. Mas, do ponto de vista técnico, existe uma equipe profissional que cuida deste e de outros acervos, formada por arquivista e historiadores concursados. Ao mesmo tempo, existe um trabalho efetivo visando a organização e disponibilização destes documentos para pesquisadores e, além disso, para a comunidade de forma mais ampla, conscientizando para a importância do arquivo como local de memória histórica da cidade e região. Dentro dessa massa documental, existem registros vinculados com o funcionalismo público, abarcando os que serviram em carreira docente, assim como diferentes fontes de pesquisa sobre a vida educacional daquele município. Embora com esforço significativo, ainda não houve a possibilidade de rastreamento completo de toda documentação pública depositada em locais mantidos pela Prefeitura e Câmara de Vereadores, tanto aquela de longa data quanto mais contemporânea.

O terceiro caso, envolvendo Campo Bom, não se encaixa nas duas possibilidades relatadas anteriormente. Não há na cidade um local específico para salvaguarda da documentação pública, seja museu ou arquivo mantido pela municipalidade, assim como alguma instituição privada. Parte destes documentos públicos já foi descartada ou se encontra pessimamente acondicionada em departamentos ou prédios administrados pelo governo local. Entretanto, existe uma quantidade significativa e fartamente variada – abarcando inclusive documentos públicos – de documentação em poder de uma entidade social e cultural, denominada Associação Pró-Memória. Mas, assim como vem ocorrendo com o museu em São Leopoldo, os membros dessa entidade, em sua maioria, não têm formação técnica para o trabalho com estes acervos. Atualmente, o acervo mantido pela entidade está alocado provisoriamente em uma antiga fábrica de calçados, em condições adversas – com a presença de poeira, umidade e ação

de agentes nocivos, como cupins e traças. Além destes perigos, existe o fato de que, a qualquer momento, o local onde os arquivos estão pode ser alugado ou vendido, sendo então necessária nova transferência, o que pode causar ainda mais danos ao material. Por fim, é importante acentuar que o acesso de pesquisadores aos registros documentais ali existentes é bastante difícil.

Em Antônio Prado, o denominado “Arquivo Histórico de Antônio Prado” refere-se a uma sala e sótão da biblioteca municipal. Seu acervo, apesar de apresentar-se fechado ao público, aos interessados é possível acessá-lo mediante agendamento com a Secretaria de Educação e sob a supervisão da mesma realizar investigações, já que não existem profissionais que cuidem desse setor. O acervo corresponde a todo e qualquer material da municipalidade, remanescente das várias mudanças de locais e extravios. A temporalidade do mesmo vai da emancipação em 1899 até os dias atuais e o mesmo não se encontra digitalizado, classificado e não há ordem de arquivamento. Assim como ocorre em Campo Bom, o material sofre com condições adversas, principalmente de agentes nocivos. Houve uma tentativa de organização com a inserção da escrita da temática em cada caixa, que, realizada na década de 80, não teve continuidade. Desta forma, mesmo para uma busca por materiais com temática determinada, é necessário realizar a verificação completa do acervo, folha por folha.

O último caso se refere ao Arquivo Municipal João Spadari Adami, localizado no Município de Caxias do Sul, RS. Este arquivo preserva o acervo documental de origem pública e privada, por meio de doações pessoais, institucionais ou aquisicionais. O arquivo conta com número expressivo de funcionários, que auxiliam desde a busca, separação, o manuseio, e disponibilizam espaço físico para leitura e registro. Com relação à organização, os mesmos encontram-se numerados por seções e subseções, o que facilita a busca; e, no que tange ao manuseio, para a manipulação destes documentos originais são orientados alguns cuidados como: uso de luvas e o registro fotográfico sem *flash*. Além da busca dos documentos físicos, o segmento oferece um

acervo digital<sup>2</sup> que facilita a busca por estes documentos, auxilia na preservação e se torna uma ferramenta de pesquisa rápida, porém nem todos os aplicativos de busca abrem o material e, infelizmente, nem todos os documentos estão disponíveis no momento. Para além do atendimento ao público, o arquivo desenvolve também pesquisas e publicações, com o objetivo de divulgar o conteúdo de seu acervo e contribuir para o conhecimento da história, principalmente com temas relacionados à imigração e ao povoamento da região nordeste do RS, conforme dados editados *no site* da Prefeitura de Caxias do Sul.

Arendt (2013, p. 4) realizou uma pesquisa sobre a questão dos acervos privados e as políticas de “difusão” dos procedimentos adotados pelas instituições arquivistas em manter o “acesso físico, legal e intelectual”. Estes procedimentos, em conjunto, descrevem as adversidades e os desafios que pesquisadores(as) encontram na busca por informações, diante de realidades variadas, que trazemos nestes cinco casos. Para assinalar, entre outros pontos, no que refere-se ao arquivamento documental, quando isso recai sobre os acervos públicos, sobretudo municipais, as dificuldades podem ser ainda mais incisivas. Seja pela ausência de um local específico para manutenção desses acervos, seja pela falta de organização ou acessibilidade dos mesmos, entre outros entraves. Sobre esta questão, Witt observa que

a guarda de uma documentação tão variada exige organização, planejamento e investimento por parte da instituição hospedeira. Privadas ou públicas, é certo e de conhecimento geral que a maioria das instituições culturais do Brasil não possui os recursos necessários para salvaguardar seus acervos. Os limites são, quase sempre, a falta de verbas e de pessoal qualificado para dar andamento aos trabalhos. Por mais avanços que se tenha conquistado, como um sistema único de museus para o país e para os estados, ainda há muito que fazer nas células municipais, principalmente naquelas que

---

<sup>2</sup> Acesso pelo *site*: [arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br](http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br).

ainda não despertaram para o cuidado e a preservação de seu patrimônio. Uma das alternativas é buscar o apoio irrestrito de estagiários, bolsistas e voluntários, ligados ou não a instituições de ensino superior. Via de regra, esses anônimos têm sido peça fundamental no andamento dos trabalhos, na elaboração e concretização de projetos, no atendimento às escolas, aos turistas e aos pesquisadores, entre outras tantas tarefas por eles desempenhadas (WITT, 2015, p. 28).

Direcionando para o campo da História da Educação, também há outra problemática presente na averiguação dos registros contidos neste tipo de documentação: a diluição de informações em diferentes espaços do organograma administrativo-municipal. Nem sempre encontramos a documentação da área educacional ou escolar arranjada de forma harmônica, em um único acervo. Não são incomuns situações nas quais é preciso garimpar em documentos financeiros, correspondências emitidas ou recebidas, atas de sessões ou reuniões, requerimentos e despachos, advindos dos múltiplos setores que compõem a gestão pública de uma cidade, como é o caso do Arquivo de Antônio Prado. Deste modo, é preciso que se amplie o escopo de fontes consultadas. E que, não raramente, se encontram desorganizadas, sem identificação ou instrumentos qualificados de busca. Ou, ainda pior: sem a possibilidade de acesso.

Dentro da proposta que perpassa este texto, também julgamos pertinente assinalar outra adversidade que permeia os arquivos públicos e sua documentação: a apropriação destes registros por terceiros, transformando-os em parte de seus acervos pessoais. Não são incomuns eventos em que, vasculhando este tipo de acervo, depararmos-nos com documentos que deveriam estar arrolados com os demais papéis oriundos da gestão pública. Na maioria destes casos, são pessoas que estiveram diretamente vinculadas ao Poder Político-burocrático local – prefeitos, secretários, vereadores ou funcionários públicos – que, por alguma razão, guardaram consigo originais ou cópias de diversos documentos relacionados com a municipalidade.

Estes papéis, posteriormente integrando sua herança documental, acabam sendo descobertos quando ocorre a doação de acervos particulares para instituições de memória. Isso quando efetivamente ocorre doação, seja por parte dos titulares ou de seus familiares. Para exemplificarmos isso de forma mais clara, traremos um episódio vinculado com aspectos educacionais da cidade de São Leopoldo, na década de 30 (século XX).

Em 1933, o Padre Francisco Murmann, SJ., vigário da comunidade católica São Miguel de Dois Irmãos,<sup>3</sup> enviou uma correspondência ao prefeito de São Leopoldo naquela ocasião, Theodomiro Porto da Fonseca,<sup>4</sup> demonstrando contrariedade aos atos de intervenção política do subprefeito local, Carlos Theobaldo Sperb, em uma escola católica daquele distrito. A interferência do subprefeito Sperb, segundo o vigário, visava favorecer uma família protestante, obrigando que o educandário paroquial aceitasse um aluno de outra religião. Para este momento, o foco de análise não são os desdobramentos ou as resoluções deste caso, mas, sim, onde o documento foi encontrado. Teoricamente, ele deveria estar arquivado no acervo da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, em pastas relacionadas ao Ensino Público, ou mesmo de correspondências recebidas ou requerimentos. Mas esta missiva foi encontrada em outro tipo de acervo: em meio aos papéis do arquivo particular de Carlos de Souza Moraes, advogado e intelectual que atuou em São Leopoldo por mais de sessenta anos.

Carlos de Souza Moraes assumiu em 1937 – quatro anos após o episódio relatado – o cargo de secretário da Prefeitura leopoldense e, em 1939, a função de diretor de Instrução Pública daquele município. Não é possível precisar os motivos – talvez Moraes tenha recolhido estes documentos ligados ao escopo educacional por conta do posto que ocupava –, mas o original desta carta, que deveria integrar o acervo público, ficou por

---

<sup>3</sup> Paróquia localizada no Município de Dois Irmãos, RS, emancipado em 1959 de São Leopoldo. Quando do envio deste documento, Dois Irmãos era um distrito vinculado política e administrativamente ao governo leopoldense.

<sup>4</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), Coleção Carlos de Souza Moraes, Pasta 90, Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1933).



mais de seis décadas em poder de um ex-funcionário público, que também foi prefeito e vereador em São Leopoldo, entre as décadas de 40 e 50. Em 2013, dez anos após seu falecimento, os filhos de Carlos de Souza Moraes fizeram a doação de seu arquivo particular para o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, que ficou responsável pela custódia, organização e disponibilização do acervo para pesquisa pública. E, deste modo, foi possível descobrir a existência da correspondência encaminhada pelo Padre Murmann, SJ., a autoridades municipais leopoldenses. Assim como na passagem aqui mencionada, muitos outros casos semelhantes acontecem em nossos municípios, independentemente do porte destas comunidades.

Para além dos espaços arquivistas, debruçamo-nos em pensar no uso destes documentos como evidência histórica, para tanto, há de se compreender a importância do tratamento adequado destes documentos, para que esse objeto seja passível de análise e para dar confiabilidade à pesquisa. Heyman e Nedel (2018) com ideais da pós-modernidade, reúnem treze artigos que compõem o livro *Pensar os arquivos: uma antologia*, a qual as autoras endossam os arquivos como formação de patrimônio cultural. Em um dos textos escritos por Brién Brothman, o autor interroga sobre a “pertinência” de alguns materiais arquivistas e as relações com o espaço de poder e mecanismos de controle social, por serem “lugares de memória ou memorização que protegem e conferem poder” (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 102). Sob o mesmo, retomamos a desconstrução da visão dos acervos e arquivos para locais e documentos que se constituem pelo valor histórico que possuem, fica tangível a questão quando os colocamos de forma que documentem a história da comunidade, da sociedade e do mundo, e assim “guardam” a memória coletiva e são o legado do passado para o presente e o futuro.

Apesar das dificuldades e dos obstáculos listados neste trabalho, em muitos casos é possível localizar informações valiosas em acervos e arquivos municipais. A investigação neles, conforme pontua Luchese (2014), é de grande valia e fundamental em algumas das pesquisas desenvolvidas na História da Educação. Para exemplificar, pensando na documentação vinculada diretamente à gestão

pública, uma análise de correspondências pode trazer indícios sobre a compra de materiais didáticos; já em atas municipais, em alguns casos, encontram-se nomeações e exonerações de professores; em relatórios anuais é possível obter um panorama da escolarização pública e, no que se refere aos arquivos diretamente produzidos pela escola e arquivados em locais públicos, apesar de muitas vezes em meio à desorganização, possuem um local público e conhecido para a sua manutenção por mais precário que seja. Porém, não é demais destacar que a História da Educação está atrelada às demais histórias, Nunes e Carvalho (1993, p. 29) apontam que

uma pergunta sempre nos ocorre: quantas são as histórias embutidas numa levantamento de fonte de história da educação? É possível entrever algumas: a história administrativa, a história política, a história biográfica, a história intelectual, a história religiosa, a história econômica. Entranhadas nos fragmentos arquivísticos e bibliográficos, estas histórias tecem pelo avesso as histórias da educação e nos ajudam a destacar especificidades do objeto pedagógico que reside no seu caráter multifacetado, nem sempre percebido com clareza pelo pesquisador, a exigir o concurso de vários domínios do saber para ser apreendido na sua inteireza (sempre fugidia) e na complexidade (sempre em aberto) (1993, p. 29).

Adjunto a isso, a apreciação destas fontes e seu entrecruzamento – e ampliação para outras, como a imprensa e relatos orais – nos permitem compreender melhor as relações sociais e as redes estabelecidas pelos indivíduos. A educação e o espaço institucional escolar são *locus* sociopolíticos por excelência. Se tomarmos, por exemplo, as histórias locais – ou municipais –, veremos que as escolas tiveram sempre papel destacado para aquela sociedade, sejam elas públicas ou privadas, confessionais ou comunitárias. Em variados momentos se tornaram espaços de disputa política e de poder social, de representação ou fomento de identidades e *status* – econômico, cultural, religioso, entre outros. E estas construções históricas locais, por seu turno, estão

vinculadas diretamente com os acontecimentos em níveis mais amplos, como estaduais, nacionais e internacionais. Podemos citar o período do Estado Novo (1937-1945), quando a pauta educacional esteve intimamente relacionada com o ideário nacionalista e com a incisiva política de construção da identidade brasileira. Neste sentido, refletindo sobre a realidade das áreas de imigração sul-rio-grandenses no período, a criação de educandários públicos, a intervenção e o fechamento de escolas comunitárias, confessionais ou privadas, assim como práticas de censura, coerção e repressão – incluindo prisão e violências contra professores –, demonstra de forma clara a importância da História da Educação para uma visão alargada da realidade regional e nacional em diferentes períodos.

O enfrentamento aos acervos e arquivos, ter ciência do que eles representam, notar e articular as diversas histórias para entender sua produção, reformular, questionar e assim construir o trabalho, requer atenção do pesquisador, “sofisticar sua análise o suficiente, com o intuito de ao menos perceber de que modo alguns aspectos, dos quais não trata diretamente (seja pelo silêncio das fontes, seja pelas suas opções), atuam sobre aqueles nos quais se fixa” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 29), além disso, “as fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem – como podem por um número limitado de fatos – às perguntas que lhe são apresentadas” (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Tendo ciência destas questões, os acervos e arquivos municipais não devem deixar de ser investigados por pesquisadores na busca de vestígios e indícios da História da Educação. Parece-nos neste ponto que se torna insensato dizer que também “depende” do objeto e do problema de pesquisa, há possibilidades e impossibilidades. Todavia, queremos enfatizar que a investigação depende sim do objeto e problema e que, além disso, muitos dos obstáculos se encontram nos limites que o pesquisador se põe. Mas é necessário despender tempo, passar horas pesquisando em acervos com muitos dos arquivos antigos, com dificuldades de acesso e recuperação das informações, mas também é necessário abrir-se para as possibilidades onde elas menos existem, por vezes um documento pode revelar muito mais do que o pesquisador jamais imaginou.

O historiador Le Goff (1996), ao abordar a questão documental, assevera que os diferentes tipos de documentos devem ser compreendidos como uma forma de monumentalização, pois o fato de o mesmo ser salvaguardado em um arquivo, mesmo diante de condições muitas vezes adversas, indica que este foi julgado digno de conservação e perpetuação, tendo em vista que, provavelmente, muitas outras fontes foram descartadas, por múltiplas razões. E, ao ser arquivado, o documento já não exerce sua função inicial e original, a de servir como instrumento de regularização da burocracia político-administrativa. Nos arquivos, a documentação recebe uma nova finalidade: servir como objeto e ferramenta para reconstituição e interpretação das vivências humanas ao longo do tempo. Por sua vez, Levi, historiador italiano, nos chama a atenção para o exercício que os pesquisadores realizam ao embrenharem-se no “mistério” dos arquivos:

[...] estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, que muitas vezes não encontramos significado. Da mesma forma que fazem os antropólogos quando estão em campo: em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado. Como uma iluminação, Deus ou um anjo diz o que ela significa. Por isso, os documentos mais interessantes não são os cotidianos, banais, evidentes para nós, mas sim os que dizem algo que, de imediato, para nós, é incompreensível, misterioso, porque nos sugerem a alteridade com o que estudamos, mas, ao mesmo tempo, há algo que devemos interpretar e dar coerência com os outros documentos evidentes e banais, já que os outros tendem ao anacronismo, porque os entendemos como se fossem documentos atuais. Diante do documento “incompreensível”, entendemos que há algo que deva ser reorganizado. Esse é o trabalho dos antropólogos. Vão a uma ilha do Pacífico e passam dias sem saber de nada realmente; olham, escutam e, uma hora, começam a perceber as lógicas. Mas a lógica deve permanecer local e não pode ser geral (LEVI, 2014, p. 2).

De forma prática, o processo de pesquisa nestes acervos e em suas fontes, conforme anteriormente afirmado, exige alguns passos básicos, que podem ser elencados da seguinte forma:

- a) dar direcionamento prévio do que se pretende pesquisar, ou seja, uma clareza sobre o objeto que se busca encontrar naquele acervo – a escola, o(a) professor(a), as nomeações/transferências, por exemplo;
- b) procurar fazer um mapeamento do tipo de fontes disponíveis;
- c) dar atenção aos detalhes do documento, ou seja, além do conteúdo principal da fonte, analisar possíveis anotações, rasuras, recortes ou outros tipos de marcações adicionais;
- d) ter ciência de que um documento, mesmo oficial e de escrita formal, é fruto de uma intencionalidade e de uma estrutura, onde sua criação e circulação atendem uma finalidade – política ou administrativa;
- e) estar aberto para ampliar a tipologia e quantidade de fontes possíveis de utilização – além de circulares, decretos, recibos e listas, as fotografias, os cartões, anotações, requerimentos e muitos outros tipos documentais possibilitam tornar mais robusta a pesquisa e suas possibilidade e desdobramentos.

Obviamente, cada pesquisador(a) e pesquisadora, no decorrer de sua trajetória, desenvolve seus métodos próprios de pesquisa, sua forma de busca, leitura e interpretação das fontes. Este esquema aqui relatado tem como objetivo apenas indicar caminhos e possibilidades. Mas sempre alertando que cada pesquisa, acervo e local de memória têm particularidades, desafios, riquezas e surpresas.

## **Considerações finais**

Ao investigar na área da História da Educação, bem como em outras áreas, nos defrontamo-nos com várias possibilidades e impossibilidades; este processo requer do pesquisador uma busca constante por indícios ou rastros de informação, que auxiliem

na elaboração de seus estudos no tempo passado e isto resulta em muitas idas e vindas aos arquivos e acervos municipais.

Nessa trajetória, vivemos distintas experiências, como a falta de recursos financeiros e humanos para levantar dados, organizar, identificar e manter a funcionalidade destes acervos, como pode ser evidenciado pelos exemplos citados em São Leopoldo, Campo Bom e Antônio Prado. Sem recursos, a maioria não possui os documentos digitalizados e quanto à tecnologia da informação evidenciada em Caxias do Sul, as mesmas enfrentam algumas dificuldades e fragilidades relacionadas a *softwares*, falta de padronização e a limitação do seu uso. Todavia, como evidenciado, apesar dos múltiplos entraves, é possível realizar investigações e localizar informações interessantes que colaborem com a História da Educação. Os acervos e arquivos municipais podem trazer informações por vezes inéditas e também colaborar com uma visão antes não explorada e que, por vezes, pode não ser localizada fora deles e, apesar de serem lugares aos quais ainda poucos se aventuram, instigamos aos leitores e pesquisadores que o façam. Mesmo aos que seguem sua busca em outros locais, convém refletirem nas possibilidades de entrecruzar fontes e o quão enriquecedora pode ser esta experiência para a produção da pesquisa.

Desta forma, existem possibilidades e impossibilidades para a pesquisa, e ambas devem ser consideradas e levadas em conta, na elaboração e produção de uma investigação situada na História da Educação. Os acervos e arquivos públicos podem corresponder à totalidade do *corpus* da investigação – a depender do problema, como em conjunto e confronto com demais fontes e informações auxiliam no desenrolar da pesquisa. O nosso registro fica em colocá-lo como locais e fontes que devem ser consideradas pelo pesquisador em História da Educação.

## Referências

ARENDETT, Isabel Cristina. Difusão e acumulação do patrimônio documental: caso de acervos privados. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH. Conhecimento histórico e diálogo social,

27., 2013, Natal, RN. **Anais eletrônicos** [...]. Natal, RN: 2013. p. 1-17. Disponível em: <http://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27?start=2140>. Acesso em: 2 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da cultura e Centro Histórico-Cultural Santa Casa. **Por que e como preservar documentos de arquivo?** ISCMPA: Porto Alegre, 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./jun. 2011.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar em arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ci. Inf.** [on-line]. 1998, v. 27, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 25-64.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

LUCHESI, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de.

Historiografia da educação e fontes. **Cad. ANPED**, Caxambu, p.7-64, 13-17, set. 1992. Trabalho apresentado na 15ª reunião anual da ANPED. Porto Alegre: 1993. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno\\_anped\\_no.5\\_set\\_1993.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf). Acesso em: 6 jun. 2019.

OTLET, Paul (1868-1944). **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Trad. de Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10500/1/livro%20Paul%20Otlet\\_tratado\\_de\\_documentacao.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10500/1/livro%20Paul%20Otlet_tratado_de_documentacao.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FSG, 2004.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-27, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a03.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisão necessária. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, RJ, 2011.

WITT, Marcos. Arquivos históricos municipais e seu affaire com as temáticas de imigração e colonização. **Revista Confluências Culturais**, v. 4, n. 1, mar. 2015.



# A PRODUÇÃO DE DADOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O USO DO SOFTWARE MICROSOFT EXCEL NA ANÁLISE DOCUMENTAL

*Elisângela Cândido da Silva Dewes*

*Samanta Vanz*

*José Edimar de Souza*

## 1 Considerações iniciais

A construção do conhecimento representa uma possibilidade explicativa sobre a realidade estudada, dados os referenciais teóricos e metodológicos utilizados, já que o que se produz é parcial e provisório. Nesse sentido, o modo, como se desencadeia o relacionamento com o conhecimento, e a escolha de ferramentas, para operacionalizarem uma metodologia, indicam a forma como as reflexões, as leituras de cenários de contextos se processam e significam pelo olhar do investigador. Entendemos que a contribuição do pesquisador para a escrita da história aconteça a partir dessa seleção de fatos considerados relevantes e da interpretação desenvolvida a partir da aplicação de um método que procura traduzir as experiências do passado em conhecimento histórico produzido.

Para Pesavento (2004, p. 54) é pela escrita da história que o historiador recompõe fatos edificados no espaço e no tempo, “[...] inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximações com a realidade. [...] processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão, ou seja, o historiador cria o passado [...]”. Nesse sentido, optamos pela análise documental histórica para contextualização da história da cultura e das práticas de escolarização em Caxias do Sul, RS.

A história é habitada por uma subjetividade que pertence ao historiador. Pelo recorte espaçotemporal que faz e pelas relações que estabelece atribui sentido inédito às palavras/imagens, que arrancam do silêncio dos arquivos. Esta prática “[...] reintroduz existências e singularidades no discurso histórico” (CHARTIER, 2002, p. 9). É nessa medida que a preocupação com a experiência humana; o comportamento; os valores que são aceitos em uma sociedade e que são rejeitados em outra adquirem sentido pelas “lentes” do historiador; sendo assim o “[...] banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado, todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje, constitui a história” (HOBSBAWM, 2000, p. 37).

A partir do movimento dos *Annales* (1929), “uma nova representação do tempo histórico” se desenvolveu teoricamente. A evolução desta inovação, no método investigativo, possibilitou analisar acontecimentos considerando uma micronarrativa; narração da história de práticas, compartilhadas e configuradas no espaço e no tempo das memórias. A “Nova História” problematiza e valoriza a micro-história, voltando-se à história da vida prática. A teoria desenvolvida pelos intelectuais desse movimento compila uma forma própria de análise do passado. Nessa nova visão, o historiador pesquisa e reflete sobre o uso de um método envolvendo ideias e questionamentos para serem analisados através de fontes diversas, como a memória, os documentos “ordinários”, as imagens, etc. (BURKE, 1992).

A inclusão de novas fontes deve-se ao processo de ampliação da abordagem histórica, para trabalhar problemáticas contemporâneas, analisadas sob outra perspectiva teórica, promovido pelo movimento da Nova História. A renovação no uso de fontes na historiografia ressurgiu na segunda metade do século XX, sob as tendências e correntes que influenciaram muitos historiadores, com o propósito de “ampliar não só o objeto a ser pesquisado, mas, sobretudo, a noção de fonte histórica” (PENNA, 2005, p. 7). Essa nova forma de problematizar a história possibilitou outras organizações do tempo, do modo como os historiadores recortam, distribuem e ordenam, em distintos níveis, os objetos históricos. Além disso, pela análise de documentos é possível conhecer e compreender

estruturas sociais, de forma a observar os processos de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos e práticas.

Os documentos são produtos de diversas práticas de escrita. São os detalhes da escrita que auxiliam a compreender o contexto em que emergiu tal produto social. É importante saber como o documento foi escrito, o tipo de papel, o uso da letra, pois para Rockwell (2002, p. 221), “las diferentes formas de producir los documentos dan una idea de las capas de historicidad que se encuentran [...]”. Ou seja, nenhum texto mantém uma relação transparente com a realidade que apreende, como argumenta Chartier (2002), nem mesmo os quadros estatísticos que podem representar ser menos subjetivos do que a escrita narrativa, como também recomenda Gil (2011). Para Corsetti e Luchesi (2010), os documentos históricos que nos chegam do passado, plenos de jogos de sentidos, devem ser desestruturados e reorganizados. Desse modo, a análise cuidadosa deve colocar em questão suas condições de produção.

Para Cellard (2014) a história social modificou a abordagem no uso de fontes documentais e para que o historiador consiga compor a narrativa construída sobre um determinado objeto vale-se de práticas que envolvem organização, desconstrução e reconstrução de dados edificados nos documentos. Nesse processo, o pesquisador ainda se esforça para encadear as ligações entre as problemáticas e os diferentes fatos que acumula no ordenamento que estabelece e define pelas ferramentas, ao desenvolver sua análise, no nosso caso, operacionalizando com as ferramentas do *software* Microsoft Excel.

O documento representa uma interpretação de fatos elaborados por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra desses fatos. A análise “[...] resulta do processo interpretativo e da construção compreensível de um aspecto da história humana”, a partir de questionamentos frente aos documentos, com o objetivo de reconstruir historicamente as práticas pedagógicas, pelo viés da memória de suas trajetórias como alunos de escolas isoladas rurais (PIMENTEL, 2001, p. 193).

Pereira e Graebin (2010, p. 170) acrescentam que “[...] o documento não é simplesmente algo que fica por conta do passado,

mas é resultado das relações de força da sociedade que o fabricou”. Desse modo, o trabalho do historiador não se resume mais a uma submissão ao documento. Essa prática consiste em um reordenamento, construído no tempo presente diante dos questionamentos que se elaboram.

De acordo com Le Goff (2012), o documento que hoje é examinado como fonte um dia já foi monumento pelo qual se procurou impressionar outros homens de sua própria época. É preciso, então, desconstruir essa dimensão monumental e complexa que se inscreve no documento como identidade, interrogando-se: Quem produziu? Com que finalidade? Em que contexto? Qual sentido estes questionamentos permitem conhecer e compreender no papel dos sujeitos e dos grupos sociais para a construção da história?

A análise das fontes ainda incluiu a utilização de documentos, em pesquisas científicas, se dá pela descrição do documento, destacando e indicando o que ele contém, para explicar e associar informações e mobilizar saberes e conhecimentos prévios, situando o documento no contexto e em relação ao seu autor, para identificar a natureza do mesmo, explorando suas características e realizando a crítica necessária.

Portanto, o que torna um documento relevante é a análise que se faz dele, não o documento em si. São as perguntas que o pesquisador elabora e as lentes que utiliza, para analisar teórica e epistemologicamente, que lhe possibilitam recompor cenários vividos, a partir de vestígios e dos instrumentos escolhidos pelo investigador. Conforme Certeau (2011), a partir da problemática construída pelo investigador, no presente, se produzem novos sentidos ao conjunto e aos fatos históricos narrados.

## **2 Perspectiva material em destaque: o estudo dos vestígios da cultura material escolar**

O estudo aqui apresentado é uma síntese do percurso metodológico realizado na pesquisa de mestrado intitulada *O ensino*

*primário em Caxias do Sul (1890-1930): vestígios da cultura material-escolar*, que objetivou compreender como os vestígios de objetos, artefatos e materiais, presentes nas escolas primárias de Caxias do Sul, entre os anos de 1890 e 1930, contribuíram para compor uma narrativa histórica sobre o ensino primário em Caxias do Sul. O recorte temporal adotado inicia-se em 1890, quando é fundado o Município de Caxias do Sul, estendendo-se até 1930, quando a Escola Complementar Duque de Caxias é inaugurada, influenciando a formação dos professores da região e, conseqüentemente, no contexto da educação primária.

Escrever uma história da educação primária em Caxias do Sul, a partir dos vestígios da cultura material, implica considerar que o contexto escolar se compõe não apenas da relação entre os sujeitos, mas também da materialidade representada por objetos escolares, mobiliário, material didático e pelo próprio espaço e pela arquitetura do local. Segundo Burke (1992), é essa materialidade que permite considerar os objetos físicos como elementos importantes para compreender os processos históricos. O estudo da dimensão material torna-se elemento essencial para entender a dinâmica e os fenômenos sociais, em um determinado espaço e tempo.<sup>1</sup> Ao colocar a dimensão da cultura material como objeto de pesquisa, ela passa a ser entendida como uma representação das práticas e vivências de determinada época, da mesma forma que as ideias e as relações sociais.

Investigar o ensino primário por meio dos vestígios de uma cultura escolar permite que se considere uma diversidade de fontes, sempre acompanhadas dos pressupostos teóricos que se estabelecem a partir da História Cultural. Para Souza (2007, p. 179-180), “o estudo histórico dos materiais escolares pode ser um instrumento valioso para se decifrar a cultura escolar à medida que as práticas são mediatizadas, em muitos sentidos, pelas condições materiais”. Em vista dos elementos que compreendem a materialidade – espaço, objetos, mobiliário – e que se tornam

---

<sup>1</sup> Não se almeja utilizar o conceito de completude no sentido de uma História finita ou conclusiva, mas no sentido de uma História que considera os elementos materiais como fundamentos dos vestígios da cultura dos indivíduos em determinada época.

objetos de investigação, para este estudo estabeleceu-se a análise documental como ponto de partida para a delimitação das fontes escritas, utilizando como pressuposto os conceitos de Le Goff (2012) acerca de documentos-monumentos, sendo que a base dos dados consultados constitui-se a partir de relatórios de Intendência, Leis Orgânicas, ofícios e correspondências, encontrados no acervo físico e no acervo digital do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) e acervo digital do Centro de Memória da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul (CMVCXS), o que possibilitou identificar os seguintes documentos que formam o *corpus* empírico da pesquisa (Quadro 1):

**Quadro 1 – Relação de fontes e acervos de pesquisa**

Documentos	Categoria	Acervo
Ofícios e correspondências expedidas	Solicitação de materiais, informe de recebimento e não recebimento, inventário de materiais, relação de caixotes, orçamentos	AHMJSA
Relatórios da Intendência	Informe orçamentário, relação de professores e aulas públicas	ACVCXS AHMJSA
Leis Orgânicas	Orientações para a instrução pública	ACVCXS
Inspetoria escolar	Correspondência do inspetor escolar	AHMJSA
Atos e decretos	Aberturas de aulas, relação das aulas públicas, nomeações de professores	AHMJSA

**Fonte: Vanz (2019).**

Para a construção do banco de dados que permitiu realizar a análise acerca dos materiais presentes no interior das aulas públicas de Caxias do Sul, optou-se por utilizar correspondências expedidas ou recebidas pelas escolas, preservadas no acervo físico do AHMJSA, permitindo mapear as solicitações de materiais, as relações de materiais não recebidos, orçamentos. Esses documentos, manuscritos ou datilografados, de acordo com o período de sua produção, foram fotografados e transcritos manualmente.

O registro fotográfico foi realizado com o uso de um dispositivo celular, gerando imagens na extensão JPEG.<sup>2</sup> Após esse registro, essas imagens foram armazenadas em pastas específicas, e cada uma delas foi renomeada de acordo com um código criado para que funcionasse como um descritor para as buscas futuras. Segundo Souza (2015, p. 52), essa “prática consiste no desenvolvimento de um suporte com densidade capaz de preservar ou disponibilizar virtualmente a visualização do documento em terminal ou outro material”, colaborando diretamente para o acesso, para a catalogação e organização do material.

Pelo formato com o qual esses objetos foram digitalizados, a transcrição foi um movimento necessário para a etapa de categorização e análise, pois permitiu transformar os dados da imagem em rastreáveis, visto que a digitação do conteúdo gera elementos possíveis de serem pesquisados em *softwares* de busca. A transcrição dos documentos consistiu em digitar, em um *software*, toda a informação contida no documento, tal e qual a maneira como ele foi escrito, preservando a ortografia, assim como possíveis erros ou maneirismos da época.<sup>3</sup>

Após a realização das transcrições, iniciou-se a categorização por meio do conteúdo das correspondências, que permitiu organizar esses primeiros dados obtidos, emergindo dessa relação os principais indícios que formam o *corpus* empírico desta pesquisa. A primeira classificação dos documentos passou pela formação das unidades de análise, por meio da identificação do objetivo da correspondência; procuramos nos próprios documentos elementos que emergissem por meio da interpretação e da codificação (PIMENTEL, 2001). Essas categorias se relacionam diretamente com o conteúdo destes materiais, conforme mostra o Quadro 2:

---

<sup>2</sup> JPEG é a extensão do arquivo que se caracteriza por comprimir a imagem de maneira a torná-la leve e de leitura em diferentes *softwares*.

<sup>3</sup> É importante ressaltar nesta etapa que algumas palavras foram de difícil identificação em vista da caligrafia; as palavras com difícil identificação foram marcadas no documento para serem averiguadas posteriormente.

## Quadro 2 – Classificação de documentos do *corpus* empírico

Tipos de documentos	Quantidade
Solicitação de materiais	15
Fornecimento de materiais	9
Informe de não recebimento	1
Inventário	5
Relação de caixotes enviados	1
Orçamento de mobiliário	1
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Vanz (2019).

Ao analisar os 32 documentos selecionados para esta pesquisa, há de se falar da dificuldade, muitas vezes, na compreensão dos termos, ou na identificação da caligrafia – nesse viés, a leitura desses documentos passou pelo seu sentido mais estreito, exigindo que se deixassem de lado algumas ideias preconcebidas sobre o conteúdo desses documentos ou sobre a sua apresentação; em muitos momentos havia erros na escrita,<sup>4</sup> caligrafia de difícil compreensão, uso de simplificações ao se referir a determinado objeto: todos esses percalços foram significativos para a rotina do contato com os documentos. Foi necessário, assim como afirma Bacellar (2005), que se aprendesse a *ler* o documento para *decifrá-lo*.

Essa aproximação com o documento e o deslocamento necessário para a compreensão das fontes foram essenciais para a construção das categorias de análise da empiria, que, de uma maneira mais objetiva, trouxe os vestígios dos materiais presentes no contexto das aulas públicas para o centro da pesquisa. Ao todo, foram listados 517 objetos presentes nas correspondências, sendo que esse número considera objetos que se repetem em diferentes documentos.

Para Buffa (2005, p. 106), categoria de análise “é um conceito que permite dar uma ‘arrumação’, um ‘arranjo’ no campo que se quer investigar”; fala-se em construção, mas essas categorias

---

<sup>4</sup> Considera-se aqui a grafia utilizada no período do documento, ou comparada com documentos da mesma época.



emergiram de documentos, a partir do olhar direcionado da teoria: as categorias surgem pelo conteúdo da empiria, mas não podem existir sem o amparo da compreensão teórica acerca da cultura material e dos próprios objetivos da instrução pública no recorte temporal proposto para esta pesquisa.

A análise das fontes documentais foi realizada a partir dos seguintes critérios de organização: a) função; b) tipo de material; c) uso; e d) descrição. Nesse contexto de identificar as categorias, iniciou-se a construção da planilha no *software* Microsoft Excel, que viabilizou a organização dos materiais identificados nos documentos. A figura 1 apresenta os componentes para a operacionalização desta etapa:

**Figura 1 – Organização do banco de dados construído a partir da empiria, no *software* Microsoft Excel**

categorias de análise

ANO	FUNÇÃO	TIPO DE MATERIAL	USO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1890	CONTAR	LIVROS E CARTILHAS	A. C. Borges	IMS_0267	Geometria Prática
1890	INSTRUIR	LIVROS E CARTILHAS	Dr. S. Lobo	IMS_0267	Geografia prática
1890	INSTRUIR	LIVROS E CARTILHAS	Francisco de	IMS_0267	Matemática
1890	LER	LIVROS E CARTILHAS	H. Ribeiro	IMS_0267	Cartilha Nacional
1890	LER	LIVROS E CARTILHAS	H. Ribeiro	IMS_0267	Tercetos leros de leitura
1890	ESCRIVER	LIVROS E CARTILHAS	D. Ventura	IMS_0267	Manuscritos por D. Ventura
1890	CONTAR	LIVROS E CARTILHAS	Dr. Demétrio Ribeiro	IMS_0267	Aritmética
1890	ESCRIVER	LIVROS E CARTILHAS	H. Ribeiro	IMS_0267	Gramática Nacional
1890	CONTAR	MATERIAS PARA ENSINO	Tabela	IMS_0267	Tabela por um Professor
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Caneta	IMS_0267	Caneta de metal para pena de pedra
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Caneta	IMS_0267	Caneta para pena de aço
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Espanço	IMS_0267	Grammas de espanço
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Gu	IMS_0267	Grammas do giz
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Lapis	IMS_0267	Lapis
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Lezina	IMS_0267	Lezina
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Papel	IMS_0267	Caderno de papel mata borra
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Papel	IMS_0267	Folhas do papel pautado inferior
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Pena	IMS_0267	Pena de pedra
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Pena	IMS_0267	Caneta pena de aço
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Tinta	IMS_0267	Tinta
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Tinta	IMS_0267	Tinta
1890	ESCRIVER	OBJETOS PARA ESCRITA	Tinta	IMS_0267	Tinta
1891	CONTAR	LIVROS E CARTILHAS	Aritmética	IMS_0279	Primeira Aritmética
1891	CONTAR	LIVROS E CARTILHAS	Aritmética	IMS_0279	Segunda Aritmética
1891	LER	LIVROS E CARTILHAS	Cartilha	IMS_0279	Cartilha nacional
1891	INSTRUIR	LIVROS E CARTILHAS	Henrique Martins	IMS_0278	Geografia do Brasil por Henrique Martins
1891	LER	LIVROS E CARTILHAS	Segunda lição	IMS_0279	Segunda lição
1891	LER	LIVROS E CARTILHAS	Sétimo	IMS_0279	Sétimo
1891	LER	LIVROS E CARTILHAS	Tercetos leros	IMS_0279	Tercetos leros

Botão de filtro para os dados contidos na coluna

Fonte: Vanz (2019).

Pelas características do *software*, foi possível realizar a organização dos documentos a partir de temáticas específicas, presentes no topo de cada coluna, utilizando o cruzamento das informações contidas em cada campo temático. As categorias de análise, destacadas em vermelho na parte superior da Figura 1, possuem botões de filtro, que identificam todos os termos presentes na coluna, possibilitando a procura por termos específicos, durante a análise temática. Essa busca se mostrou importante para o processo de identificar a presença

ou a ausência da materialidade nas aulas públicas municipais, no decorrer do período pesquisado, possibilitando a realização de comparações, problematizações e aproximações teóricas, durante o processo de análise.

A categoria *função* emergiu do diálogo estabelecido entre a empiria e a teoria – o desdobramento dos objetos escolares correlacionados com os objetivos da instrução pública no município, no recorte temporal estabelecido. Há de se considerar que, apesar de todo o discurso estabelecido com o advento dos grupos escolares, ainda eram sentidos no Município os resquícios de uma educação voltada ao ler, escrever, contar.<sup>5</sup> Não se procura assumir um olhar ingênuo, ao pensar nessas acepções sobre a escolarização: existia um tensionamento de poderes naqueles primeiros anos da República, que fomentaram na região um olhar apurado para a instrução pública e, dessa forma, no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa percebem-se as variações em investimentos, em discurso e na preocupação destinada à educação, seja pelo Poder Público, seja pela própria comunidade (LUCHESE, 2015).

Dessa forma, ao se pensar nas categorias *ler, escrever e contar*, procura-se uma ordem para entender essa cultura material, a partir de uma perspectiva voltada para o objetivo dado aos objetos. Houve, porém, a necessidade de se pensar também naqueles objetos que se constituíam dentro do contexto escolar fora dessa tríade, como os objetos destinados à organização escolar e os objetos de cunho pedagógico, originando mais duas categorias de análise: *organizar e instruir outros conhecimentos*. Os objetos e materiais escolares que formaram a categoria *organizar* foram identificados a partir da concepção de que os espaços são instituídos por meio dos objetos que os configuram, estabelecendo uma relação de valores específicos. Os móveis, as campainhas e os materiais administrativos são exemplos de vestígios presentes nessa categoria. Já os objetos relacionados

---

<sup>5</sup> Assume-se essa visão a partir de Gouvea e Schueler (2012, p. 347): “Por outro lado, as camadas populares tinham em vista um projeto de escolarização de caráter instrumental dirigido à aprendizagem de saberes elementares (ler, escrever, contar)”.

com o ensino das ciências naturais, fundamentadas no ensino das “Lições de coisas”, da geografia, da história e do desenho, foram agrupados na categoria *instruir outros conhecimentos*, com o intuito de identificar, por meio dos vestígios, as práticas escolares que eles mediavam e que não estavam diretamente relacionadas às demais categorias. Essa perspectiva possibilitou problematizar a relação entre conteúdos, práticas e objetos, utilizando o ponto de vista do método de ensino intuitivo.

A categoria *tipo de material* considerou a operacionalidade dos objetos identificados nas fontes documentais, uma leitura realizada a partir de uma aproximação da análise da empiria com o campo do *Design*, resultando nas seguintes classificações dos objetos em *livros e cartilhas; materiais para ensino; mobília; objetos para escrita; objetos para higiene; organização; ornamentos*.

Sobre a categoria *uso*, objetivou-se nessa etapa identificar características nos objetos que permitissem classificá-los a partir de uma tipologia comum. Por exemplo, os objetos identificados nas fontes documentais como “cadeira de braços”, “cadeira simples” foram classificados a partir de uma tipologia mais generalista, que os considerou apenas “cadeiras”, sem entrar em características específicas. Esse processo de análise partiu da experiência no campo do *Design*: ao classificar a tipologia dos objetos,<sup>6</sup> busca-se identificar as características que predominam e que possibilitam uma aproximação relativa a alguma característica desses objetos, que permite associá-los. Cabe uma observação: optou-se por manter, nesse critério, o nome do autor, quando o material era relativo aos livros e às cartilhas, como uma maneira de facilitar a problematização posterior relativa a esses objetos. Essa escolha em muito foi influenciada pela maneira como os livros foram organizados nos quadros apresentados por Castro (2011). Já para a categoria *descrição*, os objetos são apresentados como foram encontrados nas fontes documentais, gerando sua descrição, a partir da perspectiva dos sujeitos que produziram as correspondências.

<sup>6</sup> A base para as configurações dos objetos e de suas funções partem do estudo de Löbach (2000), ao propor as funções e categorias de análise dos objetos e produtos industriais.

Os vestígios destes objetos, presentes nas correspondências categorizadas no banco de dados desta pesquisa, pertencentes à dimensão empírica da cultura escolar, instigam uma análise a respeito da sua apropriação nas práticas e nos modelos de escolarização: são esses materiais escolares que possibilitam um diálogo entre os diferentes sujeitos que disputavam lugares de poder no contexto escolar, e que também possibilitam um olhar sobre as representações das instruções públicas de Caxias do Sul, entre 1890 e 1930. O contato com esses documentos também permitiu experienciar o que Souza (2015, p. 50) afirma: “A partir da problemática construída pelo investigador, no presente, se produzem novos sentidos ao conjunto e aos fatos históricos narrados”. O método, o como fazer, também compõe a perspectiva de investigação e a operacionalização da etapa metodológica desta pesquisa; o *software* Microsoft Excel teve fundamental importância para a construção de uma narrativa histórica que permite identificar o modo como as instituições funcionavam e como os espaços e objetos escolares se relacionavam com a prática educacional da época e com a produção de uma cultura específica escolar.

### **3 “O Despertar”: percursos de uma investigação acerca da imprensa pedagógica de Caxias do Sul**

A imprensa pedagógica possibilita diferentes perspectivas de análise sobre a história da educação, pois permite ao pesquisador um olhar que se transforma durante a leitura, interpretação e análise das mensagens divulgadas nesses aparatos, considerando as diferentes posições ocupadas pelos “personagens” envolvidos na produção de conteúdos, na coordenação desses meios e como leitores dessas produções. Segundo Bastos (2007), a imprensa pedagógica contribui para a compreensão sobre as práticas do cotidiano e relaciona instruções, ideologias e diferenças, em busca do entendimento sobre o campo educacional, em torno do trabalho pedagógico, das práticas docentes, do ensino de disciplinas, das reivindicações dos professores, e outros pontos que

trazem evidências para a História da Educação. Nesse sentido, a imprensa pedagógica se constitui em uma importante fonte documental e, porque não dizer, em objeto de estudo, o que possibilita ampliar as possibilidades investigativas em diferentes campos.

Este é um excerto da pesquisa historiográfica intitulada: “O *Despertar*: uma história das práticas da Educação Rural em Caxias do Sul (1947-1954)”. Essa investigação sustentada com aportes teóricos, na área da História Cultural, foi desenvolvida usando o método qualitativo e, como metodologia, a análise documental, considerando a observação do periódico *Despertar*, que circulou no Município de Caxias do Sul, no contexto da escola rural, de produção e coordenação da Diretoria de Instrução Pública, desta cidade. A análise documental realizada considerou os diferentes componentes compreendidos nas edições do referido periódico, tais como: imagens, textos, diagramação, logo e *slogan*. Incorporaram-se ao acervo documental dessa pesquisa historiográfica, outros documentos produzidos localmente, que permitiram o enfrentamento das informações evidenciadas no *Despertar*. Esse procedimento possibilitou um olhar mais aprofundado sobre os temas que surgiram, a partir da leitura do periódico. Nesse contexto, Luchese (2014) pondera sobre as problematizações do pesquisador no processo de análise documental, e destaca a importância de considerar uma série de questionamentos que envolvam o contexto cultural, social, econômico e político da produção do documento; além de pensar sobre a posição social e as opiniões de seus interlocutores.

Como objetivo, a dissertação buscou analisar os sentidos possibilitados pelo *Despertar*, a partir da compreensão sobre as representações em torno da educação rural difundidas pelo periódico e de orientações transmitidas nesse aparato, que tiveram como destino a comunidade da escola rural caxiense, no recorte de tempo de 1947 a 1954.<sup>7</sup> Também teve como objetivo identificar a influência do periódico na construção de uma identidade de grupo e para o desenvolvimento de determinadas

---

<sup>7</sup> O recorte temporal foi determinado pelos exemplares do *Despertar* localizados para análise.

práticas no contexto rural, e compreender como se estabelecia a formação dos professores para o trabalho nessas áreas.

Para situar os leitores deste estudo, seguimos com um breve relato sobre os caminhos iniciais da pesquisa. A busca por essa variedade de documento começou no Acervo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), e também aconteceu na Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul e no Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Após essa etapa, realizou-se contato telefônico com algumas escolas caxienses (como critério considerou-se o tempo de funcionamento, e a existência de exemplares de periódicos, até então localizados nos acervos citados). Além disso, verificou-se sobre a presença desses documentos junto à Secretaria Municipal de Educação em Caxias do Sul. Do mesmo modo, com a indicação do orientador da pesquisa para a busca em acervos *on-line*, e sugestão da historiadora Terciane Ângela Luchese sobre a disponibilidade do acesso digital a um periódico do órgão de ensino da administração municipal de Caxias do Sul, empreendeu-se a busca na plataforma digital do AHMJSA. De toda essa investigação foram levantados os periódicos apresentados no Quadro 3:

**Quadro 3 – Lista de periódicos identificados nos acervos históricos**

<b>Nome do periódico</b>	<b>Instituição</b>	<b>Período</b>	<b>Quantidade de edições</b>
Folha da Escola	Escola Complementar	1939	3
A Voz da Mocidade	Duque de Caxias	1945	5
Murialdo	Colégio Murialdo	1952	1
Ecos do Carmo	Colégio La Salle Carmo	1954	3
Vivências	Colégio São Carlos	Década de 50	1
Despertar	Diretoria de Instrução Pública	1947 a 1954	53

**Fonte: Dewes (2019).**

Essa etapa ainda foi cercada pela investigação bibliográfica em torno de pesquisas produzidas, com objeto/fonte semelhantes. Esse aporte foi relevante para o delineamento do caminho metodológico e, do mesmo modo, a definição do caminho teórico e dos conceitos que cooperariam, e que foram essenciais para o desenvolvimento do estudo.

O passo seguinte foi apresentar o projeto para a banca de qualificação, quando aconteceu um novo direcionamento da pesquisa, a partir de indicação dos professores para um estudo delimitado ao *Despertar*. Com esse delineamento, iniciou-se o trabalho de organização dos documentos, o acesso ao acervo do AHMJSa *on-line*, *download* das edições do *Despertar* e a catalogação dos documentos, de acordo com o parâmetro de data.

Concomitantemente a essa sistematização, aconteceu a investigação em busca de informações sobre o periódico e sobre outros dados que pudessem corroborar ou contrapor o resultado da análise dos documentos. Essa busca aconteceu sobre outras fontes documentais e transcrições de entrevistas, algumas disponíveis de forma digital; outras, só puderam ser observadas no espaço físico dos arquivos históricos. As transcrições de entrevistas com professoras de escolas rurais foram acessadas nos acervos do Projeto Elementos Culturais da Imigração Italiana, no nordeste do Rio Grande do Sul (Ecirs), da Universidade de Caxias do Sul e no AHMJSa.

No que se refere ao manejo das fontes localizadas, no espaço físico do AHMJSa foi possível realizar o registro fotográfico dos documentos; quanto às transcrições de entrevistas encontradas nesse acervo, elas puderam ser impressas no local. Enquanto no acervo do projeto ECIRS a pesquisa aconteceu de forma presencial, os documentos não puderam ser fotografados, mas foi possível realizar a cópia à mão do trecho de interesse.

Em relação aos procedimentos adotados para a análise do documento, tendo em vista a diversidade de assuntos tratados pelo periódico, que foram observados durante uma primeira breve leitura de suas edições, e também em razão do número amplo de edições a serem analisadas, percebeu-se conveniente

o procedimento de categorização dos diferentes temas que surgiram. Nesse ponto, iniciou-se a busca de referências sobre *softwares* que cooperassem com essa tarefa, otimizando o trabalho de análise ao possibilitar o cruzamento de informações cadastradas, a localização de categorias, de excertos e de outros dados, o que poderia conferir mais agilidade ao processo.

Um estudo, de modo especial, contribuiu para a definição do aparato de suporte a essa etapa, realizado por Weiduschadt (2012) sobre a revista *O Pequeno Luterano*: a pesquisa esclarecia quanto ao uso de um *software* (Programa *Ebook*) para a catalogação de livros, e que foi empregado pela pesquisadora para catalogar os dados da análise de sua pesquisa. A experiência com a análise de documentos, descrita por Weiduschadt (2012), permitiu um olhar comparativo sobre as funcionalidades de outro *software*, o *Microsoft Excel*, que apresentava funcionalidades semelhantes e amplas perspectivas para a catalogação de dados. Além disso, esse *software* estava disponível no pacote de aplicativos da pesquisadora, um facilitador; outro ponto favorável é que já havia um conhecimento prévio de determinados dispositivos. Nesse contexto, optou-se pela manipulação dos dados por meio do *Microsoft Excel*.

Dessa forma, iniciou-se a formatação da planilha, usando-se as células das colunas para identificar informações/referências de cada edição do *Despertar*, que colaborariam no momento do cruzamento de informações, ou seja, da inserção de filtros, tais como: edição do periódico, ano, página, colunas, componente, conteúdo, excerto e categorias. As linhas da planilha eram abastecidas com as correspondentes informações sugeridas nas células de título das colunas, à medida que se realizava a leitura das páginas das diferentes edições do periódico, como pode ser observado na Figura 2:





indica que de um total de 1840 registros na planilha, 63 itens foram localizados no filtro selecionado.

Nessa configuração se realizou a catalogação das 53 edições do periódico, no entanto, esse não foi o *layout* de planilha em que se trabalhou desde o princípio. É importante ressaltar que o procedimento de catalogação das informações foi modificado em cerca da metade da leitura e registro das informações, quando se percebeu a necessidade de uma adequação no que se referia às informações/referências usadas, pensando-se em um melhor cruzamento dos dados para a análise. Nessa etapa, as informações até então catalogadas precisaram ser revisadas e acomodadas em um novo formato de planilha. Cabe aqui destacar que esse formato poderia ainda sofrer uma diversidade de aperfeiçoamentos, que foram identificados pela pesquisadora durante esse processo. Porém, optou-se por não realizá-los, tendo em vista o prazo para a entrega do trabalho e, considerando-se que, para o que havia sido proposto no estudo, a planilha desempenharia o papel desejado.

O uso do *software Microsoft Excel* permitiu que as buscas aos dados catalogados fossem mais ágeis, não somente por meio do uso dos filtros, mas porque a ferramenta ainda disponibiliza o campo “Localizar”, em que é possível digitar uma palavra de interesse e realizar uma busca em toda a planilha.

No que se refere à categorização, inicialmente não se trabalhou com categorias prede-terminadas. Os temas emergiam a partir da leitura dos componentes das colunas do *Despertar*. Desse processo resultaram os seguintes temas: Analfabetismo e Alfabetização; Administração Municipal; Civilidade; Cidadania; Civismo; Civismo/Religiosidade e Ensino; Clubes Agrícolas; Cooperativismo; Datas Comemorativas; Deficiência; *Despertar*; Diagramação;<sup>8</sup> Diretoria de Instrução; Educação; Escola; Escola e Estatísticas; Família; História; Humor; Imigrante; Inauguração/Eventos e Obras; Infância; Lúdico; Mãe; Magistério; Matérias; Natureza; Nenhum;<sup>9</sup> Pan-Americano; Práticas Docentes;

---

<sup>8</sup> Nesta categoria foram incluídos os componentes de análise da estrutura do periódico que compreendiam a diagramação.

<sup>9</sup> Nesta categoria foram anexados os componentes que não se encaixavam

Práticas Escolares; Regionalismo; Religiosidade; Ruralismo; Saúde; Trabalho; Trabalho Manual; Urbanismo; Utilidades; Valores; Valorização do Colono/Agricultor e Valorização do Professor. Esse procedimento contabilizou 1.840 registros.

Em seguida, houve a necessidade de acomodar os temas que surgiram em categorias que oferecessem um ponto em comum; esse processo não somente estreitou o número de categorias, mas cooperou para a análise dos resultados, pois a partir daí buscou-se mais evidências que pudessem justificar e acomodar determinados temas sob uma mesma categoria. Evidências essas encontradas em fontes documentais acessadas nos arquivos históricos, conforme relatado anteriormente. Desse processo surgiram as categorias que podem ser observadas no Quadro 4:

**Quadro 4 – Temas<sup>10</sup> encontrados no *Despertar* e categorias definidas**

<b>Temas</b>	<b>Categorias</b>	<b>No de registros</b>
Administração Municipal; Diretoria de Instrução; Despertar; Inaugurações/Eventos/Obras; Fiscalização	Administração Municipal	123
Analfabetismo e Alfabetização; Deficiência; Escola; Escolas Estatísticas; Educação; Práticas Escolares; Trabalhos Manuais e Matérias	Escola	211
Civilidade; Cidadania e Saúde	Civilidade	208
Ruralismo; Ruralismo/Escola; Clubes Agrícolas; Cooperativismo; Imigrante; Regionalismo e Valorização do Colono/Agricultor	Ruralismo	323
Civismo; Civismo/ Religiosidade e Ensino; Datas Comemorativas; História; Pan-Americano; Trabalho e Valores	Civismo	348
Família; Infância e Mãe	Família	64
Humor; Lúdico	Lúdico	100

propriamente em temas, indicavam, por exemplo, que não havia imagens na coluna da edição analisada.

<sup>10</sup> Além dos registros identificados que constam no Quadro 2, foram catalogados 155 itens que não se relacionam à categoria, mas que estão associados a aspectos que envolvem a diagramação do periódico.

Práticas docentes; Magistério e Valorização do Professor	Magistério	124
Natureza	Natureza	66
Religiosidade	Religiosidade	87
Urbanismo	Urbanismo	24
Utilidades	Utilidades	7

**Fonte: Dewes (2019).**

Durante esse procedimento de análise, os conceitos de Chartier (1991) foram elementos teóricos importantes para a compreensão dos textos dos documentos, visto que há diversas leituras de um texto, de acordo com a diversidade de leitores; há os que têm mais ou menos habilidade para a leitura e, também, há de se considerar que a interpretação dada sobre essa leitura, as expectativas criadas e os interesses de cada leitor interferem diretamente na forma como cada grupo percebe a mensagem. Nesse contexto, o trabalho do pesquisador é buscar, por meio das fontes documentais, indicadores que o ajudem a atestar ou refutar suas hipóteses, buscando argumentos que possam cooperar para a compreensão das suposições levantadas. Considera-se, a partir da experiência desta pesquisa, que a análise documental histórica não é um procedimento de caminho finito, ao contrário disso, a análise documental permite que se busquem, em uma variedade de fontes, evidências sobre determinado assunto, que possam a cada novo estudo propor diferentes argumentações e resultados.

#### **4 Considerações finais**

Os desafios impostos ao pesquisador, durante o percurso de pesquisa foram aqui sintetizados na perspectiva da organização e análise da empiria. Para viabilizar a análise documental proposta em ambas as pesquisas, destaca-se a operacionalização por meio do uso do *software Microsoft Excel* e da construção de planilhas que objetivaram a constituição de bancos de dados, a partir de categorias de análise.

Em relação à pesquisa “O ensino primário em Caxias do Sul (1890-1930): vestígios da cultura material escolar”, considerou-se que, a partir do conjunto da empiria analisada, surgiram possibilidades de narrativa, elucidando alguns aspectos da cultura material das escolas primárias de Caxias do Sul. As pesquisas, as leituras e o contato com as fontes documentais tornaram possível perceber que as práticas relacionadas aos objetos escolares estavam imbricadas em uma rede de escolarização estabelecida não apenas em caráter local, mas que trazem representações da escola primária em caráter estadual e até mesmo nacional, no decorrer do período analisado. A partir dos vestígios foi possível conhecer e compreender como o processo de escolarização foi se desenvolvendo no interior das escolas municipais. A organização da materialidade e dos objetos, presentes na empiria, organizados em categorias no *software Microsoft Excel*, permitiu recompor cenários em que as práticas se desenvolveram para ensinar conhecimentos caros ao pensamento da modernidade pedagógica, corroborando o projeto republicano e positivista de pátria, a civilização e o progresso. Nesse sentido, os objetos escolares para ler, escrever e contar, associados aos demais materiais que compunham o cenário escolar, evidenciam neste estudo regional os modos de fazer, de adaptar e de produzir uma cultura escolar, uma prática que buscou contribuir para educar os filhos dos colonos italianos.

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, “O *Despertar*: uma história das práticas da Educação Rural em Caxias do Sul (1947-1954)”, considerou-se, a partir do cruzamento das informações realizadas no *software Microsoft Excel*, e do enfrentamento produzido com outros documentos históricos, que o *Despertar* foi um aparato relevante tanto para o exercício da docência, pois foi apoio ao trabalho do professor pela promoção e manutenção de conhecimentos específicos para uma docência no contexto rural e, também, serviu para diminuir a distância entre o Poder Público municipal e a comunidade da área rural, possibilitando, além do encurtamento da distância física, o da distância social. Ainda, colaborou para o fortalecimento da identidade dos agricultores, estimulando a adoção de práticas que traziam resultados

positivos para a administração municipal, e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que viviam na área rural.

No que se refere à utilização do *software Microsoft Excel* como suporte para o procedimento de análise dos documentos, foi possível atestar que para ambas as pesquisas essa ferramenta colaborou com o trabalho do pesquisador, flexibilizando a tarefa da observação dos dados pela possibilidade de cruzamento e pela rapidez com que permitia discriminar determinadas referências. Também, por possibilitar uma organização das informações sob um formato, que, mesmo apesar de ser definido a partir de uma orientação dada em colunas e linhas, no *layout* de tabela, não era fixo dentro desse *software*, uma vez que a cada seleção de filtros se visualizava uma distribuição diferente de informações. Dessa forma, a funcionalidade de inserção de filtros permitia uma variação na visualização dos dados do estudo e possibilitava realizar buscas e cruzamentos que, se fossem feitos de forma manual, comprometeriam um tempo significativo de trabalho e exigiriam um demasiado esforço do pesquisador, que poderia ser empregado em outras frentes. Com isso colaborou para a análise dos dados e para a elaboração dos resultados da pesquisa.

## Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n. 34, p. 166-168, jan./abr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782007000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100013). Acessado em: 2 jan. 2018.

BUFFA, Ester. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; FILHO, Inácio. **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas.

São Paulo: Edunesp, 1992.

CASTRO, César Augusto. **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: Edufma; Café & Lápis, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rev. téc. de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.

CORSETTI, Berenice; LUCHESE, Terciane Ângela. Educação e instrução na Província do Rio Grande do Sul. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (org.). **Estado e instrução nas províncias e na corte imperial**. Vitória: Edufes, 2010. p. 453-485.

GIL, Natália de Lacerda. Os limites das estatísticas educacionais por aqueles que as produziram. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO FERREIRA, Antônio Carlos (org.). **História da educação no Brasil**: Matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: Edufes, 2011. p. 193-217.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Trad. de Bernardo Leitão *et al.* 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LÖBACH, Bernd. **Design industrial**: bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. Itinerários das escolas italianas em

terras brasileiras: uma história contada pelos materiais didáticos (1875-1945). In: ANPEDSUL, 10., Florianópolis, 2014. **Anais [...]**, Florianópolis: [s. n], 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/219-o.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/219-o.pdf). Acesso em: 27 jun. 2019.

PENNA, Rejane. Avanços e perspectivas na utilização das fontes orais em historiografia recente. **Práxis Revista do ICHLA**, Novo Hamburgo, v. 2, n. 3, ano 2, p. 7-14, ago. 2005.

PEREIRA, Nilton Mullet; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no ensino de história. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel *et al.* (org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST; Exclamação: ANPHU/RS, 2010. p. 169-183.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

ROCKWELL, Elsie. Imaginando-lo no documentado: del archivo a la cultura escolar. In: CERECEDO, Alicia Civera; ESCALANTE, Carlos; LAFARGA, Luz Elena Galván (coord.). **Debates y desafíos en la historia de la educación em México**. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, A.C.: Instituto Superior de Ciencias de la Educación del Estado de México, 2002. p. 208-234.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande, RS (1940 a 1952)**. 2015. 295f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In:

BENCOSTTA, Marcus Levy. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas- RS (1931-1966)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2012.



## **A PRESENÇA DA ETNICIDADE NA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS NO RS**

*Marina Matiello*

*Gustavo Gastardelli de Oliveira Fontes*

O estudo, desenvolvido sob a temática da historiografia da educação católica, tem o objetivo de analisar a presença da etnicidade na Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, a partir de sua instalação no Estado do Rio Grande do Sul. A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas (mscs), desde sua concepção, tem como missão o cuidado com o migrante, e sua fundação está relacionada ao processo migratório do século XIX.

A vinda das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas ao Rio Grande do Sul, em 1915, demarca o segundo estado com a presença dessa congregação. Antes disso, vieram da Itália para assumir o Orfanato Cristóvão Colombo, situado em São Paulo, no final de 1895, que tinha como objetivos primeiros: educar e acolher órfãos, especialmente filhos de migrantes italianos, promovendo escolarização voltada à profissionalização de crianças e jovens.

O recorte temporal foi delimitado de 1915, ano de inserção da Congregação na Região Colonial Italiana (RCI)-RS, até 1948, quando iniciaram as obras educacionais no sul do RS, Santa Vitória do Palmar, o que produziu uma nova configuração para a organização da congregação no estado gaúcho.

Foram utilizados pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, entrecruzados com a História da Educação, buscando-se evidências históricas, através de análise documental e da história oral. Através da perspectiva da história cultural, foram consideradas as contribuições de Burke (2008, 2011), Ginzburg (1989, 2001, 2006), Le Goff (1994), Chartier (2016)

e Pesavento (2008). Para compor essa narrativa, utilizamos documentos, que dizem respeito, especialmente, à etnicidade e sua relação com a educação, disponíveis em acervos municipais e periódicos, através de pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da História da Educação, com o emprego da análise documental histórica.

### **Etnicidade: marca de uma congregação constituída como italiana e para italianos**

Ao pesquisarmos sobre a educação carlista-scalabriniana,<sup>1</sup> sobressaíram-se categorias relacionadas à catolicidade e etnicidade. Essas categorias estão explicitadas na pastoral de Giovanni Battista Scalabrini, fundador da congregação, que tinha o intuito de conservar a fé católica mediante a preservação da cultura, nesse caso, a italiana. Por isso, a manutenção da língua, a presença de sacerdotes e de Irmãs(os) italianas(os), os costumes populares eram meios importantes para que o catolicismo estivesse presente no cotidiano dos migrantes. Nesse contexto, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas tinha o intuito de atender aos migrantes, especialmente os italianos, tendo esse grupo étnico uma característica muito assinalada de religiosidade.

A religião dos imigrantes italianos é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com os da sociedade. Chegando ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos, pois viram destruído seu mundo cultural. Aos poucos, porém, conseguiram reconstruí-lo com as devidas adaptações e de forma espontânea, tendo por referência fundamental a sociedade rural italiana, de onde provinham. Este

---

<sup>1</sup> Pesquisa que resultou na tese intitulada: “Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)” (MATIELLO, 2019).

novo mundo girava ao redor da religião, dando mesmo a impressão de que, fora dela, não havia outra forma de vida social. Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando quase até desespero para sobreviver fisicamente no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias – as capelas – as quais, por um bom período, pareciam cristalizar ao seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social (DE BONI; COSTA, 1984, p. 124-125).

Com essa citação, De Boni e Costa (1984) demonstraram que a manutenção da religiosidade, característica atrelada aos migrantes italianos, foi motivada, inclusive, pelas condições encontradas nas localidades onde se estabeleceram, distante de outras comunidades. Por isso, conviviam com outros imigrantes italianos, que estavam na mesma condição. Ou seja, colonizaram terras e mantinham, na sua comunidade, a cultura do país de origem, adaptada, é claro, às novas condições.

A presença de padres carlistas-scalabrinianos estava marcada em muitos Municípios da RCI.<sup>2</sup> Essa presença era reforçada pelo reconhecimento de Scalabrini e as marcas que deixou ao visitar o Brasil e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Na edição 37, de 19 de novembro de 1910, do jornal *Il Colono Italiano*, editado em Garibaldi, Rio Grande do Sul, destaca-se fragmento<sup>3</sup> sobre

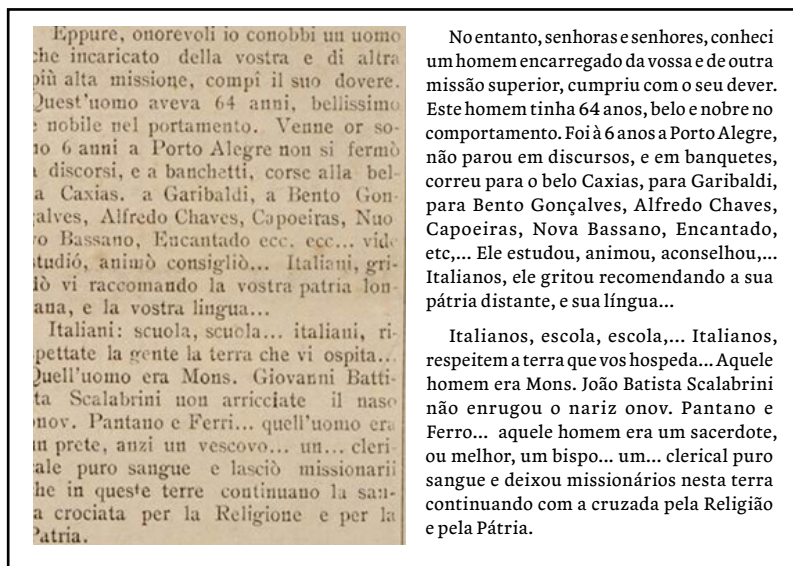
---

<sup>2</sup> Estiveram presentes especialmente na RCI, nos Municípios de: Veranópolis, Nova Bassano, Nova Prata, Encantado, Coronel Pilar, Monte Belo, Cotiporã, Protásio Alves.

<sup>3</sup> Eppure, onorevoli io connobi un uomo che incaricato della vostra e di altra più alta missione, compì il suo dovere. Quest'uomo aveva 64 anni, bellissimo e nobile portamento. Venue or sono 6 anni a Porto Alegre non si fermò a discursi, e a banchetti, corse alla bella Caxias, a Garibaldi, a Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Capoeiras, Nova Bassano, Encantado, ecc, ecc... vide studiò, animò, consigliò, ... Italiani, gridò vi raccomandando la vostra patria lontana, e la vostra lingua... Italiani: scuola, scuola,... italiani, rispettate la gente la terra che vi ospita... Quell'uomo era Mons. Giovanni Battista Scalabrini non arriciate il naso onov. Pantano e Ferri... quell'uomo era un prete, anzi un vescovo... un... clericale puro sangue e lasciò missionari che in queste terre

Scalabrini e a educação, na página 2, sob o título *AL MIO AMICO*, assinado por Pandurfer:

### Figura 1 – Scalabrini no Rio Grande do Sul



Fonte: *Il Colono Italiano*, n. 37, p. 2, 19 nov. 1910.

Apesar de algumas dificuldades para compreender o texto, por não ter e não ser possível uma total significação, considerando o recorte de tempo e os personagens citados, ressalta-se que Scalabrini foi mencionado como um bispo preocupado com sua pátria e com a Língua Italiana, que deixou missionários nas localidades citadas do Rio Grande do Sul para continuarem a missão em prol da catolicidade e da italianidade. Cita-se, ainda, a questão educacional e o respeito desses italianos pela terra que recebiam, ou seja, pelo Brasil. Esse fragmento, que está inserido em um texto em que a vinda de Scalabrini para o Rio Grande do Sul é comentada, revela não só a relação entre etnicidade e religiosidade, mas a presença dos missionários scalabrinianos no estado. *Religião e Pátria* é o

continuano la santa crociata per la Religione e per la Patria.

lema dos scalabrinianos, ficando claro não só na constituição das congregações – feminina e masculina –, como no discurso e nas ações de Scalabrini: “*Religião e Pátria!* Estas duas supremas aspirações de todo coração se entrelaçam e se completam nessa obra de amor que é a proteção dos fracos, e se fundem numa admirável harmonia” (SCALABRINI, 1979, p. 82). Afirma ainda: “Possa a Itália, sinceramente reconciliada com a Sé Apostólica, repetir as glórias antigas e crescer-lhes outra, nova e imortal, qual é a de orientar para os caminhos luminosos da verdadeira civilização e do verdadeiro progresso também os seus filhos distantes”.

Religião e pátria são entendidas como lema dos scalabrinianos, pois ambos os conceitos estão no cerne das Congregações Carlistas-Scalabrinianas desde o princípio. A justificativa está embasada nos ideias do próprio fundador, Giovanni Battista Scalabrini, que percebe a necessidade de auxiliar os migrantes, não só pela situação de miséria em que muitos viviam, mas também por perceber que o Estado, que pode aqui ser entendido como Pátria, perdia seus compatriotas e, assim, havia o risco de a Igreja católica perder também seus fiéis. Ao mencionar que a Itália precisava se reconciliar com a Santa Sé Apostólica, evidencia a repercussão da Unificação do Estado Italiano na Igreja católica, situação que fica resolvida com o Tratado de Latrão, em que é criado o Estado do Vaticano, que é soberano e governado pelo Papa. Deduz-se de sua fala não só a defesa para que a religiosidade seja mantida nos emigrados, através da manutenção da cultura italiana, mas também a influência direta do momento de ruptura que vivia o Estado e a Igreja na Itália.

Ainda é possível sugerir que, na sua concepção, o emigrante estava realmente fragilizado e precisa de auxílio, ou melhor, de proteção, que caberia à Igreja oferecer. A reaproximação entre Estado e Igreja, ou seja, entre a Itália e a Santa Sé, também é corroborada no seu discurso. No entanto, nitidamente, expressa que é o Estado que deve se reconciliar, não só repetindo os triunfos anteriores, mas também olhando para o emigrado, dando-lhe a assistência, especialmente religiosa e moral, tendo como foco a civilidade e a catolicidade. Ao se referir aos emigrados, como filhos distantes, demonstra, mais uma vez, o sentimento de

patriotismo, entendendo que esses sujeitos estão filiados à pátria italiana e que, mesmo distantes, continuam sendo italianos.

Na obra *A emigração italiana na América*, Scalabrini (1979, p. 218) alega sua defesa da italianidade, especialmente em relação à fé e à língua, pois para ele a língua é um meio de conservação da fé, já que “perdendo a língua, facilmente se perde também a fé dos antepassados. Apesar da dificuldade de descobrir suas razões; a experiência nos ensina que, enquanto uma família conserva a própria língua no Exterior, dificilmente muda de religião”. Assim, entende-se que a religiosidade e a etnicidade marcaram o carisma e a fundação da congregação, que foi criada para catolicizar os imigrantes italianos ou permitir que eles continuassem atrelados à religiosidade.

Em consonância com a catolicidade e a italianidade, a Congregação Carlista-Scalabriniana atuou especialmente “em núcleos coloniais italianos, buscando recuperar a doutrina católica, apostólica, romana e, concomitantemente, reafirmar a nacionalidade. De modo geral, as atividades educativas possibilitavam o binômio educação-religião” (OLIVEIRA, 2010, p. 155). Buscava-se, assim, preservar a italianidade (*italianità*), como forma de manter o vínculo com a terra natal. Para Maschio (2012, p. 28) “a *italianità* foi um sentimento nato dos italianos, mas também um produto engendrado e imposto pelos agentes do governo italiano na tentativa de forjar uma identidade nacional”.

A identidade da congregação também era reconhecidamente italiana. No entanto é importante retomar o caminho percorrido pela congregação, que também parece ter forçado uma nacionalidade italiana, apesar de a mesma ter tido origem na Itália, já que a formação das Irmãs ocorreu somente no Brasil, especialmente nas primeiras décadas, a partir da constituição da congregação. Ou seja, mesmo que a Congregação tenha nascido na Itália, foi se constituindo em terras brasileiras, mas preferia ser conhecida e reconhecida com uma identidade italiana.

É necessário considerar que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos – Borromeo Scalabrinianas, apesar de ter iniciado na Itália, foi sendo composta por muitas brasileiras,

de descendência italiana, mas também da alemã e de outras. A descendência, aqui, é mencionada devido à importância dada ao processo identitário tanto dos migrantes que vieram da Itália para o Brasil como dos seus descendentes, que se constituíram como *italianos*, mesmo sendo brasileiros natos.

Tanto cultura como etnicidade são termos que implicam obrigatoriamente uma dinâmica. Isso significa que um grupo não permanecerá com seus aspectos culturais indeterminadamente, mas que essas qualidades serão modificadas com o passar do tempo, de acordo com o que o novo contexto contribuirá para a comunidade. Uma cultura necessariamente vai se transformar com o passar do tempo em consequência de fatores externos ou internos. Por isso, sua identidade étnica estará constantemente colocada em questão (LUVIZOTO, 2009, p. 33).

Essa dinâmica, presente entre os termos *cultura* e *etnicidade*, permite compreender os movimentos não só entre os conceitos, mas também presentes na prática, ao se constituir a cultura *italiana* em solo brasileiro. Fica, assim, ultrapassada a concepção

“primordialista” dos grupos étnicos: aquela que procede pela identificação prévia de populações às quais são atribuídos traços culturais específicos vistos como sua posse e cuja manutenção é garantida de forma endógena pelo processo de socialização, independente de seus efeitos na organização das interações sociais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 176).

Desconstruída a visão de traços culturais específicos, herdados e, muitas vezes estáticos, atribuídos a dado grupo, compreende-se a etnicidade “como um sistema de separações e de diferenças com relação a ‘outros’ significativos em um contexto histórico e social determinado” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 176).

Kreutz (2003, p. 85) auxilia no entendimento do conceito ao

referir o étnico “como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. Constrói-se nas práticas sociais, em um processo de relação”. Nessa relação, está presente a *interculturalidade*, pois “deseja-se o diálogo e a interação construtiva entre as etnias” (KREUTZ, 2003, p. 87). Na reflexão acerca da etnicidade, Kreutz (p. 87) afirma que “o mais importante é buscar entender em que contexto e sob quais condições foi se dando o estabelecimento, a manutenção e a transformação das fronteiras entre os grupos étnicos”. Ao apresentar as variáveis que interferem na construção da identidade de um grupo étnico e nas suas relações com outros grupos, é inevitável mencionar as relações de poder.

As palavras de Kreutz auxiliam na reflexão sobre as relações que interferem na construção e manutenção da identidade étnica, relações essas que, inevitavelmente, são de poder. Em relação ao grupo étnico estudado, qual seja o italiano e, mais especificamente, nessa pesquisa os migrantes instalados no Brasil cabe mencionar a importância que as relações com os representantes consulares tiveram na manutenção de uma *italianidade*. Nos boletins consulares, apresentados na obra de Herédia e Romanato (2016), alguns fragmentos, que relatam a situação da instrução destinada aos migrantes no Brasil, comprovam a atenção destinada pelo governo italiano a esse público. As iniciativas de escolas mantidas pelos próprios imigrantes, assim como por Associações de Mútuo Socorro, indicam que a manutenção da língua e dos costumes era o objetivo central na escolarização de muitos migrantes e de seus descendentes. No fragmento,<sup>4</sup> traduzido a seguir, retirado do *Bollettino Consolare*, publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em janeiro de 1883, há o relato de iniciativas na Colônia Dona Isabel.

---

<sup>4</sup> In Donna Isabella v'è bensì una scuola pubblica, tenuta ancora da una donna, ma la maggior parte dei padri di famiglia ne ritirarono i loro ragazzi, e li affidarono ad un maestro italiano, di cui vidi i diplomi di licenza ginnasiale, ed altri certificati di encomio rilasciati dalle nostre Autorità municipali, dandogli ciascuno 1,000 reis al mese di retribuzione. V'è poi nella linea Palmeiro un'altra scuola mantenuta a gran pena a spese dei coloni. Il maestro è un tal Bolzoni Sante, di cui verificai pure i diplomi, e molti certificati di lode rilasciati da nostri municipi.



Em Donna Isabella há apenas uma escola pública, ainda mantida por uma mulher, mas a maioria dos pais da família retirou seus meninos, e confiou-lhes a um professor italiano, cujos diplomas de licença de ginásio que eu vi, e outras certificações de recomendação emitido de nossas autoridades municipais, cada um dando-lhes 1.000 reis por mês de remuneração. Há então na linha Palmeiro outra escola mantida a grande despesa à custa dos colonos. O mestre é um tal Santo Bolzoni, do qual eu também verifiquei os diplomas, e muitos certificados de louvor emitidos pelo nosso município (HERÉDIA; ROMANATO 2016, p. 137-138, tradução nossa).

O fator étnico se sobressai, ficando evidenciado que, apesar de haver uma escola, e ser pública, os pais preferiam professores italianos. Tais professores são reconhecidos pelas autoridades municipais. Os certificados de recomendação ou de louvor emitidos pelo Município induzem a pensar sobre o desejo não só dos pais, mas das próprias autoridades municipais, em manter a *italianidade*. O fragmento evidencia ainda o auxílio do governo municipal na remuneração dos professores, mesmo que com baixos valores. Destaca-se, aqui, que os dois professores mencionados são homens, ou seja, o masculino era referência nesse período, na educação.<sup>5</sup> Isso pode ser explicado devido ao fato de os professores serem escolhidos a partir da escolaridade que possuíam. As mulheres, que imigraram da Itália com sua família, possivelmente, tinham menos escolarização e conhecimento do que alguns homens, que se destacavam por ser letrados. Aqui, o termo é entendido como sinônimo de *cultos*, por terem conhecimento em leitura, escrita e cálculo. Tinham, assim, destaque nas relações, estando novamente presentes as relações de poder.

#### A etnia italiana era vista pelo Consulado, pelo governo

<sup>5</sup> Apesar de comumente a mulher ser conhecida e reconhecida como exímia educadora, no final do século XIX, quando ainda havia poucas iniciativas escolares, importava o conhecimento, especialmente em leitura, escrita e cálculo, que era o básico para o processo de alfabetização e letramento. Entre os migrantes advindos da Itália, apesar de possuírem um nível socioeconômico baixo, os homens pareciam ter maior escolaridade do que as mulheres.

italiano e por muitos imigrantes, como superior à brasileira pelas representações demonstradas, a partir dos documentos, incluindo-se os boletins da emigração italiana. Pelo dito, notam tensões devido às diferentes etnias e a preocupação em manter a cultura italiana, principalmente através da língua. E essa superioridade pode explicar também a identificação da Congregação com a etnia italiana e a manutenção do *status* de congregação italiana, mesmo que constituída por diferentes etnias e instalada no Brasil, exclusivamente, nos anos subseqüentes à sua constituição. Até 1960, a sede geral da congregação esteve instalada no Brasil, sendo transferida então para Roma, na Itália. Assim, a identidade italiana foi reforçada, e continua sendo referência atualmente, já que a Casa-Mãe se localiza em Piacenza e a Casa-Geral em Roma, ambas em território italiano, servindo de diretriz para todas as províncias da congregação.

Considerando o exposto, nota-se que a *italianidade* construída no Brasil pelos imigrantes italianos reforçou-os como grupo étnico, de maneira muito mais proeminente do que no próprio país de origem, colocando-os (ou pelo menos passando a representação) em um *status* diferente dos outros imigrantes, tendo mais proximidade com os migrantes alemães, mas, ainda assim, marcando a diferença entre as etnias. Kreutz (2003, p. 89) afirma a esse respeito que “o étnico constrói-se nas práticas sociais, em um processo de relação, por isso imporá estar atento para as relações de poder entre os diversos grupos sociais e culturais”.

Relacionado e, muitas vezes entendido como sinônimo da palavra *etnia*, utiliza-se o conceito de *nação*. Para Fenton (2003, p. 69-70), a “*etnia* partilha muito com *nação*, mas carece do sentido de entidade autogovernativa; se um grupo étnico se quiser governar a si próprio, tem de começar por se denominar como *nação*”. Na origem das palavras, essa proximidade é explicada, pois

*ethnos* do grego e *natio* do latim, mostra a ideia de ancestralidade, origem comum ou descendência, e mais geralmente “qualidade de povo”, se encontram no cerne das utilizações modernas dos termos “étnico” e “nação”, que derivam dessas fontes clássicas (FENTON, 2003, p. 69).

Nesse contexto, evidencia-se que *nação* tem essa associação especial com a qualidade de Estado e de autogoverno. Mas, noutros aspectos, a distinção entre etnia (ou grupo étnico) e nação é tênue (FENTON, 2003, p. 70). Não cabe, aqui, aprofundar o estudo sobre os termos referidos, mas é importante mencionar que, em meados do século XX, quando a ideia de raça era bastante difundida, houve a classificação das desigualdades, e iniciaram-se críticas a essa teoria. A palavra *nação*, apesar de parecer unificadora, induz a uma ideia de divisão da população, marcada por desigualdades (FENTON, 2003). Essa característica, nos diferentes termos (raça, nação, etnia), ao mesmo tempo em que marca aproximações e igualdades, se distancia através da evidência das desigualdades. Retomando a análise do conceito de etnicidade por Fenton (2003, p. 216), cita-se que “os conceitos são suficientemente diferentes para atribuir um sentido, força e função completamente diversos às identidades étnicas, de acordo com a localização social, econômica e política da sua emergência ou do seu ganho de importância”.

Para a definição de grupo étnico, Barth utiliza uma perspectiva antropológica, que geralmente compreende uma população que:

- 1** perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2** compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3** constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4** possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo (2011, p. 189-190).

Ao mesmo tempo, apresenta uma objeção a essa definição, pois, na visão do autor, impede de “entender o fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e na cultura humana”. Isso porque “implica um ponto de vista preconcebido a respeito dos fatores significativos quanto à gênese, estrutura e função de tais grupos” (BARTH, 2011, p. 190).

Entende-se, a partir desse referencial, a complexidade do

conceito e as múltiplas formas de compreensão da etnicidade ou das etnicidades presentes na sociedade, assim como da relação entre os diferentes grupos étnicos. Essa relação oportuniza refletir novamente sobre as relações na própria Congregação e para além dela. Implica, também, compreender que, no mesmo tempo em que a congregação procurava se identificar como uma *congregação italiana*, sua constituição, como mencionado, teve a participação de Irmãs de diferentes etnias e foi construída com a participação maciça de brasileiras, que, na sua maioria, tinham uma identificação com a italianidade. Por outro lado, leva a pensar a respeito da necessidade de as próprias missionárias de São Carlos se adaptarem e auxiliarem na adaptação de muitos migrantes.

A adaptação das Irmãs, para atenderem aos migrantes *estrangeiros*, é indicada como uma necessidade presente no cotidiano da Congregação. Se, no início, havia o atendimento principalmente de migrantes italianos, e as missionárias tinham a marca da italianidade por descenderem de famílias de migrantes italianos, gradativamente, passaram a atender diferentes grupos étnicos, mesmo que, desde o início, esse atendimento já tivesse se expandido e passado a compor a congregação de Irmãs, também pertencentes a diferentes etnias.

A relação de grupos com etnias diferentes permite, na concepção de Barth, a manutenção das fronteiras, pois para ele

situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo onde indivíduos de culturas diferentes interagem poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos de valores (2011, p. 196).

Ademais, compreende-se que, apesar de marcada pela etnicidade, a Congregação das Irmãs Missionárias

Carlistas-Scalabrinianas foi se construindo através da interação de diferentes grupos étnicos, mesmo que conservando certa fronteira, que implica a manutenção de uma identidade, que também é étnica. Pode-se afirmar que essa identidade é coletiva, já que foi construída por um grupo de pessoas, que, através da característica étnica, se aproximou. Essa identidade coletiva

é o que permite a seres humanos crer que pertencem a um grupo cujos indivíduos se assemelham mais que outros, porque, como se diz, eles nasceram de um mesmo solo ou possuem o mesmo sangue desde sempre. Em suma, a identidade de uma coletividade remete à “mesmidade”, ser os mesmos, permanecer os mesmos. O que pode sobrevir no quadro de uma tribo, de uma etnia ou de uma nação (DETIENNE, 2013, p. 98-99).

A etnia, que marcava essa Congregação, pode ser analisada a partir do *Livro de Matrículas* das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, de 1952, no qual Signor (1986) elenca o número e a procedência das Irmãs admitidas na congregação nos primeiros 25 anos de sua história. Constam 70 nomes, que podem ser categorizados de acordo com a nacionalidade das mesmas, da seguinte forma: italiana – 14 Irmãs (20%); brasileira – 48 Irmãs (69%); portuguesa – uma Irmã (1%); polonesa – uma Irmã (1%); Não informada – seis Irmãs (9%).

A nacionalidade das freiras, nos primeiros 25 anos de congregação, acentua que a nacionalidade brasileira preponderava, no entanto, a Congregação marcava sua identidade como *italiana*. Das 48 freiras com nacionalidade brasileira, 27 eram provenientes de São Paulo; 13, do Rio Grande do Sul; seis, do Paraná; uma, de Santa Catarina e uma, de Minas Gerais. No período estudado, os noviciados<sup>6</sup> foram abertos primeiramente em São Paulo e depois

---

<sup>6</sup> Como apresentado anteriormente, o Noviciado São Carlos foi instalado no Rio Grande do Sul em 1927. Antes disso, as Irmãs precisavam se deslocar até São Paulo para a formação religiosa. O noviciado, de acordo com Lopes (2015), foi instalado na Vila Prudente, em 1912, juntamente com a sede do Governo Provincial da congregação feminina.

no Rio Grande do Sul, o que explica a procedência da maioria delas.

A identidade marcada pela etnicidade pode ser também considerada uma identidade nacional, que, no caso da congregação em estudo, era *italiana*, desde que se considerem todas as proposições feitas anteriormente. As nacionalidades polonesa e portuguesa, com apenas uma Irmã representante, indicam a menor porcentagem. A representação acerca da identidade da Congregação era influenciada pela procedência das primeiras missionárias, a Itália.

De acordo com Hall (2015, p. 30), os indivíduos não nascem com uma identidade nacional, visto que essa é formada e transformada no “interior das *representações*”. Nessa perspectiva, o autor entende que a nação possui sentidos através de um “sistema de representação cultural”. Considerando a cultura nacional como um discurso, modo de construir sentidos que organizam as ações e concepções dos indivíduos, Hall sustenta que

a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional (2015, p. 30).

Por isso, entende-se que a congregação tinha uma identidade pautada pela italianidade e tentava preservar características culturais através da língua e dos costumes. De certa forma, recebia interferências da cultura italiana, na composição de sua Congregação e das suas obras, incluindo a educação e, inevitavelmente, a cultura brasileira, Nação onde estavam instaladas as freiras, mesmo que de maneira impositiva, através de leis ou de relações de poder, especialmente na relação com a Igreja católica.

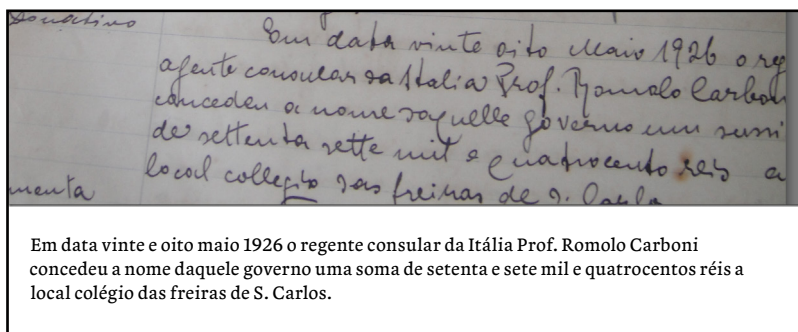
A relação da congregação com a etnicidade está posta desde sua fundação, explícita também no momento em que se instalaram no Rio Grande do Sul, já que o convite, feito por párocos, geralmente da Congregação dos Carlistas e/ou italianos, reforçava a motivação central da vinda das Irmãs: ser uma

Congregação reconhecida como *italiana*, a qual poderia buscar proximidade com os migrantes italianos, principal público a ser atendido pela Congregação. Assim, não era necessário expertise em educação, pois o reconhecimento se daria pela identidade coletiva ou, melhor definindo, pela *italianidade* presente na Congregação e na comunidade.

O carisma diferenciava as Irmãs de São Carlos Borromeo das outras congregações e dava a elas, não só o sentimento de pertinência e de pertença ao grupo de italianos instalados no Brasil, como autorização para ensinar os filhos dos migrantes, seja por sua vocação religiosa, que os colocava em outro patamar de conhecimento e reconhecimento, seja pela identificação étnica, que os colocava em situação semelhante à comunidade que era o foco da atuação da referida Congregação. Apareciam de maneira dicotômica, mas complementar, semelhanças e diferenças com os migrantes, ora representando igualdade, ora superioridade, por serem porta-vozes da Igreja católica, com valores e costumes trazidos da terra-mãe, mantidos ou reproduzidos em solo brasileiro.

Outra marca étnica, encontrada na documentação, diz respeito à contribuição do governo italiano, como prova o Livro de Tombo de Farroupilha, na Figura 2.

**Figura 2 – Contribuição do governo italiano ao Colégio São Carlos**



Em data vinte e oito maio 1926 o regente consular da Itália Prof. Romolo Carboni concedeu a nome daquele governo uma soma de setenta e sete mil e quatrocentos réis a local colégio das freiras de S. Carlos.

**Fonte: Livro de Tombo de Farroupilha (1926).**

O fragmento do Livro de Tombo de Farroupilha indica o subsídio do governo italiano, através de regentes consulares, para o Colégio São Carlos. A relação da congregação com a Igreja e a Itália é mostrada. É importante atentar para o fato de que, possivelmente, havia contrapartidas de tal contribuição: financeiramente (com o envolvimento em eventos da comunidade católica), mas também de manutenção da cultura italiana, através da língua, de material pedagógico e de construção de uma *italianidade* em terras brasileiras. A Congregação Carlista-Scalabriniana, assim como as congregações analisadas por Leonardi (2010, p. 387), “ao trabalharem a favor do ultramontanismo, na difusão da feminização da prática, na cooptação e no recrutamento, também lançavam mão de estratégias e podiam contar com empréstimos e favores dos bispos ou outros membros da Igreja”.

O aviso que integra a Figura 3 pode estar relacionado aos ganhos resultantes dessa ajuda mútua, não só entre Igreja e Estado, mas também com a participação da comunidade. Para a construção das escolas fica evidenciado o auxílio da comunidade, como comprova o aviso no *Staffetta Riograndense*, ao convidar a comunidade para a solenidade de inauguração do Colégio Nossa Senhora do Caravaggio. Mesmo que os membros da comissão organizadora não estejam citados, fica claro que houve o auxílio da comunidade, através da comissão, para a construção do prédio escolar, e que as Irmãs tomariam posse de tal escola no dia 9 de maio. O convite feito às famílias da paróquia, mas também das paróquias vizinhas, permite pressupor que a escola foi solicitada pela comunidade e/ou pelo pároco e era destinada a essas famílias, com o objetivo, não só de promover a educação, mas de manter uma cultura *dita italiana*.<sup>7</sup>

Nele, há o convite para que a comunidade possa matricular as crianças, juntamente com a apresentação do valor, o que já pratica uma seleção natural, fazendo com que só as famílias com boas condições financeiras buscassem a escola. Indica,

---

<sup>7</sup> Neste momento, escolheu-se usar a expressão *dita italiana*, para retomar a problematização de que a cultura italiana, presente nas comunidades instaladas no Brasil, foi recriada e, muitas vezes, criada pelos migrantes e, especialmente, pelos religiosos que os atendiam.



ainda, ao se referir às crianças, que se tratava de curso elementar. Destaca-se o convite às famílias da paróquia e das paróquias vizinhas, observando-se não só a questão da religiosidade, como da organização das comunidades do interior em paróquias e da relação das paróquias vizinhas.

**Figura 3 – Aviso do Staffetta Riograndense, de 19 de maio de 1937**

<p><b>Aviso :</b></p> <p>A digna Comissão organizadora da construção do Colégio "Nossa Senhora do Caravaggio" tem a subida honra de participar a todas as Exmas. Famílias da Parochia e das Parochias vizinhas, que no dia 9 de Maio será inaugurado o sobredito Collegio com a solenne tomada de posse das Irmãs Missionarias de São Carlos.</p> <p>Tambem participa que o Colégio será aberto para as aulas e matricula das crianças. Toma, outrossim, a liberdade de fazer ciente que para os alumnos externos a tabella é de 3\$000 (tres mil reis); e para alunas internas é de 60\$000 (sessenta mil reis); e mais informes e explicaçõs os dará a Revd. Madre Superiora.</p> <p>A COMISSÃO. Caravaggio, 3 de Maio, 1937.</p>	<p>Aviso:</p> <p>A digna Comissão organizadora da construção do Colégio "Nossa Senhora do Caravaggio" tem a subita honra de participar a todas as Exmas. Famílias da Paróquia e das Paróquias vizinhas, que no dia 9 de Maio será inaugurado o sobredito Colégio com a solene tomada de posse das Irmãs Missionárias de São Carlos.</p> <p>Também participa que o Colégio será aberto para as aulas e matrícula das crianças. Toma, outrossim, a liberdade de fazer ciente que para os alunos externos a tabela é de 3\$000 (três mil-réis); e para as alunas internas é de 60\$000 (sessenta mil-réis); e mais informes e explicações os dará a Revd<sup>a</sup>. Madre Superiora.</p> <p>A COMISSÃO</p>
---	---

**Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul (1937).**

Entende-se que os déficits na RCI sejam em termos de religiosidade, de escolas ou de infraestrutura como um todo, potencializaram a inserção das Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas. Os regulamentos da congregação foram sendo desenvolvidos, no mesmo tempo em que eram fundadas instituições escolares. A relação com a comunidade local, especialmente com os migrantes italianos, foco de interesse da missão das carlistas-scalabrinianas, era composta por identificação étnica, catolicidade e relações de poder, já que, naturalmente, religiosas e religiosos era respeitados como seres detentores de saber e, por óbvio, de poder.

## **Considerações finais**

Para concluir, assinala-se que as Irmãs carlistas-scalabrinianas foram constituindo a congregação no fazer cotidiano, nas diferentes áreas. Na busca por identidade da Congregação, a etnicidade e a catolicidade estão presentes. A italianidade é marca da Congregação e da população atendida pelas freira/Irmãs carlistas-scalabrinianas; no entanto, a brasilidade estava presente, na comunidade atendida, por estar instalada no Brasil, mas também pela própria nacionalidade delas, brasileiras, em sua maioria.

O percurso da pesquisa permitiu perceber que a etnicidade, juntamente com a catolicidade, marcou a presença das Irmãs carlistas-scalabrinianas no RS. Essas categorias estão explicitadas na pastoral de Giovanni Battista Scalabrini, fundador da congregação, que tinha o intuito de conservar a fé católica mediante a preservação da cultura, nesse caso, a italiana. Por isso, a manutenção da língua, a presença de sacerdotes e/ou de Irmãs(os) italianas(os) e os costumes populares eram meios importantes para que o catolicismo estivesse presente no cotidiano dos migrantes. Nesse contexto, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas tinha o intuito de atender aos migrantes, especialmente os italianos, tendo esse grupo étnico forte característica de religiosidade.

O resultado aponta para a italianidade como marca da congregação e da população atendida pelas freiras carlista-scalabrinianas, havendo a intenção, da própria congregação, de ser conhecida e reconhecida por sua identidade italiana. No entanto, a brasilidade estava presente na comunidade acolhida, por estar instalada no Brasil, mas também pela própria nacionalidade das Irmãs, brasileiras, em sua maioria. Finaliza-se, enfatizando que o discurso étnico-católico proferido por integrantes da Congregação ganha força no RS e, especialmente, na RCI, no período analisado neste estudo, o que propicia a expansão de obras na área da educação, da saúde e da pastoral.

## Referências

- DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS; Correio Riograndense, 1984.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras: de Fredrik Barth. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. de Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2011. p. 185-227.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Trad. de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 2011.
- CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DETIENNE, M. **A identidade nacional**: um enigma. Trad. de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção história e historiografia).
- FENTON, S. **Etnicidade**. Trad. de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. de Maria Betânia Moroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HEREDIA, V. B. M.; ROMANATO, G. (org.). **Fontes diplomáticas**: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.
- KREUTZ, L. Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de

que entendimento de etnicidade? **Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação UCDB**, nov. 2013. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/528/421>. Acesso em: 13 abr. 2019.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. (org.).

**História e memória**. 3. ed. Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 535-539.

LEONARDI, P. **Além dos espelhos**: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo: Paulinas, 2010.

LUVISOTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. da UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MASCHIO, E. C. F. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégia (1875-1930)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFP, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.aacademica.org/elaine.catia.falcade.maschio/2.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

MATIELLO, M. **Religiosidade, etnicidade e educação**: a presença das Irmãs carlistas-scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948). Tese (Doutorado em Educação) – UCS, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5474/Tese%20Marina%20Matiello.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2020.

OLIVEIRA, L. H. M. de M. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 145-163, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639811/7374>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad.

de Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

SCALABRINI, J. B. **A emigração italiana na América**. Trad. de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST; Centro de Estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul: UCS, 1979.

## **Referências documentais**

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. **Staffetta Riograndense**, de 19 de maio de 1937. Caxias do Sul/RS, 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. **II Colono Italiano**, n. 37, 19 nov. 1910, p. 2. Caxias do Sul/RS, 2019.

LIVRO DO TOMBO DE FARROUPILHA. Contribuição do governo italiano ao Colégio São Carlos – 1926. Farroupilha, RS, 2019.

## O MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO, DOCUMENTOS MUNICIPAIS: PERCURSOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS EM MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL

*Bruno Bernardes Carvalho*  
*Gisele Belusso*

A História da Educação no Brasil, ao menos aquela materializada em um *corpus* de estudos acadêmico-universitários, tem desvelado os significados variados que foram atribuídos ao ensino público na história do País. Mais que isso, tem descrito os contextos culturais, filosóficos e sociais, ou seja, políticos e econômicos, institucionais e familiares, dentre outras possibilidades, em que a educação foi concebida e ressignificada por atores sociais distintos e segundo variáveis de natureza diversa. Dentre tais atores, alguns assumiram a posição daquele que não só filosofa sobre a educação, mas também tenta conceber planos e projetos de ação com fins educacionais, ou seja, favoráveis ao desenvolvimento e à melhoria. Buscaram não só entender a complexidade e dinamicidade do fenômeno da educação no mundo social, mas ainda agir em nome de um ideal de educação, conforme o tempo histórico definido para sua narrativa.

A narrativa histórica pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural tem oportunizado a ampliação de objetos, problemas de pesquisas e fontes, compreendendo a História da Educação como constituinte da cultura de um povo. Assim, os estudos a respeito da produção de sentidos sobre o mundo construído e partilhado pelos sujeitos possibilitam perscrutar as especificidades de grupos, instituições, locais, etc. (CHARTIER, 2002).

Na esteira desse movimento, a noção de fonte vem ampliando-se, admitindo-se a utilização de várias possibilidades, desde que sejam mobilizadas para responder ao problema de pesquisa,

tornando-se, assim, um “documento/monumento” (LE GOFF, 1996). Isso implica em pensar que o conjunto de documentos localizados não é o todo, mas é o que foi conservado e que deve ser problematizado, pois está impregnado de sentidos dados a partir de seu contexto de produção e recepção. É o que Le Goff (1996, p. 11) chama da “não-inocência do documento”.

Dessa forma, ao elencar o município como local para análise, vislumbramo-lo como território geográfico, econômico, cultural que ganha sentido ao ser analisado como um “espaço vivido, com um sistema de relações, como referência identitária” (BASTOS, 2009, p. 69). Espaço vivido por sujeitos, grupos e instituições que passaram a representar os distintos municípios como poder de instância local, com capacidade de projetar e congregar vontades coletivas, assim instituindo uma variedade de apropriações de discursos e práticas materializados nas ações municipais, e que fazem a educação obter concretização e significado (MAGALHÃES, 2013).

(Re)compor essa narrativa histórica nos impõe uma lógica histórico-sociopolítica, sendo necessário, para isso, alinhar dados difusos e fragmentários dentro de marcos temporais definidos – mas não estanques –, pois não pressupomos recompô-los em seu todo. Dessa maneira, buscamos balizas que sustentem, com solidez, pontos e referências de análise em nome da construção de um “sentido do passado” para a sociedade do presente, conforme postula Hobsbawm. O passado, como reflete esse autor, é uma dimensão permanente da sociedade humana, e aos historiadores cabe a tarefa de atribuir os sentidos que assumiu em cada período histórico.

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu

passado (ou da comunidade), ainda que para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBBSAWM, 1998, p. 22).

Com esse horizonte, a história municipal obtém sentido na internalidade e na transversalidade regional, nacional, intermunicipal. Conforme Magalhães (2019, p. 3), “seja a partir de contiguidades geográficas, seja por combinação criterial faz ressaltar o que há de específico na história municipal”. A concepção de município de que tratamos tem intencionalidade, projetada, tem poder de decisão, mobiliza recursos adequados, é protagonista em ações educacionais, faz uso da autonomia municipal e tem como motivo estruturante o do município pedagógico.

Os graus de soberania e de execução variam, são relativos, mas também representam as singularidades do local, pois os municípios não configuram decalques do regional ou do nacional. Foram eles fundamentais na educação moderna e contemporânea. É tal perspectiva que oportuniza tanto a escrita das histórias regionais quanto um novo olhar interpretativo das histórias locais. O município pedagógico é justamente o horizonte desejado como instância de autonomia na educação, em que os próprios municípios se integram e se habilitam nos destinos sociais e, dessa forma, constituem identidades locais (MAGALHÃES, 2019).

A narrativa, escrita a quatro mãos, conta sobre os desafios dos pesquisadores em seus estados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, na busca de documentos para construir o *corpus* empírico de pesquisas, com o objetivo de analisar a história dos municípios na Educação.<sup>1</sup> Assim, trata-se de um processo complexo, como

---

<sup>1</sup> Gentilmente lida e revisada pelos professores doutores Justino Magalhães (Universidade de Lisboa), Terciane Ângela Luchese (Universidade de Caxias do Sul) e Carlos Henrique de Carvalho (Universidade Federal de Uberlândia), que contribuíram com seus olhares e sugestões acerca da escrita e enriqueceram o diálogo proposto. Consideramos a interação entre pesquisadores



sinalizado por Magalhães.

O resgate e a organização das fontes tendo como elemento aglutinador o município tornam-se difíceis, porque os dados surgem, por vezes, diluídos em fontes históricas ou em relatórios regionais ou mesmo nacionais. Historicamente, os organismos nacionais tenderam a devolver os textos aos leitores organizados num pensamento amplo, numa historiografia nacional (MAGALHÃES, 2020, p. 9).

Dito isso e cientes do desafio, compartilhamos nossas experiências de pesquisa e acenamos possibilidades, no cenário brasileiro. Dominique Julia (2012), ao refletir sobre o ofício do historiador da educação e sua busca pelas fontes, nos afirma que “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira”. Se existe matéria-prima boa e farta, o historiador tem à sua disposição muitos meios para entalhar versões possíveis de uma dada realidade temporal e espacial. Ao contrário, se os recursos são raros e escassos, a tarefa de construir uma narrativa sobre o passado e torná-lo inteligível se torna, então, mais difícil. Por vezes, o desafio que se apresenta ao historiador da educação é o de fazer flechas com apenas alguns “gravetos”, encontrados aqui e ali, no emaranhado de documentos disponíveis nos arquivos.

Prost (2017), em *Doze lições sobre a história*, chama nossa atenção para a recorrência desse vocabulário de cunho artesanal nos textos em que os historiadores se propõem a refletir sobre o estatuto da disciplina: “O historiador fala como um marceneiro. A história é um ofício” (PROST, 2017, p. 134). Ao falarem sobre a história, os historiadores frequentemente a colocam como uma prática decorrente de um aprendizado. “A história aprende-se como a marcenaria: por um aprendizado na oficina. Ao fazer história é que alguém se torna historiador” (PROST, 2017, p. 134).

É justamente no sentido de contribuir para esse processo,

---

experientes na área e de pesquisadores em formação imprescindível para o avanço qualificado e responsável no campo da História da Educação.

de “fazer-se” enquanto historiadores, que se tece o presente texto. Mesmo que partilhando experiências e itinerários de pesquisa particulares, sinalizamos os percursos já trilhados, e objetivamos deixar indicados possíveis caminhos, apontando seus limites e suas potencialidades, para que outros artífices possam se dedicar ao mesmo ofício. Assim, apresentamos dois estudos brasileiros. Na primeira parte do capítulo, a experiência de pesquisa de Minas Gerais, a partir dos Municípios de Uberaba e Juiz de Fora e, a seguir, os desafios e possibilidades no cenário do Município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

### **A busca por fontes documentais em Minas Gerais**

Assim como outros pesquisadores,<sup>2</sup> tomando por mote o Estado de Minas Gerais, temos nos dedicado a compreender de que modo os municípios, na figura das Câmaras Municipais, participaram do processo de organização da instrução pública, ocorrido nos primeiros anos do regime republicano no Brasil (1889-1930). Em linhas gerais, o trabalho que vem sendo desenvolvido objetiva demonstrar, mediante uma análise comparativa da realidade histórico-educacional, o modo como os governos locais participaram do movimento de organização da instrução pública, focalizando especificamente a ação e o papel desempenhado pelas Câmaras Municipais nesse processo.

---

<sup>2</sup> As questões e reflexões aqui partilhadas são fruto de um percurso acadêmico que teve início ainda em caráter de Iniciação Científica, como parte de um esforço de pesquisa interinstitucional denominado “Descentralização do ensino e ação municipal na educação brasileira: análise de alguns municípios de Minas Gerais no início da República (1889-1906)” e que envolveu várias IES mineiras, sendo idealizado e coordenado por professores ligados à linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os trabalhos desenvolvidos no âmbito deste e de outros projetos semelhantes deram origem a dois livros já publicados, e serviram de inspiração para investigações próprias em nível de mestrado e atualmente como pesquisa de doutorado: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república*. Campinas: Alínea, 2012. GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *Ação Municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

Analisando o contexto de Minas Gerais, podemos afirmar que o período histórico privilegiado, ou seja, os primeiros anos do regime republicano, correspondeu a momento de singular importância para organização da escola pública. A característica de descentralização político-administrativa desse período, inclusive no âmbito educacional, acabou por remeter aos estados e municípios a responsabilidade pela difusão e organização da instrução pública. O governo republicano deixou de estabelecer uma organização unificada para o ensino público, abrindo espaço para a existência de uma relativa autonomia administrativo-educacional no interior dos estados e municípios, que conformaram formas próprias de organização da educação escolar, respondendo localmente à demanda por educação primária (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015).

Cientes das inspirações e dos objetivos de pesquisa, podemos agora passar para os aspectos referentes aos procedimentos metodológicos e os aprendizados até agora acumulados em nossas investigações sobre a realidade histórico-educacional dos municípios mineiros. Um dos primeiros desafios que se nos impuseram foram as próprias características do Estado de Minas Gerais. Inicialmente, o estudo previa a análise comparativa de vários municípios, a fim de contemplar ao menos uma cidade de cada uma das regiões do “mosaico mineiro” identificado por Wirth (1982). Ao analisar a regionalização mineira nos anos iniciais da República, o autor identifica sete grandes regiões econômicas – Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Zona da Mata e Triângulo: “[...] sete zonas tradicionais, que refletem padrões diferentes de colonização, assim como mudanças sociais, econômicas e políticas, melhor do que qualquer outra divisão” (WIRTH, 1982, p. 41). Sua tese consiste em afirmar que àquela época Minas Gerais constituía-se num grande mosaico: várias regiões sem articulação econômica, interligadas por uma unidade político-administrativa.

Não bastassem as questões referentes às especificidades de cada região, que devem ser devidamente consideradas para análise do objeto, as próprias distâncias físicas se mostraram um fator limitador do estudo proposto. Tomar o município como foco de análise implica prospectar fontes históricas, principalmente, nos

arquivos públicos municipais, isso quando estes existem e possuem acervo organizado. Cumprir todas as distâncias de deslocamento para atender às diferentes regiões do estado seria uma tarefa que superaria os limites temporais de uma investigação de doutorado. Somente a distância de deslocamento entre Uberaba, na região do Triângulo Mineiro, e a cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata, por exemplo, é de aproximadamente 730 quilômetros, equivalentes a quase 11 horas de viagem, devido às condições da estrada. Desse modo, temos concentrado esforços na análise comparativa da realidade histórico-educacional apenas desses dois municípios, o que, por si só, requer uma boa dose de planejamento e dedicação.

Um dos critérios utilizados para a seleção dos municípios a serem analisados, além da importância regional e histórica, foi o fato de as cidades selecionadas possuírem atualmente arquivos públicos municipais organizados e disponíveis para consulta. Tanto em Uberaba quanto em Juiz de Fora, o pesquisador interessado conta com uma instituição de guarda formalmente constituída e um acervo de documentos catalogados. Cada instituição arquivística possui regras próprias.

Em Uberaba e Juiz de Fora, assim como na maioria dos arquivos municipais já visitados, é permitido ao pesquisador fotografar (sem *flash*) os documentos de seu interesse, mas é preciso que se tenha em mãos as informações de catalogação, pois não é franqueado o acesso ao pesquisador à área de guarda, não sendo permitido percorrer pessoalmente as prateleiras em busca das fontes. Já no arquivo público estadual, em Belo Horizonte, é apenas possível a consulta, não sendo autorizada a reprodução de quaisquer documentos por terceiros. A digitalização deve ser solicitada pelo pesquisador, e o serviço é cobrado pela instituição por lauda. Tal política visa garantir a preservação dos documentos.

Levando-se em conta a questão da distância e do tempo necessário para os deslocamentos, os horários de funcionamento das repartições públicas, as regras para consulta e reprodução de documentos de cada instituição, fazer uma seleção prévia do material que será consultado otimiza significativamente o tempo de trabalho nos arquivos. Para essa etapa de preparação

são de grande valia os chamados Guias ou Inventários de Fontes disponibilizados por alguns arquivos municipais<sup>3</sup> e pelo Arquivo Público Mineiro.<sup>4</sup> Tais instrumentos de pesquisa fornecem uma visão do conjunto documental das instituições, facilitando a busca pelas fontes. Neles constam informações referentes ao conteúdo de cada uma das séries ou códices, como a origem dos documentos (instituição produtora) e, em alguns casos, breves descrições do teor dos arquivos. São recursos que o historiador tem em mãos para não se perder em meio à vastidão dos acervos, e não se deixar levar pela sedução dos arquivos. Para se ter uma noção, vejamos o caso do Município de Uberaba:

Atualmente o acervo da instituição é constituído de aproximadamente 950 metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal (Arquivo Intermediário) e 1.200 metros lineares de caráter histórico-cultural (Arquivo Permanente). Ambos os acervos totalizam aproximadamente 2.150 metros lineares, ou seja, um acervo documental de 11 mil caixas (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2018, p. 10).

---

<sup>3</sup> O Arquivo Público de Uberaba (APU) oferece aos consulentes um Guia do Acervo, revisto e atualizado no ano de 2018. Já no Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF), aos interessados pela história do poder municipal são disponibilizados dois instrumentos de pesquisa: Inventário Sumário da Câmara Municipal no Império e Inventário Sumário da Câmara Municipal na República Velha.

<sup>4</sup> “O Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro é um instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre o acervo documental sob a guarda da instituição que está disponibilizado ao público. O guia traz a descrição de cada fundo ou coleção, tendo por base a ISAD, Norma Internacional de Descrição Arquivística. Nele o pesquisador irá encontrar, entre outras informações, o histórico de cada instituição que produziu e acumulou os documentos ou, no caso de arquivos pessoais, a biografia do titular, datas limite, conteúdo e condições de acesso ao acervo. É um meio para se conhecer e divulgar o rico patrimônio documental de Minas Gerais dos séculos XVIII ao XX” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s/d). Importante destacar que parte do acervo documental do APM se encontra digitalizado e disponível para consulta online via sistema institucional próprio (SIA/APM), e que a instituição tem como objetivo inserir anualmente novos fundos documentais no sistema. Para os pesquisadores envolvidos com a temática da história da educação municipal, são de especial interesse os fundos “IP – Instrução Pública” e “SI – Secretaria do Interior”, disponíveis para consulta e *download*.

Diante de tantos documentos disponíveis, é preciso que o pesquisador tenha claramente definido quais são os objetivos de pesquisa, a fim de identificar previamente qual *corpus* documental pode auxiliar na busca por respostas para os problemas de sua investigação. Com base nos códices, na notação ou no número das caixas, os servidores do arquivo localizam e preparam a documentação para consulta. Não raro, o pesquisador se depara com documentos listados como pertencentes a determinado acervo, mas que se perderam, não são localizados, ou que sofreram rearranjos e/ou novas classificações e ordenações.

Além disso, outra questão indispensável é conhecer a estrutura administrativa e a organização burocrática da época pesquisada. Em Minas Gerais, por exemplo, em se tratando de instrução pública, tivemos modificações importantes na passagem do Império para a República. No Brasil, o processo de organização da instrução pública ganhou de fato robustez com a implantação da República, mas suas primícias remontam ainda ao período imperial. Ao longo do século XIX, o processo de escolarização na sociedade brasileira pode ser compreendido como um conjunto variado, mas de iniciativas articuladas, que procuravam afirmar a necessidade social da escola e sua importância para a conformação da sociedade e do Estado, sob os moldes modernos. Nesse sentido, ainda no Império teve início um movimento de proposição de leis e outros aparatos jurídicos, que gradativamente irão promover, simultaneamente, a viabilização do Estado-Nação e a organização da instrução pública, bem como a constituição de um aparato técnico e burocrático para a sua implementação. (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Uma das primeiras leis do Brasil pós-Independência foi a chamada Lei das Escolas de Primeiras Letras de 1827,<sup>5</sup> que estabelecia a criação de escolas de ensino primário em todas as cidades, vilas e locais mais populosos do Império. Tais estabelecimentos, pelo texto da lei, ficavam por conta dos presidentes das Províncias, mas as Câmaras Municipais detinham importante papel

---

<sup>5</sup> Lei de 15 de outubro de 1827: Art. 1º. Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias (BRASIL, 1827).

como órgãos de representação e de influência nas decisões:

Art. 2º. Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução (BRASIL, 1827).

Nesse contexto, no período do Império (1822-1889), a instrução pública na Província de Minas Gerais permaneceu a maior parte do tempo sob a responsabilidade de um órgão específico, a Diretoria Geral de Instrução Pública (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s/d.).

Essa organização administrativa perdurou até 1891, quando, após a Proclamação da República (1889) e promulgação da Constituição Estadual (1891), a instrução pública no estado passou a ser competência da Secretaria do Interior – SI.<sup>6</sup> Além dos assuntos referentes à oferta de educação pública, o órgão era responsável por outros “Negócios do Interior”, como polícia e justiça, higiene e saúde pública, estatística e eleições. A partir de 1930, com a reestruturação da instrução pública no estado e a criação da Secretaria de Educação, a SI deixou de responder pelos serviços relacionados ao ensino público (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s/d.).

Tanto a Diretoria Geral de Instrução Pública quanto a Secretaria de Negócios do Interior – cada um destes órgãos de governo – têm um fundo específico no acervo do Arquivo Público Mineiro. Dentre os documentos disponíveis encontram-se: atas de concursos de professores; exames de alunos; diplomas, atestados

---

<sup>6</sup> De acordo com Nagle (2001, p. 259), “a instrução pública nos estados era dirigida por uma seção, frequentemente denominada Inspetoria Geral de Instrução Pública, das Secretarias do Interior”. A Primeira República no Brasil corresponde a um período de estruturação de órgãos de administração da educação escolar, destinados a promover o funcionamento e a fiscalização das instituições escolares.

e certificados; atas de instalação de escolas primárias e normais; registros de matrícula e frequência; correspondências diversas; documentos referentes à inspeção de ensino (provincial e estadual). Aos pesquisadores dedicados ao estudo de municípios específicos, como é o nosso caso, é possível, com auxílio dos inventários, localizar as fontes históricas disponíveis para cada localidade.

Superadas essas questões propriamente metodológicas, trataremos agora de forma mais específica a respeito de dois conjuntos de documentos sobre os quais temos nos debruçado com maior atenção, e que acreditamos que em muito podem contribuir para análise e compreensão da realidade histórico-educacional em nível municipal: as *Atas das Câmaras Municipais* e os *Relatórios de Inspeção de Ensino*.

As Atas da Câmara são, em nosso entendimento, o principal *corpus* documental quanto se toma o município como foco da análise histórico-educacional. Os registros das sessões ordinárias e extraordinárias do Poder Legislativo municipal nos permitem analisar diversos aspectos, não somente das votações e decisões dos vereadores ao longo do tempo, mas também questões relativas ao cotidiano, à sociedade e à política da cidade. Além disso, como temos defendido, tais documentos acenam como fontes privilegiadas para a História da Educação municipal, uma vez que, nos primeiros anos republicanos, boa parte das responsabilidades e dos encargos referentes à instrução pública primária ficava a cargo das Câmaras Municipais. Em Minas Gerais, inclusive em termos constitucionais, eram concedidas às Câmaras autonomia e livre-deliberação sobre a instrução primária (MINAS GERAIS, 1891; GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015).

Ao pesquisador que se proponha analisar a História da Educação, em nível local, primeiramente é preciso ter em mente alguns aspectos quanto à organização, ao funcionamento e às finalidades da atividade legislativa naquele tempo e no município de estudo. Em linhas gerais, naquele tempo não vigorava a atual separação entre as funções executivas e legislativas do poder municipal. A Câmara concentrava essas duas competências, sendo o presidente da casa legislativa eleito pelos demais



vereadores e atuava também como Agente Executivo. Os outros membros da edilidade se dividiam em comissões temáticas e se dedicavam às funções legislativas e de fiscalização.

Obras públicas, Higiene e Saúde, Leis e Redação, Fazenda, Estatística, Polícia e Instrução Pública eram as comissões mais comuns entre as observadas nas diferentes legislaturas de Uberaba e Juiz de Fora. Elas tinham por finalidade analisar as propostas que eram apresentadas pela vereança, e atuavam emitindo pareceres sobre os temas de sua competência, antes que o assunto fosse posto em votação pela Câmara.

É importante esclarecer também que, naquele período, os distritos eram a base da organização administrativa do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1891). Eles constituíam-se unidades territoriais e administrativas ainda menores que os municípios, que também representavam instâncias de decisão e ação, seja em matéria política, seja na educacional. Havia vereadores eleitos para cada um dos distritos, e que geralmente apresentavam projetos de lei e demandas referentes à localidade que representavam. Cada distrito contava ainda com um Juiz de Paz eleito pela população local, e membros eleitos para o Conselho Distrital e o Conselho Escolar, que tinham por função a fiscalização dos gastos públicos e da instrução pública, respectivamente. Esses aspectos demonstram o caráter descentralizador da organização administrativa e educacional instituída no estado, dada a importância atribuída aos poderes locais na condução dos assuntos públicos, em especial aos referentes à instrução primária.

Para captar os aspectos acima mencionados, acreditamos ser indispensável recorrer às Atas das Câmaras Municipais. Por meio delas o pesquisador consegue visualizar, ao menos em parte, as iniciativas (ideadas e concretizadas) pelo Poder Público local em matéria de instrução. Se estivermos interessados em compreender o papel das municipalidades na organização do ensino público, os registros das sessões legislativas se mostram fontes históricas de rico valor. Nas atas, para além de toda uma sorte de assuntos municipais, como cobrança de impostos,

melhoramentos urbanos, posturas municipais, disputas políticas locais, é possível identificar variadas iniciativas do Poder Público no campo educacional: elaboração e aprovação de leis para a instrução pública; criação e manutenção de escolas; contratação e pagamento de professores, e investimentos públicos no ensino municipal.

No entanto, fazendo a devida ressalva, é importante mencionar que, apesar do volume considerável de documentos disponíveis para quem trabalha com as Atas da Câmara, as informações referentes à educação são mais raras e esparsas. É preciso fazer uma leitura atenta de todos os registros e, desse modo, ir percorrendo todas as sessões na busca pelo objeto de pesquisa. Em certos períodos, até por longos meses, a Câmara Municipal silenciava sobre os assuntos referentes à educação. Em outros, a discussão se avolumava e várias iniciativas eram propostas e concretizadas. O historiador não pode passar ao largo dessas cadências, o próprio ritmo e a intensidade da documentação têm um significado em termos historiográficos, permitindo inferir maior ou menor relevância dos assuntos da instrução em determinados períodos e contextos.

As próprias características dos documentos variam de uma legislatura para outra, e/ou conforme o secretário responsável por lavrar a ata. O pesquisador que se dedique a esses arquivos certamente encontrará, por vezes, registros bem-detalhados de cada sessão, com a narrativa das discussões colocadas em pauta pelos vereadores. E, ao mesmo tempo, outros relatos muito sucintos, que se limitam a documentar a aprovação ou rejeição de propostas. Alguns documentos apresentam-se ainda em ótimo estado de conservação e são de fácil leitura, enquanto que outros já se encontram muito deteriorados, prejudicando a transcrição.

Além disso, é preciso certa dose de cautela para não sobrevalorizar os achados. O próprio caráter desses documentos, produzidos para serem registros históricos dos trabalhos da Câmara Municipal, nos induz a adotar o tom do discurso dos vereadores. Apesar dos documentos por vezes indicarem uma ação significativa do Poder Público municipal no período pesquisado,

apenas com base nos registros das sessões das Câmaras não podemos afirmar que todas as iniciativas tenham de fato chegado a se concretizar. As limitações de orçamento provavelmente impediram a concretização de muitas das propostas. Certamente, existe uma discrepância entre as representações e as práticas, entre o prescrito e o vivido, o ideado e o realizado. No entanto, reafirmamos aqui a perspectiva de que a própria observação dessas proposições confirma o entendimento de que havia uma preocupação das municipalidades com a educação.

Para essas e outras contradições deixadas pelas atas, o importante é o trabalho de complementação do *corpus* empírico com outros tipos de fontes históricas. Nesse sentido, em muito auxiliam outros documentos produzidos pelo Poder Público municipal: livros contendo as leis, decretos e resoluções aprovadas pela Câmara; registro de nomeações de professores; dados sobre o orçamento público; registros de pagamentos de despesas com a instrução; correspondências emitidas e recebidas pelos agentes públicos e professores; mapas de frequência de escolas, etc. Além disso, é possível obter informações indiretas, por meio de obras memorialísticas, almanaques municipais, bem como na imprensa local.

Outra tipologia de fontes a que temos nos dedicado, e que tem contribuído sobremaneira para a compreensão da realidade histórico-educacional nos municípios, são os *Relatórios de Inspeção de Ensino*. Trata-se de registros elaborados pelos inspetores de ensino (regionais, municipais, ambulantes, extraordinários, técnicos), variando a nomenclatura conforme a denominação do cargo em cada época. De modo geral, tais relatórios versam sobre a situação geral do ensino público em determinados períodos ou relatam visitas a escolas realizadas pelos inspetores em seu exercício de fiscalização. Os inspetores visitavam às escolas de cada circunscrição literária sob sua alçada e remetiam, quinzenalmente, relatórios à Secretaria do Interior.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Além dos Relatórios de Inspeção, as visitas de fiscalização realizadas pelos inspetores eram registradas também nos denominados Termos de Visita, registros individuais da inspeção realizada em cada escola. Os Termos eram lavrados em duas vias, uma ficava com o professor e a outra era remetida

Em Minas Gerais, no contexto da República Velha (1889-1930), o serviço de inspeção escolar passou por modificações importantes, tornando-se elemento central no processo republicano de reforma da instrução pública.<sup>8</sup> Nesse período, as reformas educacionais estaduais, além de promoverem a transformação de aspectos pedagógicos e administrativos da instrução primária, realizaram modificações importantes na inspeção do ensino e nas atribuições dos inspetores escolares, que tiveram suas responsabilidades ampliadas. Aos inspetores foi confiada uma gama variada de funções, que iam desde o controle dos livros de escrituração escolar (matrícula, frequência, visitas) até o controle e a normatização do professor e do ofício docente, atuando como uma espécie de extensão do poder central, a *longa manus* do Estado, no empreendimento de organizar a instrução pública.

Esses documentos nos fornecem importantes pistas sobre

---

à Secretaria do Interior. Assim como os Relatórios, alguns desses documentos encontram-se disponíveis no acervo do Arquivo Público Mineiro, no fundo “Secretaria do Interior – SI”. Também podem ser encontrados documentos referentes à inspeção de ensino nos arquivos públicos municipais, mas sua conservação, disponibilidade e existência varia conforme o município pesquisado.

<sup>8</sup> “Das reformas educacionais mineiras, sobretudo as pré-reforma Francisco Campos, podemos destacar as que trouxeram mudanças significativas: a reforma João Pinheiro (1906), a Wenceslau Brás (1910), a Bueno Brandão (1910-1), a Delfin Moreira (1915-6) e a Mello Viana (1924-6), além das modificações educacionais no governo Artur Bernardes (1921-4), pois a educação foi eleita instrumento para preparar a população.” (CARVALHO, 2013, p. 6). Sobre a legislação educacional mineira no período pesquisado, verificar também MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962. Para uma análise específica a respeito da inspeção de ensino em Minas Gerais, sugerimos as seguintes obras: ISOBE, R. M. R. Moldando as práticas escolares: Um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do Ensino no Triângulo Mineiro (1906-1911). (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004; ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Educação e Civilidade no sertão: Práticas de Constituição do Modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. MARTINS, Rosa Maria de Sousa. A organização da instrução em Minas Gerais: o inspetor escolar enquanto agente do projeto racionalizador mineiro (1906-1938). Doutorado. Uberlândia-MG. 2014.

as condições de existência das escolas municipais e do estado de desenvolvimento da educação primária municipal. Tratam especificamente de aspectos relacionados à concretização das ações e propostas educacionais do Poder Legislativo. Com base nos Relatórios de Inspeção, é possível analisar a materialização (ou não) das iniciativas ideadas pelas Câmaras Municipais. Constituem-se, então, como importantes fontes históricas para a História da Educação. Mediados por esses relatos, é possível identificar elementos referentes à organização da instrução pública, questões propriamente pedagógicas, além de características do cotidiano escolar, em uma determinada época.

O trabalho com essa tipologia de fonte se mostra duplamente profícuo, pois permite identificar as ações municipais na promoção e organização da instrução pública – uma vez que não somente as escolas mantidas pelo governo estadual são visitadas, como também as mantidas pela municipalidade e por particulares – e, simultaneamente, contrapor essas informações com as anotações feitas pelos inspetores, a respeito das condições materiais e de ensino dessas unidades escolares. É possível, por exemplo, por meio de um relatório anual de inspeção municipal, identificar quantas escolas estavam mantidas pela Câmara Municipal de determinado município; qual o número de alunos matriculados, a frequência escolar, as condições materiais e higiênicas dos estabelecimentos; além das avaliações dos próprios inspetores sobre o nível de adiantamento dos alunos e a qualidade do ensino ofertado.

Nos relatórios até agora por nós analisados, e emitidos pelos inspetores que atuaram nos Municípios de Uberaba e Juiz de Fora, identificam-se distintas concepções sobre a instrução primária municipal. Parte dos relatos se tece no sentido de enaltecer as ações e iniciativas locais, reconhecendo os esforços empreendidos pelas municipalidades, em prol da instrução pública. Outros, no entanto, destacam mais as carências do ensino municipal e os entraves enfrentados pelo Poder Público na concretização das propostas dos dirigentes locais, por vezes contrariando o ideário registrado nas atas das sessões legislativas. Todavia, o que a maioria deles parece demonstrar é justamente a existência

de uma ação municipal em matéria de educação, uma oferta educativa própria nos municípios, mesmo que ainda marcada por algumas contradições.

Defendemos aqui a concepção analítica de que, para haver melhor compreensão da ação educativa do poder municipal e do papel desempenhado pelos municípios, no processo de organização da instrução pública, observado no alvorecer republicano, é preciso que se vá além do “idealizado”, além das proposições e ações legislativas. Nesse sentido, o trabalho com os Relatórios de Inspeção em muito contribuiu para ampliar e relativizar o entendimento, fazendo emergir as contradições que caracterizaram a educação municipal, no início da República.

Todavia, assim como deve ser feito para qualquer outro tipo de fonte histórica, é preciso tomar ciência dos interesses implícitos e das condições históricas de produção desses documentos. Os inspetores produziam seus relatórios na condição de agentes do Estado, e supostamente legitimados por um saber técnico, o que lhes conferia certa autoridade e poder em sua atuação. Tais questões devem ser levadas em conta pelo pesquisador, ao proceder à crítica interna e externa das fontes. Os Relatórios de Inspeção, mesmo com tais especificidades e suas inegáveis lacunas, correspondem a fontes históricas privilegiadas para reflexão sobre a educação escolar, justificando, assim, o interesse e a atenção dos pesquisadores da História da Educação.

### **Uma experiência gaúcha: o Município de Farroupilha, RS, na educação**

A busca por fontes é o que compõe e dá o tom ao percurso que se compartilha, um dos possíveis, dos realizados. Cada pesquisador mobiliza formas, discursos, sujeitos em face de localizar os documentos que possam constituir o *corpus* empírico de sua pesquisa; carrega consigo expectativas, curiosidades e receios; busca o conhecido, familiar e permite-se encontrar novidades norteadas pelo problema de pesquisa. A experiência de pesquisa gaúcha trata do Município de Farroupilha e teve por objetivo

investigar as ações municipais em prol da educação, no período de 1934 a 1948, da emancipação política do Município até a emergência de regulamento de ensino em 1948, decorrência da Lei Orgânica do Ensino Primário.

Elencar um município como local de análise não diminui a complexidade analítica, assim, faz-se necessário compreender seu contexto histórico, a constituição dos processos de escolarização, os sujeitos, grupos e instituições envolvidos no processo, bem como as relações e articulações de seus discursos e práticas do local ao global. Dessa forma, a abordagem historiográfica atenta para a “[...] tensão entre os municípios e o poder central, por outro lado permite compreender e explicar a principal tese epistêmica que subjaz ao processo de municipalização” (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009, p. 7).

O período proposto para pesquisa coincide com uma série de mudanças na organização da Educação Nacional, dentre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, um conjunto de decretos que correspondem à Reforma Francisco Campos, a propagação das ideias da Escola Nova, por meio do Manifesto dos Pioneiros e a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o objetivo de assessorar tecnicamente estados e municípios nas questões pedagógicas. Todas essas ações tiveram como propósito instituir um sistema nacional de educação, articulando federação, estados e municípios. Porém, a responsabilidade de oferta do ensino primário foi delegada aos estados, e sua reforma educacional em nível nacional só ocorreu em 1946, com a já citada Lei Orgânica do Ensino Primário (SAVIANI, 2011).

No Rio Grande do Sul, a Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública (SESP/RS) foi criada em 1935, e seu titular, até 1937, foi Othelo Rosa (GERTZ, 2005, p. 94), que foi substituído, em 21 de outubro de 1937, pelo secretário José Pereira Coelho de Souza, nomeado por Daltro Filho e mantido até 1945 no cargo. Sua gestão foi caracterizada por Quadros (2006, p. 50) como um período de “[...] intenso movimento de reforma do

sistema educativo no estado e da implantação do processo de nacionalização<sup>9</sup> do ensino”. Esse, enquanto processo amplo, interferiu fortemente nas políticas educacionais e envolveu quatro dimensões:

- 1º) Uma extensa e detalhada jurisprudência sobre educação; 2º) A reestruturação técnica e administrativa da Sesp/RS; 3º) O desenvolvimento de políticas de expansão da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, a contratação de professores e funcionários, a ampliação do número de estudantes matriculados; e 4º) Uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar (QUADROS, 2006, p. 50-51).

Assim, resultou em uma nova forma de administração, técnica, científica e racional, orientada por especialistas, tornando a Sesp/RS um lugar de poder acerca dos assuntos educacionais. Com relação à expansão da rede de ensino estatal, ao implementar a reforma entre 1938 e 1939, foram criados 114 grupos escolares e 101 escolas isoladas. Foram criadas também, em 1938, as Delegacias Regionais de Ensino, nas sedes das dez regiões escolares: “Porto Alegre, São Leopoldo, Taquari, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta e Alegrete” (QUADROS, 2006, p. 81). Foi naquele ano que a Seção Técnica, órgão vinculado à Sesp/RS, teve uma alteração significativa em suas atribuições, passando a ser o espaço institucional no qual foi produzido e disseminado, a partir de estudos e pesquisas, conhecimento acerca de assuntos educacionais. Conforme Quadros (2006, p. 105), foi “[...]um lugar privilegiado de instauração do discurso da modernidade pedagógica no Rio Grande do Sul[...]”. Devido às intensas e alargadas atribuições da SESP/RS, a partir de 1943 foi reestruturada para separar as atividades administrativas e técnicas, ficando o Centro de

---

<sup>9</sup> Bastos (2005) aponta que a nacionalização do ensino não era tema novo naquele período. A partir do momento em que havia imigrantes, iniciaram-se as preocupações com o tema, que exacerbou-se, em especial, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e foram mais acentuadas com relação à população alemã do que a italiana.



Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) responsável pelas funções técnicas.

Em nível local, isto é, no município, houve um período em que, predominantemente, os prefeitos foram nomeados pelo Interventor do estado. A emancipação política de Farroupilha ocorreu em dezembro de 1934 e, em 1937, houve a instauração do Estado Novo. Assim, analisar o que foi possível na instância local pressupõe considerar a centralização que se implantava no período, o que impõe questões iniciais, como não poder contar com profícuos documentos utilizados por outros pesquisadores, como atas da Câmara de Vereadores, já que permaneceu fechada do final de 1937 até o final de 1947.<sup>10</sup>

Ciente do contexto, iniciou-se a busca de fontes em diferentes locais, no Município de Farroupilha,<sup>11</sup> em municípios vizinhos<sup>12</sup> e na capital do Estado,<sup>13</sup> mas aqui enfocaremos a busca por documentos realizada na Prefeitura Municipal de Farroupilha e atentaremos mais especificamente para documentos que, no conjunto da análise, tornaram-se vigorosos: *correspondências e empenhos*.

A primeira questão a destacar é que Farroupilha não possui

---

<sup>10</sup> A Câmara de Vereadores funcionou no Município de 30 de novembro de 1935 até 16 de novembro de 1937, restando poucas atas referentes a esse período e somente referentes ao ano de 1937, localizadas no acervo da Câmara de Vereadores de Farroupilha. E somente voltou a ser instalada em 27 de novembro de 1947.

<sup>11</sup> Prefeitura Municipal de Farroupilha, Museu Casa de Pedra, Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac onde se encontram também fontes passíveis de utilização para estudos, no campo da História da Educação, tais como: fotografias, diplomas, escritas de memorialistas e alguns exemplares de jornais da época.

<sup>12</sup> Ainda foram visitados acervos dos Municípios de Caxias do Sul, o Arquivo Histórico João Spadari Adami e do Município de Montenegro, Instituto Histórico e Geográfico de Montenegro Maria Eunice Kautzmann, já que o território que compôs o Município de Farroupilha pertenceu anteriormente aos Municípios de Caxias do Sul, Montenegro e Bento Gonçalves (não acessado por estar fechado na época).

<sup>13</sup> Na capital do estado foram acessados e visitados o Memorial do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a Biblioteca Borges de Medeiros, o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

um arquivo histórico, nem tem sua documentação catalogada, e os funcionários responsáveis pelo cuidado, pela manutenção e consulta de documentos nesse espaço não eram, na época, historiadores ou arquivistas. Assim, não esperavam receber pesquisadores e tampouco sabiam como prosseguir nesse caso. Diante disso, houve a opção por entrar em contato com o prefeito municipal, no período, Claiton Gonçalves, e explicar os objetivos da pesquisa e a necessidade de acesso ao Arquivo Municipal. A partir de então, foi possível ir a esse espaço e realizar as consultas. O prefeito, fez um documento de autorização para que pudesse ser apresentado, caso fosse necessário.

Na Prefeitura Municipal de Farroupilha, foram acessados diferentes locais e setores em busca de documentos: a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano e o Arquivo Geral. O conjunto de documentos localizado foi composto por diferentes tipologias de fontes, dentre elas históricos de instituições escolares, fotografias, relações de instituições escolares, documentos de escolas desativadas, livros de chamada, livros de matrícula, livros de atas, dados sobre a vida funcional de professores municipais, leis, decretos, portarias, mapas, dentre outros. Porém, foram as buscas no Arquivo Geral que apresentaram a maior quantidade de documentos e oportunizaram questionamentos e cruzamentos com outras fontes, para pensar as ações municipais em prol da educação.

O Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha, enquanto espaço físico, está alojado na parte inferior da construção que sedia a Secretaria Municipal de Educação, que fica atrás do prédio da Prefeitura Municipal. O referido espaço foi ampliado com a utilização de um contêiner que fica na parte externa. Ambos os espaços foram mobiliados com prateleiras de metal, onde os documentos estão acondicionados em caixas plásticas ou de papelão identificadas pelo setor a que se referem e ano. A seguir, pode-se visualizar, à esquerda, uma vista interna do Arquivo Geral da Prefeitura e, à direita, o contêiner, aberto para o momento de consulta. No detalhe, um dos espaços adaptados para o trabalho de pesquisa.

**Figura 1 – Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha**



**Fonte: Acervo da autora Gisele Belusso.**

As imagens ilustram a situação de armazenamento dos documentos e colocam em pauta sob quais condições foi necessário trabalhar para realizar a pesquisa, estabelecendo-se, assim, um primeiro desafio que se impôs. Não havia um espaço disponível para consulta. Por isso, foi por vários dias o próprio Arquivo Geral, em uma pequena mesa, e por outros a sala de reuniões da Secretaria de Educação, alternando o uso com os funcionários públicos municipais.

Para iniciar as consultas, foi necessário compreender a lógica de organização das prateleiras e caixas. Ao conversar com os funcionários do arquivo, pude perceber que eles faziam alguma ideia de onde os materiais estavam, mas não exatamente o que constava nas caixas mais antigas. Junto a essa conversa, surgiram comentários de caixas molhadas, queimadas, em momentos ao longo dos anos de reorganização do espaço do arquivo, além do relato de alguma tentativa de organização do material. Após esse primeiro momento de compartilhamento, fazia-se necessário iniciar, e a primeira questão era compreender quais seriam os setores da prefeitura, nas décadas de 30 e 40, do século XX, e abrir algumas caixas que pudessem ter relação com o recorte temporal e a ênfase do estudo.

A primeira tarefa foi andar entre os corredores; olhar as identificações das caixas e períodos a que se referiam; abrir algumas delas, entender o que continham e iniciar. Dois corredores chamaram minha atenção, um por ser o que tinha caixas da Secretaria da Educação e outro por conter uma grande quantidade de caixas com correspondências expedidas e recebidas. No corredor, com as caixas da Secretaria de Educação encontravam-se os documentos de instituições escolares municipais, mas referiam-se a períodos mais recentes, posteriores à década de 40, o que nos instigou a olhar as correspondências. Não ter um arquivo histórico implica não ter guias ou catálogos para busca, mas permitiram-me ter acesso direto aos documentos e vivenciar intensamente a experiência de encontrar fontes que, no conjunto, revelaram uma potencialidade, inicialmente, inesperada. As caixas foram consultadas uma a uma, verificando cada um dos documentos e fotografando os que tinham relação com a educação, um total de 2.098 imagens.

As caixas denominadas “correspondências emitidas e recebidas” armazenavam, além das correspondências, abaixo-assinados, cartas, fonogramas, circulares, projetos de lei, convites, programas de festividades, emitidos por funcionários públicos, pelos prefeitos, pelos secretários de Educação Estadual, pelo delegado regional de ensino, por munícipes, comunidades, padres, professoras, representantes de órgãos de instituições locais, estaduais e nacionais. A maioria estava datilografada, mas também havia impressos e manuscritos, bem conservados, apenas alguns deles apresentavam sinais de umidade.

Para detalhar um pouco mais, apontamos que as correspondências emitidas pela municipalidade eram feitas em duas vias e uma delas, com o carimbo de cópia, era arquivada. Dessa forma, foi possível localizar os discursos de prefeitos e agentes municipais (diretor da Instrução Pública, Orientadora de Ensino, subprefeitos) e como os mobilizaram para garantir a criação de escolas municipais, pleitear a abertura de grupos escolares estaduais e suas respectivas construções de prédios escolares, a ampliação de níveis de ensino, concordarem ou contestarem as decisões e orientações da esfera estadual, além de responderem

a solicitações e campanhas de âmbito nacional. Já os abaixo-assinados apresentam representantes de comunidades rurais solicitando escolas (aberturas de novas instituições ou reabertura de escolas fechadas temporariamente), pedindo orientações para construir prédios escolares em que eles fariam a doação do terreno e custeariam a construção, pedindo a nomeação de professores, reclamando da atuação de professores, indicando professores para nomeação, ofertando moradias para hospedagem do professor, isto é, em muitas ocasiões se envolviam diretamente nas questões educacionais.

Os documentos, denominados correspondências emitidas e recebidas, analisados ao longo de 1934 a 1948, permitiram compreender a centralidade dos prefeitos na projeção, idealização e realização de ações municipais em prol da educação. Os diferentes sujeitos que assumiram a função atuaram na progressiva normatização de ensino (regulamentos, obrigatoriedade), na instituição da profissionalização docente por concurso público para ingresso no magistério municipal, formação de professores em cursos de férias, elaboração de quadros e padrões salariais, na fiscalização direta de instituições escolares, investimentos em escolas de ensino primário, cursos noturnos e curso ginasial. Para tanto, realizaram articulações com comunidades rurais, grupos que representavam elites locais, com a Igreja católica, com instituições confessionais e com o governo estadual do Rio Grande do Sul.

Ainda pode-se afirmar que o discurso estadual de que se ofertariam escolas de ensino primário por todo o território gaúcho – e apenas onde não fosse possível o Estado chegar os municípios complementariam a ação estadual – não se efetiva exatamente assim. Apesar da ampliação da presença das instituições escolares estaduais no Município de Farroupilha, a partir do final da década de 30, houve uma permanência da maioria dos alunos atendidos em escolas municipais. No ano de 1941, por exemplo, tinha-se 62% dos alunos em escolas municipais, 23% em escolas estaduais, 13% em instituições confessionais e 2% em instituições vinculadas às Estações Férreas. Isso demonstra que ao Município competia administrar a matrícula da maior parte dos alunos em idade escolar, selecionar os professores,

remunerá-los e criar estratégias para manter as instituições escolares localizadas quase na totalidade em áreas rurais.

Outra questão importante na perspectiva de compreender o que o Município pôde realizar é o orçamento municipal. Assim, procurou-se buscar documentos que pudessem mostrar os investimentos realizados em Educação. Inicialmente apenas encontraram-se apenas as Leis de Orçamento, que configuram em um planejamento prévio realizado no final de cada ano, mas que pode ter alterações no decorrer do exercício em que for efetivado. Dessa forma, mesmo após ter ouvido reiteradas vezes que não havia mais informações sobre, conheci o historiador do município e foi através dele que localizamos uma documentação armazenada no fundo do contêiner, em caixas denominadas “despesas municipais”. Isso ocorreu dois anos após o início da pesquisa, após a fase de qualificação do projeto, o que demandou investir mais um tempo para fotografar os documentos denominados *empenhos*, referentes ao período de pesquisa, mais 9.000 imagens.

Os empenhos são documentos nos quais o Município registrava individualmente cada pagamento realizado, informando o valor, o credor, a data e a que tabela da Lei de Orçamento se referia. Ao receber, o credor assinava e registrava a data. Assim, foi possível visualizar os empenhos de pagamentos de professores, de aquisição de material escolar, de pagamento de aluguéis de prédios escolares, de subvenções às escolas confessionais, da compra de móveis escolares, até a compra de um terreno para a construção do grupo escolar na área central, as contribuições para montagem de um gabinete médico-dentário, a contribuição na construção e manutenção de prédios escolares estaduais e municipais, a aquisição de tecidos para confecção de uniformes escolares e calçados para alunos pobres, a concessão de bolsas de estudo, investimentos nas festas nacionais, em especial da Semana da Pátria, dentre outros.

Ao cruzar o previsto (Leis de Orçamentos) com o efetivado (empenhos) foi possível perceber que o investimento em *Educação* não se restringiu apenas à tabela da Instrução Pública, esteve

também diluído em outras tabelas, como, por exemplo, Obras e Viação, Amparo à Maternidade e Assistência à Infância e Despesas Diversas e que, por diversas vezes, foram implementadas por meio de créditos especiais. A análise detalhada dos pagamentos diários, por meio dos empenhos, permitiu perceber que os investimentos municipais eram destinados tanto para a manutenção das escolas municipais quanto para auxiliar a oferta de vagas nos colégios confessionais e estaduais.

Os documentos citados ao longo da narrativa foram cotejados com outros, o que permitiu fazer inúmeras relações e perceber nuances das ações municipais e o jogo de forças entre as diferentes instâncias (estadual e federal), a Igreja católica e as comunidades. Para tanto, foram mobilizados outros documentos, como leis, decretos, portarias, documentos de acervos pessoais (fotografias, carteiras de trabalho, diplomas) e entrevistas realizadas por outros pesquisadores.

### **Pontos de contato, em pesquisas sobre o município na educação, entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul**

As experiências e reflexões aqui por nós partilhadas, cada qual a seu modo, demonstram a relevância dos estudos de perspectiva local para a compreensão da realidade histórico-educacional. Nesse sentido, documentos municipais ora analisados – Atas das Câmaras Municipais, Relatórios de Inspeção de Ensino, Correspondências, Leis de Orçamento e Empenhos – acenam como fontes históricas privilegiadas para nosso campo de pesquisas.

Nos termos propostos por Ginzburg (1989, p. 177), podemos dizer que se trata de vestígios, pistas e sinais. Indícios que podem ser mobilizados para sustentar uma interpretação. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. O ofício do historiador, além de assemelhar-se ao trabalho de um artesão, se opera mediante o que autor identifica como paradigma indiciário, um modelo epistemológico que consiste em estabelecer interpretações de uma dada realidade, mediante a observação de pequenos indícios,

sinais pouco aparentes, à semelhança de um inquérito, de uma investigação. Trata-se de “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149).

Na perspectiva do paradigma indiciário, “pistas, talvez infinitesimais, permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1989, p. 150). “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). Partilhamos desta concepção, de que as particularidades podem ser empregadas como pistas que permitem a reconstrução de uma complexidade cultural, e que pequenos indícios, referentes a uma realidade local, podem ser tomados como reveladores de fenômenos mais amplos e mais gerais.

Se, por um lado, desafios impõem-se aos pesquisadores brasileiros de diferentes formas – no acesso, localização e registro das fontes pesquisadas –, o que os instiga por vezes serem inventivos nas formas de fazer e administrar os tempos e espaços de consulta, por outro, possibilidades foram apresentadas e sinalizam a potencialidade das fontes documentais, pois os municípios “são senhores de uma memória e de arquivos constituídos por patrimônio histórico e documentos escritos” (MAGALHÃES, 2014, p. 22).

Como foi possível perceber, a pesquisa histórica centrada nos municípios e o trabalho com documentos municipais se mostraram válidos em diferentes contextos temporais e espaciais. Em Minas Gerais, no tempo da República Velha (1889-1930), e no Rio Grande do Sul, perpassando os anos do Estado Novo (1934-1948), os municípios constituíram-se enquanto instâncias de decisão e ação em matéria de educação, configurando formas próprias de organização e administração do ensino público.

Para se compreender as realidades em tela, faz-se necessário um olhar atento para as particularidades municipais. Desse modo, temos analisado esses processos à luz da categoria de “município pedagógico”, proposta por Magalhães (2014), perspectiva



historiográfica da educação que concebe o município não somente como entidade político-administrativa, mas também como um território pedagógico. Na teorização proposta pelo autor, o município pode ser entendido enquanto instância de idealização e realização em matéria de educação, configurando-se como uma dimensão fundamental para compreensão da história da educação.

Não obstante, ressaltamos apenas que a análise da ação educativa municipal não deve ser tomada isoladamente, mas de forma articulada com a problemática nacional e estadual. A realidade educacional-municipal possui contornos e características próprias, que podem se articular ou mesmo contradizer os processos educativos mais amplos nos quais se insere.

E, por fim, sinalizamos ainda a necessidade do despertar da sensibilidade das prefeituras municipais brasileiras para a conservação de documentos administrativos municipais de forma que não se percam com o tempo, juntamente com a memória local. Sabe-se que alguns municípios já dispõem de acervos, no entanto, muitos outros apenas armazenam os documentos sem catalogação, organização ou cuidado com sua conservação e tampouco os compreendem como documentos históricos.

## **Referências**

ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Inventários. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Juiz de Fora, s/d. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo\\_historico/inventarios.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo_historico/inventarios.php). Acesso em: 25 jun. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. Guia do Acervo. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Prefeitura Municipal de Uberaba. Secretaria Municipal de Governo. Uberaba-MG, 2018. Disponível em: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Guia de fundos e coleções. Governo

do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Cultura. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/listagem.php](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php). Acesso em: 25 jun. 2020.

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Pense globalmente, pesquise localmente? Em busca de uma mediação para a escrita da história da educação. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo *et al.* (org.). História da Educação: Desafios teóricos e empíricos. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2009. p. 69- 89.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro: 1827. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.htm](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.htm). Acesso em: 13 jul. 2020.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Modernizar e civilizar: Reformas educacionais em Minas Gerais no final do Século XIX e princípio do XX (1982-1928). ANPUH – XXVIII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em: [http://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874924\\_973fdde65928b70fo3725432c63876ab.pdf](http://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874924_973fdde65928b70fo3725432c63876ab.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. de Marcia Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. Trad. de Dorothee de Bruchard. Matrizes, São Paulo, n. 2, ano 5, p.159-177, jan./jun. 2012. Entrevista.

GERTZ, René Ernani. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS: Editora Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de.

(org.) O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república. Campinas: Alínea, 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (org.) Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. O local na história da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. In: Araújo, Marta Maria de (org.). História(s) comparada(s) da educação. Brasília: Liber Livro Editora, 2009. p. 161-198. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4894>. Acesso em: 5 jun. 2018.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELLER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBBSAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 16 fev. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279> Acesso em: 23 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. de Bernardo Leitão *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Justino. Do Portugal das luzes ao Portugal democrático: Atlas-Repertório dos Municípios na Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (Estudos e ensaios). Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/18286>. Acesso em: 5 jun. 2020.

MAGALHÃES, Justino. Entrevista com catedrático Justino Magalhães: os municípios na educação em pauta. Entrevista concedida a Gisele Belusso e Terciane Ângela Luchese. Revista História da Educação, v. 24, e96723. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/96723/pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MAGALHÃES, Justino. História dos municípios portugueses na educação e na cultura. Revista de Administração Local, n. 254, p. 163-174, mar./abr. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10462>. Acesso em: 5 jun. 2018.

- MAGALHÃES, Justino. Municípios e história da educação. *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Trad. de João de Freitas Teixeira. 2. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (org.). História e memórias da educação no Brasil. vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 29-38.
- WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## **ITINERÁRIOS DE PESQUISAS EM POLÍTICA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO A PARTIR DE FONTES E ACERVOS MUNICIPAIS EM CAXIAS DO SUL, RS**

*Fabrcio Romani Gomes*  
*Mônica de Souza Chissini*

Objetivamos, neste capítulo, apresentar percursos investigativos na perspectiva de História(s) dos Municípios, com enfoque em processos políticos e identitários na Educação. As pesquisas aqui abordadas são orientadas por objetos distintos, embora convergentes enquanto contribuição à história do município de Caxias do Sul, RS. Ambas foram constituídas a partir do cotejamento de fontes diversas, advindas de arquivos históricos da administração pública bem como de acervos pessoais, buscando visibilizar processos políticos e identitários operacionalizados em seus específicos contextos e recortes temporais. Ancorando-se, neste capítulo, nos referenciais teórico-metodológicos de Le Goff (1988) e Luchese (2014), inicialmente discutimos o trabalho historiográfico de mobilização de fontes, com vistas à construção de narrativa(s) da história local. Em um segundo momento, evidenciamos o percurso de investigação e resultados obtidos de duas pesquisas realizadas, vinculadas à história de Caxias do Sul, RS. Nas considerações finais, avaliamos os percursos empreendidos e suas relações a partir das fontes, buscando refletir sobre escolhas temáticas na historiografia, com ênfase na Educação.

### **Acervos públicos e pessoais em percursos metodológicos**

No que concerne aos documentos da administração pública, um dos acervos municipais de referência para o município de

Caxias do Sul, RS e região nordeste do Rio Grande do Sul é o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Criado em 1976, o arquivo mantém sob sua salvaguarda acervo documental diverso, de gênero textual, iconográfico, sonoro, digital e cartográfico, proveniente da administração pública ou de esfera institucional ou pessoal.

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, doravante referido pela sigla AHMJSA, situa-se em um prédio histórico e tombado da região central da cidade de Caxias do Sul, RS. As atividades do Arquivo envolvem o recebimento, a catalogação, descrição, guarda e preservação dos documentos. Destaca-se que a instituição busca ampliar as condições de acesso da comunidade ao seu acervo, que conta também com um Banco de Memória Oral, disponibilizando seu espaço para socialização de pesquisas da história local, realizadas no Arquivo bem como por pesquisadores/as de outras instituições da região. Ademais, o AHMJSA caracteriza-se como uma instituição que efetiva interlocução com pesquisadores(as), uma vez que atenta para demandas e solicitações realizadas pela comunidade.

Essa possibilidade de comunicação é efetivada pelos canais remotos com os/as servidores(as) do Arquivo seja para indagações, solicitação de documentos para investigação ou mesmo agendamentos para acesso de documentos mais específicos, de forma presencial no Arquivo. Ressaltamos que o acesso ao acervo do AHMJSA, atualmente, pode também ser efetuado de forma *on-line*, haja vista a criação e disponibilização de um repositório que, de forma eficiente, permite a pesquisa de parte de seu acervo, abarcando documentos públicos, institucionais e pessoais.

Em face do exposto, destacamos o potencial do AHMJSA, tendo em vista a riqueza de seu acervo e o compromisso de guarda e viabilidade de acesso ao Arquivo e suas diversas fontes para pesquisa historiográfica de Caxias do Sul, RS, bem como da Região Sul do Brasil. Salientamos que, para a utilização dos documentos do AHMJSA, segue imprescindível a atenção às condições de reprodução vigentes na legislação brasileira, em relação ao direito autoral e à referência ao arquivo consultado.

Outro amplo arquivo concernente à história de Caxias do Sul e região, de interesse público, e que dispõe de repositório *on-line* é o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul (AHCM). Observado o cumprimento dos direitos vigentes quanto à citação de autoria e indicação de fontes na legislação brasileira, já referidos anteriormente, pode-se acessar o acervo digital do AHCM, o qual é constituído por várias tipologias documentais e disponibilizado, de forma digital, pelo Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Apesar da existência de arquivos significativos na cidade de Caxias do Sul/RS, como ora apresentamos, as pesquisas evidenciadas neste capítulo tiveram desafios na mobilização e localização de determinadas fontes. Para elucidar, há fontes documentais da administração pública não catalogadas e não organizadas pelos órgãos que as constituíram. Além disso, devemos salientar que no processo de busca pelas fontes, podem surgir entraves quanto à autorização de órgãos para acesso a determinados documentos, não catalogados em fundos da esfera pública e/ou privada.

Os procedimentos metodológicos das pesquisas abordadas neste capítulo envolveram o acesso aos acervos públicos, porém, diante de demandas de sua investigação, prosseguiram com a ampliação de suas fontes a partir de outros lugares. Nesse sentido, cada *corpus* empírico foi constituído também a partir da História Oral e da mobilização de fontes documentais pelos acervos pessoais dos sujeitos entrevistados, as quais contribuíram largamente para a construção de narrativas sobre política, educação, etnicidade e identidade no contexto de Caxias do Sul, RS, nos diferentes períodos investigados.

Dito isso, apresentamos<sup>1</sup> a seguir os percursos de construção do *corpus* das pesquisas e suas análises a partir do trabalho com os documentos. Assim, assinalamos que os encaminhamentos metodológicos, em ambas as investigações, constituíram-se por diversos gêneros e tipologias documentais.

---

<sup>1</sup> As seções do capítulo nas quais apresentamos os diferentes itinerários de pesquisa serão contextualizadas por pesquisadora e pesquisador respectivamente, cada qual com sua narrativa em primeira pessoa.

## Culturas de gestão democrática na educação local: prescrições, práticas e identidade docentes

A primeira pesquisa abordada, resultante de dissertação de 2017, intitula-se *Culturas de gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul, RS (1983-1996)*,<sup>2</sup> e está inscrita no campo da História da Educação. Operou com os procedimentos metodológicos de análise documental e história oral, e resultou na construção de categorias intituladas *culturas de gestão democrática*. Tais categorias foram constituídas *a posteriori*, a partir do cotejamento do *corpus*, processo que viabilizou a identificação de prescrições, práticas e processos identitários que constituíram culturas democráticas estruturantes para a Rede Municipal de Ensino (RME) de Caxias do Sul, RS, entre os anos de 1983 e 1996. A pesquisa teve por enfoque os processos políticos de duas gestões, no âmbito da educação pública municipal de Caxias do Sul: *Gestão Marta Gobatto* e *Gestão Odir Ferronato*, assim nomeadas em vista dos Secretários que estavam à frente no período investigado.

No quadro a seguir, apresento um recorte dos Secretários de Educação que realizaram a gestão da Rede Municipal de Caxias do Sul, no período anunciado.

**Quadro 1 – Secretária(os) de Educação (1983-1996)**

Nome	Função	Período	Assessores
Marta Gobatto Trez	Secretária de Educação e Cultura	1983/1988	Beatriz Reginini Silva – Asses- sora Pedagógica Nelci Rosa Casara – Assessora Pedagógica
Odir Miguel Ferronato	Secretário de Educação e Cultura	1989/ mar. 92	Beatriz Maria Bigolin – Assesso- ra Pedagógica Judite Maria Mottin – Assessora Pedagógica Ana Maria Ferronato – Asses- sora Pedagógica

<sup>2</sup> A referida pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (2017), obteve apoio financeiro Capes/Prosup e foi orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Terciane Ângela Luchese.



Hermes Zanetti	Secretário de Educação e Cultura	abr. a dez. 92	Beatriz Maria Bigolin – Assessora Administrativa que coordenou também a Assessoria Pedagógica
Odir Miguel Ferronato	Secretário de Educação e Cultura	jan./93 a mar./94	Beatriz Maria Bigolin – Assessora Pedagógica Jaqueline Marques – Assessora Administrativa
Edson Humberto Néspolo	Secretário de Educação e Cultura	abr./94 a 96	Beatriz Maria Bigolin – Assessora Pedagógica Jaqueline Marques – Assessora Administrativa

**Fonte:** Adaptado de ANEXO 2 (1998, p. 236). DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EST, 1998.*

O quadro dos Secretários da Educação atuantes na RME de Caxias do Sul, entre os anos de 1983 e 1996, permite verificar a configuração de cada gestão que permeou o processo de democratização da rede nesse período. A escolha desta pesquisa pela análise das gestões de Marta Gobatto e de Odir Ferronato se deu em vista de dois fatores: 1) esses foram os Secretários de Educação com maior período de atuação na rede no recorte temporal evidenciado; e 2) em ambas as gestões verificam-se indícios de diversos ordenamentos pertinentes para a organização do ensino, da participação democrática e do trabalho docente.

O *corpus* empírico da pesquisa é constituído por documentos escritos e orais, quais sejam: documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e algumas entrevistas do Banco de Memória Oral, ambos localizados no acervo do AHMJS; textos legais federais, estaduais e municipais orientadores para a gestão e estruturação política da RME de Caxias do Sul no período investigado, além de documentos de acervos pessoais. Integram a pesquisa narrativas de memórias orais advindas de seis entrevistados: realizadas com gestores e professores, atuantes na rede de ensino no período investigado.

Em face do exposto, destaco que acervos públicos, quando acessados, muitas vezes viabilizam a localização de farta documentação, permitindo a definição de recortes também

pertinentes. No entanto, os documentos neles localizados nem sempre suprem as necessidades da operacionalização historiográfica, que, de forma indagadora e atenta, busca fontes diversas para investigar densamente seu objeto e ampliar as condições para identificação de indícios a ele imbricados. Ao tratar dos lugares da história, Le Goff (1990) dimensiona o potencial do arquivo e da memória nessa construção:

[...] não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (LE GOFF, 1990, p. 474).

Nesse sentido, da mesma forma que documentos de órgãos da administração pública constituem *corpus* para análise, há documentos provenientes de acervos pessoais que o potencializam, possibilitando a construção de múltiplos entendimentos sobre o passado, sobretudo quando construímos empiria, também, a partir de memória oral.

A análise documental atinente à gestão da RME de Caxias do Sul, a partir dos diferentes gêneros e tipologias, permitiu a constituição dessa narrativa que não se pretende totalizante, mas que contribui para evidenciar práticas significativas da História da Educação local. Com isso, busca-se visibilizar a trajetória de democratização da gestão da educação em Caxias do Sul, de modo que a rede, de sua perspectiva atual, possa reconhecer imbricações de processos e sujeitos do passado que a constituem.

O recorte temporal dessa pesquisa se inicia com a *Gestão Marta Gobbato* (1983-1988) sendo que 1983, seu primeiro ano, pode ser sinalizado como um marco da ampliação de participação democrática no contexto da RME de Caxias do Sul, haja vista indícios documentais, tanto do acervo público (AHMJSA) quanto de acervos pessoais de sujeitos entrevistados. Marta Gobbato, a convite do então prefeito de Caxias do Sul, Victório Trez, empreendeu em

sua administração esforços de articulação de atores e segmentos envolvidos na educação municipal. É, afinal, no referido ano, que ocorre o *I Simpósio Municipal de Educação*,<sup>3</sup> cuja pauta centraliza-se na necessidade de aproximação entre escolas e comunidade.

Embora, nesta seção, busque evidenciar práticas democratizantes no contexto municipal, sinalizo que a pesquisa analisa as relações entre as esferas municipal, estadual e federal, estabelecidas pelos textos legais que amparavam a política educacional brasileira. Nesse sentido, é importante apontar para marcos da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 9.394, de 1996, como legislação federal estruturante para a educação local, devendo-se sinalizar que o recorte temporal da investigação encerra em 1996, tanto pela demarcação da promulgação da LDB, quanto pelo final de um ciclo na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul e da vinculação da equipe gestora constituída por Ferronato na Secretaria Municipal de Educação.

Documentos legais do município de Caxias do Sul e impressos produzidos na *Gestão Marta Gobbato (1983-1988)*, resultantes de simpósios de educação realizados, permitiram identificar, na referida administração, um período de conquistas legais significativas para a profissionalização docente e para a articulação de escola e sociedade, além da organização da rede.

No que se refere ao trabalho docente, o período assegurou um sistema adequado de ingresso do docente na RME, via concurso público. Outras conquistas pertinentes foram: a) a prescrição legal, com a Lei n. 2.888, de 1984, para a realização de *eleição para diretores*, de forma democrática, ou seja, com a participação da comunidade escolar; e b) a *constituição do plano de carreira docente*, promulgado pela Lei Municipal n. 3.141, de 1987.

Buscando destacar ações que configuraram práticas democráticas e organizaram as demandas de segmentos envolvidos na Educação local, sinalizo a realização dos *simpósios municipais de educação*, os quais contaram com subsequente publicação de revistas, registrando as discussões dos eventos. É importante assinalar

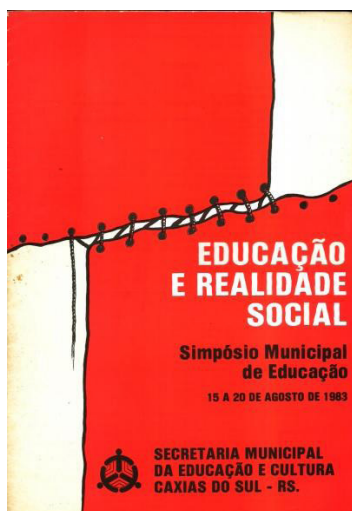
---

<sup>3</sup> CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal de Educação. *EDUCAÇÃO – I Simpósio Municipal de Educação*. Palestra transcrita, AHMJS, 1983, p.1-8.

a pertinência de tais revistas como documentos para análise da História da Educação local, uma vez que nelas há indícios das preocupações da RME e da sociedade à época e temas que permitem verificar de que forma as políticas e práticas democratizantes no ensino municipal emergiram e como tiveram consensos negociados.

Dentre as questões evidenciadas pela ação dos simpósios está a demanda de participação da comunidade, no sentido de construir maior articulação com as instituições escolares municipais. Na Revista intitulada *Educação e realidade social: Simpósio Municipal de Educação* (CAXIAS DO SUL, 1983) verifica-se a estrutura do evento, a menção aos segmentos participantes, além das temáticas abordadas e registros textuais das falas dos convidados e convidadas, evidenciando, assim, questões debatidas no evento. Na Figura 1, apresentada a seguir, observa-se a capa da primeira edição do impresso, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Caxias do Sul.

**Figura 1 – Capa da Revista Simpósio Municipal de Educação (Smec)**



**Fonte: Revista *Simpósio municipal de educação*. Smec. Caxias do Sul, 1983.**

Na revista, há predominância de temas como “educação e sociedade”, “escola e comunidade” e “cultura: valorização da comunidade”, embora estejam também presentes discussões sobre a qualificação do ensino e do trabalho docente.

Nas narrativas de memória oral, recorrentemente foram mencionados os simpósios de educação e a importância das revistas, como registro de reflexões e demandas construídas coletivamente para a educação municipal nos anos 80, do século XX. No entanto, não foi possível localizar tais impressos nos acervos públicos municipais. A busca por essa materialidade demandou a investigação junto aos sujeitos entrevistados, tendo sido possível acessar quatro das revistas publicadas, referentes aos simpósios dos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, todas disponibilizadas por Beatriz Maria Bigolin, uma das entrevistadas da pesquisa, a qual colaborou com a disponibilização de seu acervo pessoal. Para contextualizar a relação da entrevistada com o tema da pesquisa, explico que Bigolin atuou como docente na RME de Caxias do Sul e, na rede estadual, foi assessora administrativa e pedagógica na *Gestão Odir Ferronato* (1989-1994).

Em vista disso, destaco o potencial do acervo pessoal, bem como da metodologia de História oral, para ampliar as possibilidades de análise historiográfica, levando-se em conta as dimensões imbricadas presente-passado na constituição dessa narrativa sobre o que foi. Karnal e Tatsch (2009) entendem que o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (KARNAL; TATSCH, 2009, p.24).

No contexto evidenciado, os acervos pessoais permitiram a localização de documentos em relação aos eventos mencionados em narrativas de memória oral, efetivando-se, assim, uma rica articulação entre os documentos escritos e orais. Destaco ainda o potencial da História oral para analisar significados individuais e coletivos atribuídos ao passado, advindos da relação da memória com o presente. Afinal, por meio dessa relação são gerados entendimentos sobre o que foi. Nas narrativas construídas nesta

pesquisa, evidencia-se que as memórias individuais reverberam coletivamente quanto ao engajamento efetivado no processo de democratização da rede no período.

Nesse sentido, destaco que os indícios de democratização identificados em documentos escritos e orais sobre a *Gestão Marta Gobato* (1983-1988) permitiram compreender que práticas e prescrições foram continuadas ou, então, desdobradas na *Gestão Odir Ferronato* (1989-1994).

Para a constituição do *corpus* de análise da *Gestão Odir Ferronato*, destacamos como primordial o acesso aos documentos arquivados em um fundo de educação do AHMJSA, provenientes da antiga Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec), atual Secretaria Municipal de Educação (Smed). Pelo acervo público, foi possível acessar documentos que registravam, de forma detalhada, ações realizadas na RME no período. Nesta seção, não objetivo detalhar o cotejamento dos referidos documentos, mas evidencio a diversidade de tipologias acessadas, quais sejam: relatórios anuais de investimento e de atividades realizadas pela RME, registros de reuniões atinentes à formação docente, esquemas organizacionais que objetivavam evidenciar os fluxos entre os setores da Smec e diversas outras que permitem análises sobre a conjuntura política da educação local no âmbito municipal à época.

A análise empreendida permite identificar itinerários democratizantes da RME na *Gestão Odir Ferronato* (1989-1994), caracterizada, inclusive, pela continuidade de escuta das demandas da comunidade e dos docentes. Para elucidar, destaco os procedimentos de avaliação interna e externa da rede, que ofereciam subsídios para o redesenho dos fluxos de gestão compartilhada e planejamento participativa. Nesse sentido, consolidam-se *culturas de gestão democrática de abertura participativa e organização da rede*, uma das quatro categorias construídas na pesquisa.

Há indícios de sistematização de práticas de escuta e coleta de demandas por parte da gestão, a qual se fazia presente nas escolas municipais. Tal prática de gestão educacional, baseada no diálogo, oportunizou o aprimoramento da rede e a criação de normativas para efetivar um ensino alicerçado na perspectiva

democrática, buscando dar conta das demandas de ampliação de oferta escolar e qualificação da rede. Em vista da referida sistematização, evidencio a segunda categoria de *culturas de gestão democrática* construída, voltada para a *ampliação do acesso e qualificação da educação*.

A *Gestão Odir Ferronato* ocupou-se, também, da profissionalização e aperfeiçoamento docente, criando prescrições que objetivaram atender à finalidade de qualificação do trabalho docente e do ensino. Dentre algumas prescrições implementadas, destaco a criação de quadros de professores por escola baseados em tempo de serviço, com critérios para alteração por designação, garantindo princípios de transparência e o fim de práticas mobilizadas por motivações particulares e escusas. Importante mencionar que essa determinação foi referida por sujeitos entrevistados como uma ação estruturante e extremamente pertinente para a organização docente. Além disso, houve criação de grupos de pesquisa sobre temáticas apontadas como pertinentes no período e oferta regular de cursos de aperfeiçoamento aos docentes. Assim, destaco a terceira categoria de *culturas de gestão democrática*, identificada como *profissionalização docente*.

Com o processo de municipalização na política educacional brasileira, nos anos 90 do século XX, a demanda da educação municipal se intensificou, exigindo ampliação de oferta de vagas, garantias de acesso, merenda escolar, estratégias para controle de evasão e investimentos diversos em transporte, acervo de biblioteca, aperfeiçoamento docente e construção de escolas. Assim, assinalo que, mesmo diante da intensa demanda da rede, a gestão educacional municipal soube administrar o crescimento de forma eficiente e democrática.

Saliento que há articulações entre as esferas estadual e municipal, haja vista que há reverberações das conquistas docentes e educacionais no âmbito estadual, do Rio Grande do Sul, nas conquistas docentes e educacionais do âmbito municipal, de Caxias do Sul. Portanto, reconhece-se a efetivação de trocas e construção de normativas eficientes da esfera estadual para a municipal. Todavia, é importante destacar que a RME de Caxias do Sul, gradativamente,

passou a objetivar um campo de criação de práticas e políticas autônomo e, portanto, menos vinculado às experiências e políticas educacionais do estado do Rio Grande do Sul.

É, sobretudo, na *Gestão Odir Ferronato* (1989-1994) que a reivindicação de uma gestão municipal construída a partir de seus referenciais e experiências locais adquire centralidade. A partir disso, inicia-se um processo de fortalecimento da identidade do docente do magistério municipal que fraturou a representação de “professorinhas”, conforme narraram entrevistadas e o entrevistado. A atribuição de “professorinhas” às docentes municipais estaria relacionada a uma série de fatores políticos, econômicos e socioculturais que dizem respeito às condições salariais até a percepção da estrutura da rede municipal como mais simples e inferior à do estado. Ademais, aponto que os cargos de gestão da RME de Caxias do Sul eram ocupados com exclusividade por representantes do magistério estadual até a *Gestão Odir Ferronato*. O secretário Ferronato, ao assumir a gestão da Smec, em 1989, deliberou por acolher a demanda do magistério municipal por maior autonomia e constituiu sua equipe de assessoria, priorizando docentes municipais, familiarizadas com a realidade local e engajadas com as demandas da educação municipal.

Portanto, há, nos processos evidenciados, diversas rupturas, tanto pelo fim da ingerência estadual na RME de Caxias do Sul, quanto pela fragmentação da representação das “professorinhas”. As docentes municipais, afinal, articularam e sistematizaram encontros para organizar reivindicações por melhoria salarial e por um plano de carreira docente da rede (1983-1986).<sup>4</sup> A categoria, de fato, conquistou significativo aumento salarial, conquistando o plano de carreira, identificado na Lei n. 3.141, de 1987, o qual contemplou quase todos os itens por elas levantados.

<sup>4</sup> A dissertação ora discutida trata de alguns desses movimentos da categoria docente municipal de Caxias do Sul, RS no período investigado, principalmente a partir de livros de ata que registram encontros de professoras municipais para discussão acerca da rede municipal de ensino e reivindicação, dentre outros aspectos, por melhores condições salariais e estruturação do plano de carreira docente. Alguns documentos importantes para essa análise: LIVRO DE ATAS. Reuniões das representantes das escolas municipais. 1983-1986. LIVRO DE ATAS. 1986. Acervo pessoal Beatriz Maria Bigolin.



Nesse sentido, ressalto que a categoria *docente municipal* foi criadora e receptora de práticas e políticas, que aperfeiçoaram o trabalho na rede, rompendo representações de uma docência vista como precarizada, o que sintetiza a última categoria, dentre as *culturas de gestão democrática*, constituídas, essa relacionada à *construção identitária do docente municipal*.

Ao encerrar as considerações acerca desta pesquisa, compartilho que há, de fato, entraves no processo de localização de fontes. Da mesma forma que pude acessar, de forma ampla e irrestrita, diversos documentos sob a guarda do AHMJA, também recebi negativas de órgãos públicos da Educação que não desejavam viabilizar meu acesso ao seu arquivo. Por outro lado, recebi receptividade por parte de sujeitos imbricados na História da Educação municipal de Caxias do Sul, RS, que gentilmente compartilharam comigo suas memórias – oferecendo seu acervo pessoal – para que fosse possível constituir narrativas sobre o processo de democratização da RME de Caxias do Sul, entre os anos de 1983 e 1996. Desse modo, destaco que a articulação entre documentos da história oral e acervos pessoais e públicos permitiu a escrita – dentre outras já existentes e outras que virão – de uma história da rede municipal de Caxias do Sul, RS.

## **Associativismo negro, práticas, educação e construção identitária**

Não é difícil de imaginar que, na virada do século XX para o XXI, as comemorações em relação ao aniversário da imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul e, em especial em Caxias do Sul, RS, se organizavam e se multiplicavam. O livro das historiadoras Loraine Slomp Giron e Heloísa Eberle Bergamaschi, *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional* é um exemplo dessa comemoração e da prática de construção de narrativas históricas, acadêmicas ou públicas,<sup>5</sup> que contemplam o processo (i)migratório, o trabalho e elementos

---

<sup>5</sup> Sobre as reflexões a respeito do conceito de História Pública sugerimos a coletânea organizada por Almeida e Rovai (2011).

culturais homogeneizantes sobre os italianos e seus descendentes na região. Mostrando a história da cidade dessa forma, houve uma aproximação à prática que Chimanda Ngozi Adichie (2019) chama de “história única”. Como demonstra a nigeriana, a forma como as histórias “são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder” (ADICHIE, 2019, p. 23). Refletindo também sobre o impacto das relações de poder na produção historiográfica dos processos educativos, Luchese (2014) chama atenção para as especificidades da análise em um “espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram” (LUCHESE, 2014, p. 147). Dessa forma, ao nos lançarmos sobre as experiências da população negra caxiense, como protagonista de práticas educativas, não podemos deixar de relacionar o contexto vivido por essa população na cidade, onde o “culto à italianidade” invisibiliza a sua presença física e cultural.

Pensando no itinerário de pesquisa que me trouxe até esta proposta, acredito que seja necessário demarcar alguns dos percursos realizados. Ele se inicia no carnaval de 2005, quando passei a frequentar as dependências do *Clube Gaúcho*.<sup>6</sup> Era ensaio da escola de samba *Os Protegidos da Princesa* e a forte presença de negras e negros, no local, nos mostrou novas configurações para a fisionomia caxiense. Embora esses rostos não estivessem presentes durante os anos de estudo no curso de História e nos livros lidos sobre a cidade, era visível que a experiência me colocava em contradição com boa parte da produção historiográfica regional e local. Dessa forma, ali mesmo, no ensaio, comecei a realizar a pesquisa que ia dar materialidade a uma dissertação de mestrado intitulada *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito*, defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em História

---

<sup>6</sup> Quando fundado, o clube se chamava *Sport Club Gaúcho*. Posteriormente, houve uma mudança na grafia e o nome do clube passou a ser *Esporte Clube Gaúcho*. Por fim, em meados de 1970, com a alteração do estatuto, sua nomenclatura foi alterada. A partir daí, oficialmente, passou a chamar-se *Sociedade Recreativa e Cultural Gaúcho* (SRCG). No decorrer deste texto, para me referir ao clube utilizarei Clube Gaúcho, forma como ele é popularmente conhecido.

da Unisinos. A conversa iniciada naquele território, demarcado racialmente e culturalmente, me levou então à busca pelos vestígios deixados pela população negra caxiense e, em especial, àquela vinculada ao *Clube Gaúcho*, desde a sua fundação, em 1934.

Foi assim que cheguei até *Maria Aparecida da Costa Pontes*. Após apresentações mútuas, fui convidado a ir até sua casa. Lá, após iniciarmos uma conversa e eu demonstrar interesse em realizar uma pesquisa sobre o *Gaúcho*, ela me disponibilizou uma série de registros da trajetória da associação: estatutos, fotos, correspondências enviadas e recebidas, livros de atas e uma série de indicações de pessoas que poderiam participar das entrevistas que pretendia realizar. Ali se iniciava uma investigação que acabou tendo que lidar com uma série de fontes que pareciam não ter fim, contradizendo uma das justificativas dadas para explicar a escassez de estudos sobre a população negra no período pós-abolição, pois, “já se veiculou o discurso de que elas não existiriam” (DOMINGUES, 2009, p. 237). Passei a pesquisar também jornais da imprensa regular da cidade, disponibilizados pelo AHMJA, e as fontes não paravam de brotar. E é a partir da documentação sob a guarda de integrantes do *Gaúcho* e do AHMJA que pretendemos refletir sobre as práticas educativas realizadas pelo clube e seus respectivos objetivos, relacionados com a construção de uma identidade étnica negra *desmascarada*. Antes, porém, acredito ser necessário refletir sobre a proteção particular dada à parte dos documentos do clube.

É sempre bom lembrar que as associações são formadas por pessoas que possuem algo em comum. No caso do *Clube Gaúcho*, ser negra ou negro foi um dos aspectos que permitiu a união do grupo e o conseqüente fortalecimento dos laços políticos, econômicos, afetivos e sociais. Essa comunidade, a partir de diferentes perspectivas, possivelmente compartilhava experiências de práticas discriminatórias motivadas pelo racismo. Porém, isso não significa que se tratava de um grupo homogêneo, que não existiam tensões políticas e desacordos entre os integrantes. A análise das atas das reuniões possibilita a percepção em relação a essas divergências. Elas podem ter gerado diferentes tensões entre as associadas e os associados. Assim, as possibilidades de

rompimentos através de desligamentos do clube, surgem como uma forma de explicação para a guarda privada do acervo memorial/histórico constituído com o passar dos anos. *Maria Aparecida* era a guardadora de parte da documentação escrita e visual do *Gaúcho* no momento de realização da pesquisa. Sua trajetória individual e familiar no clube podem ser as responsáveis pelo acordo que a elegeu como protetora da documentação, pois ela:

foi rainha do Clube Gaúcho, participando também de algumas gestões administrativas e atuando [...] na confecção de fantasias, elaboração de enredos e outras atividades ligadas ao carnaval e demais promoções do clube. É filha de Godofredo Costa, que foi presidente do clube durante muitos anos, entre as décadas de 1970 e 1980, ocupando também outros cargos diretivos. Ondina Costa, sua mãe, também ocupou cargos diretivos, principalmente, no departamento feminino do clube (GOMES, 2013, p. 31).

Outra questão importante diz respeito à precariedade financeira constante na trajetória da instituição. Não são poucos os que defendem que a documentação deva ficar sob a guarda do *Clube*. Porém, a instabilidade nas finanças, prejudicada ainda mais com o fim dos incentivos públicos que eram destinados às escolas de samba da cidade pelo poder público, que gera a necessidade de alugar a sede para terceiros em diferentes momentos, justificam a guarda pessoal do material. Tal situação requer, por parte de pesquisadores, a construção de laços éticos, profissionais e de confiança mútua, com aqueles que são responsáveis pela proteção da documentação, antes do início de qualquer processo investigativo. Essa condição afeta as possibilidades de acesso às fontes por pesquisadores da cidade ou de fora dela. Possíveis ações, como digitalização do material, poderiam facilitar a disponibilização da documentação de forma mais ampla. Mas, essas possibilidades dependem de negociações com os Poderes Públicos, principalmente. Isso seria importante devido à riqueza de informações contidas nesse material, sendo nele que

podemos encontrar grande parte das ações do clube em relação à educação. O que temos a seguir é uma amostra das possibilidades de investigação que o acervo viabiliza.

Em meados dos anos 70, a preocupação com práticas educacionais fica evidente quando o clube investe na construção de uma nova sede. Entre os desejos da diretoria estava a possibilidade de existência de um espaço que permitisse a realização de cursos de alfabetização, corte e costura, entre outros, que pudessem conferir maior qualificação profissional aos seus membros. Para isso, o *Gaúcho* realizou parcerias com o Sesi, que também possibilitou a exibição de filmes para os associados.<sup>7</sup> Além da qualificação profissional, havia o interesse no crescimento cultural. Assim, foi bastante incentivada a prática do teatro, vista como importante para a população negra desde as experiências do *Teatro Experimental do Negro*.<sup>8</sup> Em reportagem intitulada *Grupo de Teatro “Leopoldo Froes” deu alegria às crianças filhos dos associados do Gaúcho*, isso fica evidente:

Na tarde de domingo, assistimos lá nas dependências sociais do Esporte Clube Gaúcho, a apresentação da peça teatral infantil “SIMBITA E O DRAGÃO”, pelo Grupo Teatral “Leopoldo Froes”, da Sociedade Recreativa Madureira. [...]. Esporte Clube Gaúcho, foi o primeiro clube a ser visitado, e todo o lucro que deram os quatro espetáculos, foi destinado aos cofres da Ala Feminina do Gaúcho. Dona Lúcia, a incansável presidente da Ala [...] esteve presente e colaborou com o grupo cênico.<sup>9</sup>

Além de possibilitar a presença de grupos da cidade na sua sede para apresentações, o clube possuía um *Grupo de Teatro Infantil*. Nesse grupo o *Gaúcho* contava também com a

---

<sup>7</sup> As ações mencionadas neste parágrafo são analisadas em Gomes (2013) na quarta parte do Capítulo 3, intitulado “‘Society Colored’ em festa: muita elegância e distinção” (p. 143-152).

<sup>8</sup> O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado e dirigido por Abdias Nascimento, entre 1944 e 1961.

<sup>9</sup> *Pioneiro*. Caxias do Sul, 24 de julho de 1965, p. 6. Acervo: AHMJSA.

participação ativa de *José Francisco Gama*, mais conhecido como *Maestro Gama*. Ele escreveu e dirigiu a peça *Funeral Moçambique* apresentada pelo grupo do clube aos associados e associadas. Além do teatro, o *Maestro Gama* foi responsável por práticas de educação musical. Desde os primórdios, o clube contou com uma banda. Sua competência o levou a diferentes escolas de Caxias do Sul, RS, onde foi o responsável pela organização de inúmeras bandas escolares. Essa sua importante participação no desenvolvimento das práticas musicais lhe rendeu reconhecimento público, por parte do *Poder Executivo e Legislativo*.

A iniciativa dos vereadores vem complementar a do Poder Executivo, que concedeu ao Maestro Gama a medalha de Caxias do Sul. Ambas as expressivas homenagens são das mais justas, uma vez que o Maestro Gama, com inextinguível abnegação e espírito público, vem, desde longa data, contribuindo decisivamente para a formação de bandas de música do nosso município.<sup>10</sup>

O *Clube Gaúcho* ainda investiu em ações para divulgação de conhecimentos e debates sobre a história da população negra e do racismo. No final dos anos 1970, foi realizado na sede o *Encontro de Estudos Socioculturais de Integração Afro-Italiana*.<sup>11</sup> A partir do título dado ao evento, podemos especular sobre suas intenções. Percebendo as dificuldades de ascensão social ou mesmo de interação da população negra local, os integrantes do clube propuseram a realização de encontros para as discussões sobre a realidade vivida, valorizando as aprendizagens vindas de diferentes âmbitos. A história da população negra também não foi deixada de lado. Com a realização de palestras e festas, transcorreu nos anos 1980 a *I Semana do Negro*.<sup>12</sup> Em reunião com a participação de integrantes da *Ubrahc*,<sup>13</sup> de Lages, SC, ficou decidida a realização de um simpósio que trataria da “análise do

---

<sup>10</sup> *Pioneiro*. Caxias do Sul, 10 de outubro de 1966, p. 2. Acervo: AHMJSA.

<sup>11</sup> *Correspondência recebida*, 16 de março de 1978. Acervo: SRCG.

<sup>12</sup> *Correspondência recebida*, 16 de maio de 1984. Acervo: SRCG.

<sup>13</sup> União Brasileira dos Homens de Cor.

negro brasileiro e americano, debatendo se existe ou não racismo no Brasil”.<sup>14</sup> Além das práticas desenvolvidas pelo clube, havia o incentivo para que seus associados ampliassem suas trajetórias educacionais. Como lembra Gomes (2017, p. 25) o movimento negro “elegueu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social”. Assim, em 1974, o presidente do Conselho Deliberativo “sugeriu que fosse enviado ofício de congratulações aos senhores [associados] pelo brilhante resultado alcançado no vestibular da Universidade de Caxias do Sul”.<sup>15</sup> Entre as associadas que investiram nos estudos está Eunice Ribas, que atuou como professora no município. No clube, além de diversas atividades administrativas, ela demonstrava cuidados com a biblioteca, comunicando: “qualquer consulta à biblioteca [...] deve ser solicitada a secretária”.<sup>16</sup> A biblioteca é uma das grandes conquistas da associação. Sua inauguração foi noticiada na imprensa local:

Hoje [29/SET/1962], com início às 21,00 horas, será inaugurada na sede do Esporte Clube Gaúcho, uma biblioteca, que tem como finalidade recreação, e, ampliação dos conhecimentos culturais de todos os associados daquela tradicional entidade de nossa cidade. Nessa ocasião deverão estar presentes as autoridades municipais especialmente convidadas, bem como representantes da imprensa de nossa cidade.<sup>17</sup>

Essas ações em relação à educação são lembradas por Rosiane Medeiros durante as comemorações dos cinquenta anos da instituição. Segundo ela, uma das motivações para a fundação do clube foi a percepção da “necessidade de propiciar aos negros um ambiente onde ele não se sentisse olhado como um ser inferior, analfabeto, ou de modo pejorativo ouvir ser chamado de negro”.<sup>18</sup> Suas palavras demonstram os desejos dos associados do clube

<sup>14</sup> Ata n. 04, 12 de junho de 1979, Livro 6. Acervo: SRCG.

<sup>15</sup> Ata n. 58, 20 de janeiro de 1974, Livro 5. Acervo: SRCG.

<sup>16</sup> Ata n. 24, 24 de março de 1980, Livro 6. Acervo: SRCG.

<sup>17</sup> *Pioneiro*. Caxias do Sul, 29 de setembro de 1962, p. 20. Acervo: AHMJSa.

<sup>18</sup> Ata n. 84 – *Especial*, 28 de junho de 1984, Livro 6. Acervo: SRCG.

através das práticas realizadas. A ação educativa promovida das mais variadas formas pelo *Clube Gaúcho* tinha como principal objetivo a reconstrução de uma identidade étnica negra, em contraposição a identidade *maskarada* criada para eles pelos brancos. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon (2008) reflete sobre a construção de uma identidade étnica negra a partir dos olhares brancos feitos sobre ela. Como as identidades são construídas em relação, tudo o que o branco não quer ser, ele atribuiu, através do essencialismo e do racismo, ao negro. Assim, “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. Mostraremos, [...], que aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (FANON, 2008, p. 30). Tal perspectiva também é compartilhada por Grada Kilomba. Segundo ela, as construções dos brancos sobre o negro,<sup>19</sup>

nos lembra que não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com as fantasias *brancas* sobre o que a *negritude* deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim, o imaginário *branco*. Tais fantasias são os aspectos negados do eu *branco* reprojatados em nós mesmas/os. [...] Poderíamos dizer que no mundo conceitual *branco* é como se o inconsciente coletivo das pessoas *negras* fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da *negritude* às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes (KILOMBA, 2019, p. 38-39).

Dessa forma, o *Clube Gaúcho* busca nas práticas educacionais uma forma de retirar a identidade *maskarada* criada pelos brancos, principalmente em um contexto como o de Caxias do Sul/RS, marcado pela “história única” que, de acordo com Adichie (2019), “rouba a dignidade das pessoas” (ADICHIE, 2019, p. 27). Ainda segundo ela, não se pode esquecer que se “as histórias foram usadas para espolar e caluniar”, elas também “podem ser

---

<sup>19</sup> Embora o termo *negro* seja usado de forma quase consensual pelas ciências sociais e humanas, Kilomba (2019) ao utilizá-lo como referência, é problematizado por ela na introdução de sua obra citada neste texto (p. 16-17).



usadas para empoderar e humanizar” reparando “essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 32). Assim, visibilizar as práticas educativas realizadas pela população negra caxiense, associada ao *Clube Gaúcho*, é uma forma de enfatizar o combate as “calúnias” ditas sobre esse povo. Através da análise das ações realizadas pelo clube contribui-se para um processo de “empoderar”, “humanizar” e “reparar” a dignidade dessa população “despedaçada” pelas narrativas históricas acadêmicas e públicas construídas a partir do viés da perspectiva única da italianidade.

## **Considerações finais**

Buscamos apresentar caminhos percorridos em nossas pesquisas historiográficas que, embora constituam-se a partir de diferentes temas, trazem pertinentes narrativas sobre a história da educação local. Para tanto, evidenciamos processos de busca pelas fontes iniciados em acervos públicos oficiais e continuados a partir de acervos pessoais e da história oral, com narrativas construídas e cotejadas a partir das memórias individuais e coletivas dos sujeitos implicados nas esferas investigadas, com uma diversidade de documentos orais e escritos.

Nesse sentido, destacamos a riqueza nas tessituras estabelecidas a partir das tipologias de documentos acessados pelos pesquisadores, de modo a construir dados significativos de pesquisa, e evidenciamos processos políticos e identitários que atravessaram a história da educação no município de Caxias do Sul, RS. Tendo contemplado ambos os itinerários de pesquisa, buscamos contribuir com apontamentos para as contingências e desafios que se apresentam no processo historiográfico. Além disso, buscamos tensionar perspectivas de história única (ADICHIE, 2019) quando produzem narrativas homogeneizantes e supressoras. Assim, alertamos para efeitos de subalternização e silenciamento de experiências e contribuições de diversas comunidades e etnias que, embora tenham participado e constituído a história e a realidade local, raramente são investigadas e visibilizadas.

A fim de encerrar o capítulo, lançamos, ainda, uma última

consideração atinente ao fazer historiográfico local. É preciso desnaturalizar algumas narrativas, cristalizadas, de impossibilidade de acesso a determinados documentos e aventar a possibilidade de revisão de crenças no silêncio das fontes. Assim, objetivamos fomentar a continuidade de pesquisas da história local, seja pelo aprofundamento de objetos já analisados ou pela emergência de novos temas que mobilizem a História da Educação.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Trad. de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de setembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAXIAS DO SUL (RS). **Lei n. 3.141, de 29 de junho de 1987**. Institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Caxias do Sul, define o quadro de pessoal e dá outras providências.
- CAXIAS DO SUL (RS). **Leis n. 2.888, de 26 de junho de 1984**. Estabelece normas para a escolha de diretores das escolas públicas e dá outras providências.
- CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal de Educação. **EDUCAÇÃO – I Simpósio Municipal de Educação**. Palestra transcrita, AHMJS, 1983, p.1-8.
- CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal de Educação. **Revista Simpósio Municipal de Educação**. Smec. Caxias do Sul, 1983. Acervo Beatriz Maria Bigolin.
- CHISSINI, Mônica de Souza. **Culturas de gestão democrática na rede municipal de ensino de Caxias do Sul, RS (1983-1996)**. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2017.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul.** Caxias do Sul, RS: EST, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. de Renato da Silveira. Salvador: Ed. da UFBA, 2008.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988).** Jundiá: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-28.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LUCHESE, Terciane A. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, [on-line], v. 18, n. 43, p.145-161, maio/ago. 2004.

## **OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO CONTEXTO COLETIVO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA NA DÉCADA DE 50: UMA ANÁLISE A PARTIR DO REGISTRO ESCOLAR MODELO I SALVAGUARDADO NO ACERVO INSTITUCIONAL DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ALENCAR**

*Dilnei Abel Daros*

*Milene Moraes de Figueiredo*

A temática dos acervos escolares<sup>1</sup> e sua respectiva importância, como espaço de preservação de memória e de constituição identitária para as instituições educativas, vêm ganhando visibilidade nas discussões, no campo da História da Educação (OLIVEIRA, 2014). Os acervos costumam apresentar uma variedade de fontes documentais que propiciam um amplo leque de possibilidades de pesquisa para os historiadores da educação.

Porém, a manutenção e preservação de arquivos, memoriais ou acervos institucionais não costuma estar entre a prioridade de todas as instituições. Na falta de uma política de conservação, preservação e organização documental, os fundos documentais das escolas, dependem

do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes exíguos, permitem. [...] há cada vez mais documentação conservada em condições precárias (caixas, embrulhos, maços), ou seja, a massificação do ensino, traduzindo-se numa multiplicação de documentação produzida, gera uma

---

<sup>1</sup> Para saber mais a temática dos acervos escolares, ver Mogarro (2006), Arriada e Teixeira (2012), Bonato (2012) e o dossiê organizado por Cunha e Chaloba (2014).

maior dificuldade de armazenar um arquivo (MAGALHÃES, 2004, p. 152).

Além disso, com a multiplicação de documentos produzidos ano após ano, e o espaço por vezes reduzido, é comum que as instituições adotem a prática de cumprir somente os prazos legais de conservação (MAGALHÃES, 2004). Mas esses arquivos, informalmente chamados de inativos ou até mesmo mortos pelas instituições escolares, podem ter imensa potencialidade para a história da educação. Por isso, ganha importância o empenho de historiadores da educação, assim como outros pesquisadores e profissionais, em preservar os acervos como espaço de pesquisa, e os documentos utilizados em nossos estudos, tendo consciência de que estes podem trazer outras contribuições para estudos futuros.

O objetivo do capítulo é discutir a importância da preservação de acervos escolares como espaços de pesquisa para a História da Educação, dando destaque para inúmeras possibilidades de análise de uma fonte documental:<sup>2</sup> o Registro Escolar Modelo I (1949-1955). Trata-se de um registro de matrícula com uma série de dados sobre estudantes e seus responsáveis. Na parte dedicada ao registro sobre os discentes constam as seguintes informações: nome dos alunos, sexo, data de nascimento, idade, nacionalidade, ano ou série a ser cursado(a), procedência do estudante, distância da residência da escola, aproveitamento, exclusão e motivos. Já na parte destinada aos registros de seus respectivos responsáveis constam os seguintes dados: nome (de dois responsáveis, geralmente pai e mãe), nacionalidade, profissão, instrução, registro civil, religião, nacionalidade.

A documentação encontra-se salvaguardada no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar (Aiceja), na cidade de São Francisco de Paula, RS. O estudo se insere na área de

---

<sup>2</sup> Entre estudos que se dedicam a analisar a potencialidade de diferentes tipologias de fontes escritas para a área de História da Educação, destacamos aqui: a coletânea de Mignot (2008), sobre cadernos escolares; o dossiê organizado por Bastos (2013), sobre periódicos escolares; o estudo de Silva e Figueiredo (2018), sobre cadernos de pagamentos de professores; o trabalho de Figueiredo (2018) sobre troca de correspondências oficiais; o estudo de Vidal (2008), sobre mapas de frequência escolar, e o trabalho de Gil e Hawat (2015) sobre livros de matrícula.

História da Educação e no campo das Instituições Formadoras de Professores, pois é parte constituinte de um estudo vinculado ao Curso Normal Regional do município.

Atualmente, está em andamento a elaboração de uma Tese vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, com Bolsa Prosuc/Capes, que busca compreender o processo formativo de normalistas no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula, nas décadas de 50 e 60 e envolve vários elementos contextuais pertinentes para a História da Educação, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para essa escrita optou-se por delimitar um recorte temporal que estivesse vinculado com a tese, portanto a ênfase dada nesta escrita estará entre 1918 e 1962. As datas de início e fim do recorte temporal indicam o ano de inauguração do Grupo Escolar de São Francisco de Paula, que substituiu o Collegio Elementar, em 10 de abril de 1918, com base no Decreto n. 2.333/18, e o ano de 1962, que marca a chegada do 2º Ciclo ao Curso Normal Regional da Escola Normal Regional de São Francisco de Paula, no Grupo Escolar referido anteriormente.

O capítulo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente apresentamos o Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar contextualizando sua história, localização e forma de organização. Ressalta-se ainda a necessidade de preservação desse acervo e sua importância como espaço de pesquisa para a História da Educação. A seguir, como amostra do amplo leque de possibilidades de pesquisa que esse acervo proporciona, analisamos o Registro Escolar Modelo I (1949-1955). Apresentamos inicialmente sua materialidade e problematizamos seu uso, como fonte histórica e, finalmente, efetuamos a análise.

### **O Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar, como espaço de pesquisa para a História da Educação**

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado, nele, tudo se focaliza

em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história (FARGE, 2009, p. 14).

Esse estudo origina-se da necessidade de um dos autores, que atuava como professor naquela Instituição, de buscar mais informações para uma pesquisa paralela. Ao adentrar o acervo institucional da escola, o pesquisador deparou-se com caixas cheias de registros esquecidos pelo tempo, “pedaços de um passado ainda vivendo no presente” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 13). Ao remexer nas caixas empilhadas e gastas pelo tempo, e demais artefatos depositados no silêncio do arquivo (MOGARRO, 2005), deparou-se com a possibilidade destacada na epígrafe acima, de reunir personagens comuns raramente visitados e uni-los para construir história. Com o olhar voltado para a História da Educação e questionamentos previamente formulados, sobre a história daquela Instituição formadora de professores e com um recorte temporal específico, logo se percebeu a potencialidade do acervo, não só para a temática da pesquisa, mas também para o campo da História da Educação.

O Aiceja está localizado no interior do Colégio Estadual José de Alencar em São Francisco de Paula, RS, e abriga documentos relacionados a essa Instituição desde sua abertura em 1918 até o período contemporâneo. O arquivo está localizado no último andar da escola, no final do corredor, em uma pequena sala no lado direito. Até o ano de 2018, a sala apresentava uma característica de depósito de vários materiais escolares não havendo manutenção de sua estrutura. Nesse ano, a equipe gestora disponibilizou uma funcionária para proceder à limpeza e organização<sup>3</sup> dos materiais no seu interior.

---

<sup>3</sup> Em organização entende-se especificamente para aquele local a retirada das caixas de papel velhas onde estavam os documentos e recolocar esses materiais em prateleiras e armários já existentes, após uma profunda limpeza na sala. Os documentos estão depositados em prateleiras de metal/madeira, bem como armários de madeira com portas que foram realocados de outros setores da própria escola.

[...] sabemos que os arquivos são constituídos, que nascem tanto daquelas operações de acúmulo e guarda de documentos, de classificação, nomeação, acondicionamento de dados, conjuntos de documentos, como também destas operações de seleção, separação, ordenamento, distribuição, e até mesmo de atividades de descarte, destruição e adulteração de documentos. O arquivo que os documentos se fabricam, tanto quanto as narrativas que dele se utilizam (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 25).

Até o momento não há uma organização institucional do local, mas a constituição desse arquivo, assim como as suas operações de acúmulo e guarda de documentos estão interligadas com a história de seu município, São Francisco de Paula.<sup>4</sup> Assim, as fontes documentais que lá se encontram têm valor agregado, e abrangem não somente o contexto escolar desde 1918, mas se entrelaçam com o município e a região, em vários elementos importantes.

Há mais de cem anos, como Grupo Escolar, a Instituição cedeu seu espaço para a existência de vários cursos de formações

---

<sup>4</sup> O Município de São Francisco de Paula está localizado no Estado do Rio Grande do Sul dentro da chamada divisão política geoeconômica do Brasil, conhecida como Região Sul, na qual mais dois estados, Santa Catarina e Paraná, completam sua composição e organização, em uma área classificada geomorfologicamente como pertencente ao Planalto Meridional do País, uma área ampla que abrange vários estados da Federação, que apresentam como característica principal altitudes acima de 300 metros. Especificamente em São Francisco de Paula, as altitudes alcançam variações acima da média nacional. Na sede do município, atingem 925 metros acima do nível do mar e trazem como consequência um clima diferenciado, sendo característico o inverno rigoroso com possibilidade de precipitações de geadas e neve, bem como verões amenos com chuvas bem distribuídas. A aglomeração urbana do Município fica localizada na borda da Serra Geral. No limite sul da mesma com está o Município de Taquara; no norte, Cambará do Sul; no leste, Itati; no oeste, Caxias do Sul, São Marcos, Canela, Gramado; no noroeste, Jaquirana, Bom Jesus, Vacaria; no sudeste, Rolante, Riozinho, Maquiné. A área de abrangência territorial-municipal é de 3.265.004 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) com uma população de 21.710 (IBGE, 2019). No período em que o Grupo Escolar de São Francisco de Paula foi inaugurado (1918), o Município tinha 6.830 km<sup>2</sup>; quando o Curso Normal Regional foi aberto (1953), o tamanho territorial era constituído de 6.155 km<sup>2</sup> (FEE, 1981, p. 174).



específicas, além dos aspectos básicos de oferta de aulas em todas as modalidades. O Curso Normal Regional aberto em 1953 para Formação de Regentes de Ensino Primário (1º Ciclo), em funcionamento até os dias atuais (Magistério), é um exemplo, pois, no acervo da escola, há documentos desde sua inauguração.

Na operação de seleção dessa narrativa, destacamos, aqui, alguns dos materiais que o arquivo salvaguarda e, a partir dos quais, um amplo horizonte com possibilidades de estudos se descortina: índice de decreto portarias e boletins; livro de registros mobiliários de material escolar; ofícios de transferência de professores; livro de registro do clube das canções infantis; diários de classe; diários das professoras; atas de registro de conteúdo dos exames; livros de matrícula dos cursos Normal Regional e do Ensino Primário; livro contendo Termos de Posse dos professores; regulamentos de estágio; atas de registro das bancas examinadoras de exames de 1959; atas de registro de reuniões de professores; atas do corpo docente; atas do Clube de Mães; livro-pasta de registro do grêmio estudantil; atas do conselho de direção; livro de registro de notas do Curso Normal; atas de registro de comemorações; atas de registro do cinquentenário da escola (abril de 1964); atas de registro de formaturas; atas de registro das notas de exames; registro da Hora Pedagógica; livro-fichário de matrícula, de nota, de fichamento histórico- funcional de professores; livro de registro da caixa cooperativa; livro-inventário de registro da biblioteca infantil; livro de registro de portarias a funcionários; livro de controle de matrícula e frequência.

Essas fontes documentais possibilitam analisar e compreender um amplo contexto envolvendo a Instituição, bem como aspectos sociais, políticos, religiosos, econômicos, culturais, educacionais, entre tantos indícios que ainda podem ser desdobrados e problematizados em estudos mais aprofundados, trazendo esclarecimentos para a existência da própria comunidade e de municípios vizinhos que, nas décadas passadas, pertenciam a São Francisco de Paula, como Cambará do Sul, Jaquirana e distritos de Caxias do Sul.

Assim, esse acervo institucional enquadra-se na definição

de Mogarro (2005, p. 77-78). “O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar”.

Mas para que esses espaços exerçam seus papéis de “referência no universo das fontes de informação”, é necessário ressaltar a importância dos processos de preservação, organização e registro desses arquivos. Assim como essa pequena sala esquecida pelo tempo, e pouco visitada, salvaguarda importantes artefatos da história dessa Instituição, os quais sobreviveram com o passar dos anos, inúmeras outras escolas apresentam situação semelhante. Apesar de constituir um espaço ainda precário em termos de instalação, e sem uma organização institucional, a salvaguarda desses materiais permitiu e alavancou a escrita do presente estudo, e tem exercido importante papel na produção de uma tese de doutorado.

Consideramos, portanto, importante, registrar, aqui, um pouco da história deste pequeno e riquíssimo acervo, algumas das fontes salvaguardadas, para enfatizar a relevância dos acervos escolares para a pesquisa em História da Educação e das instituições escolares. Ressaltamos, ainda, a necessidade de organização, inventariação e preservação de seus documentos de forma adequada para que a história da Instituição possa ser preservada e reescrita em maior potencialidade. Como amostra do amplo leque de possibilidades que suas fontes apresentam ao historiador da educação, apresentamos e analisamos, nas páginas que seguem, um registro de matrículas denominado Registro Escolar Modelo I (1949-1955).

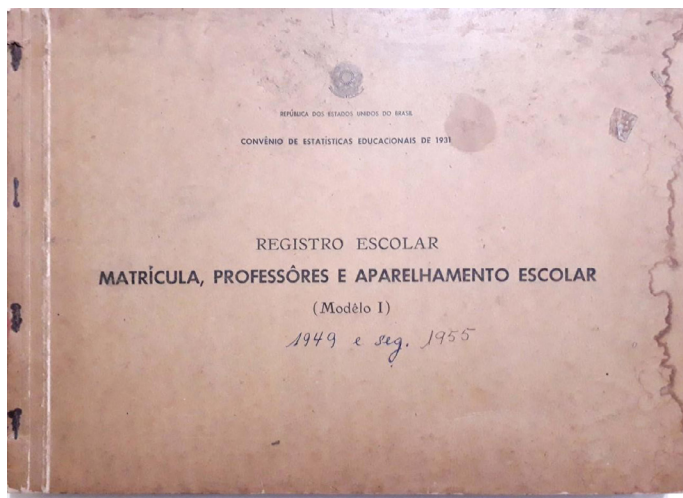
## **A materialidade do documento e seu uso como fonte histórica**

Para Gil e Hawat (2015), a origem de documentos referentes à escrituração escolar está relacionada com a instauração da escola moderna, durante o século XIX. Alçada sob o signo do projeto

republicano, esse modelo de escolarização assumiu a prática escriturística, como elemento fundamental de registro do que era considerado importante. Assim, para organizar, fiscalizar, classificar e atestar práticas de professores e estudantes, foram utilizados suportes de escrita como: mapas de frequência, registros de matrícula, livros de frequência, atas de exames, boletins de notas, registros de inspeção, livros de ponto dos professores, entre outros. Ao longo dos séculos XIX e XX, essas escritas foram se diversificando e se especializando, de acordo com as necessidades e os processos de idealização e institucionalização das escolas.

Este estudo atenta-se a um desses suportes de escrituração escolar: trata-se de um registro de matrícula denominado “Registro Escolar, Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar (Modelo I)”, o documento foi datado à mão, com a temporalidade de 1949-1955. O registro faz parte do Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931, produzido pelo “Serviço Gráfico do IBGE”, n. 7.930, conforme consta na contracapa do documento (Figura 1).

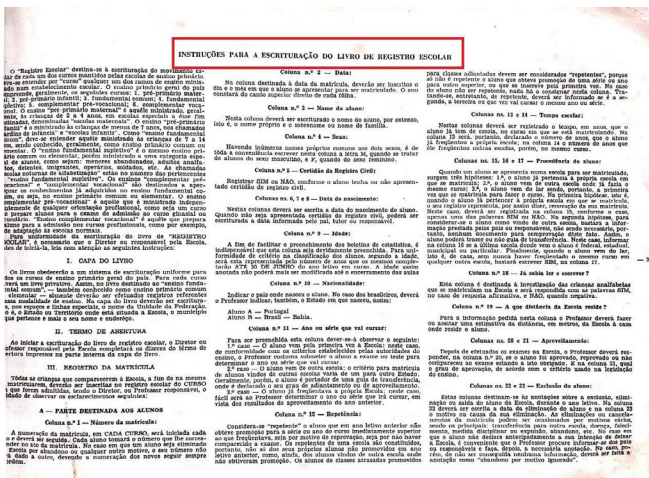
**Figura 1 – Capa do Registro Escolar Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar (Modelo I) 1949-1955**



**Fonte: Acervo Institucional Colégio Estadual José de Alencar (AICEJA).**

Os detalhes e as instruções de preenchimento indicam que existia, na época da sua criação, preocupação em detalhar o máximo de informações possíveis, em relação à instituição e comunidade onde estivesse inserida. As cinco primeiras páginas legitimam essa visão, pois, a partir do título “Instrução para a Escrituração do Livro de Registro Escolar”, constam indicações detalhadas das normas para a escrita do documento. O fato de constar a palavra *escrituração*,<sup>5</sup> na abertura das orientações, nos remete a pensar que havia um cuidado e também uma ideia de seguir parâmetros determinados pelo ofício a que se destinava esse material. Ou seja, havia uma precaução intencional em seguir as instruções emitidas, para que o máximo de dados pudesse ser obtido e utilizado futuramente (Figura 2).

Figura 2 – Página com as instruções de preenchimento “escrituração”



Fonte: Acervo Institucional Colégio Estadual José de Alencar Aiceja.

<sup>5</sup> De acordo com o Dicionário On-line de Português (2020), a palavra *escrituração* é um substantivo feminino que indica “Processo por meio do qual todas as ações que acontecem numa organização são registradas metódica e sistematicamente, fornecendo informações para possíveis verificações acerca delas”.

A fonte referida nesse estudo possui 206 páginas, sendo que desse total foram utilizadas 157, no período em que está indicado em sua capa. Internamente, os espaços para preenchimento dos dados estão distribuídos em páginas com formato retangular medindo 26x68 cm o que demonstra que cada registro ocupava um grande espaço com duas folhas ocupadas para o mesmo. Cada uma dessas duas folhas está separada por finalidade, sendo a da esquerda “A- parte destinada aos alunos” e, na direita, “B- parte destinada aos responsáveis pelos alunos” e cada página possui espaço para registrar 37 alunos.

O documento apresenta subdivisões em cada uma das partes, totalizando 34 espaços para informações, o que demonstra a riqueza de detalhes dessa fonte. Na parte destinada aos alunos, consta: número da matrícula e data em que foi realizada; nome completo do aluno, sexo, se possuía ou não certidão de registro civil; data de nascimento, idade completa até 30 de junho; ano ou série a ser cursado(a); se era a 1ª, 2ª, 3ª ou qual vez que iria cursar o mesmo ano ou a mesma série; tempo de escola (na própria escola ou em outra), procedência do aluno (da própria escola, de outra escola federal, estadual, municipal ou particular); se o aluno vinha de um lar ou não; distância da residência do aluno em relação à escola, seu aproveitamento (aprovado, reprovado, não compareceu ao exame, grau de aprovação) e exclusão do aluno (data e motivo).

Na parte destinada aos responsáveis, havia espaços para dados específicos de cada um discriminando: se era pai, mãe, tutor ou responsável, assim como o endereço de residência. Depois, o documento abre espaço para identificação individual do pai e da mãe, em relação à nacionalidade, profissão, instrução e religião.

A variedade de informações e de dados presentes nesse registro de matrículas despertou nossa atenção como uma fonte em potencial para a História da Educação e das instituições formadoras de professores. Ao discutir o conceito de fonte histórica, Saviani ressalta:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica

que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2006, p. 29-30).

O uso e a análise das fontes variam no tempo e no espaço, de acordo com a concepção de documento e dos interesses dos historiadores, que costumam ter uma relação direta com o contexto vivido, assim como as trajetórias pessoais e identidades culturais (JANOTTI, 2008). Stephanou e Bastos (2005, p. 418) apontam que, a partir das mudanças decorrentes da escola dos *Annales*, ocorreu maior valorização da história cotidiana, e da história vinda de “baixo”, o que ampliou as fronteiras do conhecimento histórico, abrindo espaço e multiplicando os objetos e problemas de pesquisa. Na esteira desse pensamento, Mogarro aponta que as fontes presentes nos arquivos escolares são,

Tradicionalmente, consagradas (os documentos de arquivo), embora também tradicionalmente consideradas menores no campo da história e, por isso, secundarizadas (pela sua condição de serem escolares e, em consequência, revelaram os processos educativos) (MOGARRO, 2005, p. 78).

Mas, ainda segundo a autora, essa condição tem se modificado, e os aspectos do cotidiano escolar e de seus “fazereres ordinários” têm ganhado espaço nas investigações históricas. Os novos caminhos da investigação, no campo da História da Educação colocam as instituições numa posição de centralidade, para a compreensão dos fenômenos educativos. E os arquivos escolares são repositórios das fontes de informação desses processos (MOGARRO, 2005). Assim, uma variedade de registros salvaguardados por instituições tem sido utilizada como

fonte documental por pesquisadores da História da Educação.

Mas, afinal, qual o traço comum que permite chamar de fontes para o conhecimento história coisas tão [...]? A resposta está no interesse do historiador em inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises (JANOTTI, 2008, p. 10).

Albuquerque Junior ressalta que, assim como os documentos estão sujeitos às mais a variadas peripécias e acontecimentos, também são produtos de fabricação e intervenção ao longo do tempo. Dessa forma, o autor defende a ideia de que o documento não é achado, mas sim fabricado, criado, inventado.

Não existem sentidos prévios ou dados, eles são produzidos. Por isso mesmo, estes restos que eles eram e poderiam vir a se tornar poderiam fazer sentido, desde que reinvestidos de significação por homens situados no presente. Só os homens do presente e nele situados podia lhe dar sentido. [...] um documento não faz sentido apenas porque é submetido ao escrutínio da razão, ele faz sentido porque é sentido, porque afeta, toca, atinge, chama a atenção, desperta a sensibilidade daquele que lê. [...] documento não diz nada que não seja através de uma outra voz, a voz de quem os consulta, lê, os analisa, os recorta, os atribui sentido e significado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 19- 20).

Cientes da importância do olhar dos historiadores sobre o documento, ao tomar o Registro Escolar Modelo I como fonte, consideramos os dados referentes aos pais, às mães e/ou aos responsáveis pelos estudantes, bem como para os registros da procedência escolar. A partir desse enfoque, a pesquisa esteve norteada pelos seguintes questionamentos: O que os registros sobre o grau de instrução e profissão dos pais ou responsáveis nos permitem indagar quanto à dinâmica social e econômica do município em

que a escola estava inserida? O que esses dados, articulados com as informações sobre a procedência escolar dos estudantes, descortinam acerca do público atendido pela Instituição?

No próximo tópico, apresentamos a análise desses dados presentes no documento, atentando-nos aos questionamentos norteadores. Posteriormente, apontamos algumas possibilidades de pesquisa para estudos futuros, assim como para outros pesquisadores.

### **O Registro Escolar Modelo I (1949-1955) e sua potencialidade como fonte para a História da Educação**

Conforme já foi mencionado, a fonte documental utilizada neste estudo está servindo de aporte, entre outros documentos, para uma pesquisa que envolve o Curso Normal Regional de São Francisco de Paula, RS, nas décadas de 50 e 60. Entre 1949 e 1955, foram encontrados registros de 2.664 matrículas, nos quais foram verificados os dados relativos aos pais e às mães, no que concerniam à profissão, instrução, religião e endereços, com o objetivo de perceber parte da dinâmica social existente naquele momento, em São Francisco de Paula.

A forma como esse documento tem sido importante para a reflexão sobre indagações específicas da tese também nos auxilia a responder a questionamentos deste estudo. Assim, a análise do documento possibilitou, até o momento, verificar aspectos relacionados à profissão de homens e mulheres naquele período, indicando as ocupações com maior destaque. Também foi possível perceber elementos de economia, comércio e instituições existentes naquela sociedade, a partir do número de ofícios registrados nessa fonte.

A partir da coleta e filtragem dos dados da fonte mencionada, foi possível perceber que o Município de São Francisco de Paula, naquele período, apresentava uma sociedade estruturada em dinâmica que envolvia a presença de várias profissões, tanto na esfera privada quanto na pública. Havia uma sociedade com uma



presença dominante de profissões exercidas por homens, num total observado de 103 atividades, em contrapartida com as 15 atividades exercidas pelas mulheres daquela época, conforme é possível verificar no Quadro 1.

**Quadro 1 – Profissões**

<b>HOMENS</b>		<b>MULHERES</b>	
Turmeiro	145	Doméstica	655
Operário	110	Dona de casa	340
Agricultor	81	Lavadeira	35
Criador	68	Professora	32
Jornaleiro	64	Costureira	5
Comerciante	57	Telefonista	3
Pedreiro	41	Zeladora	2
Carpinteiro	29		
Lavrador	26		
Mecânico	19		
Chofer	16		
Funcionário Público	14		
Escrivão	13		
Carreteiro	12		
Madeireiro	12		

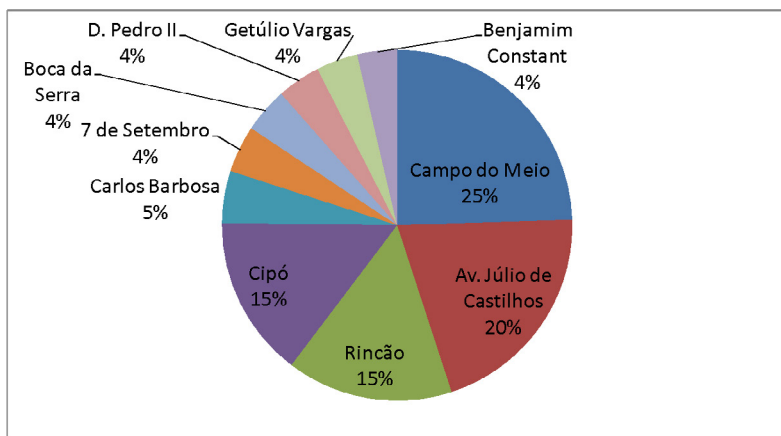
**Fonte: Elaborado por Dilnei Abel Daros (2020).**

No grupo masculino de profissões, observou-se a presença em maior número de turmeiros (funcionários da prefeitura encarregados de realizar obras pelo território do município, entre essas tarefas a manutenção de estradas, pontes e prédios escolares). Na sequência estão os operários em geral, agricultores, criadores, comerciantes, pedreiros, carpinteiros, choferes, mecânicos, funcionários públicos, escrivães, carreteiros e madeireiros. Essas profissões relacionavam-se com algumas características econômicas dominantes naquele período. A sintonia com a pecuária, agricultura e extração de madeira acionava a necessidade de uma estrutura com prestadores de serviços, que poderiam manter em funcionamento aquele sistema econômico específico.

Percebemos, também, a existência de grande número de profissões relacionadas com ofícios que poderiam ser executados na modalidade autônoma, como: comerciantes, pedreiros, carpinteiros, lavradores, mecânicos, carreteiros, entre outros. Esses ofícios possivelmente estavam atrelados a movimentos de relações econômicas significativas, para que fossem mantidas essas especialidades. Outro indício que corrobora o que foi mencionado é o grande número de funcionários ligados em instituições públicas em cargos estratégicos, como Fiscais de Coletoria e de Estatística, bem como profissões específicas: bancários, advogados, tesoureiros, agrimensores, contadores, estatísticos e escriturários. Esses indícios legitimavam a existência de uma estrutura que dava amparo legal-operacional para um grande leque de instituições que faziam a composição de uma sociedade com aquelas características e volume de negócios.

O indicativo de procedência dos alunos, ou seja, seus endereços residenciais também nos trazem alguns sinais pertinentes como mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 1 – Residência dos estudantes, na década de 50**

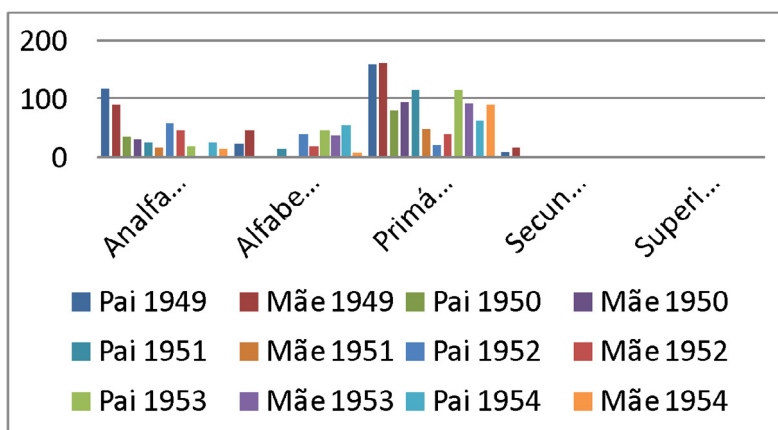


**Fonte: Elaborado por Dilnei Abel Daros (2020).**

Pelos números obtidos, a maioria dos estudantes tinha procedência de áreas periféricas da cidade, ou seja, as regiões dos subúrbios afastados do centro, com predominância de famílias constituídas por turmeiros e operários, bem como alguns autônomos de ofício, como padeiros, sapateiros, carpinteiros, pedreiros e jornalheiros. Entretanto, um número significativo de alunos residia na avenida principal da cidade (Av. Júlio de Castilhos), uma área de famílias com poder aquisitivo diferenciado para a época.

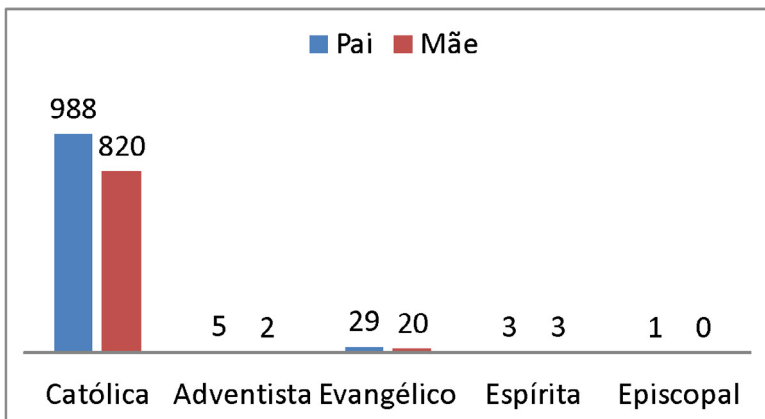
O endereço de residência dos responsáveis: pais, mães e tutores, indica ainda vestígios sobre a ocupação territorial da cidade naqueles anos e sobre seu tamanho. Cruzando os dados profissionais e de instrução, pode-se ainda, de maneira preliminar, observar a distribuição da população no espaço urbano, de acordo com a renda. Além disso, os dados sobre o nível de instrução de pais e mães revelam-se uma ferramenta importante de análise sobre o funcionamento das relações sociais e econômicas, bem como do público que a escola atendia naquele período.

**Gráfico 2 – Nível de instrução de pais e mães (1949-1954)**



**Fonte: Elaborado por Dilnei Abel Daros (2020).**

**Gráfico 3 – Religião de pais e mães (1949-1954)**



**Fonte: Elaborado por Dilnei Abel Daros (2020).**

Apresentamos até aqui uma análise preliminar de dados, referentes aos questionamentos norteadores da pesquisa. Mas, sob outros olhares e questionamentos, o documento ainda possui uma série de possibilidades que podem ser exploradas em estudos futuros, como, por exemplo: dados referentes ao número de meninos e meninas matriculados, com ou sem registros civis; faixa etária, percentual de repetências, desistências, afastamentos; origens desses estudantes em relação a estarem vindo de escolas municipais, estaduais, federais ou privadas; contexto de cada segmento de profissões masculinas e femininas relacionadas com a economia local na época; distâncias percorridas pelos alunos para se dirigirem à escola.

Outro aspecto interessante que pode ser analisado são os dados sobre a religião de ambos os sexos. Somente, essa característica do documento já poderia alavancar estudos sobre as organizações de calendários com festividades relacionadas às igrejas predominantes, aos costumes, hábitos, registros nos livros da paróquia e à presença dos representantes religiosos no cotidiano escolar da instituição estudada.

Portanto, somente esse documento abre um horizonte com várias possibilidades de questionamentos e análises. Os dados presentes podem trazer subsídios relacionados não somente aos aspectos da educação e da escola, como também da comunidade e das pessoas que a constituíam. Dessa forma, pode-se produzir o entrelaçamento de diversos elementos importantes para o campo da História da Educação.

Essas possibilidades preliminares apresentadas nesta escrita são sinais de que, somente com essa fonte, podem se ampliados conhecimentos relacionados com aquela Instituição, em vários aspectos. Além disso, indica que o espaço de arquivo escolar é peça fundamental dentro do campo educacional, pois envolve elementos variados: históricos, sociais, geográficos, políticos, religiosos, econômicos, culturais e educacionais.

## **Considerações finais**

A possibilidade de elaborar uma escrita no sentido de dar espaço para reafirmar a importância dos acervos escolares, dentro do campo de estudos da História da Educação, é valiosa e não se esgota. Ao contrário, a cada momento em que um pesquisador desse campo adentra o espaço de um desses locais, nas mais variadas em localidades e regiões, um amplo horizonte de perspectivas se inicia.

Os apontamentos foram feitos sob o olhar de dois pesquisadores da área de História da Educação, que tiveram perspectivas distintas, porém colaborativas. Compartilhamos a perspectiva de Mogarro referente ao longo caminho que temos a percorrer na preservação e salvaguarda de “documentos que contém informações valiosas para a história da escola e para um estudo da cultura escolar, constituindo um patrimônio fundamental da atualidade” (MOGARRO, 2005, p. 81). Assim, com o objetivo de discutir a importância desses espaços presentes nas instituições escolares, destacamos a potencialidade de um documento encontrado no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar.

A análise preliminar do documento e os dados encontrados permitiram fortalecer a intencionalidade desse registro, no sentido de incentivar aquela instituição na fundamentação de processo para a institucionalização de seu acervo, mesmo que de maneira preambular. Trouxemos aqui a análise de um registro de matrículas, a partir de um pequeno recorte e de questionamentos norteadores, para mostrar sua potencialidade como fonte para a área da História da Educação.

Como ressalta Saviani:

[...] o caráter de inesgotabilidade das minas de água se transpõe analogicamente para a historiografia expressando-se no sentimento amplamente generalizado entre os historiadores quanto à inesgotabilidade das fontes históricas: sempre que a elas retornamos tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores (SAVIANI, 2006, p. 30).

Porém, conforme já foi problematizado, isso depende das nossas próprias perguntas e do próprio sentido que damos aos documentos. Mas “a relação entre os documentos e as investigações que a partir deles, podem desenvolver-se, não é única e exclusiva” (MOGARRO, 2005, p. 81). Outro pesquisador, com diferentes intenções, sentidos e atribuições, pode chegar a diferentes resultados. Assim como, ao retornar em outro momento, o mesmo pesquisador pode atribuir sentidos diferentes dos que havia atribuído anteriormente. Nesse sentido, essa escrita legitima a importância da salvaguarda desses documentos, assim como o da existência e permanência institucional dos acervos escolares.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Raros e rotos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-8, jan./jun. 2013.

ALVES, Luiz Antônio. **Os Fundadores de São Francisco de Paula**. Caxias do Sul, RS: [s. n.], 2007.

ARRIADA, Eduardo; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Acervos escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio educativo. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 26, n.1, p.43-56, jan./ jun. 2012.

BASTOS, Maria Helena Camara. Dossiê: escritas estudantis em periódicos escolares. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/issue/view/2040/showToc>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BONATO, Nailda Marinha da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 5, n. 2, out. 2012, p. 193-220.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Dossiê: arquivos e acervos escolares. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/309>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, M. M. Resistindo à nacionalização do ensino: a troca de correspondências entre o Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha e as Instâncias Governamentais (1937-1945). In: LIEBEL, Vinícius; PEREIRA Leandro Gonçalves (org.). **Espaços e sociabilidade no mundo ibero-americano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 55-78. v.1.

GIL, Natália de Lacerda; HAWAT, Joseane El. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 19-40, maio/ago. 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo:

Contexto: 2008. p. 9-22.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo**: Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n.1, p. 71-84, 2006.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório, RS. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 154-174, jan./jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: [s. n.], 1981.

SILVA, Eduard Cristiano Hass; FIGUEIREDO, Milene Moraes. Cadernos de pagamento de professores como desencadeadores de pesquisa em história da educação. *In*: VIANNA, Marcelo; SANTOS, Rodrigo Luís dos; POMATTI, Ângela B.; OLIVEIRA, Luciana de; MUHLEN, Caroline von; SOUZA, José Edimar de. (org.). **Livro de trabalhos do VI Oficinas de Clio**: pesquisadores, acervos e espaços de memória. Ivoti: Instituto Superior de Educação 2018. p. 59-63. v.1.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. III – Século XX: Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 416-429.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf). Acesso em: 11 jul. 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência à escola de primeiras letras. **Revista**

**Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 17, p. 41-67, 2008.



## **O MÉTIER E A OBRA**

*E o passado uma invenção do presente. Por isso é tão bonito sempre, ainda quando foi uma lástima... A memória tem uma bela caixa de lápis de cor.*

(QUINTANA, 2006, p. 159).

Iniciamos o posfácio desta obra com palavras alheias, mobilizando um fragmento escrito por um poeta. Porque é preciso poesia, arte, sonho e vida em potência para alimentar nossos desejos por dias melhores, no presente de nossa escrita. Como historiadores, em especial historiadores da educação, consideramos a leitura do contexto atravessado pelas temporalidades como fundamental. Será preciso uma caixa de lápis de cor potente para colorir estes dias nos quais vivemos.

No tempo que escrevemos este texto, é preciso registrar, vivemos tensões, angústias e incertezas de ordem sanitária, política, social e econômica. Intensamente no Brasil, mas também no mundo. Como serão os próximos dias? As respostas nos escapam. Intentamos planejar, serenar e persistir com nossas pesquisas e nossos fazeres cotidianos. Mas as rotinas foram alteradas profundamente pela Covid-19. E não só pelo vírus, sejamos sinceros.

As experiências que temos vivido, em um cotidiano redesenhado pelo isolamento social (para aqueles que têm o privilégio de fazê-lo), a mobilização das tecnologias para mediar encontros e prosseguirmos trabalhando, a partir de nossa casa, nos convida a pensar, refletir e questionar – nossa vida, nosso *métier*, nossos modos de operar a própria produção do conhecimento científico.

A obra que você acabou de conhecer foi escrita por muitas mãos, num esforço em que o protagonismo de jovens pesquisadores se mostra presente. É o que nos alenta e nos dá esperança, é o que nos motiva e nos provoca a continuarmos no caminho,

a seguirmos com as pesquisas e a desejarmos, a cada encontro (virtual), que nossas aprendizagens e nossos desejos de fazer conjunto produzam conhecimento científico relevante, comprometido e coerente para as respostas do presente. Mirar o passado com um punhado de perguntas, para, na busca de interpretar documentos, compreender processos, entrelaçar tempos que se movimentam entre permanências e transformações.

Munidos por critérios de veracidade e plausibilidade, percebendo nossas inscrições subjetivas no mundo, produzimos narrativas baseadas em argumentos que se fundamentam na interpretação de documentos, entendidos e pensados como toda produção humana que persiste no tempo. A obra versa sobre as potencialidades e possíveis caminhos para a construção metodológica da pesquisa em História da Educação. Como afirma Farge (2009, p. 93), “o poeta cria, o historiador argumenta e reelabora os sistemas de relação do passado por representações da comunidade social que estuda, e ao mesmo tempo por seu próprio sistema de valores e de normas”.

A obra reúne textos resultantes de um esforço coletivo que evidencia os modos de organização e de produção do conhecimento, de estratégias e táticas elaboradas na tessitura da pesquisa, mesmo diante de cenários e condições tão adversas. A construção do conhecimento representa movimentos de articulação, de construção de redes e de desdobramentos que os estudos desenvolvidos em grupos de pesquisas possibilitam: traduzir, interpretar e analisar sobre uma determinada realidade, dados os referenciais teóricos e metodológicos utilizados.

A renovação historiográfica do início do século passado possibilitou aos pesquisadores ampliar o repertório de objetos de investigação, no campo da história da educação. Peixoto (1995, p. 10) acrescenta que “a nova história dilata a memória à medida que promove a dessacralização da memória de grandes homens”; este aspecto alargou o conceito de documento e conferiu à história um novo *status* científico, além de ampliar objetos, sujeitos e abordagens. Nesse sentido, os autores desta obra evidenciam, nas suas narrativas, a recriação de um passado que se compõe

de forma ética e responsável, diante da originalidade da forma de articulação teórico-empírica.

O modo como nos relacionamos com o conhecimento, com a cultura, contribui para que se produzam leituras de cenários de contextos e que se interpretem os sentidos de estruturas pelas quais circulamos. Desse modo, os pesquisadores aqui reunidos procuram sistematizar, demonstrar e interrogar-se sobre as diferentes etapas que envolvem o desenvolvimento de uma investigação. Além disso, aprofundam a descrição e conduzem a narrativa para uma expressiva crítica construtiva de suas experiências idiossincráticas na produção de conhecimento científico.

Para além da pesquisa científica, a obra compõe, na sua proposta plural e interdisciplinar, um importante estudo que nos desafia a projetar uma nova forma de perceber a educação nas instituições educativas, seja ela pautada pela modernidade pedagógica, seja pelo novo cenário que o contexto em que estamos inseridos tem nos desafiado.

Na modernidade, as instituições e, de modo geral, a escola, tornaram-se lugares para legitimar a socialização do conhecimento. Pela socialização pretendia-se assegurar a incorporação durável de um hábito, de modos de ser e de fazer que caracterizam os grupos sociais e traduzem resultados múltiplos e distintos, diante de uma possível estrutura de ação, de vivências e de práticas (VALLE, 2014). Nesse sentido, a solidariedade científica dada pelo encontro de diferentes formas de fazer a pesquisa educacional, em nosso País, denuncia a emergência da manutenção democrática na promoção da ciência, de políticas e práticas públicas que fomentem uma educação voltada para a cidadania, portanto, um processo de constituição dos sujeitos históricos cientes de seu tempo.

Esperamos que, no decurso da leitura desta obra, você se sinta provocado e convidado a pensar sobre a pesquisa histórico-educacional; a refletir sobre as múltiplas potencialidades metodológicas e a perceber que “a história guarda em nossas sociedades democráticas uma função cívica insubstituível. Nada pode evitar, a cada geração, o ato que lhe faz a um tempo

receber um passado herdado e alterá-lo em função das exigências do presente” (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 53). Desejamos boas leituras, interlocuções e que a divulgação dos saberes e conhecimentos científicos, produzidos e partilhados nesta obra, se multipliquem em outros lugares, em outras pesquisas e renovem nosso conhecimento histórico-educacional.

## Referências

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? *In*: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 1998. p. 21-61.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. A escola ontem: inventário urgente e necessário. *In*: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRAILLEIRA: A ÓTICA DOS PESQUISADORES. Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 17 a 20 de maio de 1994, Belo Horizonte. **Série Documental**, Belo Horizonte, n. 6, abr. 1995, p. 9-11.

QUINTANA, Mario. **Caderno H**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação nos projetos de modernidade: escola e diferenciação social. *In*: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (org.). **Moderno, modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 17-35. v. 2.

*Eliana Rela*  
*José Edimar de Souza*  
*Terciane Ângela Luchese*  
Inverno de 2020

## Sobre os autores

**Bruno Bernardes Carvalho:** Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2017). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) (2014). Atualmente é servidor técnico-administrativo no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, atuando na Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CPPGI). Está cursando Pós-Graduação *Lato Sensu* em Pedagogia Universitária pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Desenvolve pesquisas nas áreas de: História da Educação; História do Brasil República; organização da instrução pública, municípios pedagógicos. *E-mail:* bruno\_b.carvalho@hotmail.com

**Cassiane Curtarelli Fernandes:** doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), com bolsa Capes/taxa. Possui Mestrado em Educação (2015) e Licenciatura em Pedagogia (2012) pela mesma universidade. É especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar (2018) pela Universidade Internacional. No momento, atua como professora da rede pública municipal de Farroupilha/RS e como Supervisora Educacional da Secretaria Municipal de Educação do mesmo município. Participa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Associação Nacional de História (ANPUH), da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), bem como do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* cassianecfernandes@gmail.com

**Cristian Giacconi:** Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação-PPGEdu da Universidade de Caxias do Sul/RS, vinculado a Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação, Bolsista Prosuc/Capes. Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, membro da Associação Nacional de História (ANPUH) e membro do Grupo de Pesquisa História da

Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) da Universidade de Caxias do Sul/RS. Dedicar-se a pesquisas no campo da História da Educação, História Oral, Memórias, Práticas e Culturas Escolares com ênfase na disciplina, aulas e práticas de Educação Física em instituições escolares localizadas na serra do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1940 e 1990. *E-mail*: cgiacomoni@ucs.br

**Daiane Dala Zen:** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Especialista em História Regional, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, historiadora graduada em História (UCS), professora da Rede Pública Municipal de Flores da Cunha, membro do CONDIM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Caxias do Sul), membro do grupo de estudos GRUPHEIM (PPGEdu), membro da ANPUH (Associação de História, seção Rio Grande do Sul, membro do GT estudos de Gênero (ANPUH – RS). *E-mail*: daidalazen@gmail.com

**Dilnei Abel Daros:** Doutorando em Educação pelo Programa de Pós Graduação (PPGEdu) da Universidade de Caxias do Sul (UCS), vinculado a Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação, bolsista Prosuc/Capes. Membro da Associação Nacional de Pós Graduação (ANPED), membro Associação Nacional de História (ANPUH), membro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Sua área de investigação envolve o campo da História da Educação, História Oral, História das Instituições Escolares, cultura escolar, processos de escolarização, práticas escolares e memórias com ênfase nas instituições localizadas na região nordeste do Rio Grande do Sul, em especial nos Campos de Cima da Serra entre 1918-1970. *E-mail*: ddilnei@hotmail.com

**Eduardo Cristiano Hass da Silva:** Doutorando em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa CNPq. Mestre, licenciado e bacharel em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Faz parte do Grupo de Pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições

e cultura escolar”. Atua principalmente na área de História da Educação, História das Instituições Escolares e Cultura Escolar. *E-mail*: eduardohass.he@gmail.com

**Eliana Relá:** Doutora em Informática na Educação pela Universidade do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*-Mestrado Profissional em História e, docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos na Universidade de Caxias do Sul. Coordena projetos de pesquisa nas áreas de História da Educação; acervos; linguagens no ensino de História. Ministra disciplinas de Historiografia e Ensino de História, Cultura Digital, Estágio Curricular, História da Educação. Está em constante interação com grupos de pesquisa da Universidade de Padova, Itália e, Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI). University of Applied Sciences and of Southern Switzerland. *E-mail*: erela@ucs.br

**Elisângela Cândido da Silva Dewes:** Mestre em Educação e Pós-Graduada em Cultura Organizacional e Comunicação com o Mercado e bacharel em Relações Públicas pela Universidade de Caxias do Sul. Integra o grupo de pesquisa História da Educação Imigração e Memória, da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM). Atuou como coordenadora da área de Comunicação do Hospital Geral de Caxias do Sul; como Relações Públicas no Grupo RBS e como produtora da Rádio Caxias. Sua área de investigação envolve temas da História da Educação tais como, práticas, processos de escolarização, educação no meio rural, com ênfase na imprensa educacional. *E-mail*: ecsilva2@ucs.br

**Fabrcio Romani Gomes:** professor da Educação Básica. Atualmente, cursa doutorado em História na UFRGS e especialização em Educação no IFRS – Campus Farroupilha. É licenciado em História pela Universidade de Caxias do Sul e mestre em História pela Unisinos, onde desenvolveu pesquisa sobre o associativismo negro no pós-abolição brasileiro, analisando a trajetória do Clube Gaúcho entre 1934 e 1988. *E-mail*: fabricioromanigomes@gmail.com

**Gisele Belusso:** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), bolsista Capes. Pós-Graduanda na especialização em Educação: Reflexões e Práticas para a Educação Básica, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Farroupilha. Mestra em Educação (2016) com ênfase no campo da História da Educação, no eixo das instituições escolares, e graduada em Pedagogia (2006) também pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Integrante da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), membro do conselho fiscal biênio 2019-2021. Participante do Grupo de Pesquisa História da Educação Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM). Os principais temas de interesse na História da Educação são: instituições escolares, ensino primário, ensino confessional, culturas e práticas escolares, memória e a atuação das municipalidades na oferta pública educacional. *E-mail:* giselebelusso@hotmail.com

**Gustavo Gastardelli de Oliveira Fontes:** Doutorando em Administração pela Universidade de Caxias do Sul, Mestre em Ciência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), MBA em Desenvolvimento de Executivos em Gestão e Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), graduado em Administração pela Universidade do Estado de Minas Gerais (1999). Possui mais de 20 anos de experiência em gestão, sendo 15 anos no segmento da educação. Atuou na direção geral de grupos empresariais educacionais em ensino básico, médio, superior, pós-graduação e universidade corporativa. Tem dez anos de experiência docente em graduação e pós-graduação. Atualmente é Gerente de Consultoria Pedagógica do Sistema COC – Pearson Brasil. *E-mail:* gustavogof@gmail.com

**José Edimar de Souza:** é Graduado em História e Pedagogia. Mestre e Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em História da Educação na Unisinos. É vice-líder no Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). É presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS). É editor adjunto da



Revista de História da Educação. Integra Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico Educativo (RIDPHE) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e Processos Identitários (NIEMPI-PPGDR-FACCAT). *E-mail*: profedimar@gmail.com

**Juliana Goulart Machado:** Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. Desenvolveu a pesquisa (Dissertação) ANA DE CASTRO OSÓRIO, UMA INTELECTUAL TRANSNACIONAL: FEMINISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL, tendo como orientadora a Profa. Doutora Terciane Ângela Luchese. O estudo tem como objetivo analisar a atuação de Ana de Castro Osório como mediadora cultural, nos movimentos em prol do feminismo, considerando a circulação transnacional de suas ideias, intentando potencializar o estudo de gênero no ensino de História. Ana de Castro Osório foi intelectual, escritora, jornalista, pedagoga e líder feminista portuguesa. No Brasil, Ana ainda é quase desconhecida; na História é reconhecida por sua atuação como feminista. *E-mail*: jgmachado2009@hotmail.com

**Manuela Ciconetto Bernardi:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (2019-2020) na linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação. Bolsista do Programa Prosuc/Capes. Participante do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul (2018). Tem experiência na área da documentação com ênfase em pesquisas genealógicas. Temáticas de interesse: História da Educação; Imigração; Processos escolares entre imigrantes. *E-mail*: manucbernardi@ucs.br

**Mariana Parise Brandalise Dalsotto:** doutoranda, com bolsa Prosuc/Capes, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Foi Visiting Graduate Researcher na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), com bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes em 2019. É mestre em educação pela Universidade de Caxias do Sul (2016) e Graduada em Pedagogia pela

mesma universidade (2014). Participa do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) e do Observatório de Educação da UCS na Linha 3 – Estudos Freireanos. *E-mail*: mpbrandalise@ucs.br

**Mariane Fruet de Mello:** Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Auditoria e Perícia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciatura Formação Pedagógica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Cruz Alta. Atualmente é Auditora de Controles Internos na Prefeitura Municipal de Vale Real RS, e também professora de Contabilidade no Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Farroupilha RS. *E-mail*: marifruett@hotmail.com

**Marina Matiello:** Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (2019), tendo desenvolvido a tese “Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas – Scalabrianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)”, Mestre em Educação (2013), graduada em Pedagogia (2003) e Psicologia (2008) pela Universidade de Caxias do Sul (2013), especialista em Psicologia Institucional pela Universidade Castelo Branco (2005). Integra o grupo de pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Tem experiência na área da educação e da psicologia, destacando-se as seguintes atuações: Secretária Municipal da Educação de Caxias do Sul, Diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Farroupilha, docente de graduação da Faculdade da Serra Gaúcha, orientadora educacional em escolas de Caxias do Sul. *E-mail*: marinamatiello@hotmail.com

**Milene Moraes de Figueiredo:** Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestra e licenciada em História pela mesma instituição. Tem experiência nas áreas de História da Educação, História Conceitual do Político e História Cultural do Político, atuando principalmente nos seguintes temas: nacionalização do ensino, Estado Novo e imigração alemã. Bolsista integral de dedicação exclusiva da Capes. *E-mail*: milene.mfigueiredo@gmail.com

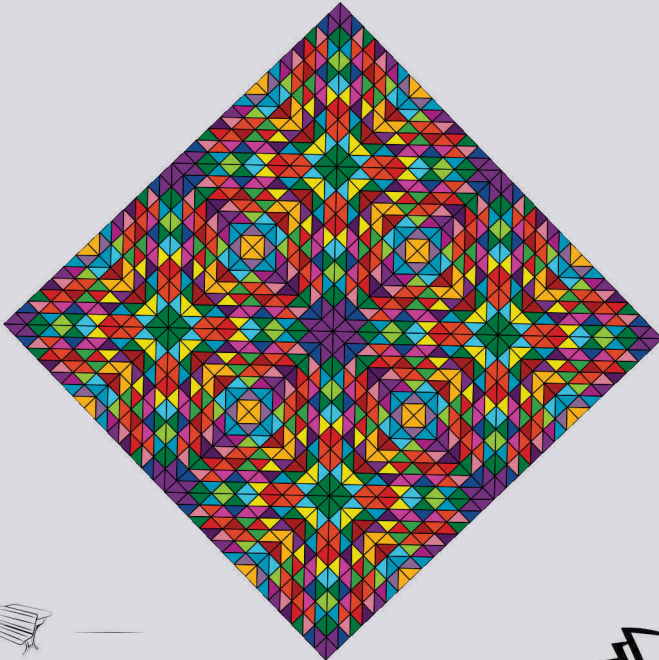
**Mônica de Souza Chissini:** Docente do IFRS – Campus Farroupilha e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Possui Especialização em Os Estudos Culturais nos currículos escolares contemporâneos da Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês e respectivas literaturas pela Universidade de Caxias do Sul. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) e o Grupo de Pesquisa em Língua(gem), Cultura e Tecnologia. *E-mail:* monica.chissini@farroupilha.ifrs.edu.br.

**Roberta Angela Tonietto:** Mestranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul com início em 2019, linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação, com o título: Memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias (Caxias do Sul – RS – 1949-1951): formação de professores para a prática da Higiene, sob a orientação do Professor Dr. Jose Edimar de Souza. Participa do grupo de pesquisa GRUPHEIM e participa do projeto: MODESCOLAR - Modos de organizar a escola primária no RS (1889-1950) histórias, memórias e práticas educativas. Especialista em Gestão Hospitalar pelo IHACS de Porto Alegre (2011). Possui graduação em Bacharelado em enfermagem pela Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves (2008). Atualmente é professora do curso técnico em enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Pompéia. *E-mail:* betatonietto@gmail.com

**Rodrigo Luis dos Santos:** Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Possui mestrado (2016) e graduação em História (2013) pela mesma instituição. Associado e membro da Diretoria do Instituto Histórico de São Leopoldo e à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Atua com os seguintes temas: Imigração e seu contexto sociopolítico; Brasil e Rio Grande do Sul republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo e nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais; história da educação; ensino de História e uso de fontes audiovisuais e impressas em sala de aula. *E-mail:* rluis.historia@gmail.com

**Samanta Vanz:** Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-Graduada em Neurociências aplicadas à Linguagem e Aprendizagem e Branding: Gestão de Marcas, ambas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), e Bacharel em Design pela Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). Atua como designer e professora do ensino superior em Design, pela Faculdade da Serra Gaúcha. Integra o grupo de pesquisa História da Educação Imigração e Memória, da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM). Suas pesquisas abordam a investigação no campo da História da Educação, com ênfase na Cultura Material Escolar. *E-mail:* sam\_vanz@yahoo.com.br

**Tânia Nair Alvares Teixeira:** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia e História da Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui segunda licenciatura em História (2020), mestrado (2018) e especialização (2004) em Educação pela mesma universidade. Graduada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física (1999). Curso Técnico em Secretaria Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (2013). É Agente Educacional II – Administração Escolar do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, ensino de Educação Física, Práticas Pedagógicas e Memórias. Participa do Grupo de Estudos vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação/FaE – Universidade Federal de Pelotas (2016), na Linha 1. *E-mail:* tanielvares@yahoo.com.br



**GRUPHEIM**

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória